

Dossier Ambiente

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

[Redação](#)

Helga Silveira

[Conselho de Edição](#)

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

[Editado por](#)

Development Workshop Angola

[Endereço](#)

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

[Telefone](#) +(244 2) 448371 / 77 / 66

[Email](#) cedoc.dwang@angonet.Org

[Com apoio de](#)

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

[Disclaimer](#)

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. JANEIRO	I
1.1 ESTADO	1
1.2 Império Chines nos inertes	1
1.3 Silêncio	2
1.4 Obras de Santa Ebgrecia em Luanda	3
1.5 Alternativa à estiagem	4
1.6 Esse problema não é nosso, é do Minars	5
1.7 Ministério da Justiça facilita cidadãos	5
1.8 Que mal fizemos ao governo?	5
1.9 Governo apoia as vítimas	7
1.10 Chuvas torrenciais afectam município	8
1.11 Chuvas com vento forte destroem centenas de casas	8
1.12 Chuva desaloja famílias	9
1.13 Mau tempo na Huíla provoca cinco mortes (I)	9
1.14 Mau tempo na Huíla provoca cinco mortes	9
1.15 Valdemiro Russo” Só através de consulta poderemos minimizar os problemas de Luanda	10
2. FEVEREIRO	15
2.1 Cheias no rio Caitou cortam a estrada	15
2.2 Desabamento de casa mata criança no Zaire	15
2.3 Mudanças climáticas comprometam a pesca	16
2.4 Famílias desalojadas beneficiam de apoio	16
2.5 Industrias e zonas residenciais: dilema	17
2.6 Palanca. Vala inacabada enluta famílias	19
2.7 Bairro Huambo pode ser engolido nos próximos dias	21
2.8 GPL	22
2.9 Exploração ilegal de madeira causa graves danos	22
2.10 Vítimas das chuvas recebem apoio	23
2.11 Falta de chuva compromete colheitas	24
2.12 Residentes pedem socorro	24
2.13 Asfalto em farrapos obriga ao corte de trânsito	25
3. MARÇO	26
3.1 Chuva torrencial provoca estragos	26
3.2 Famílias desalojadas são apoiadas	26
3.3 Fundo contra seca no Cunene	26
3.4 Sofrimento causado pela chuva vai durar mais um pouco	27
3.5 Chuvas deixam muitas famílias sem casa	27
3.6 Desalojados de Chuva de Cacuaco continuam em tendas a sete anos	28
3.7 Administração Recupera Zonas mais Afectadas	30
3.8 Chuvas desalojam famílias em Luanda e Cabinda	30
3.9 Chuvas revelam em mau Estado	30
3.10 Governo lança campanha para plantação de 1 milhão de árvores	32
3.11 Chuva danifica prédio em Luanda	32

3.12	Milhares de famílias afectadas pela seca	32
3.13	Ministro Kussumua avalia o processo de apoio as vitimas	33
3.14	Ajuda de emergência aos sinistrados das Chuvas	33
3.15	Chuvas podem ter consequências graves	34
3.16	Programa de limpeza na praia da Mabunda	35
3.17	Juventude Ecológica defende a actualização dos dados florestais de Angola	35
3.18	Subida das águas do rio causa mortes a escuteiros	36
3.19	Chuvas deixam 230 pessoas sem abrigo no Cazengo e Ambaca	37
3.20	Famílias vítimas da seca recebem apoio alimentarem	37
3.21	Exploração de inertes	37

4. ABRIL 39

4.1	Famílias vítimas da chuva recebem apoio	39
4.2	Fortes chuvas no Cazengo deixam pessoas ao relento	39
4.3	Esgotos deixam ruas da baixa alagadas	40
4.4	Mau estado dos acessos “entope” o trânsito de Luanda	40
4.5	Ambiente. Exploração de inertes ameaça Centralidade de Cacucaco	42
4.6	Paludismo, maiana e diarreias completam o caos na periferia	44
4.7	Fiscais fazem diminuir abate de árvores	45
4.8	Ruas da Chicala e Camuxiba estão intransitáveis	46
4.9	Caop-A em Viana é zona crítica	47
4.10	Chuvas de Abril chegam furiosas	47
4.11	Luanda acordou inundações	49
4.12	Ruas inundadas, esgotos velhos	49
4.13	Autoridades da província apoiam vítimas da chuva	51
4.14	Desalojados pelas chuvas recebem apoio do Governo	51

5. MAIO 53

5.1	Chuva desalojou famílias em localidades do Bengo	53
5.2	Famílias sem casa no Icolo e Bengo	53
5.3	Chuva desaloja famílias no município do Lucala	53
5.4	Luandenses aplaudem chegada do cacimbo	54
5.5	Os nossos candengucs das margens	56
5.6	Destruição de árvores: Província do Bengo ameaçada pela erosão	56
5.7	Consequências das chuvas: Luanda com os problemas de sempre	58
5.8	Devastação da floresta preocupa ambientalista	59
5.9	Lixo foi recolhido no Kilamba Kiaxi	60
5.10	Chuvas deixam ruas intransitáveis	60
5.11	Tempo chuvoso	61

6. JUNHO 63

6.1	Calemas causam três mortos e criam pânico em todo o litoral	63
6.2	Isabel dos Santos assina declaração de morte aos pescadores	63
6.3	Mar revoltado contra má gestão urbana	65
6.4	Huambo sofre de elevada devastação florestal	66
6.5	Chineses exploram madeira e outros recursos em grande e à francesa em Nambuanguongo	68
6.6	o «local do crime»	69
6.7	« Tem de haver estudos prévios!»	70

6.8	Angola melhora governação ambiental	71
6.9	Ondjiva tem novo método de recolha do lixo	72
7.	JULHO	74
7.1	Governo quer a inserção de vulneráveis	74
7.2	Seca no Sul do país reduz produção em 40%	74
7.3	Ministério do Ambiente quer aterros sanitários em todo país	75
7.4	Soyo, Para além do gás e do petróleo, a outra realidade também é demasiado cruel	75
8.	AGOSTO	78
8.1	Aeroportos com vigilância meteorológica	78
8.2	Sobe o nível de extracção de rochas	78
8.3	Ordenamento da costa protege biodiversidade	79
8.4	Asiáticos assaltam pedreiras da Namibe com explosivos	79
8.5	Cidadãos namibianos abatem árvores no país	80
8.6	Ruas esburacadas estão à espera de obras	80
8.7	Águas salobras aumentam degradação da vida	81
8.8	Atenção às doenças da época	83
8.9	E em Luanda (quase) nada de novo	83
8.10	Promessas, promessas e mais promessas	84
8.11	Sem pulmão	85
8.12	Só se o cacimbo durasse 12 meses	85
8.13	Plano regional para proteger ecossistema	86
8.14	Medidas contra a chuva	87
8.15	Ambiente. Abate de árvores na orla fronteiriça com a Namíbia	88
9.	SETEMBRO	89
9.1	Moradores do Wenge Maki fazem críticas às autoridades	89
9.2	Japão apoia vitimas da seca	89
9.3	Governo japonês disponibiliza verbas para mitigação da seca no Sul do país	89
9.4	Previsão de chuva acima do normal	90
9.5	Cada vez mais gente em zonas de risco	91
9.6	INAMET apela para cuidados redobrados nas chuvas	92
9.7	Buracos e charcos em estradas de Luanda antes das chuvas	93
9.8	Transtorno	93
10.	OUTUBRO	94
10.1	Lagoa artificial “engole” camada	94
10.2	Milhares de habitantes estão em zonas de risco	94
10.3	Chuvas destroem escolas e deixam famílias ao relento	95
10.4	Lixo mata praia mundial	95
10.5	Chuvas desalojam famílias	96
10.6	Angola possui dez estações metrológicas	97
10.7	Exploração de Inertes prejudica ambiente	98
10.8	Dondo tem estacao meteorological	98
10.9	Planalto central Chuvas causa mortes e destruição	99

11. NOVEMBRO 100

11.1	Angola preve reduzir mortes por malaria	100
11.2	Famílias afectadas pela seca receberam bens alimentares	100
11.3	Existem projectos sem estudos ambientais	101
11.4	Moradores do povoado gritam por socorro	101
11.5	Grupo empresarial investe nos móveis	102
11.6	Chuva cria caos no trânsito automóvel	103
11.7	Centenas de famílias desalojadas no Zaire	103
11.8	Erosao faz perder milhoes de toneladas de solos	104
11.9	Fortes chuvas provocam danos materiais e humanos	105
11.10	Huambo: a 'cortina' verde da cidade ja era	105

12. DEZEMBRO 107

12.1	Chuva desaloja famílias no Huambo e no Uíge	107
12.2	Chuva em Luanda	107
12.3	Pouca Chuva preocupa agricultores	108
12.4	Ruas do bairro Sambizanga vão de mal a pior	109
12.5	Ravinas e valas ameaçam bairros periféricos da capital	109
12.6	Chuvas aumentam volume de águas estagnadas e arrastam doenças	112
12.7	Ruas dos municípios de Luanda estão intransitáveis	113
12.8	Chuvas destruíram casas na cidade de Menongue	114
12.9	Malaria. Índice de mortalidade reduz pela metade no mundo	114

I. JANEIRO

I.1 ESTADO

Jornal Acapital

11 De Janeiro de 2014

O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queirós, que falava a abertura do Iº Encontro Nacional dos Operadores do Subsector dos Minerais para a Construção no ano findo, referiu que para que a estratégia se concretize, "é preciso diversificar a exploração mineira, aumentar as receitas fiscais e patrimoniais do Estado".

Falou ainda do incremento do investimento social nas áreas de produção mineira, indicando que para a diversificação mineira era fundamental o estabelecimento de sinergias com os operadores do subsector dos minerais para a construção civil, no sentido de normalizar a exploração dos inertes e revitalizar o subsector das rochas ornamentais",

"É inegável o papel de cada um dos operadores de minerais para a construção civil na edificação da nova Angola, com o provimento de soluções que têm permitido que o nosso país seja um exemplo de recuperação neste período do pós-guerra e de paz efectiva", sublinhou o ministro, considerando que com a intervenção dos operadores, "a exploração de minérios para a construção civil, em especial dos inertes, atingiu uma grande expansão, motivada pelo crescimento do mercado imobiliário, da construção de infra-estruturas e da edificação de habitações,

"Com o vosso contributo, acreditamos ser possível e realizável a estratégia do Executivo, fundada na expectativa de uma actuação mais incisiva do sector de Geologia e Minas", referiu,

"Por deficiente fiscalização pública, muitos dos intervenientes fogem ao pagamento de impostos e taxas ao Estado, explorando e usando estes recursos naturais do Estado como se fosse sua propriedade privada", admitiu Francisco Queirós, enfatizando que "há operadores que atentam frontalmente contra as normas do Código Mineiro, da legislação ambiental, do Código de Estrada e de outros diplomas legais",

Observou, por outro lado, que vem muitas áreas de exploração, há falta de segurança, higiene e saúde no exercício das actividades geológicas e mineiras e insegurança nas vias de transportação desses minerais, sobretudo dos inertes".

I.2 Imperio Chines nos inertes

Jornal Acapital

11 De Janeiro de 2014

Quem passa pela via expressa de Luanda, no troço Cacuaco/Zango, facilmente consegue ver os amontoados de britas, burgau, areia e um pouco de quase todos os elementos necessários para a construção civil.

Estão lá aos pontapés prontos a serem comercializados. O que passa despercebido nesta corrida desenfreada ao garimpo fácil, são as inúmeras crateras que ficam atrás dos montes de areia.

Não há dúvidas de que os mesmos têm um forte impacto ambiental, sobretudo com a formação de ravinas.

Facto é que, dezenas de camiões entram e saem pelos desvios criados que dão acesso às zonas de exploração. Logo à entrada, alguns jovens camionistas esperam por clientes que para lá se deslocam à procura de inertes.

Dão a informação necessária sobre os preços praticados, pelos chineses.

"Uma carrada de pedras grandes o chinês vende a 15 mil kwanzas (kz). Com o frete do carro, fica a 21 mil kz, a depender do local onde vive o cliente", disse Pedro Faria acrescentando que uma carrada de burgau está orçada em sete mil kz.

"Com o carro fica tudo a 13 mil kz. A carrada de areia custa cinco mil e 500 kz. Mais o frete, chega aos 12 mil kz", afirmou Faria, que há três anos e meio se dedica à venda de inertes naquelas paragens.

Segundo o mesmo, os preços praticados a retalho são negociáveis a depender do número de montes que o cliente solicitar. "Sete mil kz é o preço estabelecido" para um monte de inertes a retalho.

O mais interessante é que muita mão-de-obra neste negócio é menores. Na entrada, para um dos campos de exploração, por exemplo, encontramos duas crianças com idades entre 12 e 14 anos. Preparavam montes de brita para a comercialização.

O pai delas, Miguel Cavimba, explicou ao A Capital que exerce esta actividade há mais de sete anos e que é com a mesma que sustenta a família.

"Começamos a vender brita e burgau há muito tempo. Antes não comprávamos. Explorávamos na zona do Rio Seco e éramos os fornecedores de quase toda a zona de Viana", um trabalho que segundo disse, era feito à base de enxadas, picaretas e pás.

"Mas quando chegaram os chineses com as máquinas grandes e a vender aos camiões, perdemos a clientela.

Passamos a comprar nos camiões que, por sua vez, compram aos chineses", explicou, reforçando que a cada dia sente que o tempo da venda de inertes para aqueles que não têm máquinas escavadoras corno as dos chineses, terminou.

São vários os jovens que residem não só nos arredores da via expressa entre o município de Viana e Cacucaco, mas também nos mais diversos pontos de Luanda, que se dedicam à venda de inertes a retalho. Usam camiões ou carrinhas.

Um deles é Abel João que há mais de três anos ganha a vida vendendo minerais. Pai de quatro filhos, encontramo-lo sentado rodeado de vários montes de pedras.

Adiantou que ganhar a vida com esta actividade ficou difícil desde que aumentou a concorrência.

"Antes podíamos vender vários montes de pedras ou de britas, porque os donos das obras vinham directamente comprar a nós. Hoje em dia, as pessoas preferem comprar directamente dos camionistas", que se dividem entre chineses, cubanos e tantos outros.

"Enfim, eles é que ditam as regras", disse.

Eles é que mandam

Apesar de tudo, nacionais e estrangeiros não se chocam muito quanto à exploração, porque

trabalham em áreas diferentes. Os primeiros exercem a actividade em praças e nas respectivas zonas de exploração, onde aguardam pelos clientes, já os cidadãos estrangeiros fazem-no nas grandes empresas.

Fernando Silva, camionista há dois anos, não tem dúvidas do monopólio que os estrangeiros detêm neste negócio. Segundo disse, eles é que estão com tudo.

"Os chineses é que exploram e nos vendem os inertes. Pago a quantidade de brita ou areia que precisar, recebo a ficha, levo o camião até à zona de exploração", onde um outro chinês, maquinista, recebe a ficha e carrega.

"Talvez sejam eles a dominar a exploração por causa das máquinas com que trabalham", deduziu, manifestando que a única coisa que o inquieta é a concorrência com os camionistas chineses que são os mais privilegiados quando o assunto for transportar inertes para grandes construções.

De acordo com Fernando Silva, os angolanos envolvidos no negócio só revendem inertes a particulares, enquanto que, os chineses transportam para grandes empresas, grandes construções.

"Por exemplo: eu posso carregar em média duas carradas de areia para os meus clientes, mas os chineses entram e saem todo o dia. Pois, para além de carregarem inertes para as empresas que eles dizem ser da Casa Militar, aproveitam vender a outras pessoas", apontou, sublinhando que enquanto um nacional tem que comprar a carrada, eles, os chineses, não compram nada.

"Aproveitam-se do nome da Casa Militar e desviam o material para outros clientes em nosso detrimento", denunciou.

O processo de compra desenrolar-se em espécie de guichés improvisados em contentores para onde os camionistas se dirigem e, através de uma pequena janela são atendidos. A regra é, pagar, e levar sem conversas.

I.3 Silêncio

Jornal Acapital

11 De Janeiro de 2012

Naquelas paragens o cenário é marcado pela presença maciça de seguranças privados equipados com armas de fogo. São eles que asseguram o local. Ninguém tem autorização para prestar qualquer informação. Os chineses, pior ainda. Parecem surdos e mudos.

A única expressão em português que pronunciam é: «não falar. Pagar».

Um pouco por toda a extensão adjacente à centralidade de Cacucaco, as enormes crateras abertas pelas máquinas tornaram a zona completamente acidentada, com as consequências nefastas, possíveis e imaginárias para o meio ambiente.

A grande questão que se levanta é se as empresas e pessoas singulares envolvidas nesta exploração de inertes estão ecologicamente capacitadas e disciplinadas para o efeito.

Tanto é que, ao longo do percurso da via expressa, na zona onde se é: "não fala faz a exploração de brita, pedra e areia, existem pessoas que já lá vivem há mais de 15 anos. São elas que sentem na pele as consequências da devastação do seu habitat.

1.4 Obras de Santa Ebgrecia em Luanda

Jornal Acapital

11 De Janeiro de 2014

Entre as sobras do ano passa- do figura o projecto de tratamento da lagoa de São Pedro, ao Cazenga, contemplado na requalificação urbana da área, que incluirá a construção de ha-

bitações, armamentos, zona florestal e áreas de lazer, tornando-a em zona turística.

As águas já começaram a ser escoadas para a vala do Suroca, e já está construído o canal que vai ligar os dois outros pontos de drenagem na rua do Patrício. Contudo, o tão desejado projecto de transformar aquele local em área turística, pelos vistos, parece ainda uma miragem. No momento em que fechávamos esta edição, o Cazenga estava em festa por completar mais um ano desde a sua ascensão à categoria de município.

Mesmo assim, aos olhos dos seus habitantes, o que mais aparecia eram obras inacabadas, projectos

anunciados mas nunca concluídos, enfim. Um dos já velhos casos é o da s^a Avenida e outras, cuja melhoria retarda e retarda, ano após ano sem que se vislumbrem dias melhores.

No centro da cidade o cenário não é muito agradável, também. Apesar de estarem a despontar uma série de edificações, até da mais moderna arquitectura, há prédios, uns inacabados, já lá vão longos anos, outros precariamente envelhecidos no tempo, promovendo um grande contraste com o novo visual que se pretende dar à capital do país.

Na rua Marien Nguabi, propriamente no largo da Maianga, encontramos um edifício inacabado que lá está, segundo fontes históricas, desde 1974. Há quem diga que não é demolido nem acabado por falta de entendimento entre as autoridades e o dono

do mesmo que, alegadamente, pede uma soma avultada de valores monetários para ceder a estrutura.

E por se tratar de algo abandonado, já serviu como moradia para supostos delinquentes, e como casa de prostituição. Actualmente está vedado, por ordem do Governo Provincial, e é guamecido por um segurança privado.

Já na rua Alexandre Pires, antes do supermercado Maxi, existe uma residência que está vedada há mais de dois anos. Não tem sequer um indicador de qualquer data para o início de obras. Como não tem dono aparentemente, serve de arrecadação para alguns jovens ambulantes.

O pouco que se pôde apurar é que a casa pertence a um antigo governante de Malange, actualmente deputado à Assembleia Nacional pelo MPLA. Não é tudo quanto a manchas no soalho da

cidade. Entre elas está ainda, e no mesmo lugar, o antigo edifício da primeira estação dos Carninhos-de-ferro de Luanda, património histórico-cultural. O mesmo está arrendado a três cidadãos oeste-africanos que, para piorar o quadro, abriram cantinas.

O largo Mutu Ya Kevela, frente à escola do Magistério Primário, antigo liceu Salvador Correia, está vedado a quase um ano, tanto quanto se sabe, para dar lugar ao que se presume virem a ser as futuras instalações do parque de estacionamento e revitalização do largo com o

mesmo nome. Por enquanto só está a vedação sem sequer um sinal de empreitada pautado.

Na rua Comandante Che Guevara no entrocamento com a Avenida Comandante Kwenha, existe um quintal vedado já lá vão dois anos. Os seguranças que controlam a vedação transformaram-no em parque de estacionamento. Como nos demais lugares, não existe previsão de início de obras.

Em frente ao cine Luanda, na rua Rey Katiava, encontra-se um edifício vedado há mais de 12 anos. Diz-se ser pertença da Universidade Agostinho Neto e terá sido vedado para a reabilitação geral do lar do estudante nº 4. Só que, de lá para cá, nem água vem nem água vai.

No Kinaxixi damos-nos logo com o triste aspecto do famoso prédio da Lagoa, cujos habitantes foram evacuados há pouco menos de dois anos. Disse-se na altura que haveria de ser demolido. Lixo, ruína, é tudo o que resta.

Já noutra extremidade da cidade, o local onde estava a antiga Feira Ngoma, desde a sua demolição está cercado e transformado em estaleiro de uma empresa de construção. O que se vai projectar naquele local parece estar no segredo dos deuses. O mesmo pode-se dizer do estaleiro adjacente à Rádio Nacional de Angola, um verdadeiro produtor de britas e serve como residências para alguns expatriados.

O mesmo pode-se dizer da vedação da escola Ngola Kanini, justamente, em frente ao Quartel-General das Forças Armadas Angolanas, que, para além das chapas que cobrem o local, só restam as paredes envelhecidas daquele monumento.

Os edifícios conhecidos como "Prédio do livro" na rua Soba Mandume, bem como os que o circundam, estão em degradação, sem esquecer outro "Prédio do livro", da Maiaga. Lembre-se que depois do desabamento do antigo edifício de sete andares onde funcionou a Direcção Nacional de Investigação Criminal, DNIC, uma comissão tinha sido criada com a finalidade de proceder ao cadastramento dos demais prédios em situação de risco na cidade

de Luanda, na altura, coordenada pelos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

1.5 Alternativa à estiagem

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2014

O aproveitamento do potencial hídrico das zonas baixas para prática de culturas de hortícolas e cereais é uma das alternativas para contornar a ausência de chuvas e relançar a produção agrícola em grande escala na Huíla.

Um relatório da Direcção Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, afirma que esta campanha agrícola envolve 288.430 famílias camponesas de 954 aldeias.

A agricultura feita em zonas ribeirinhas oferece condições climáticas para o cultivo de cereais e hortícolas diversos e, por isso, as autoridades provinciais vão também intensificar o recurso aos sistemas de irrigação dos perímetros irrigados, para fornecimento de água às lavouras.

As famílias camponesas foram apoiadas com alfaías agrícolas, sementes de cereais, feijão, fertilizantes diversos, charruas semeadoras, carroças e gado para tracção animal, com o suporte do Ministério da Agricultura.

A Huíla tem enfrentado nos últimos tempos períodos prolongados de seca, o que levou o Executivo a criar um sistema de alerta, enquanto decorre um estudo para a identificação dos lençóis freáticos. O documento refere que os resultados da produção agrícola e os rendimentos das culturas na época agrícola passada foram baixos em relação às campanhas anteriores, sobretudo em algumas zonas do Lubango, Cacula, Gambos, Chibia, Humpata e Quilengues. A produção de milho foi de 142.810 toneladas, a de massango 18.661 e a massambala 21 mil, números muito abaixo das previsões. "As principais regiões agrícolas da província sofreram uma ausência prolongada e intercalada de chuvas, o que afectou grande parte das culturas fragilizadas", diz o relatório.

Vacinação de gado

Em 2013 foram vacinadas cerca de 543.245 cabeças de gado bovino, enquanto 16.286 animais, entre cães, gatos e macacos, foram imunizados contra a raiva.

A Direcção da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas refere que dispõe de novos meios para assistência técnica e médico-veterinária aos criadores de gado tradicionais e fazendeiros, contando com 40 mil doses de vacinas anti-rábicas, 275 mil contra pneumonia contagiosa bovina, igual número para os carbúnculos interno e externo e 150 mil para o combate à dermatite nodular.

1.6 Esse problema não é nosso, é do Minars

Semanário Angolense
18 De Janeiro de 2014

Com o propósito de ouvir as partes, a reportagem do *Semanário Angolense* (SA) deslocou-se à Administração de Belas para saber a sua opinião em relação ao assunto mas, como sempre, tivemos que enfrentar as habituais manias de que os órgãos públicos não falam para a imprensa privada. O director do gabinete da administradora apenas referiu que os populares estão ali por um curto espaço de tempo.

De acordo com o mesmo, outros dados não podiam ser dados por ele e muito menos pela administradora, porque existe o MINARS que vela por estes assuntos. Um facto que entra em desconformidade com um outro do governo da província de Luanda que menciona: «a Administração de Belas é que deve falar sobre situações decorrentes no seu local de jurisdição».

1.7 Ministério da Justiça facilita cidadãos

Semanário Angolense
18 De Janeiro de 2014

Uma nota de imprensa proveniente do Centro de Documentação e Imagem do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos chegada à redacção do *Semanário Angolense* (SA) informa que, desde o passado dia 24 de Dezembro de 2013, o horário de funcionamento dos serviços de justiça, passou a ser das 07H30 às 17H00 horas, em regime de turnos, para melhor responder às necessidades dos cidadãos.

Este horário abrange os cartórios notariais, as conservatórias do Registo Civil, Predial,

Comercial e Propriedade Automóvel, Lojas de Registo e postos de emissão de bilhete de identidade e registo criminal.

A intercalação do horário imposto, conforme o nsl do artigo 3º da Lei nº8/02 de 19 de Julho, para um regime de turnos, permitirá que os serviços da justiça ofereçam um melhor serviço aos cidadãos.

1.8 Que mal fizemos ao governo?

Semanário Angolense
18 De Janeiro de 2014

Muito há ainda por fazer em relação à resolução, de forma definitiva, dos graves problemas que a sociedade angolana infelizmente ainda atravessa, principalmente daqueles problemas considerados como os mais sensíveis ou os mais básicos, como é o caso da habitação, educação e saúde.

Os sectores acima referenciados constituem de forma profunda o tão badalado sector social de um país, aquele que em termos de distribuição do Orçamento Geral do Estado merece, em alguns países desenvolvidos, a máxima atenção dos dirigentes, pois, estes são extremamente importantes.

Mas parece que, em Angola, estes não constituem sectores prioritários devido à forma como são tratados.

Por incrível que pareça, há ainda muitos angolanos, quer em Luanda como no resto do país, que estão realmente a passar por condições de vida bastante degradantes, como não tendo nada que comer, não tendo uma casa própria, sobretudo depois de desalojados ou simplesmente sinistrados. Também não têm direito a educação, mesmo vivendo próximo de escolas estatais e privadas.

Muitos cidadãos vivem sufocados no seu próprio país, porque não são tratados com dignidade e os direitos que lhes são garantidos constitucionalmente não se efectivam na sua vida particular.

A Constituição, enquanto carta magna, ou seja, documento segundo o qual o país deve-se orientar para o seu desempenho harmonioso, garante vida melhor, condições saudáveis e, acima de tudo, de

habitabilidade para todos, sem exceção, até mesmo para o cidadão estrangeiro.

Em anos passados, nomeadamente de 2010 a 2013, fenómenos naturais ocorreram como sempre.

As chuvas que já nos acostumaram a fazer estragos, principalmente de ordem material, inclusive ceifando vidas humanas.

Atiraram várias famílias para a condição de sinistrados porque as localidades onde viviam eram impróprias sobretudo em tempo de enxurradas.

Foi o que ocorreu com uma parte da população do distrito urbano do Sambizanga, que foi atingida de forma brutal pelas chuvas, chegando a verificar-se enchentes nas suas residências, que causaram a desgraça de muitos filhos desta terra.

Assim sendo, e em função também de uma onda de descontentamento por parte de quantos acompanharam o drama daquelas famílias, houve a necessidade de serem retirados, pelo governo, e levados para lugar mais cómodo com condições pelo menos melhores que as anteriores, porque afinal de contas, a última coisa que qualquer pessoa deve perder é a dignidade.

Para espanto de todos, aqueles sinistrados foram parar à zona conhecida como «Sapú II», um lugar pior que o anterior, aliás, foram levados como animais e atirados para as ruas do referido bairro sem qualquer condição básica para se viver. Acompanhados, na altura, pelo senhor Bento Soito, com membros do Ministério da Reinserção Social e outros, foram apenas deixados na rua com promessas de que voltariam, o que nunca mais voltou a acontecer, já lá vão vários anos.

Aquela gente ficou assim sujeita a todas adversidades possíveis, pois, muitos dormem em tendas já apodrecidas que foram distribuídas pelo MINARS, outros ainda dormem em casebres de chapas feitos por eles se protegerem das adversidades do tempo e de outros perigos que a própria natureza e a sociedade são susceptíveis de oferecer.

Os sinistrados de Viana, provenientes do «bairro do Cemitério», estão há sensivelmente nove anos em condições precárias, tendo muitos dos seus filhos contrariado doenças como a cólera,

tuberculose, entre outras, chegando ao ponto de alguns terem morrido.

Já os sinistrados do Sambizanga estão há quatro anos ao ar livre desde que saíram dos seus bairros por causa das chuvas.

O drama das famílias

Como referimos, as famílias sinistradas estão a viver uma realidade extremamente difícil, passando por enormes dificuldades como doenças, fome, violação, falta de segurança e outras situações que põe em risco a vida daqueles moradores que dia pós dia reclamam por melhores condições de vida.

Manuela dos Santos é sinistrada proveniente do «bairro Cemitério», em Viana, e está na Sapú II há aproximadamente 10 anos; vive com o marido e três filhos.

«Estamos há muito tempo a viver nestas condições. Sofremos bastante, estamos a viver aqui nestas condições como o senhor está ver e, gostaríamos de saber o que fizemos de errado para merecermos este castigo, este sofrimento todo, uma vez que somos seres humanos e angolanos como os outros», questiona acabrunhada.

Manuela dos Santos, que falou em representação do coordenador das famílias, esclareceu que já tiveram problemas sérios de saúde como pneumonia. As crianças, na sua maioria, foram parar ao hospital Sanatório por causa da tuberculose contraída em função das condições em que vivem. Quando saíram do antigo bairro, foi-lhes garantido que havia casas reservadas para eles. A promessa, na altura, foi feita pelo senhor Bento Soito e os outros representantes do MINARS e, depois de chegarem ao local, mudaram de linguagem.

De acordo com a interlocutora, foram informados que permaneceriam ao relento por apenas seis meses. Depois o problema seria resolvido dentro do tempo estabelecido. Transcorridos os seis meses combinados, nada se viu e continuaram a receber «calmantes» por parte das entidades.

«Desde que cá estamos dificilmente recebemos visitas, quer da administração do Sambizanga, administração de Belas e muito menos do governo da província de Luanda, órgão máximo e responsável pelo bem-estar dos luandenses.

Aparecem de vez em quando pessoas mandadas por este ou aquele dirigente, que se informam sobre a nossa situação e como sempre, acabam por fazer promessas», acusou a senhora.

Segundo ela, após a verificação da demora, os sinistrados decidiram criar uma comissão de cinco elementos no intuito de contactar com frequência as pessoas de direito no sentido de rapidamente se solucionar os problemas, pois, o sofrimento é demasiado.

«Somos 11 famílias, todas provenientes de Viana e temos documentos de sinistrados que foram apresentados à administração de Belas e de outros órgãos que solicitaram tais documentos. Por incrível que pareça, os documentos foram copiados e atirados ao gabinete da senhora Loana Quintas, que na altura prometera solucionar os problemas, mas, não passou disso mesmo», referiu.

Em função desta demora, o grupo pensou em construir as suas residências, cada um no espaço que ocupa. Com ajuda de algumas pessoas de boa-fé fizeram as bases, ou seja, os alicerces, que foram depois destruídos pelos fiscais do município de Belas alegando não haver permissão de uso do espaço.

Mendonça José, também é sinistrado, proveniente do «bairro do Cemitério», tem sete filhos e, de acordo com ele, a situação é bastante caótica porque tudo piora a cada dia que passa.

Outros sinistrados que passam por grandes dificuldades são os provenientes do Sambizanga. Iguamente estão atirados à sua sorte no bairro da «Sapú II». São aproximadamente 120 famílias, todas atiradas numa área mais espaçosa, mas que os deixa sujeitos também a todas adversidades.

Estes por sua vez, disseram que são vítimas de meliantes, sofrem assaltos nos seus pobres casebres, assim como violação sexual por parte de delinquentes provenientes de outras localidades.

Avelino Malique também é sinistrado e, ao falar em nome de todos, disse que os dirigentes não têm noção de quanto sofrimento as pessoas passam desde que foram «jogados» ali. «Quase nunca temos água, não temos como beneficiar de energia eléctrica e tal como as outras onze famílias,

estamos à mercê de bandidos e de tudo o que de mau na sociedade», lamentou, acrescentando:

«As coisas não vão bem, todos os dias aqui temos problemas. Fomos atirados aqui com algumas tendas apenas e os senhores do MINARS foram-se embora, nós ficamos abandonados como animais sarnentos. Pedimos as pessoas de bom senso que venham dar-nos a mão, que procurem o mais rápido possível resolver os nossos problemas, porque aqui a vida está mesmo difícil».

I.9 Governo apoia as vítimas

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2014

As fortes chuvas que caíram nos últimos dias na província do Uíge causaram oito mortes, dois feridos graves e desalojaram 7.948 famílias, revelou ao Jornal de Angola o chefe de Departamento de Protecção Civil e Bombeiros.

Eduardo André referiu a água destruiu 1.953 casas particulares e 26 sociais, 21 igrejas, outras tantas escolas, cinco postos de saúde, uma ponte e cerca de 20 hectares de campos agrícolas.

Os municípios mais afectados são os do Uíge, Negage, Puri, Cangola, Sanza Pombo, Milunga, Mucaba, Songo, Bembe, Maquela do Zombo e Quitexe. As famílias afectadas foram apoiadas, pelo Governo Provincial, com bens alimentares, chapas de zinco, roupa usada, utensílios de cozinha, de carpintaria e para pedreiros, bem como agrícolas. Eduardo André Pereira afirmou que algumas das situações registadas se ficam a dever ao lixo colocado nas valas de drenagem que impede a passagem das águas.

Habitantes preocupados

Piedade Victor, 23 anos, morador do bairro Papelão, próximo da praça da Independência, disse estar preocupada com as dezenas de crianças que diariamente brincam na lagoa formada pela água da chuva, que é muito profunda e constitui um perigo. A Praça da Independência é o principal local da realização de várias actividades sociais, económicas e culturais, como é o caso da feira agro-pecuária e industrial.

Eduardo André afirmou que há mais quatro lagoas do género nos arredores da cidade do Uíge.

1.10 Chuvas torrenciais afectam município

Jornal de Angola
24 De Janeiro de 2014

A chuva torrencial acompanhada de vento forte e granizo que caiu ontem no Bié desalojou 392 pessoas em Ekenge, município do Cunhinga, anuncia um comunicado do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

O documento refere que a chuva destruiu 56 casas particulares, uma escola e duas igrejas de adobe cobertas a zinco e que a Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros distribuiu bens de primeira necessidade aos desalojados.

O mesmo comunicado afirma que os bombeiros foram chamados a combater um incêndio numa casa do bairro Helena de Almeida, da cidade do Cuito, que provocou prejuízos materiais.

1.11 Chuvas com vento forte destroem centenas de casas

Jornal de Angola
26 De Janeiro de 2014

As Intensas chuvas acompanhadas de ventos fortes que se abateram sobre a cidade do Oundo, no começo desta semana, destruíram 360 casas, disse ao Jornal de Angola o porta-voz dos Serviços locais de Protecção Civil e Bombeiros.

Francisco Viana explicou que as chuvas desalojaram centenas de famílias, tendo igualmente destruído uma igreja, no bairro Camatundo, um quintal afecto ao Comando Provincial da Polícia Nacional e um cabo eléctrico de baixa tensão.

O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros disse que

os dados ainda são provisórios mas apontou os bairros Norte, Camatundo, Aeroporto e Samacaca como as zonas mais afectadas, com residências totalmente destruídas.

Francisco Viana disse que devido à insuficiência de meios por parte da Protecção Civil as autoridades da província e as estruturas centrais estão a trabalhar para garantir o apoio necessário às populações sinistradas, que precisam de comida e materiais de construção.

"Tivemos uma reunião de emergência, antes de enviarmos a mensagem para as nossas estruturas centrais, para que, em coordenação com o Governo Provincial e a Administração Municipal do Chitato, se encontre uma solução imediata para o problema das famílias sinistradas, com a distribuição, numa primeira fase, de chapas de zinco e bens alimentares. "Adiantou que os Serviços Provinciais de Protecção Civil estão a envidar esforços para que as chuvas deixem de causar desastres, tendo defendido a necessidade de se apetrechar a logística local com a aquisição de chapas de zinco, cobertores e produtos alimentares para assistir as pessoas afectadas pelas catástrofes naturais.

O porta-voz da Protecção Civil e Bombeiros informou que, tendo em conta as fortes chuvas com ventos e granizo, o Governo prevê estudar mecanismos para, junto das administrações municipais, se criar um fundo para responder a situações de emergência.

No quadro da mobilização de recursos para o reforço da assistência humanitária aos sinistrados, disse, a verba a ser disponibilizada, cujo valor é depositado mensalmente, vai servir para apoiar o realojamento provisório das populações que vivem em áreas de risco para outras mais seguras, além de permitir a

deslocação urgente das forças de Protecção Civil e Bombeiros.

Zonas de risco

Visivelmente triste pelo facto da chuva ter destruído a sua casa, Marta Solange, solteira e mãe de três filhos, residente no Bairro Norte, disse que está abrigada em casa de uma vizinha.

Além da perda da casa, construída com muito sacrifício, Marta Solange viu destruídos os electrodomésticos e todos documentos pessoais da família. "Com maior ou menor dificuldade, apesar de estar desempregada, posso voltar a ter uma

nova casa, mas dói-me muito ter perdido também a documentação dos meus filhos."

Ernesto Muriba, residente no bairro Camatundo, reconheceu que a sua casa ficou afectada pelas fortes chuvas por estar construída numa zona de risco, o que deixou em perigo a família e os bens.

"Fomos aconselhados pela Administração Municipal a não construirmos aqui mas a ansiedade de ter uma casa própria, provocada também pela escassez de terrenos, levou-me a esta teimosia e quase perdia a minha família", reconheceu, solicitando ajuda, pelo menos em chapas de zinco.

1.12 Chuva desaloja famílias

Jornal de Angola
31 De Janeiro de 2014

Chuvas acompanhadas por fortes ventos caíram sobre o município dos Gambos, Huíla, nos últimos dias deixando mais de 40 famílias desalojadas, informou a administradora municipal adjunta da circunscrição.

Maria Firmino disse que foram afectadas 20 famílias na sede comunal do Chiange e 40 na Chibemba. Além das casas, acrescentou, as chuvas destruíram estabelecimentos comerciais, religiosos e escolas.

Maria Firmino explicou que a administração municipal dos Gambos, em colaboração com o Governo Provincial da Huíla e os Serviços de Protecção Civil já traçou o programa de apoio às famílias, com chapas e alimentação, caso seja necessário. "A nível da administração municipal temos chapas e alimentação para apoiar as famílias afectadas caso seja necessário", garantiu a

administradora, acrescentando que por ser um fenómeno

natural, o que se tem estado a fazer é aconselhar as pessoas a construírem em áreas seguras para prevenir e evitar situações que se vive nesta época chuvosa.

As chuvas que estão a cair sobre a região dos Gambos, apesar de terem causado danos em algumas casas, proporcionam a recuperação da produção agrícola, disse o camponês António

Elias. "Fomos afectados pela seca ao longo do ano passado e agora as chuvas vêm-nos ajudar." Muitas famílias receberam sementes de milho, massango, feijão e massambala na abertura da campanha agrícola 2013-2014

António Elias informou estarem disponíveis em armazéns cerca de 200 toneladas de bens entregues pelo Governo Provincial da Huíla, pelo Executivo e por ONG, e que se destinam ao apoio às famílias afectadas pela seca no ano findo.

1.13 Mau tempo na Huíla provoca cinco mortes (I)

Jornal de Angola
31 De Janeiro de 2014

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros na Chibia, Huíla, anunciou cinco mortes no fim-de-semana, nas comunas do Jau e Capunda Cavi longo, causadas por raios. O portavoz em exercício daquele órgão operativo do Ministério do Interior na Huíla disse que a chuva torrencial que caiu de sexta-feira a domingo sobre na capital da Huíla também destruiu os tectos de dez casas, no bairro Comercial, cinco armazéns, no mercado informal, de Mutundo, e de uma escola do segundo ciclo. Quanto ao apoio aos sinistrados, Inocêncio Hungulu afirmou já terem sido registados pela Comissão de Apoio às Vítimas de Calamidades Naturais para em breve serem distribuídos chapas e artigos de primeira necessidade.

1.14 Mau tempo na Huíla provoca cinco mortes

Jornal de Angola
31 De Janeiro de 2014

Depois de várias abordagens feitas pelo Jornal de Angola sobre o estado degradante em que se encontrava a rua da Alfândega, que faz a ligação da rua Rainha Ginga e a rua Fernando Brique, que dá acesso ao Ministério das Finanças, a mesma, beneficiou de um trabalho rápido de reparação de forma meramente paliativa. A degradação da rua da Alfândega começou com um pequeno buraco mas, devido à água e ao lixo nunca recolhido, aos poucos o buraco foi evoluindo até causar danos em algumas viaturas, a ponto de ficar

intransitável, transformando-se em parque de estacionamento.

Na passada sexta-feira apareceram carrinhas carregadas com areia e pedra para tapar o enorme buraco.

No fim do trabalho recolheu-se o lixo que estava em volta, o que permitiu aos automobilistas voltarem a utilizar a via como anteriormente.

Um automobilista disse ao Jornal de Angola que as obras são bem-vindas, mas a verdade é que "o trabalho feito não vai durar muito tempo, pois as águas da chuva e as que os moradores deitam na rua todos dias vão-se encarregar de fiscalizar a obra que devia ser feita de forma mais profunda".

Os moradores da Rua da Alfândega e os usuários da rua pedem que a administração do Distrito Urbano da Ingombota intervenha antes que voltem a cair as grandes cargas de água que Luanda não consegue suportar.

Campos Gregório é morador há dez anos num prédio da rua da Alfândega, disse ter presenciado o trabalho rápido e precário da equipa que entulhou o buraco de areia e pedras, receando que daqui a pouco tempo tudo volte ao mesmo, isto é, a rua de novo intransitável. O automobilista Zacarias Panzo elogiou a iniciativa de fechar o buraco porque voltou a ajudar no descongestionamento do I trânsito na rua Rainha Ginga. Mas diz que o trabalho precisa de ser melhorado e a rua reasfaltada para durar mais tempo.

"Somos obrigados a pagar a taxa de circulação todos os anos e por isso devemos ter ruas em condições principalmente aqui no centro da cidade onde se regista maior tráfego rodoviário", disse.

I.15 Valdemiro Russo” Só através de consulta poderemos minimizar os problemas de Luanda

Jornal Agora

31 De Janeiro de 2014

Depois de sucessivos adiamentos por razões da sua agenda dividida entre o trabalho no offshore (alto-mar) e no onshore (em terra), encontrámo-lo, finalmente, nos escritórios da Holísticos, nas imediações do Lar do Patriota, no Benfica. O

nosso entrevistado é um ambientalista que dispensa apresentação.

Com 'canudo' arrancado numa das mais prestigiadas universidades da África do Sul, Valdemiro Russo é membro fundador da Juventude Ecológica de Angola (JEA).

Está na Holísticos, basicamente o que este nome representa?

Trata-se de uma empresa de consultoria na área do ambiente, criada em 2006, e que trabalha na área de estudos de impacto ambiental, auditoria e campanhas de monitorização.

Tem sede em Luanda, mas desenvolve trabalhos em todo o país, tendo projectos a nível das províncias, bem como do mar, particularmente, para o sector petrolífero.

Já se pode fazer um balanço no domínio da consultoria ambiental?

Em Angola, a área de consultoria têm estado a crescer ao longo dos anos, mas, para que haja consultoria ambiental, tem de existir legislação. A legislação no país começou a surgir no final dos anos 90. Entre 2004 e 2005, surgiram várias. Isso permitiu que os serviços de consultoria ambiental se tornassem mais exigidos e requisitados. Temos notado que, ao longo dos anos, tem havido cada vez maior necessidade de se fazerem estudos de impacto ambiental. Inicialmente, começou nos petróleos, agora está espalhado para outros sectores da construção, da indústria, das florestas e, além disso, há cada vez mais trabalho no domínio da auditoria ambiental.

O que a Holísticos faz não é senão o que outras empresas do género fazem: o Ministério do Ambiente regula e é preciso verificar a implementação das políticas do Estado e da legislação. A consultoria ambiental tem estado a desenvolver-se, havendo cada vez mais necessidade de estudos que permitam olhar para um projecto específico, fazer a sua avaliação e sugerir formas de evitar que haja problemas ambientais.

Legislação sobre o despejo de águas residuais, que têm de ser tratadas, fazer a sua quantificação. Portanto, a auditoria serve para verificar estes aspectos. Existe uma melhoria em termos de legislação e essa faz que haja uma melhoria de prestação de serviços.

Fica-se com a impressão de que a legislação ambiental tem maior incidência sobre a actividade petrolífera?

Sim, o sector petrolífero é o que mais legislação tem. Legislação do Sector do Ambiente aplicável ao sector petrolífero, assim como Legislação Petrolífera aplicada às questões ambientais no decurso das actividades de produção e exploração de petróleo. Todos os

empreendimentos que ocorrem no país são sujeitos a estudos de impacto ambiental, são avaliados, feitas consultas públicas e são realizadas auditorias ambientais. Olhando para os vários sectores, este é um dos que mais estiveram avançado em termos de protecção do ambiente e que investe mais recursos financeiros na protecção do ambiente.

Além disso, é uma actividade de maior risco. Uma das formas de reduzir o risco é fazer que haja formação contínua, para a melhoria dos equipamentos e da utilização de melhores práticas na exploração dos nossos recursos.

De uma forma geral, como olha para o ambiente à volta de nós. É saudável?

Nalguns sítios sim, particularmente quando estamos afastados dos centros urbanos, como Luanda, Benguela, Huambo, do ponto de vista da poluição do ar, do stress.

Quais as 'balizas' existentes entre a consultoria e a auditoria ambiental?

Temos muitos projectos a serem desenvolvidos a nível do país, desde barragens, estradas, exploração de petróleo, serração, corte de florestas e pescas. É importante que estes projectos estejam dentro daquilo que constitui o desenvolvimento sustentável. Os estudos de impacto ambiental servem para este efeito e as auditorias, para cumprir com outro tipo de regulamento. Por exemplo, existe a não cumprem

com as questões ambientais" trânsito, pelo som dos geradores, podemos dizer que, fora dos principais cascos urbanos, existem muitas áreas livres de poluição.

Mas, nestas áreas livres de poluição, surgem outros problemas, nomeadamente o abate indiscriminado de árvores e a destruição da fauna?

Sim, existem outros problemas associados à erosão dos solos e à caça furtiva. A nossa biodiversidade tem sido, seriamente, afectada nos últimos três ou quatro anos, porque há cada vez mais e melhores vias de acesso; há melhor circulação de pessoas e bens. As pessoas, na ânsia de procurar melhores condições de vida, desenvolvem alguns negócios e não cumprem com as questões ambientais.

Portanto, é muito difícil avaliar o país no seu todo. De resto, há áreas boas e menos boas.

Qual é a solução para as áreas menos boas, ou seja, as cidades como Luanda?

O principal aspecto, quando tratamos dos centros urbanos, é na ordem de que tem de haver várias soluções. O desenvolvimento dos planos directores é algo que Luanda está, finalmente, a tentar iniciar. A implementação do plano director é uma das formas de procurarmos soluções. Estas devem ser sempre feitas com vários actores. Não pode ser uma solução definida apenas do ponto de vista económico ou social, ou ambiental. Existem vários actores que devem ser ouvidos.

Por exemplo, há resolver o problema dos efluentes domésticos, o seu tratamento e despejo no mar. Temos de resolver o problema

dos resíduos sólidos, viu-se na quadra festiva, o aumento que houve e as consequências disso, o problema do trânsito, associado à poluição por emissão de gases de efeito estufa, ausência de espaços verdes. Há uma série de problemas que têm de ser resolvidos com

um programa. Este, para ser cumprido, se nós decidirmos que Luanda está a expandir para Norte-Sul para Este, é preciso que esta expansão seja feita de forma regrada e com base nos pressupostos de cidades harmoniosas, de desenvolvimento sustentável. Isso é possível. mas é preciso que haja um plano director 'balizas'. Temos de saber o que se pode fazer numa determinada área e o que não. Temos muitos casos em Luanda de áreas que eram 'virgens' há muitos anos, passaram a ser áreas de cultivo da cintura verde. Os camponeses depois foram afastados pelo parque industrial e temos nalgumas zonas onde há indústria e área habitacional. Ora, isso não funciona porque as áreas verdes deixaram de existir. Só através da definição de balizas, medidas correctas, coerentes e consulta, poderemos

minimizar muitos problemas que temos a nível da província de Luanda.

Não havendo arborização, a capital e boa parte das cidades do litoral vão-se tornando cada vez mais quentes. Logo, o aquecimento é um facto?

Não necessariamente. O aquecimento tem a ver com aspectos de temperatura. Claro que a ausência de árvores está mais ligada a três aspectos fundamentais: o primeiro é a poluição do ar (ausência de oxigénio e de ar puro) outro é o aparecimento de poeiras (porque as árvores acabam por ajudar a conter a poeira e dar um aspecto paisagístico melhor e por último ajudam a travar a aceleração do processo de erosão).

Luanda ainda vai a tempo de ser transformada num bom recanto para viver do ponto de vista ambiental?

É possível transformar Luanda numa cidade bonita, mas isso não quer dizer que venha a ser sã do ponto de vista ambiental. Podemos ter estradas limpas, edifícios bonitos, mas continuamos a ter muito trânsito, poluição e falta de áreas verdes. Dizer que Luanda pode vir a ser uma cidade saudável tenho as minhas dúvidas.

Como avalia o curso da requalificação das cidades?

Existem vários projectos de requalificação do Sambizanga, Bairro Operário, em Luanda e noutros pontos do país. Estes projectos têm as bases bem definidas no realojamento das pessoas a medida que decorrer o reordenamento. A nível do plano, as áreas intervencionadas possuem os elementos importantes para serem consideradas sustentáveis, como a existência de espaços de lazer, zonas verdes, espaços para a prática do desporto, a definição de áreas residenciais, para comércio e serviços. Isso existe em termos de plano, o que é mais difícil é passar à prática e só quando tivermos um projecto devidamente implementado, pois estão todos na sua fase inicial. Não temos um projecto de requalificação devidamente implementado, é que poderemos fazer uma avaliação. De acordo com os documentos, existe a preocupação nestes projectos de juntar a componente ambiental, a social e claro, a económica.

Diz-se que o excesso de betão também influencia o calor?

Sim. Temos a selva urbana, mas acabamos por impermeabilizar e a absorção da onda de calor é menor. Como seria se tivéssemos relva ou terra? Por outro lado, áreas que deviam estar arejadas ficam compostas por muitas edificações, casas, prédios, etc. A circulação do ar é menor. Isso pode resultar no aumento localizado de temperatura numa determinada área.

A seu ver, onde devem ser direccionados em primeira mão os investimentos no domínio ambiental?

O primeiro aspecto importante é a educação e a sensibilização das populações. Se não haver populações sensibilizadas, não podemos ter a melhor tecnologia no mundo ou a melhor legislação, mas não vai surtir efeito. É preciso que as pessoas sejam formadas e seja cumprida a lei. Se não tivermos o cidadão educado, o empresário ou político, não iremos a lado nenhum. Com novas tecnologias, podemos produzir menos em termos de resíduos, mas precisamos de educar o homem.

Fala-se de uma cidade ecológica no Huambo, mas assiste-se ao derrube de árvores na mesma província. Quer dar uma opinião?

O corte de árvores a nível do Huambo é feito fora da cidade. As árvores das poucas existentes são preservadas. Huambo pode sim

ser cidade ecológica, mas uma cidade ecológica não é apenas uma cidade com muitas árvores. Deve haver um comportamento do cidadão, a questão da gestão dos resíduos sólidos, dos efluentes, a gestão do trânsito, da energia. Neste momento, a energia vem

em grande parte da barragem do Gove. É uma energia limpa, mas, não havendo esta energia constante, teremos geradores a funcionar. Para haver uma cidade ecológica, são muitos os critérios a ter em conta. A cidade tem essa potencialidade pela sua localização, pelo tipo de clima e de projectos existentes.

Em termos da criação de um aterro sanitário (neste momento, apenas Luanda é que tem aterro), Huambo é uma das províncias onde também se fala da criação desta infra-estrutura. Fazer uma cidade ecológica não é fazer uma ilha. Fazer uma cidade ecológica, quando à volta surge uma série de problemas ambientais, não é correcto; mas, se

tivermos um exemplo, este pode ser replicado para as outras cidades ou envolventes da própria cidade do Huambo.

Mas, a inquietação vem mesmo de dentro. Há quem diga que o abate de árvores ocorre mesmo no casco urbano para dar lugar a espaços de construção. Tem o conhecimento desta situação?

Temos o corte de lenha, que é feito fora, e outros casos de derrube de árvores na cidade. Para isso, a solução é mesmo de Luanda: tem que haver um plano director que estabeleça área de construção. Logo, o estabelecimento de balizas vai ajudar a preservar, uma vez que, se não tivermos, hoje o que interessa ter um parque infantil amanhã interessará ter um prédio; hoje interessa ter uma zona verde, no dia seguinte será um campo desportivo. Assim, é preciso que isto seja definido, pois as cidades vão expandir. Angola tem, neste momento, aproximadamente 20 milhões de habitantes, o que se vai confirmar com o censo. Mas, as projecções para os próximos indicam o aumento da população.

'Desta forma, sendo que mais de 50 por cento da população está nas cidades, haverá uma grande pressão sobre os centros urbanos na busca de espaços para a residência, comércio e lazer. Sem esses planos directores, fica difícil definir estas balizas.

Sendo que a maioria da nossa população é camponesa, não acha que um, contra-senso fugir do seu habitat para pressionar os centros urbanos?

Num estado de direito, a população é livre de viver onde bem desejar. O Estado é que tem de ser capaz de criar condições, para que esta população não saia do seu habitat, dado que muitos saem do campo à busca de melhores condições de vida, do melhor emprego, de melhor acesso à educação e à saúde. Não havendo essa capacidade de resposta, não haverá outra saída e continuará o êxodo das pessoas do campo para as zonas urbanas.

Na zona rural, temos outra maca: a grande pressão sobre a flora e a fauna.

A flora é a casa dos animais. Se cortarmos a floresta, os animais vão fugir, à procura de outros locais. E associado a isso, está a actividade mineira, extracção de areia e a caça furtiva. Quanto mais explorarmos de forma não sustentável, mais

complicado ficará. Na zona rural, a população precisa de lenha e de carvão para a sua subsistência. A partir da altura em que surge o negócio do carvão para as cidades ou zonas periféricas, estamos a tirar os recursos da população que vai ficando cada vez mais pobre e está-se a alimentar um mercado que não vai sentir este problema, que são as pessoas das cidades. Por isso, é preciso que haja UIJ1a série de regras e o repovoamento é uma das saídas.

Até que ponto a educação ambiental será um processo continuo e quem deve levar á cabo esta tarefa?

Todos devemos estar envolvidos, desde o Ministério da Educação, a igreja e o cidadão, em primeiro lugar, por ser ele que prejudica o ambiente.

Boa parte das nossas praias está privatizada. O que lhe ocorre sobre esse respeito?

Nas praias, temos dois problemas graves. Um tem a ver com as condições de acesso. Algumas praias estão privatizadas. A população não pode ter acesso, porque há vedações, enquanto, à luz da legislação, é proibido. Como disse no princípio, se nós implementarmos a legislação, deixamos de ter esses problemas. Se temos legislação, mas não se cumpre, dá-se um mau sinal. O problema do acesso é um deles; a maca dos resíduos é outro, já que, nas praias, não há condições para o depósito de lixo. O terceiro aspecto tem a ver com o plano director do turismo. Há áreas de praia vigiada, noutras não se devia proibir o uso, mas era preciso haver controlo, por falta de fiscalização e educação.

Na costa, temos máquinas a sugar areia do leito do mar. Estão a ser destruídos os mangais e zonas de reprodução de peixe. Como travar esta prática?

Tem de haver estudos que indiquem determinadas áreas como propícias para extracção de areiais. Lembro-me de que, há uns anos, era feita a exploração de areia nas Palmeirinhas, foi proibido, mas, de repente, voltou-se a fazer. Em muitos sítios, vemos buracos ao longo das nossas estradas; áreas que não são apropriadas estão a ser exploradas para retirar areia. A extracção de inertes, burgau, brita e areia está regulamentada e pode ser feita com o mínimo de impacto sobre o ambiente. É importante ver que, para construir,

precisamos desses recursos. Não temos outra alternativa de construir e desenvolver o país sem usar estes recursos, mas temos de fazê-lo de forma sustentada. Temos áreas onde é feita a destruição de mangais, apropriadas para a reprodução das espécies. Temos nas bocas dos rios, ou seja, nos estuários redes, quando essa prática é proibida, uma vez que são zonas de reprodução, e, não havendo reprodução, vamos tendo cada vez menos caranguejo e peixe. No rio Kwanza, é muito frequente vermos redes que vão sendo colocadas para apanhar peixes. É uma questão da aplicação da lei.

Quem deve atacar esta problemática da privatização das praias?

É a fiscalização.

A fiscalização está frouxa?

É o termo. A nossa lei não permite a privatização de praias, quanto muito o quem tem acontecido é termos em empreendimentos turísticos e restaurantes guarda que está para controlar, mas nunca colocar vedação. No Mussulo, tentou levantar-se essa questão da privatização, porque há muitas áreas que estavam vedadas, mas não se conseguiu avançar. É uma questão que tem a ver com a implementação da legislação.

As novas centralidades respeitam o ambiente?

Muitas delas não foram feitas tendo em conta estudos de impacto ambiental. Nalgumas, foi feita avaliação ambiental estratégica que ajudou a definir algumas balizas e directrizes. Porém, na sua maioria, seja de Cacuaco, Zango ou do Kilamba, são áreas onde se teve em consideração a criação de áreas verdes, espaços de lazer, o fluxo rodoviário. A centralidade por si só tem aspectos positivos. Claro que as questões relacionadas, por exemplo, com o escoamento das águas residuais e resíduos sólidos vão sendo tratadas à medida que se ganha experiência, porque não havia. Estamos a gerir pequenas cidades e, no Kilamba, são perto de 100 mil habitantes. De uma forma geral, em termos da sua planificação, tem sido positivo, mas é preciso melhorar. Aliás, há aspectos que não foram considerados, o facto de termos pessoas que trabalham a 30 quilómetros do local onde vivem, e numa cidade com uma rede viária bastante reduzida é complicado. No entanto, considero que se tem cumprido com os mínimos. Há, nestes

projectos, uma preocupação com os espaços verdes; muitos deles acabaram por derrubar embondeiros, outros acabaram por preservar, mas o mais importante nestas cidades é a gestão. Como é que é feita a gestão duma pequena cidade no meio da província de Luanda, a gestão do trânsito, dos resíduos sólidos, dos efluentes da água e da energia eléctrica, só para dar este último exemplo. Nas centralidades, as pessoas não podem ter geradores. Dependem, unicamente, da energia da rede que sabemos, não é fiável. Isso cria uma série de constrangimentos do ponto de vista social e ambiental. Portanto, é preciso melhorar no capítulo da gestão destas.

Abordando ainda as centralidades de Cacuaco, as casas têm fissuras susceptíveis de perigar a vida de quem lá mora?

Isso é também uma questão de fiscalização. Nós, ao adjudicarmos uma obra a um empreiteiro, temos de ter a legislação na mão. Como disse no princípio, temos leis, mas elas não são aplicadas. É preciso seguir as boas práticas. É o caso recente do Hospital Provincial de Luanda, erguido pelos chineses e que, em pouco tempo, já estava a apresentar fissuras na sua estrutura. Portanto, é preciso fiscalizar.

2. FEVEREIRO

2.1 Cheias no rio Caitou cortam a estrada

Jornal de Angola
09 De Fevereiro de 2014

As fortes chuvas que se abatem sobre a região norte do município de Camuculo provocaram cheias no rio Caitou e as ligações com a sede da província do Namibe foram cortadas.

Como alternativa, os automobilistas estão agora a utilizar a via Camucuiol Bentiaba/Namibe, um percurso particularmente crítico, de 300 quilómetros. A estrada da Bibala está intransitável.

Pedro Mulanguí, motorista de autocarro, disse a reportagem do Jornal de Angola que a situação é muito difícil para os automobilistas pelo desgaste dos veículos e morosidade da viagem.

"O troço Bentiaba/Camucuiol está muito degradado e os camponeses sofrem também, já que os seus produtos ficam estragados, porque levam muito tempo a ser escoados para as cidades, devido ao reduzido número de viaturas que circulam", referiu.

Apesar das fortes chuvas que se fazem sentir, a seca ainda é uma realidade em algumas zonas do Camucuiol, como Cacimbas, Pirangombe e Chingo, se explicou o soba grande da localidade, Macuva Teixeira.

"Nesta região chove muito e ficamos sem saída, porque os rios estão cheios. Os riachos de Caluondo e Chipopilo estão cheios e dificultam também a transumância", disse.

Dificulta na movimentação

A administração do Camucuiol está a recorrer a tractores para retirar os carros que ficaram enterrados no Caitou e fazer o transbordo de alguns bens das populações.

Ana Angelina Vaz, habitante do Caitou, disse que as cheias do rio estão a dificultar a movimentação para a sede da província e outras localidades na procura de bens de consumo e apelou ao governo para que construa uma ponte sobre o rio. Reconheceu que a situação vai ser mais crítica a

partir de Março, quando as chuvas atingirem o seu pico na região do Camucuiol, podendo afectar, também, a via do Bentiaba, provocando o total isolamento.

Com o rio Caitou a transbordar, aumentaram os charcos e doenças como a malária, disse o chefe da Repartição de Saúde, do Camucuiol, Job Fortunato.

A falta de professores está a dificultar a expansão dos programas de alfabetização e de aceleração escolar a mais localidades do município do Camucuiol, revelou o chefe de repartição da Educação, Tovi Mahapio. Quanto às consequências da seca no sistema de ensino, Tovi Mahapio disse ser uma situação recorrente há três anos, mas sublinhou que os pais e encarregados de educação têm sido desencorajados a levarem as crianças para as pastagens e a manterem-nas nas escolas com o apoio do programa de merenda escolar.

Descartou qualquer influência das cheias no sucesso deste ano lectivo, porque, explicou, as escolas situam-se longe dos rios. O novo administrador do município do Camucuiol, José Sombo, defendeu um trabalho de equipa para a solução dos principais problemas das comunidades.

O município do Camucuiol está situado 280 quilómetros a norte da cidade do Namibe e tem uma população de 46 mil habitantes que vive da pastorícia e da agricultura de subsistência nas comunas de sede, Chingo e Chinquite.

2.2 Desabamento de casa mata criança no Zaire

Jornal de Angola
11 De Fevereiro de 2014

O desabamento de uma casa, provocado pela chuva torrencial que caiu na quinta-feira sobre Mbanza Congo provocou a morte de uma criança de nove anos, no bairro Sagrada Esperança.

Em comunicado de imprensa, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros informou na sexta-feira que a criança se encontrava no quarto em companhia dos pais e não resistiu à queda dos blocos sobre o sítio onde se encontrava.

A chuva provocou a inundação de cinco casas, no bairro 11 de Novembro, e destruiu os haveres dos seus moradores. Os bombeiros estão a proceder à sucção das águas nas casas inundadas.

Nos últimos dias, Mbanza Congo tem sido fustigada por fortes chuvas, que estão a abrir buracos nas ruas dos bairros suburbanos.

2.3 Mudanç as climáticas comprometam a pesca

Jornal de Angola
12 De Fevereiro de 2014

O facto de não serem t  das em conta as alterações climáticas na gestão das pescas compromete o desenvolvimento do sector e o bem-estar das populações que vivem desta actividade, afirmou ontem a ministra das Pescas.

Vitória de Barros Neto disse, na abertura do seminário sobre "Vulnerabilidade dos Recursos Pesqueiros e as Mudanç as Climáticas no Sistema da Corrente Fria de Benguela", que a nível mundial se verifica uma redução dos recursos marinhos vivos. Isto é muitas vezes atribuído ao excesso de captura, sem incluir os efeitos das mudanç as climáticas que afectam a dinâmica dos recursos, a dispersão dos ovos e larvas, com efeitos directos sobre os peixes adultos.

A discussão do tema foi promovida pelo Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (INIP), o que a ministra considerou oportuno, por se tratar de um assunto relativo a uma actividade que produz alimento para milhões de famílias e contribui para o crescimento econ mico de várias nações. Vitória de Barros Neto realçou a necessidade de se ter informação e bases científicas sólidas para aplicar o princípio da Gestão das Pescas na óptica do Ecossistema e assinalou o facto de o Executivo apoiar a criação e desenvolvimento dos programas regionais Benguela, Pescas, Ambiente, Interação e Formação, o Grande Ecossistema da Corrente da Guiné e da Comissão da Corrente de Benguela, para criar excelência na investigação pesqueira e obter resultados consistentes.

Com a aquisição de uma embarcação costeira, conhecimentos e equipamentos, o Ministério das Pescas vai dotar o INIP de mais capacidade de

investigação para a manutenção da série de dados temporais já existentes, e desenvolver as novas séries para melhorar o conhecimento disponível sobre a dinâmica dos recursos marinhos e a variabilidade oceanográfica.

A analista das Pescas e Aqui cultura do Fundo das Nações Unidas para Alimentação, Cassandra de Young, disse que o projecto de formação   contínuo e serve para dotar os participantes de conhecimento sobre o sistema de pescas.   um projecto global, no âmbito do qual já se realizaram acções de formação semelhantes na  ndia, em países da América e da Ásia, afirmou, anunciando estar agora voltado para a Corrente Fria de Benguela, onde estão integradas Angola, África do Sul e a Namíbia.

2.4 Famílias desalojadas beneficiam de apoio

Jornal de Angola
13 De Fevereiro de 2014

As famílias do município do Chitato e da comuna de Camaxilo, Caungula, que perderam as suas casas em consequência das fortes chuvas do mês de Janeiro,

receberam do Governo da Lunda Norte produtos alimentares e materiais de construção.

As 178 famílias do município do Chitato e as 24 da comuna de Camaxilo, receberam cada uma 25 chapas de zinco, para permitir a reconstrução das casas destruídas.

O governador provincial, Ernesto Muangala, que   também o coordenador da Comissão Provincial de Protecção Civil, entregou às famílias, material de cozinha, roupa, cobertores e bens de primeira necessidade.

Ernesto Muangala afirmou que já foram criados mecanismos eficazes para que as famílias não enfrentem dificuldades devido aos danos provocados pelas chuvas.

"Já foram criadas todas as condições para que as famílias afectadas não enfrentem grandes dificuldades, por ser um problema social ao qual o Governo dedica uma atenção especial", afirmou.

O governador exigiu a revitalização dos trabalhos da Comissão de Protecção Civil, com vista a serem encontradas soluções imediatas para os problemas causados pelas catástrofes naturais.

Para o apoio, às famílias, cujas residências ficaram totalmente destruídas, Ernesto Muangala disse que a Comissão Provincial Multisectorial para a Protecção Civil aprovou uma verba de 19.440 milhões de kwanzas, que possibilitou a aquisição dos meios entregues.

Há contactos permanentes junto das estruturas centrais dos ministérios do Interior e da Assistência e Reinserção Social, no sentido de serem reforçados os recursos materiais que permitam oportunamente assistir as populações desabrigadas. O governador da Lunda Norte revelou uma grande preocupação com o elevado índice de problemas provocados pelas chuvas e garantiu que o Orçamento Geral do Estado presta uma atenção especial ao programa social, que visa fundamentalmente prevenir e apoiar as famílias prejudicadas pelas calamidades naturais.

Ernesto Muangala revelou que o OGE/20 14 reserva, para a Lunda Norte, uma verba de 65 milhões de kwanzas, exclusivamente destinada às acções de precaução e ajuda a problemas resultantes dos acidentes provocados pelos fenómenos da natureza.

Além disso, o governador Ernesto Muangala afirmou estarem à disposição do Governo Provincial mais 45 milhões de kwanzas, para actividades de divulgação e sensibilização junto das populações para não construírem em zonas consideradas de risco.

2.5 Industrias e zonas residenciais: dilema

Novo Jornal

14 De Fevereiro de 2014

Para quem deixa a antiga rotunda da Camama em direcção a Luanda Sul, percorrendo todo o resto da extensa avenida até à zona do Kikuxi, depara-se com uma realidade muito presente por aqueles arredores de Luanda: A presença de unidades fabris, principalmente de blocos, misturadas com zonas residenciais. Uma realidade comum por aquelas paragens, muito embora este assunto não

seja um caso exclusivo. A zona sul de Luanda, mais concretamente a do Benfica, é uma das que mais cresceu nas duas últimas décadas, e a realidade não foge muito da que se assiste em Viana ou no Kikuxi.

Nos últimos anos, esta questão tem sido motivo de várias abordagens por parte de ambientalistas, sobretudo pelo impacto que a presença destas unidades industriais têm causado no ambiente e, por conseguinte, à saúde pública.

Um estudo realizado em Luanda entre 2004 e 2006, pelo Centro de Excelência em Ciências para a Sustentabilidade em África, no qual foram analisadas 92 amostras, concluiu que a cidade apresentava níveis muito elevados de poeiras (pela constatação das grandes quantidades depositadas nos tejadilhos dos carros, varandas, tectos e até mesmo no interior das habitações).

Contudo, uma realidade semelhante é também constatável através da inversão dos papéis dos protagonistas: Zonas anteriormente menos habitadas foram tomadas por residências, pelo que se constata hoje um dilema cuja resolução não dependerá somente da vontade de moradores que se queixam da alegada poluição, nem tampouco do interesse dos proprietários das indústrias, como defendem especialistas ouvidos pelo Novo Jornal.

PAZ E A EXPANSÃO DA CIDADE

Se por um lado o advento da paz trouxe ao país novas perspectivas de desenvolvimento económico, abriu-se também uma nova frente:

A necessidade de expansão da cidade levou a que zonas anteriormente não residenciais fossem transformadas em áreas de habitação.

Os exemplos mais evidentes são o bairro do Benfica, Palanca, Talatona, Kikuxi e Morro Bento, apenas para citar alguns.

"No final dos anos 90 havia poucas áreas residenciais no Morro Bento e lá foram sendo construídos oficinas, estaleiros e fábricas, como é o caso da Nori. Conforme a cidade foi crescendo, estes locais foram ficando rodeados de casas e a fábrica da Nori está agora cercada de pessoas que reclamam dos maus cheiros. De quem é a culpa? A fábrica deve sair ou as casas não deviam ter sido construídas ali?", questionou ambientalista Vladimir Russo.

E aponta outros exemplos: A Cimangola, a Refinaria de Luanda e os estaleiros de construção civil, na área do GAMEK, para não falar dos armazéns grossistas, que, segundo disse, estão a ser "expulsos" da cidade como, por exemplo, o caso mais recente da Macambira.

AUSÊNCIA DO PLANO DIRECTOR

Para o especialista em questões ambientais, a situação derivou da falta de um plano director para Luanda e da ausência de concertação entre as administrações municipais e os agora distritos urbanos, com o Governo Provincial de Luanda.

"Uns autorizam com base na sua perspectiva e acabamos por ter zonas residenciais misturadas com zonas industriais, apesar de este aspecto estar a ser resolvido com os pólos industriais, por exemplo, de Viana com a Zona Económica Especial", salientou.

A ausência do Estado em alguns casos é também uma constatação que o ambientalista não deixa de assinalar como tendo encorajado a que situações do género tivessem lugar em algumas zonas de Luanda.

"Como o Estado não estava presente e não fazia os loteamentos, as pessoas foram construindo logo a seguir ao casco urbano e em zonas com acessos, embora precários, mas que forneciam alguma segurança. Os arruamentos, energia, água, esgotos, etc. só vieram (onde chegaram), oito/dez anos depois. Estes locais poluentes estão agora rodeados de casas e de populares que reclamam do barulho, da poeira e do trânsito de veículos pesados. De quem é a culpa? Quem deve sair?", voltou a interrogar.

ATROPELO À LEI

De acordo com Vladimir Russo, a licença ambiental deve ser a primeira a ser emitida, antes de qualquer outra. No entanto, segundo afirmou, muitos dos investidores apresentam uma licença de construção ou um título de cedência da terra (o direito de superfície) para avançarem como os projectos, quando a lei diz claramente que a licença ambiental precede qualquer outra.

"É verdade que muitos destes empreendimentos não estiveram sujeitos a estudos de impacto ambiental, instrumentos que ajudam a verificar a compatibilidade ambiental e social de um

determinado projecto com a sua área de inserção. Quem faz o estudo não tem bases de comparação por falta de um plano director ou planos municipais de ordenamento de território. Isso impede uma análise objectiva sobre se o local é apropriado ou não", exemplificou.

ACTUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A participação da sociedade civil em organizações de base comunitária também serviria para emitir as suas opiniões, defendeu Vlademiro Russo. Outro espaço importante para discussão passa pelos Fóruns de Concertação e Auscultação Social.

"Mas para participar nestes fóruns e organizações, o cidadão deve estar informado e não agir de forma precipitada com recurso à violência. O Ministério do Ambiente e os governos provinciais estão abertos para receber reclamações e queixas e é seu dever dar solução para os problemas apresentados pelos cidadãos, quer de forma individual quer de forma colectiva", apontou.

O presidente de Direcção da Juventude Ecológica Angola (JEA), José Silva, assegurou que a organização tem olhado para este assunto com alguma preocupação, embora reconheça ser esta a realidade de um país que durante algum tempo não levou em linha de conta o ordenamento do território e a gestão ambiental.

Em muitos casos, realçou, muitas indústrias não têm um plano de gestão ambiental, sendo que parte dos resíduos líquidos são despejados sem tratamento prévio nas linhas de água, a partir das quais a população se abastece, sem esquecer a emissão de gases.

"Em grande parte dos casos não existe uma preocupação destas empresas em relação à população em redor. É verdade que em muitos casos foi a população que invadiu o espaço das indústrias, talvez por falta de fiscalização ou actuação da administração local do estado", admitiu.

A JEA, cuja missão continua centrada na educação ambiental, ensaiou em 2007 um pequeno projecto de levantamento de indicadores ambientais, o qual ficou pelo caminho por falta de algumas componentes para finalizar o trabalho.

Com a posse da nova direcção, em Outubro último, José Silva deu a conhecer a intenção de se criar um Comité Técnico Científico para dar respostas a questões que carecem de uma componente mais especializada.

"De certa forma sentimos que a nossa acção em relação a estes aspectos ainda não é a mais visível ou desejada. A nossa acção está mais virada para pressionar as autoridades, com pronunciamentos a nível da comunicação social, a intervenção em fóruns e a denúncia de algumas situações", reconheceu.

POLUIDOR-PAGADOR

O "princípio clássico" da gestão ambiental "poluidor-pagador" podia, no entender de José Silva, ser uma solução para alguns problemas que se registam, não só nos casos aqui abordados da presença de indústrias em zonas residenciais, mas em situações onde fosse possível exigir das entidades empresariais a reposição de alguma normalidade.

"Se olharmos para a Lei de Bases, esse princípio pode não estar tão visível, mas existem várias disposições na legislação ambiental que se articulam com aquele princípio do poluidor-pagador", esclareceu.

Entretanto, acrescentou, já foi aprovada legislação sobre crimes ou transgressões ambientais, a qual, de certa forma, responde ao espírito do princípio "poluidor-pagador".

"Julgamos ser necessária uma melhor aplicação deste princípio, e isto só é possível com uma fiscalização mais eficaz, bem como a cultura de denúncia e o recurso, à acção popular por parte do cidadão, quando sentir que a sua qualidade de vida está em causa", lembrou.

PRINCÍPIO DA COMPENSAÇÃO

O responsável da JEA falou ainda do "princípio da compensação, responsabilização ou prevenção".

O princípio da compensação, avançou, aplica-se, por exemplo, em situações em que existem projectos que, pela sua natureza, causam impactos ao ambiente mesmo depois de executadas as recomendações do estudo de impacto ambiental.

Segundo o especialista, além da responsabilidade social corporativa, os investidores "são obrigados" a compensarem a região onde está a ser aplicado o projecto com outros investimentos, designadamente na área da educação, cultura, ou ainda em áreas que geram algum impacto económico.

E avançou com o exemplo do caso da refinaria do Lobito onde, ainda antes do início da construção, já foi anunciado que será construído e instalado um laboratório ambiental e uma escola na comuna do Culango.

PRIMAZIA À PETROLÍFERA

Ainda de acordo com a opinião de José Silva, tem-se dado mais atenção a estas questões junto da indústria petrolífera, por esta ser muito propensa a acidentes, apesar das normas de segurança apertadas e dos investimentos realizados.

"Pensamos que se deveria dar maior atenção a outras actividades, as quais, apesar de impacto mais reduzido, não deixam de causar danos ao ambiente e, muitas vezes, têm graves implicações na qualidade de vida dos seres vivos e na saúde humana".

2.6 Palanca. Vala inacabada enluta famílias

Jornal Agora

14 De Fevereiro de 2014

'Perigo de morte!' É o sinal de alerta mais adequado para se colocar ao longo das margens da vala de drenagem que, proveniente do Centro Emissor do município do Cazenga, rasga a rua 'D' do bairro Palanca, no distrito do Kilamba Kiaxi, município de Luanda, passa pelos bairros Popular, Cassequel, Catinton (Rocha Pinto) e desemboca na Praia da Nicha, no município de Belas.

Mas, por que razão colocar um painel com uma informação alarmante, numa infra-estrutura que serve para escoar as águas brancas (da lavagem de loiça e roupa), pluviais e dos esgotos? A razão é simples. No ano passado, em Dezembro, morreram duas pessoas afogadas na vala em referência.

Como a terceira é de vez, decidimo-nos a mover a nossa equipa de reportagem ao local, porquanto

Manuel Brás, jovem de 16 anos, natural de Luanda, foi a terceira pessoa que perdeu a vida afogada, no dia 1 de Fevereiro de 2014, de uma lista 'fúnebre' de mortes por afogamento, que já começa a engordar sem motivos plausíveis.

'PARAÍSO' TRAIÇOEIRO. À primeira vista, quando franqueámos a rua 'D' do Pai anca, salvo algumas elareiras da água salobra da vala, que transborda de tão cheia, vislumbra-se o verde do Jardim do Éden - paraíso, de plantas verdes dispostas completamente na vala como um manto. Mas é tudo miragem, dado que o perigo é eminente.

Quem se desloca do centro de Luanda para o município de Luanda, pela avenida Deolinda Rodrigues (estrada de Catete), não passa incólume à fábrica de tabacos (FTIJ). No outro lado, a cerca de 15 metros, está a rua 'D', ao atravessar a vala. Alguns automobilistas se sentem-se aflitos pelo solavanco que a saliência da infra-estrutura subterrânea provoca ao estômago, mas isso são outro assunto.

Na rua 'D', em que está a vala que corta perpendicularmente a estrada de Catete, as obras estão paralisadas, há montanhas, entulhos, detritos, carros à venda perfilados ao longo das margens e lavadores de carro que exercem o seu trabalho diariamente naquela zona. A matéria-prima dos lavadores de carro é a água. Logo, não é preciso adivinhar onde os jovens retiram a principal matéria para ganhar o pão de cada dia: na vala. Mas, esta, apesar do risco que acarreta, é a única fonte que tem para desenvolver as suas actividades. Panzo Mateus, ex-colega do finado Manuel Brás, revelou ao Agora como sucedeu a morte do amigo. "Ele foi à busca de água na vala, encheu o balde e, como recipiente estava muito cheio, não suportou o peso e escorregou.

Acto contínuo, foi arrastado pela correnteza para minutos depois falecer. Ainda gritamos por ajuda, mas o auxílio infelizmente chegou tarde. Foi muito triste ver o meu amigo falecer daquela maneira", recordou.

Questionado sobre a ocupação que exerce diariamente no bairro Palanca, Panzo foi pragmático: "sou chefe de família Tenho dois filhos. Para os sustentar, está cada vez mais complicado, porque estou desempregado e a situação está difícil para quem não tem emprego.

Prefiro lavar carros a roubar. Sou órfão de pai. A minha mãe não trabalha, pelo que não quero arranjar mais problemas para a minha família", desabafou.

"A vala de" drenagem onde faleceu Manuel Brás e outros cidadãos angolanos estida e tem cerca de quatro metros de profundidade. A mesma, objecto da nossa reportagem, começa no Centro Emissor do Cazenga e termina na Praia da Nicha, no município de Belas", informou a este jornal uma fonte limpa junto do Governo Provincial de Luanda. Ao longo deste percurso que abrange três municípios da província de Luanda, quantos casos de luto e dor terão acontecido, não reportados por omissão? Mas esta é uma situação que compete, principalmente, às famílias lesadas. Decidimo-nos então a prosseguir a reportagem.

"ELE SEMPRE FOI UM JOVEM ESTUDANTE".

Confusa, revoltada e invadida por um sentimento de nostalgia, Luísa de Sousa Brás, mãe do falecido, até à morte do seu filho, no dia 1 de Fevereiro, desconhecia que este era lavador de carros.

"O Manuel saía de casa de manhã e só voltava à tarde, porque frequentava um curso técnico num centro de formação profissional.

Ele sempre foi um jovem estudante. Como é que o meu filho perdeu a vida, justamente na semana que veio passar uns dias comigo, meu Deus?", interrogou e lastimou.

Luísa de Sousa apelou à administração distrital do Kilamba Kiayi para que resolva a situação desta vala que já ceifou três vidas, antes que outras famílias fiquem igualmente enlutadas.

ZAGOPE PARALISOU OBRAS HÁ OITO MESES.

A onda de reclamações dos moradores tem subido de tom, desde o falecimento do primeiro cidadão que, em pleno estado de embriaguez, escorregou para a vala de drenagem, obra da Unidade Técnica de Saneamento de Luanda, sob empreitada da empresa Zagope Construções e Engenharia, S.A., instituição que, curiosamente, ignorou as questões do Agora, enviadas por e-mail. A secretária da mesma empresa barafustou e não deu dados sobre uma figura que respondesse às questões levantadas pelos moradores do bairro Palanca.

Aliás, entre os munícipes daquela parcela do Kilamba Kiaxi, o sentimento é de revolta. João Gonçalves, residente no Palanca há mais de 25 anos, disse que a situação se complicou desde que a Zagope abandonou os trabalhos de construção da vala há oito meses. Aquele munícipe afirmou estar apreensivo. Avizinham-se as chuvas e, de Fevereiro a Abril, todos sabemos que elas são muito intensas", advertiu.

"Ninguém esclarece nada sobre este assunto, que está a constituir enorme perigo para os nossos filhos e não só. Por outro lado, acredito que o administrador não está interessado em melhorar a situação do bairro, porque não sentimos mudanças", alega, contundente.

Nicolau Duarte, igualmente morador do bairro Palanca, acusa os fiscais da Administração do Kilamba Kiaxi de serem coniventes com a morte do jovem lavador de carros, em virtude de estes assistirem impávidos e serenos ao trabalho que desenvolvem no dia-a-dia, apesar do risco que representa 'acarretar' água suja na vala.

"Eles é que são os homens da lei, mas o que fazem aqui não é certo. Cobram dinheiro aos pobres jovens, invés de correrem com eles.

Isto é muito feio, uma vez que tinham a missão de os prevenir", sublinhou.

ENTIDADES FECHAM-SE EM COPAS. Não foi possível a equipa de reportagem do Agora obter uma reacção de José Francisco Correria, administrador do distrito do Kilamba Kiaxi, sobre as duas mortes que ocorreram no fim de 2013, incluindo o falecimento de Manuel Brás, este ano, porque o gestor daquela municipalidade está fora do país.

"Senhores, já vos disseram que o administrador não está presente. Aqui não há ninguém autorizado a responder por ele", disse o director do gabinete daquele responsável.

A Zagope Construções e Engenharia S.A., empreiteira da vala de drenagem inacabada, também se fechou em copas, relativamente à data de arranque das obras da vala da rua 'D', no bairro Palanca. Por ora, a mesma está assoreada com lixo, terra e outros detritos.

Há probabilidades de as coisas se agravarem quando as chuvas se abaterem sobre Luanda. Os moradores por aquelas bandas estão temerosos.

2.7 Bairro Huambo pode ser engolido nos próximos dias

Jornal Manchete

14 De Fevereiro de 2014

O bairro surgiu, num abrir e fechar de olhos, tendo as casas sido construídas junto a vala de drenagem, com material precário. O mesmo localiza-se no município da Maianga, junto ao campo de futebol do Inter Clube de Luanda.

Segundo constatou o Manchete, o perigo é eminente, sobretudo no tempo chuvoso, altura em que o bairro fica inundado, verificando-se a destruição de muitas residências.

No local, Mariana Epalanga, moradora, contou ao Manchete que, devido esta situação, muitos dos habitantes estão a abandonar o bairro, indo morar com os seus familiares nas outras circunscrições. "Os que não têm para onde ir vão a casa de familiares, os outros alugam casas noutros bairros", disse a interlocutora.

Por seu lado, dona Ngueve Francisco, igualmente moradora, contou que "em tempos caiu uma chuva que inundou as casas e por pouco as crianças seriam levadas pela corrente das águas". Questionada pela nossa reportagem sobre os motivos que fazem as pessoas insistirem em viver neste bairro, Maria Fernando disse: "Na altura não havia possibilidade de viver num outro sítio que não fosse aqui, não tínhamos possibilidades". Por sua vez, Cristina Abel lembrou que "quando nós viemos viver aqui a vala foi pequena, não tinha esse buraco grande, era apenas uma ravina de nada".

Por causa do amontoado de lixo e das águas paradas foi difícil até para a nossa equipa de reportagem fazer a ronda na zona, mas os moradores parece estarem já habituados com o cenário.

Mário Eduardo revelou que "a vala iniciou na RS, lá já tinha mais de 50 casas que foram destruídas pela chuva, do outro lado foram arrasadas 35 moradias. Móveis de casa, senhoras e crianças já

foram levadas pelas águas das chuvas e ninguém está a resolver esse assunto".

Por seu turno, Jaime Pascoal adiantou que "ainda existem senhoras que deitam pneus aqui na vala, aqui é um centro de mosquitos, por exemplo neste bairro, os casos de paludismo é mesmo muito alarmante".

Os residentes desta zona pedem a intervenção imediata das autoridades competentes para solucionar os problemas que os aflige.

Isaac Tomás, frisou que "o Governo tem que dar mesmo uma solução urgente, porque estamos a viver extremamente mal".

Para responder as inquietações dos moradores a administração do distrito da Maianga prometeu pronunciar-se nos próximos dias. O bairro Huambo está situado no Rocha Pinto, distrito urbano da Maianga, por detrás do campo do Inter Clube de Angola.

2.8 GPL

Jornal Manchete

14 De Fevereiro 2014

Nos últimos tempos assiste-se em Luanda, uma carência gritante da gestão dos jardins e zonas arbóreas.

O cenário em que se apresentam actualmente os jardins, é extremamente desolador. Nas poucas avenidas que se encontram relvas, estas estão totalmente seca por falta de regas periódicas e manutenção, pelo que a cor verde já deu lugar a castanha, tirando assim o valor tanto ornamental quanto ambiental. Existem inúmeras questões que continuam sem respostas. É responsabilidade do GPL gerir ou adjudicar esta responsabilidade a terceiro sem no entanto descorar da cobrança de responsabilidade quando estes não cumprem com o contrato.

Meus senhores, é do conhecimento dos angolanos que Luanda é a cidade espelho do país, a cidade modelo, portanto qual é a razão do abandono das zonas verde. O mesmo acontece com as zonas arbóreas, depois da tentativa de se plantarem mais árvores um pouco por todas" artérias da cidade,

infelizmente, muitas delas hoje estão também a secar.

2.9 Exploração ilegal de madeira causa graves danos

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2014

A exploração desenfreada de madeira nos quatros municípios da província de Cabinda, por madeireiros não licenciados pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal, está a provocar enormes danos ao Ambiente. A situação é alarmante, pois o "garimpo de madeira", além de causar danos à flora, causa também a migração de muitas espécies animais, com maior incidência para os elefantes, que fogem para áreas habitadas.

As manadas de elefantes que se movimentam no interior da floresta estão a se refugiar-se junto das aldeias, onde devastam as lavras e derrubam as casas. O técnico da Secretaria Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Manuel Nunes Barata, em disse ao Jornal de Angola que o negócio de exploração ilegal de madeira está a aumentar todos os dias devido aos elevados lucros que propicia.

"Ao abaterem as árvores usam motosserras, causando forte poluição sonora na floresta, o que leva milhares de animais a fugir" denunciou Manuel Nunes Barata, para quem essa prática mexe com o ciclo de vida de muitas espécies animais.

Manuel Nunes Barata defende que a exploração da madeira deve ser feita de forma racional, na perspectiva de criar reservas para as futuras gerações e que não deve haver ambição pelo lucro fácil.

A par da exploração desenfreada da madeira que se verifica um pouco por todas zonas florestais de Cabinda, o técnico da Secretaria Provincial do Ordenamento do Território Urbanismo e Ambiente indicou também a caça furtiva e o abate indiscriminado de árvores para a produção de carvão e lenha como factores que estão a contribuir para a degradação rápida e sistemática do Ambiente.

Manuel Nunes Barata condenou essas práticas, que atribui a cidadãos nacionais e estrangeiros ilegais.

E avisou que o abate indiscriminado de árvores vai provocar num futuro breve a erosão dos solos e alterações no ecossistema.

Mais fiscalização

O Executivo criou o Parque Nacional do Maiombe, administrado por técnicos qualificados e com uma equipa de 16 fiscais. Manuel Nunes Barata diz que o "garimpo" de madeira e a caça ilegal têm os dias contados.

Numa primeira fase os fiscais estão a trabalhar na sensibilização e educação da população sobre a necessidade de acatar as regras ambientais, visando a preservação da fauna e flora existentes na floresta do Maiombe.

O técnico da Secretaria provincial do Ordenamento do Território Urbanismo e Ambiente esclareceu ainda que preservar a floresta permite a sua exploração para fins comerciais mas tudo tem de ser feito de uma forma disciplinada e racional tendo sempre em atenção as quantidades a abater e apenas as espécies permitidas por lei.

"Cabinda possui várias espécies florestais de alto interesse económico e que são as que dão maior rendimento" disse Manuel Nunes. O governo Provincial de Cabinda está preocupado com a preservação do Ambiente. Por isso lançou projectos nesse domínio para garantir o equilíbrio ambiental.

Manuel Nunes Barata deu como exemplo a inclusão de jardins e a plantação de árvores em novas zonas habitacionais, tendo em conta a importância que as plantas têm na produção de oxigénio e de sombra.

"A cintura verde de uma zona urbanística ajuda a absorver o pó existente na atmosfera, devido à existência de árvores que servem de tampão. O dióxido de carbono produzido pela respiração das pessoas também é absorvido pelas árvores" disse.

"Um trabalho realizado recentemente culminou na requalificação, preparação de jardins e arborização de largos e artérias da cidade de Cabinda" sublinhou, lamentando o atraso que se regista nas obras de construção do aterro sanitário de Cabinda. A falta do aterro faz com que muito lixo produzido na cidade e periferia seja depositado na zona do Ntó a céu aberto, causando com isso muitas doenças às populações vizinhas.

Projectos ambientais Manuel Nunes Barata considera imprescindível a conclusão das obras do aterro sanitário, por ser de extrema importância e contribuir para a redução de gastos que o Estado faz na importação de fertilizantes, na medida em que os resíduos sólidos podem servir para a produção de adubos utilizados na agricultura.

Quando existir a separação de metais, plásticos e papéis, estes recursos ganham elevado valor depois de um processo de reciclagem. Por isso, Manuel Nunes Barata reiterou a necessidade de ser concluída com urgência a construção do aterro sanitário, prevista para o primeiro semestre do ano em curso.

2.10 Vítimas das chuvas recebem apoio

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2014

Pelo menos 35 chefes de família que perderam as suas casas e outros haveres, em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a localidade de Cangundo, município do Negage, no Uíge, receberam apoios, consubstanciados em chapas de zinco, bens alimentares, roupa diversas e cobertores.

O chefe do Departamento de Protecção Civil e Bombeiros da província, Eduardo André, que entregou os bens, disse que esta medida faz parte de programa destinado a assistir 113 chefes de família, num agregado correspondente a 1.442 pessoas, nos municípios de Negage, Milunga e Bembe.

"Apesar das quantidades não serem suficientes, acreditamos que, ainda assim, vão ajudar a minimizar as dificuldades que estas pessoas têm enfrentado, depois de perderem tudo, incluindo as suas casas", disse.

"Vamos prosseguir com este gesto, visto que, além desta localidade, existem outras dos municípios de Cangola e Bembe, onde pelo menos 262 pessoas estão ao relento, pelo mesmo motivo", acrescentou.

Eduardo André apontou a fraca qualidade do material empregue nas construções e o derrube de árvores, como alguns factores que estão na base da

destruição de muitas habitações pela força dos ventos e da água.

Nesse sentido, Eduardo André pediu à população para construir em locais seguros e com materiais mais resistentes.

O regedor de Cangundo, Francisco Rafael, agradeceu a medida em nome da população. "Estamos satisfeitos com este apoio dado pelo Governo, mas esperamos que não fique por aqui, porque aqui temos muitas pessoas com idade avançada a necessitar de muito apoio para poderem sobreviver", alertou.

A autoridade tradicional lembrou que a chuva do dia 17 de Janeiro destruiu 35 residências e dois reservatórios de água, deixando ao relento 92 famílias. "Essas famílias ficaram ainda mais empobrecidas. Depois de verem as suas casas destruídas, albergaram-se em casas de familiares, amigos ou vizinhos. Com este apoio, algumas delas vão poder recuperar as suas habitações", disse.

A regedoria de Cangundo tem uma população calculada em 8.868 habitantes, distribuídos por seis aldeias: São Paulo, Quissete, Cacongo, Cangundo, Catumbo e Cahidi.

2.11 Falta de chuva compromete colheitas

Jornal de Angola
21 De Fevereiro de 2014

A ausência prolongada de chuva desde Novembro no município do Nzeto, Zaire, pode comprometer a presente época agrícola naquela região, declarou o presidente da UNACA, António dos Santos.

A situação está a preocupar os camponeses da região que já antevêem uma penúria alimentar nos próximos meses, devido à destruição das sementes lançadas à terra.

"A situação é preocupante e, caso não chova nos próximos tempos, corremos o risco de perder todas as culturas", lamentou o presidente da UNACA.

Os agricultores do projecto Agricultava, implantado na região por uma empresa israelita

em parceria com o Ministério da Agricultura, também estão preocupados com a persistente falta de chuva. António dos Santos disse que 400 hectares de mandioca e milho cultivados estão à beira da destruição porque a fazenda do Agricultava não dispõe de sistema de irrigação. O município do Nzeto, situado a 230 quilómetros da cidade de Mbanza Congo, acolheu em Outubro passado a abertura da campanha agrícola na província do Zaire.

O município tem 18 cooperativas agrícolas e quatro associações de camponeses. O Nzeto tem uma população de 60 mil habitantes que se dedicam à agricultura e pesca.

2.12 Residentes pedem socorro

Jornal de Angola
22 De Fevereiro de 2014

Por todo o lado existem placas que proíbem a deposição de lixo na vala. Mas os avisos são ignorados. Pneus, sacos de plástico, lixo doméstico, entulho, tudo é lançado na vala ou depositado nas suas margens.

Outra situação preocupante é a ponte para travessia de peões de um lado para o outro do bairro Cassequel, que está totalmente danificada. As pessoas passam com carros de mão e bacias à cabeça sem a mínima preocupação, pondo em risco as suas vidas.

Teresa Simão mora no bairro há mais de dez anos e disse à reportagem do jornal de Angola que a ausência de contentores de lixo é a uma das razões para a desastrosa condição higiénica do bairro. "Não temos contentores de lixo, as empresas de recolha de lixo e de manutenção sanitária não passam por aqui. É necessário, um local para colocarmos o lixo", disse. Os habitantes estão preocupados com as condições de higiene do bairro, mas outros já estão habituados até com o cheiro nauseabundo que vem da vala de drenagem. Ana Pedro vende a famosa "magoga" bem ao lado da vala. Explica porque montou a sua quitanda ao lado da vala entupida com lixo e entulho: "a paragem dos táxis é neste local, sempre vendi aqui, já estou acostumada ao mau cheiro, às moscas e mosquitos", disse.

Nas épocas de chuva a situação fica ainda mais grave, porque a vala enche e há necessidade de

utilizar a As pessoas passam na ponte sem a mínima preocupação e põem em risco as suas vidas ponte, mas é muito arriscado por causa do seu mau estado. "Trabalho num posto médico aqui ao lado e testemunho casos de malária com muita frequência no tempo da chuva, é por causa da vala" explicou à nossa reportagem Paulo Tomás.

Alguns residentes na tentativa de terminar com o lixo queimam-no, mas mesmo assim não obtêm os resultados esperados. Os moradores do Cassequel pedem socorro à Administração Municipal. O lixo e a água estagnada matam!

2.13 Asfalto em farrapos obriga ao corte de trânsito

Jornal de Angola
24 De Fevereiro de 2014

O Largo da Cimex, donde parte a Rua Stuart de Carvalhais, no Bairro Neves Bendinha, está sem asfalto e repleta de lixo. A Polícia Nacional cortou o trânsito na zona, porque a via está intransitável.

Ao longo da via aberta ao trânsito e que liga o Largo da Cimex à Rua Stuart Carvalhais, vende-se de tudo, desde bens alimentares a vestuário. Os taxistas param onde podem e não podem, o que provoca filas intermináveis de carros.

O chão está coberto de roupa de fardo e outros produtos. Os moradores daquela zona têm muitas reclamações a fazer e esperam dias melhores. Yuri de Oliveira contou à reportagem do Jornal de Angola que as ruas do bairro estão degradadas.

"Muito lixo no asfalto, as pessoas urinam na rua, carros avariados tomam conta dos passeios que já não existem e tudo tende a piorar porque o mercado do Bairro Popular não é suficiente para receber todos os vendedores. Nos Congolese, no Nelito Soares, também não há espaço por isso a solução é vender na rua", disse Yuri de Oliveira.

Ruas intransitáveis

Os agentes da Esquadra Móvel fecham as ruas intransitáveis. Os taxistas "furam" as barreiras e criam ainda mais confusão. "Os moradores nem sabem se há administrador, nunca o vimos. Temos falta de energia e água. Como não existem balcões das empresas distribuidoras, temos de nos dirigir à

EDEL no Golfe II para comunicar as avarias e sermos socorridos, quando temos uma administração que devia resolver esses assuntos", disse Yuri de Oliveira.

O posto da EDEL que está na Administração do Bairro Neves Bendinha só serve para pagamentos. Mas os serviços de piquete da EDEL e da EPAL atendem sempre as chamadas dos moradores quando estes fazem reclamações. E a única coisa positiva.

O taxista Mendes Panzo disse à nossa reportagem que é difícil trabalhar nestas condições: "não há passageiros porque o troço da Cimex até ao Avô Kumbi está intransitável por causa dos buracos. Há dois anos que a obra arrancou. Neste momento os trabalhos estão na zona da Escola Amizade Angola e Cuba. Nunca mais terminam. Não existe recolha de lixo porque os carros não podem circular".

Oswaldo Paulo é taxista e disse que o trabalho é dificultado pela Polícia, que fecha as ruas sem prévio aviso: "não temos paragens para os táxis e os polícias para nos deixarem trabalhar exigem gasosa.

Recolha de lixo

Os passageiros já não aceitam vir para aqui, e ferem ir a pé até ao Hospital dos Queimados e lá apanham o táxi". O responsável da esquadra móvel para os carros não ficarem danificados". A Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, o Governo Provincial e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda é que têm de resolver os problemas da recolha de lixo. Mas é difícil, enquanto as ruas do bairro não estiverem transitáveis. Os usuários da rua aguardam com expectativa a reabilitação da rua.

3. MARÇO

3.1 Chuva torrencial provoca estragos

Jornal de Angola
04 De Março de 2014

Mais de cinco centenas de pessoas estão desde domingo desalojadas na província de Cabinda, em consequência da intensa chuva que caiu sobre a cidade e arredores, acompanhada de fortes ventos.

A chuva destruiu bens domésticos e várias casas e criou grandes transtornos ao tráfego rodoviário em várias artérias da cidade e dos bairros periféricos. As valas de drenagem transbordaram, provocando inundações em áreas moradias.

O administrador de Cabinda, Artur do Carmo Manuel, considerou a situação "alarmante", devido aos avultados prejuízos causados pela chuva. O responsável referiu que as zonas mais críticas são as de Lomolombo, Lombe, Tchizo e toda a bacia hidrográfica do município, que ficou alagada e destruída.

O bairro 10 de Maio, sobretudo área de Luvassa Sul, e o troço que dá acesso ao mercado de São Pedro, foram fortemente afectados.

"Aqui tivemos de destruir algumas condutas de drenagem das águas pluviais para que a água corresse, o que nos permitiu evitar a situação mais complicada", informou o administrador.

As autoridades de Cabinda continuam a fazer o levantamento dos estragos causados para depois ser feita a intervenção de socorro aos desalojados, com o objectivo de serem garantidas as condições mínimas de sobrevivência humana.

A Administração Municipal de Cabinda, a Protecção Civil e Bombeiros e a Direcção Provincial da Reinscrição Social estiveram reunidas para estudar os apoios a conceder, que passam pela oferta de chapas de zinco, bens alimentares e utensílios domésticos.

"O levantamento prossegue, mas, devo já adiantar que em função dos dados provisórios de que dispomos, mais de 200 famílias estão ao relento",

informou o administrador, Armando do Carmo Manuel.

3.2 Famílias desalojadas são apoiadas

Jornal de Angola
04 De Março de 2014

As 175 famílias do município da Quibala, cujas casas foram destruídas pela chuva de terça-feira receberam apoios em materiais de construção, alimentação, vestuário, tendas e detergentes.

Os meios entregues foram construídos no âmbito de um processo de mobilização, que envolveu Administração Municipal, Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Direcção Provincial da Assistência e Reinscrição Social e Grupo Cultural Cuanza Sul e teve a colaboração das empresas Organizações Macambá e a Casa Cambologi. Entre os meios entregues contam-se 18 tendas para realojar outras tantas famílias, cujas casas foram totalmente destruídas pela chuva.

O administrador municipal afirmou que as vítimas precisam de mais ajudas, pois foram afectadas 3.340 pessoas, entre as quais crianças. Manuel Fernando pediu às instituições públicas e privadas, às organizações da sociedade civil e às Igrejas que ajudem as vítimas da chuva que atingiu principalmente os bairros Quifangondo, Pedra Escrita, Zero e Marien Ngouaby.

3.3 Fundo contra seca no Cunene

Jornal de Angola
12 De Março de 2014

A UNITA propôs ontem a instituição de um fundo que reforce o sistema de irrigação a partir do Cunene, à semelhança do sistema namibiano.

O secretário-geral da UNITA, Victorino Nhany, justificou a criação do fundo com a necessidade de ultrapassar as dificuldades que os camponeses e criadores de gado nas províncias da Huíla e do Cunene enfrentam devido à longa estiagem na região.

Victorino Nhany falava à imprensa em Ondjiva no final da cerimónia em que apresentou o novo secretário provincial da UNITA no Cunene,

Evaristo David Ndemupakepe sobre a actual situação social e económico do país. O deputado defendeu melhor distribuição do rendimento nacional. Disse que a má distribuição da renda nacional pode originar vários problemas, dividindo os angolanos.

O político lembrou que o seu partido se preocupa com o emprego e defende o princípio de que a prioridade deve ser dada ao angolano.

O novo secretário provincial da UNITA reiterou a vontade de dirigir os destinos do partido, através da mobilização permanente para o crescimento das suas fileiras na província e conta com o contributo de todos os militantes e simpatizantes.

Evaristo David substitui Lazaro Oliveira Kacunha, que passa a exercer o cargo de comissário provincial eleitoral

3.4 Sofrimento causado pela chuva vai durar mais um pouco

Jornal O PAÍS

07 De Março de 2014

O administrador do município do Cazenga, Nataniel Narciso, explicou que a questão das vias está sobre responsabilidade do Ministério da Construção. A direcção municipal ajuda no alojamento e no cadastro da população que venha a ser retirada por estar junto das vias, e na retirada dos vendedores ambulantes de forma a não dificultarem o trabalho das construtoras, "Estas são as responsabilidades da administração no que concerne 'as vias' ", disse.

De acordo com o responsável municipal, a falta de asfalto tem sido um grande constrangimento na garantia da vida social das populações. "As vias não reparadas provocam uma série de constrangimentos e é uma das maiores reivindicações da população do Cazenga".

Nataniel Narciso disse que existe um pacote aprovado e já em execução, que inclui a estrada da Fiaco, a 5ª e a 6ª Avenidas, a rua do Patrício e a rua do Sete é Meio. O Administrador afirmou que gostaria que as obras andassem um pouco mais depressa.

O mau estado do asfalto cria dificuldade à população, pelai mobilização que causa e à própria

vida da população. impede a rec011ta do lixo e o acesso aos hospitais, realçou.

A 7ª avenida estava entregue à Camargo Correia, mas a obra foi suspensa devido à falta de financiamento para as empresas brasileiras completarem o pacote existente e também por falta de realojamento de ISO famílias, que na altura rejeitaram viver no Panguila, contou.

'a altura, a Camargo Correia já tinha aberto a primeira camada, mas a Administração viu-se na obrigação e necessidade de tapar a vala, com a orientação do Ministério da Construção, pois criou grandes transtornos, disse o responsável.

A continuação das obras está prevista, mas o que a está a impedir Nataniel Narciso, administrador elo Cazenga neste momento é o realojamento da população. A empresa encarregue de uma determinada estrada é responsável pelo desalojamento das pessoas daquela área. O pacote que inclui a reparação da estrada inclui também a construção de casas para a população, daí o motivo do atraso das obras, esclareceu.

Segundo o administrador, a direcção municipal está preocupada e tem feito tudo para facilitar que o trabalho ande o mais rápido possível. "Estamos a contar com o processo de requalificação que está bastante adiantado e que vai proporcionar que algumas pessoas possam ser transferidas para essas casas" , disse.

Para o administrador existe um grande esforço do Governo, quanto às vias e do bairro do Cariango que já foram reabilitadas.

"Enquanto as obras não terminam definitivamente temos que usar alternativas. A administração aprontou-se para o período de chuva, preparou os carros de solução, equipamentos como motobombas e as mangueiras, para serem usados como paliativo para essas situações que ainda vão durar um pouco", adiantou.

3.5 Chuvas deixam muitas famílias sem casa

Jornal de Angola

08 De Março 2014

O administrador municipal de Caungula, Katoco Sozinho, disse ontem, ao Jornal de Angola, que as

enxurradas destruíram igualmente 'varias infra-estruturas administrativas e sociais, com destaque para a casa do administrador comunal de Camaxilo, uma escola, centro comunal de saúde e 22 postes de energia. As chuvas deixaram ainda intransitável a Estrada Nacional 225, que está em obras de reabilitação.

Katoco Sozinho assegurou que as famílias sinistradas estão alojadas em escolas e outras em casa de familiares, onde aguardam o apoio das autoridades da província, e lamentou as péssimas condições em que estão a viver neste momento, mas garantiu que a Administração Municipal não tem capacidade de assistência, tendo em conta o elevado número das pessoas afectadas.

'Mobilizámos algumas escolas para que essas famílias possam ser albergadas, até que sejam criadas as condições efectivas para a sua acomodação", salientou, assegurando que a Administração Municipal está a fazer tudo para garantir as condições mínimas de sobrevivência a estas famílias.

Os apoios imediatos passam pela aquisição de chapas de zinco, para permitir que possam construir novas residências, cobertores, painéis, vestuário e alimentação.

Katoco Sozinho referiu que a Administração Municipal comunicou, em tempo oportuno, às instituições competentes, como é o caso da Protecção Civil e Bombeiros e a direcção provincial da Assistência e Reinserção Social, e recebeu garantias de que, nos próximos dias, vão chegar os apoios necessários.

"E uma situação muito preocupante e esperamos que a resposta das autoridades competentes seja breve, porque as famílias sinistradas não podem ficar muito tempo nestas condições", realçou. As construções desordenadas contribuem, em grande medida, para a destruição de residências sempre que chove, porque as águas das chuvas não encontram caminho por onde passar. Para acautelar esta situação, o administrador apresentou como solução a urbanização de todos os bairros, principalmente aqueles que vão surgindo na periferia da sede municipal, para que a população possa viver num meio social com dignidade e fazer face às quedas pluviométricas. Outro passo que está a ser dado pela administração municipal é a aquisição de

pára-raios, de modo aprevenir as descargas eléctricas. "É um desafio que temos, porque no ano passado registámos sete óbitos por descarga eléctrica. Como estamos numa zona que chove muito, é nossa obrigação prevenir esta situação, para proteger a população das calamidades naturais", afirmou o administrador municipal de Caungula.

3.6 Desalojados de Chuva de Cacuo continuam em tendas a sete anos

Jornal Angolense

08 De Março 2014

São mais de três centenas de famílias que vivem, aliás sobrevivem em condições inóspitas desde 2007 em tendas de campanha localizadas no bairro Golfe-2, no distrito urbano do Kilamba-Kiayi. Dentre os desalojados, estão as vítimas das enxurradas que se abateram impiedosamente sobre o município do Cacuo há sete anos, como também os populares que foram despejados pelo Camartelo demolidor do GPL nos bairros do Iraque e Bagdad. Ironia do destino ou não: os desalojados, tanto os do Cacuo como os do «Iraque» e «Bagdad» vivem paredes-meias com duas congregações religiosas, mais concretamente as igrejas Iosafath - antiga Maná- e a Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, vulgo Simão Toco. Dada a proliferação de igrejas na zona pode-se inferir que as gritantes carências materiais a que têm sido sujeitos estarão a ser mitigadas de forma espiritual.

Há poucas esperanças entre os infelizes, já que não acreditam que o quadro sombrio venha a inverter-se a curto ou médio prazo, depois de terem passado 7 anos a assistir à mudança de governadores provinciais: primeiro, Francisca do Espírito Santo, depois, José Maria dos Santos, e, por último, Bento Bento. Agora, as esperanças, ainda que ténues, recaem sobre este último edil, já que de outros guardam tristes recordações.

Logo à entrada do campo de refugiados, o Semanário Angolense deu com uma tenda gigante, de eor castanha, já bastante deteriorada. Apesar do castanho dominante, na tenda são ainda visíveis sinais de que a mesma era antes verde, pelo que tudo aponta que as chuvas, os fortes raios solares e as poeiras ofuscaram a vivacidade daquele alojamento precário.

Na tenda gigante, um pano estendido ao comprido faz a vez de porta. Na parte exterior da mesma, duas crianças debruçadas sobre uma fogueira têm o olhar concentrado numa panela que, a avaliar pela hora, seria a do almoço.

O cenário no local é, de resto, bastante desolador: junto às tendas existem várias poças de águas paradas que empestam a atmosfera com um cheiro nauseabundo, ao ponto de obrigar os visitantes a levarem, com alguma frequência, as mãos às narinas.

Indiferentes ao perigo, algumas crianças brincam sobre as águas paradas, sem que tenham por perto um adulto a chamá-las à atenção para as consequências nefastas' que poderão advir daquelas brincadeiras inocentes.

Um rasgão de dimensões consideráveis na lona da tenda reduz ainda mais a privacidade deste alojamento precário, já que a partir da fresta aberta pode-se divisar o seu interior e observar os utensílios domésticos e outras bugigangas. A um canto da cobertura de lona, um saco de lixo atrai uma fauna de insectos, moscas, baratas e ratos.

Testemunhos dramáticos

A presença do Semanário Angolense no local despertou a atenção de algumas famílias que se encontravam debaixo de um sol intenso.

Cada um, à sua maneira, foi desafiando o seu rosário, queixando-se das péssimas condições sociais naquela «campo de concentração». Disseram de sua justiça, os momentos difíceis que têm passado durante os sete anos que lá vivem.

Maria Fatez, mãe de três filhos, recorda, com profunda tristeza, o dia em que a sua residência foi arrasada pelas águas da chuva. Diz que não tem estado a receber nenhum tipo de apoios por parte do Estado, estando a sobreviver de «pequenos negócios de medicamentos tradicionais» que vende diariamente na «zunga». Sentada à porta da tenda já bastante carcomida pelo tempo, ela afirma que tem vivido «momentos difíceis, que só Deus sabel».

Maria lembra, com nostalgia, a sua antiga moradia, que, segundo ela, dava-lhe o «mínimo de conformo», mas que há sete anos viu-se obrigada a viver naquela tenda.

Diz que tem estado a sofrer muito com as crianças. «Enfrentamos de dia um sol insuportável e, quando chove, a situação torna-se mais complicada. De noite, não temos energia eléctrica» lamenta, com o semblante desanimado.

Apurou-se que não existe naquele espaço nenhum género de saneamento básico, nem casas de banho, daí que os moradores sejam obrigados a defecar em sacos de plásticos. «Não temos outra alternativa senão fazermos as necessidades ao ar livre, por falta de casas de banho», desabafa António Manuel, que clama ao mesmo tempo por água potável, alimentos e serviços de saúde. Entre os descontentes, está igualmente Doroteia Vuluca, 45 anos, que se queixa igualmente das péssimas condições de habitabilidade. «Vivemos mal, sem condições mínimas. Quando começarem as chuvas, a nossa desgraça irá aumentar, já que corremos o risco de contrair várias doenças».

A sinistrada conta que as péssimas condições de habitabilidade naquele recinto já levaram à morte de alguns moradores, cujo número não precisou, uma vez que, segundo apurou a nossa reportagem, existe entre os populares um número considerável de familiares com pacientes que padecem de tuberculose e outras doenças contagiosas.

Soube-se também que varias crianças que vivem no «campo de concentração» estão fora do sistema de ensino, por falta de escolas.

Uma anciã revelou que o índice pobreza é muito elevado e que muitas famílias têm-se limitado a fazer apenas a uma refeição por dia. «Há famílias que nem conseguem comprar um pão para comer», afirmou Domingas Vuluca.

Emília Panzo, outra anciã vítima da «maldita» chuva que se abateu sobre o Cacuco em Janeiro de 2007, diz que o local tem sido alvo de várias de acções de marginais, que, às vezes, aparecem «munidos de facas para ameaçar os residentes».

Os sinistrados disseram também que, atendendo a situação anómala que os mesmos enfrentam, no ano transacto endereçaram cartas ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no sentido de verem os seus problemas resolvidos, «mas a coisa continua na mesma senda, sem qualquer resposta plausível sobre o assunto», frisou um dos moradores, que falou sob anonimato.

Entretanto, um dos coordenadores do «Centro», que falou também sob anonimato, disse ao Semanário Angolense que os moradores estão cansados com as falsas promessas dos governantes. «As pessoas aqui não têm dignidade humana, faltalhes de tudo um pouco».

Soube-se que o único Centro de Saúde que lá existia está encerrado há muito tempo devido à falta de medicamentos e materiais gastáveis. De igual modo, o Centro de Alfabetização fechou à míngua de verbas e material didáticos para os alunos.

3.7 Administração Recupera Zonas mais Afectadas

Jornal de Angola
14 De Março 2014

As ruas do Cazenga, Luanda, afectadas pela chuva dos últimos dias estão a ser reparadas e em breve é reposta a normalidade da circulação rodoviária e de peões, disse à Angop o administrador adjunto para a área Técnica.

José Bastos referiu que estão a ser retiradas águas nas vias públicas, limpas as escolas e desassoreadas as valas de drenagens.

A sucção das águas das chuvas, afirmou, é das prioridades da Administração Municipal por permitir melhorar a circulação rodoviária.

O administrador adjunto, que disse que os meios utilizados pelas equipas técnicas são insuficientes devido ao tamanho do município, considerou "preocupantes os estragos provocados pelas chuvas, principalmente na comuna do Hoji-ya-Renda, onde se registaram inundações nas ruas do Porto Santo, Funchal, Santa Cruz, Borracheira, Largo de Maio, Medicamentos e Mãe Preta, bem como no bairro Adriano Moreira. "A zona do Cazenga Popular, Encoi, Decorang, Quinta, Sexta, Sétima e Oitava Avenidas, escola Só Padre e a 7058, Mercado das Peças, Bacia do BCA, Fiaco, também foram bastante fustigadas pelas chuvas", afirmou. Cazenga, um dos sete municípios da província de Luanda..

3.8 Chuvas desalojam famílias em Luanda e Cabinda

Jornal O Continente
14 De Março de 2014

Em Cabinda as zonas mais afectadas e difíceis são as áreas do Lombo Lombo, troço que vai do Rio Lukola, zona do Lombo Kizu, a zona do 10 de Maio mais conhecida por zona do Luvassa Sul, a zona das bombas de combustível, troço que liga o povo grande antes do cemitério municipal, ficando intransitável, obrigando a destruição de algumas condutas de drenagem para que a água pudesse correr, sendo alagada e destruída a bacia hidrográfica do município.

Luanda os constrangimentos das chuvas registaram-se com maior realce para os municípios do Cazenga, onde segundo dados, duas casas ficaram inundadíssimas, Viana e Cacuaco, esse último onde se localizam algumas valas que constituem uma das grandes preocupações da população a julgar pelas suas pontes consideradas como descartáveis.

Nestas circunscções, nas suas ruas, a circulação de automóveis não é possível devido o alagamento das vias de acesso.

Em Viana, a via que dá acesso entre a estalagem e o Kicolo encontra-se alagada de tal maneira que o transporte de pessoas se faz de camiões que pagam duzentos Kwanzas, estando as demais intransitáveis.

Ainda na via do Ngola Kiluanje, estrada recentemente reparada, a partir do cemitério Mulemba (14) no Kicolo, registou-se o retomo da água dos esgotos para o asfalto, deduzindo-se, pelos moradores, que tal se deve ao não acabamento da estrada em reconstrução.

3.9 Chuvas revelam em mau Estado

Nono Jornal
14 De Março de 2014

O governo provincial de Luanda diz estar preocupado com o mau estado de conservação dos edifícios sobretudo, depois das últimas chuvas que se abateram sobre a capital. ONJ quis saber quantos prédios estão nestas condições, mas não obteve uma resposta precisa.

Há um considerável número de edifícios em Luanda em mau estado de conservação. Para a

Direcção Provincial da Habitação de Luanda, este fenómeno deve-se aos anos que já contam. Outros estão degradados por causa do mau uso e da falta de responsabilidade dos moradores e senhorios.

Dário Bamba, director do gabinete jurídico do GPL, disse ao NJ que estão a ser tomadas medidas para responsabilizar os donos dos edifícios com fissuras. Salientando que o grande problema das fissuras começa nas partes comuns, nas escadas, pátios, terraços, fossas e outros. As chuvas dos últimos dias fazem prever consequências sérias, sobretudo depois da queda dos alpendres do prédio do livro no Sambizanga, esta terça-feira, 11, aconselham medidas urgentes.

O responsável do GPL alerta que a má conservação dos edifícios, além de constituir uma transgressão administrativa, permite, no caso dos edifícios públicos, que o Estado tome medidas para a rescisão dos contratos de aluguer.

Quanto ao facto de poucos edifícios, até ao momento, terem merecido novas pinturas, depois dos apelos lançados pelo GPL, o jurista Dário Bamba frisou que, após análise, a conclusão a que se chegou é que "cada prédio é um prédio e um apresenta um problema, portanto, achamos melhor reunir com as assembleias de moradores e os seus administradores para, paulatinamente, diagnosticarmos quais os problemas que cada prédio tem", explicou.

o director garantiu ainda que a onda de despejos por eventuais proprietários, ausentes por muitos anos, estão acauteladas. Os ocupantes dos edifícios podem ficar sossegados. "Mas, atenção, se na verdade, lhes forem intentadas acções judiciais não guardem esses documentos, devem recorrer logo às instâncias superiores", aconselhou.

Falta de manutenção

Agostinho Silva, vice-governador de Luanda para a área técnica e infra-estruturas, esclareceu ao NJ que os edifícios em mau estado de conservação na cidade de Luanda, a maioria foi construída nas décadas 70 e 80 e não foi alvo de manutenção desde então.

Agostinho Silva disse ainda que Governo Provincial de Luanda não tem o número exacto de edifícios que estão em mau estado ou em risco de desabamento, porque aqueles que apresentavam

grande gravidade já foram demolidos, como, por exemplo, o antigo edifício da Angola Telecom, o prédio da Cuca, no Kinaxixi, os prédios de tijolos na cidadela desportiva, entre outros. Resta saber os que, estando em mau estado de conservação, constituem perigo e a qualquer momento podem desabar.

o engenheiro Manuel Molares D'Abril, director do Laboratório de Engenharia de Angola, revelou ao NJ que o mau estado de alguns edifícios da cidade de Luanda tem muito a ver com a qualidade dos materiais que foram utilizados pelos empreiteiros e projectistas, que definem os requisitos, os produtos e os materiais de construção que devem ser utilizados nas suas obras e, para isso, utilizam os cadernos de encargos ou as especificações técnicas que os fornecedores de obras deverão satisfazer quando entregam os seus materiais.

A obtenção da garantia de qualidade do sector de construção dos edifícios em Luanda implica também uma actuação em todo o processo de fabrico ou nos requisitos definidos pelo projectista.

Molares D'Abril salientou que a construção de edifícios exige vários intervenientes, começando pelo dono da obra, passando pelos autores do projecto e pelos produtores e distribuidores dos materiais de construção e manutenção.

Bombeiros em alerta

Grande parte dos edifícios da cidade de Luanda foram construídos há mais de duas décadas. O Laboratório de Engenharia é o órgão a quem o Estado deu a responsabilidade de atestar a segurança e a qualidade dos edifícios que são construídos no nosso país.

o caso mais recente de perigo envolveu os moradores do prédio do livro, na rua do Kikabo, localizado no distrito urbano do Sambizanga, que, na madrugada desta terça-feira, 11, não ganharam para o susto.

Angélicé Pascoal, moradora do prédio há mais de 25 anos, confirma o pânico que viveu, quando ouviu um barulho muito estranho no tecto do seu apartamento. "Fiquei muito preocupada e, ao mesmo tempo, fui ao quarto dos meus filhos acordá-los. Quando nos levantámos, ouvimos o

grito dos outros moradores que não sabiam o que se passava. Fomos ao terraço do edifício e lá nos deparámos com o sucedido".

Tânia Manuel Narciso, outra moradora do edifício, ouviu um ruído muito atípico na parte superior do seu apartamento, quando se preparava para ir para o trabalho. Nessa altura, chamou o seu esposo e subiram ao terraço do prédio. Lá encontraram mais de duas dezenas de moradores, que observavam os escombros.

Faustino Sebastião, porta-voz do Comando Central dos Bombeiros, assegurou ao NJ que a instituição que dirige está atenta à situação das chuvas. Os bombeiros estão em sistema de alerta, para que, a cada momento que surja uma situação grave, tenham uma intervenção rápida.

Sobre a queda de alguns alpendres do prédio do livro, Faustino Sebastião confirmou que o corpo de bombeiros esteve presente no local, logo que tomou conhecimento do incidente.

A situação está calma e os moradores serão informados, nos próximos dias, sobre os resultados do desabamento, logo após, foi instaurado um inquérito que está a ser feito por um grupo técnico da Comissão Administrativa de Luanda.

3.10 Governo lança campanha para plantação de 1 milhão de árvores

Novo Jornal

14 De Março de 2014

AS QUEIMADAS e a apanha de madeira pela população para serragem, construção de casas e lenha causaram em dois anos e meio uma redução de 22 por cento dos polígonos florestais do planalto central de Angola, revela um estudo oficial apresentado há dias.

Segundo o ministro da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga, a situação é classificada como "preocupante", anunciando que no próximo dia 23, para assinalar o Dia Mundial das Florestas, vai ser lançada a campanha de lantação de um milhão de árvores por ano na província do Huambo.

Estudo do ministério da Agricultura visou avaliar a situação actual e lançar um plano de acção para

prevenção das queimadas e controlo da retirada de madeira de forma não sustentável nos polígonos florestais.

O documento alerta no entanto que, as florestas de Cuima, Bunjei e Alto Chiumbo, nas províncias do Huambo e Huíla, deixarão de existir dentro de 7 a 8 anos caso o ritmo de exploração de forma não sustentada se mantenha.

3.11 Chuva danifica prédio em Luanda

Jornal Folha 8

15 De Março 2014

A queda parcial do parapeito do terraço de um prédio em Luanda, alagamento de travessias e derrube de árvores são as consequências da chuva insistente que caem em Luanda desde a noite do dia 08.03. O incidente da queda parcial do parapeito ocorreu no chamado Prédio do Livro, devido ao seu formato - uma construção do período colonial -, localizado no distrito urbano do Sambizanga, provocando apenas estragos materiais. Nalguns pontos da cidade são visíveis os estragos provocados pela chuva que caiu, designadamente ruas alagadas e árvores derrubadas.

Ainda em Luanda, uma ponte no distrito urbano da Maianga, que liga os bairros Popular e Cassequel, ficou intransitável devido à chuva, que deixou ainda ruas alaga das e provocou o derrube de árvores.

Já em Cabinda, 200 famílias ficaram sem abrigo em consequência da chuva que caiu no dia 09 sobre aquela cidade, segundo o administrador municipal. Artur do Carmo Manuel disse a situação é "extremamente alarmante", tendo atingido proporções incalculáveis, a necessitar de uma intervenção ao mais alto nível para acudir os sinistrados.

3.12 Milhares de famílias afectadas pela seca

Jornal de Angola

17 De Março de 2014

A seca está a afectar 22.915 famílias camponesas no município do Bocoio, 102 quilómetros a nordeste da cidade de Benguela, enquanto em

Passe mais de dez mil famílias estão à beira de uma crise alimentar.

O técnico do Instituto de Desenvolvimento Agrário no Bocoio (IDA) José Agostinho, disse que a sede municipal do Bocoio e a comuna do Passe estão entre as localidades mais afectadas pela estiagem.

O coordenador da comissão de gestão do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), no Bocoio, Lucas Comboio, disse que, para o asseguramento da campanha agrícola 2013-2014, tinham sido distribuídos aos camponeses, a crédito, 33 toneladas de milho que beneficiaram 3.300 famílias.

Campanha agrícola

Foram igualmente distribuídas sete toneladas de feijão e duas de amendoim, que beneficiaram um total de 900 famílias camponesas.

Lucas Comboio assegurou que, com a seca, os camponeses do município do Bocoio vão ter dificuldades em reembolsar as sementes que receberam no início da campanha agrícola.

A colheita de cereais no município do Bocoio estava avaliada, na primeira época agrícola, em 760 toneladas de milho, 356 de feijão e 135 de amendoim, segundo Lucas Comboio.

3.13 Ministro Kussumua avalia o processo de apoio as vítimas

Jornal de Angola
19 De Março 2014

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, trabalha hoje em Menongue, Província do Cuando Cubango, para se inteirar do estado actual do processo de assistência às populações afectadas pela estiagem.

João Baptista Kussumua vai manter um encontro de trabalho com os membros da comissão multisectorial para a assistência às populações afectadas pela seca e desloca-se, depois, a comuna do Jamba Cueio para, a cerca de 70 quilómetros da cidade de Menongue para constatar, ao pormenor, ajuda que está a ser prestada à população. Quando Cubango é das províncias mais afectadas pela seca

atingiu nos últimos anos grande parte da região sul de Angola provocando grave carência alimentar.

3.14 Ajuda de emergência aos sinistrados das Chuvas

Jornal de Angola
21 De Março 2014

A Comissão Nacional de Protecção Civil reuniu cerca de cem toneladas de produtos diversos para acudir às populações sinistradas das chuvas que se abateram na semana passada sobre a cidade de Cabinda e arredores.

O secretário de Estado do Interior, que se deslocou a Cabinda para avaliar os danos, disse que foram entregues ao Governo Provincial bens alimentares, cobertores e chapas de zinco.

Depois de visitar as áreas sinistradas, Eugénio César Laborinho considerou "dramática" a situação tendo em conta "o grau de vulnerabilidade e de risco que a população afectada está neste momento a viver".

O ministro disse ser urgente acudir as pessoas afectadas pois "o nível de alerta subiu de tom", numa altura em que o Governo Provincial e a Comissão Provincial de Protecção Civil não dispõem de meios suficientes para solucionar a situação.

"A população afectada precisa de ajuda e estamos perante uma situação de emergência", sublinhou Eugénio Laborinho, que garantiu a chegada a Cabinda dos primeiros produtos, transportados graças ao apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas Angolanas. O objectivo da Comissão de Protecção Civil, 72 horas depois do impacto das chuvas, disse o ministro, é levar às pessoas afectadas ajuda de emergência pelo facto de as mesmas terem ficado sem a maioria dos seus bens. "A situação que atravessam é preocupante sobretudo porque se trata de pessoas que vivem em zonas vulneráveis, próximas de valas de drenagem e cursos de água, consideradas de alto risco, propensas a desastres naturais." Eugénio Laborinho referiu se aos problemas com a saúde, com o aparecimento de doenças diarreicas e respiratórias. "Vamos coordenar com o Ministério da Saúde e, através da Comissão Nacional de Protecção Civil, vamos

fazer chegar essa assistência às populações necessitadas".

O secretário de Estado do Interior sublinhou que a campanha de sensibilização para as pessoas evitarem construir nessas áreas deve continuar para se evitarem situações do género no futuro.

"Geograficamente, a cidade de Cabinda e a sua periferia estão muito mal situadas. A situação é agravada com a existência de ravinas", acentuou Eugénio Laborinho.

O vice-governador Otiniel Niemba disse que há cerca de 400 famílias em condições difíceis resultantes das últimas enxurradas. "Vamos preparar a sesta básica para as populações que perderam quase todos os seus haveres. Em seguida, vamos cuidar para que essas populações não voltem a habitarem zonas de risco", enfatizou vice-governador.

Neste momento, garantiu, está se a trabalhar na identificação de uma área onde vão ser criadas todas as condições para que as populações sinistradas comecem a erguer as suas casas, no âmbito do projecto de autoconstrução dirigida.

3.15 Chuvas podem ter consequências graves

Jornal de Angola
21 De Março 2014

António Nascimento declarou que a situação das zonas húmidas é preocupante em Angola, por estarem a ser cada vez mais invadidas pelo homem, uma acção que está a colocar também em risco a vida das aves migratórias internacionais que fazem das zonas húmidas o seu habitat natural.

"Há pessoas que estão a invadir esses terrenos para a construção, uma atitude que representa um grande perigo, porque as próprias águas não esquecem o caminho que devem percorrer, pelo que se um dia se registar uma chuva intensa num mínimo de cinco horas em Luanda, temos danos muito graves", alertou o especialista do Ministério do Ambiente.

O responsável fez parte de um grupo de técnicos das Direcções Nacionais de Biodiversidade, Inspeção Nacional e de Estudo de Impacto

Ambiental do Ministério do Ambiente que trabalhou há dias em Cacuaco para constatar as condições das zonas húmidas do município de Luanda.

O grupo de técnicos reparou que os entulhos colocados nas antigas salinas do município de Cacuaco e noutras zonas húmidas estão a degradar o habitat transitório das aves migratórias internacionais, colocando em risco a sua existência.

Os especialistas manifestaram o seu desagrado com o actual estado de Cacuaco, sobretudo as antigas salinas deste município de Luanda.

Neste local, foram encontradas oito espécies de aves migratórias vindas da Europa e do norte de África e verificou-se que empresas de construção civil entulham o espaço com areia e pedras.

"Por aquilo que vimos, podemos dizer que é lastimoso o estado de conservação do habitat provisório das aves migratórias", disse o chefe de departamento da Biodiversidade e áreas de Conservação, António Nascimento, que disse não concordar com a construção de moradias na zona húmida. A zona húmida repartir de Viana e das suas áreas adjacentes como Mulenvos. António Nascimento destacou a importância e grandeza da qualidade da "bacia hidrográfica".

"A zona húmida regional a nível de Luanda tem a sua bacia hidrográfica que se estende desde o limite da via expresso até ao Caminho-de-Ferro em Catete", salientou o responsável, que disse que a zona de Cacuaco tem a função de receptor das águas.

Se for restringida a bacia hidrográfica em Cacuaco, por ser o receptor, podem ocorrer vários danos, como a destruição paulatina de poder, do ponto de vista ambiental, destruir definitivamente o habitat das aves migratórias.

"As aves que frequentam este espaço e outras zonas húmidas vêm da Europa e de África. Se estas aves são protegidas a nível internacional, Angola também deve fazer a sua parte para a protecção destes ecossistemas importantes", declarou António Nascimento. A equipa de técnicos manteve um encontro com a administradora do município de Cacuaco, de quem receberam informações sobre as zonas

húmidas do município. Incluindo a que se encontra junto a foz do rio Zenze.

3.16 Programa de limpeza na praia da Mabunda

Jornal de Angola
21 De Março 2014

Mais de mil activistas ambientais participam 'segunda-feira de manhã numa campanha de limpeza da praia da Mabunda, na Samba, uma iniciativa que vai na segunda edição.

O Ministério do Ambiente, promotor da iniciativa, informou, em comunicado, que entre os activistas estão funcionários da instituição e da Sonangol.

O objectivo da campanha é a redução dos resíduos sólidos concentrados nos arredores da Praia da Mabunda, em Luanda, onde existe um mercado de peixe frequentado por milhares de pessoas da província devido ao baixo preço ali praticado.

A actividade realiza-se no âmbito da Campanha de Educação para um: Consciência Ambiental em curso em várias localidades do país.

Durante a campanha de limpeza realizada sob o lema "Ambiente limpo: um compromisso de todos" os activistas vão também sensibilizar a população para uma mudança de atitude e a adopção de bons hábitos para a prevenção do ambiente.

3.17 Juventude Ecológica defende a actualização dos dados florestais de Angola

Jornal de Angola
24 De Março de 2014

Em comunicado, por ocasião do 21 de Março, Dia Mundial da Floresta, a organização não-governamental refere que, apesar das iniciativas públicas e privadas voltadas para a plantação de árvores, ainda se nota a falta de alguma consistência, uma vez que não existe um rigoroso acompanhamento das que estão plantadas.

"Ficamos apenas pelo dia da plantação", salienta a ONG, para acrescentar que, devido

à falta de acompanhamento, as árvores secam por não terem sido devidamente cuidadas.

No documento, assinado pelo seu presidente, José Silva, a Juventude Ecológica de Angola defende que as autoridades devem promover a criação de empregos para jovens com a instalação de viveiros comunitários para a produção de espécies locais ou estrangeiras que melhor se adaptam às condições climáticas do país.

A primeira associação de preservação do meio ambiente em Angola disse defender uma visão que não olhe só para a floresta como apenas um conjunto de árvores onde se explora a madeira para fins comerciais.

"Somos por uma maior atenção ou inclusão daquelas comunidades que dependem directamente das florestas para a sua subsistência", declara a associação, para a qual os espaços florestais cumprem um papel fundamental na vida de homens e mulheres, que são camponeses, artesãos e pescadores. O documento expressa também descontentamento pelo contínuo abate indiscriminado de árvores nas províncias do Uíge, Malanje, Huambo, Cuanza Norte, Bengo e Cuanza Sul, regiões onde ainda é expressivo o défice de fiscais, resultado, em sua opinião, das limitações financeiras do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), ao qual apela para a necessidade de actualizar os dados florestais de Angola.

A ONG angolana elogia a iniciativa para a contínua conservação da floresta tropical do Maiombe, em Cabinda, trabalho que está a contribuir para o abrandamento do abate indiscriminado de árvores por madeiros ilegais.

Floresta de Luanda

Um grupo de 55 crianças, que estudam em colégios e escolas públicas do primeiro ciclo, lançou um apelo no sentido da árvore protegida e conservada. O apelo foi feito quando, num gesto simbólico, cada uma das crianças abraçou uma árvore da Floresta da Ilha do Cabo, um local que está abandonado há muitos anos.

A actividade foi realizada pela Juventude Ecológica de Angola (JEA), que decidiu envolverem torno da efeméride o grupo de crianças, para que estas pudessem vivenciar o

quanto é importante a protecção daquele espaço verde urbano, que tem falta de protecção.

Sob o lema "Um abraço à floresta", a visita guiada permitiu que as crianças ouvissem de activistas informações sobre o que deve ser feito para a protecção de uma árvore e o papel que exerce sobre o planeta Terra.

"As crianças devem ter contacto directo com a floresta da Ilha de Luanda, para que comecem a ser consciencializadas sobre a sua protecção e conservação", disse o presidente da associação, José Silva. As crianças percorreram o viveiro criado na floresta, uma oportunidade que serviu para que cada uma delas pudesse observar "como e onde tudo começa", relativamente à criação de árvore.

Além disso, observaram o mau estado de conservação da floresta, situação que preocupa a JEA, que se afirma contra a presença no local do estaleiro de uma empresa de recolha de lixo, de uma oficina de reparação de viaturas e outras infra-estruturas.

"O estado da floresta da Ilha de Luanda não é dos melhores. A floresta é utilizada com fins muito fora daquilo que é a utilidade de uma floresta", lamentou o ambientalista José Silva, quando falava à Angop no final da visita àquele local, concretizada graças ao apoio da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e de uma empresa de transportes públicos.

Plantadas árvores em Cabiri

Ao todo, 250 árvores foram plantadas na sexta-feira na aldeia solar de Cabiri, localidade de Cassanjo, município de Icolo e Bengo, província de Luanda, iniciativa ambiental realizada por ocasião 40s dias mundiais da Floresta e da Água, assinalados sexta-feira e sábado.

O programa de plantação de árvores, entre as quais espécies como acácias rubras e americanas, é parte das jornadas de reflexão sobre a água e o saneamento nas comunidades, subordinadas ao tema "Saneamento ambiental: um compromisso de todos".

O coordenador da Unidade Técnica Nacional do Saneamento Ambiental, Nascimento Soares, disse à Angop que o programa de plantação de árvores foi desenvolvido na aldeia solar de Cabiri também

com o objectivo de sensibilizar e mobilizar as comunidades para a importância da floresta e da água.

Por altura da celebração das duas efemérides, o Ministério do Ambiente e parceiros, entre os quais o Comité Planeta Terra, intensificam os debates em tomo dos fenómenos ambientais que ocorrem no mundo, na perspectiva da educação e mobilização das comunidades.

"As comunidades e a população em geral devem adquirir conhecimentos sobre a importância destes recursos indispensáveis aos seres vivos e, também, olhar para consciência ambiental dos angolanos", declarou o funcionário do Ministério do Ambiente.

3.18 Subida das águas do rio causa mortes a escuteiros

Jornal de Angola
24 De Março de 2014

Pelo menos três pessoas morreram e outras quatro continuam desaparecidas, desde sábado à tarde, depois de terem sido arrastadas pela corrente do rio Cavaco quando faziam a travessia na povoação da Mina, arredores do município de Benguela.

Em declarações à Angop, Isaías Fernandes, uma das testemunhas, disse que das sete pessoas levadas pela corrente, incluindo duas crianças, apenas três foram encontradas, mas sem vida.

As vítimas mortais e dois dos quatro elementos desaparecidos eram escuteiros da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré.

Regressavam de um retiro quaresmal na povoação da Mina e quando faziam a travessia apareceu, de repente, uma forte correnteza que os levou pelo rio abaixo. "Ao atravessarem o rio, eles e as crianças, que viviam na comunidade das Bimbas, foram apanhados de surpresa pela corrente", disse Isaías Fernandes.

Os familiares das vítimas já solicitaram a intervenção do Instituto Nacional de Emergências Médicas de Angola (INEMA) e dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros para o resgate dos corpos.

O Sistema de Alerta Prévio de prevenção de inundações na província de Benguela não emitiu qualquer sinal sobre a possibilidade do aumento do volume do caudal do rio Cavaco provocado pelas intensas chuvas que caem em Benguela.

3.19 Chuvas deixam 230 pessoas sem abrigo no Cazengo e Ambaca

Jornal Manchete

28 de Março de 2014

Texto: Sebastião Kuzuka

237 cidadãos dos municípios de Cazengo e Ambaca, província do Cuanza Norte, encontram-se ao relento e desprovidos dos seus haveres, que foram destruídos pelas fortes chuvas que caíram sobre a região nos últimos três dias.

O facto foi anunciado à imprensa hoje, terça-feira, pelo porta-voz do comando provincial de Protecção Civil e Bombeiros, André da Costa referindo que, em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre os municípios de Cazengo e Ambaca desabaram 47 residências construídas com material precário (adobe) e uma escola. Apontou as localidades do Luinga e Lobito, no município de Ambaca, bem como os bairros Camungo, 28

de Agosto e Ilha, no município de Cazengo, como os mais afectados pelas chuvas. Fruto da referida situação, André da Costa referiu que os serviços de protecção civil e bombeiros procederam já ao registo dos sinistrados para posterior apoio em bens alimentares, chapas de zinco e roupa usada, já em posse da instituição. "Neste momento os serviços de protecção civil e bombeiros procederam já ao registo dos sinistrados, que no mais curto espaço de tempo beneficiarão do apoio do governo", disse o porta-voz. O responsável chamou atenção aos cidadãos no sentido de evitarem construir residências em zonas consideradas de risco, como valas de drenagem, bermas de rios e riachos, montanhas, precipícios, entre outros, de modos a evitarem colocar a própria vida e os seus haveres em risco. De acordo com porta-voz, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros tem cadastrados 13 mil cidadãos em perigo eminente de vida, por residirem em zonas consideradas de risco em vários municípios da região. O responsável, disse que os almente a residir em montanhas, valas de drenagem, bermas

de rios e riachos, declives, entre outros espaços geográficos considerados impróprios para a fixação de habitações e que representam um perigo iminente para vida das populações e seus haveres.

Segundo a fonte que vimos citar, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros catalogou um universo de duas mil e 274 residências rguidas nas referidas zonas. Fruto das chuvas que se abateram sobre a província ao registado o desabamento de 115 residências. Do balanço do corpo de bombeiros consta ainda 102 incêndios de pequena e médias proporções, maioritariamente ocorridos em residências e viaturas, que causaram 13 mortos, 32 feridos e danos materiais estimados em mais de 208 milhões de k:wanzas.

3.20 Famílias vítimas da seca recebem apoio alimentarem

Jornal de Angola

28 De Março de 2014

Mais de 80 mil famílias afectadas pela estiagem nos municípios de Sumbe e Porto Amboim, no Cuanza Sul, estão a receber da Direcção Provincial de Assistência e Reinserção Social (MINARS) bens alimentares e utensílios domésticos.

O director provincial do MINARS, Manuel Macedo, explicou que apesar da seca ter atingido outros municípios como Conda, Ebo, Q & iLenda e Seles, as circunscrições de Sumbe e Porto Amboim foram as mais afectadas.

Manuel Macedo anunciou que a direcção do MINARS está a trabalhar no sentido de estender o apoio a todos os municípios da província para ajudar as pessoas prejudicadas pela estiagem.

"A Província do Cuanza Sul não foi a única atingida pela seca, por isso os produtos adquiridos ainda não chegam para satisfazer as necessidades das populações afectadas, razão pela qual temos priorizado determinadas comunidades", frisou Manuel Macedo.

3.21 Exploração de inertes

Jornal de Angola

30 De Marco de 2014

A directora provincial da Indústria em Malanje denunciou que empresas privadas incorrem em práticas ilegais na exploração desenfreada de inertes na zona do Casembele, Quéssua. Mudile Capaça Xiquito disse que a Direcção Provincial da Indústria está a trabalhar no sentido de disciplinar a exploração dos inertes nas diversas localidades da província, onde apenas duas empresas privadas têm licença de exploração de inertes.

Outras cinco empresas aguardam a legalização. Mudile Capaça Xiquito sublinhou que para pôr cobro à desordem, foi criada uma Brigada de Inspeção e Fiscalização que integra membros da Administração Municipal de Malanje, do Ambiente e da Polícia Nacional.

A directora da Indústria admitiu que em função das escavações que muitos garimpeiros fazem, as comunidades que vivem nas proximidades correm sérios riscos de serem prejudicadas pelas ravinas, Para estancar a onda de

exploração ilegal de inertes, a Direcção Provincial da Indústria tem levado a cabo campanhas de sensibilização, no sentido de as empresas terem uma conduta responsável.

4. ABRIL

4.1 Famílias vítimas da chuva recebem apoio

Jornal de Angola
02 De Abril De 2014
Texto: Carlos Paulino

Um grupo de 85 pessoas da localidade de Canhongo, província do Cuando Cubango, que perdeu os seus haveres devido às chuvas, recebeu bens de primeira necessidade.

O donativo, entregue pela Administração Municipal de Menongue, através dos serviços de Protecção Civil e Bombeiros, era composto por chapas de zinco, arroz, fuba, conservas e roupa usada, entre outros produtos.

O porta-voz dos serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Júlio Muliata, lamentou a situação em que se encontram as pessoas sinistradas e sublinhou que a instituição, em coordenação com a Administração Municipal de Menongue, mobilizou alguns bens de primeira necessidade para acudir às dificuldades que as 85 pessoas afectadas pela chuva estão a enfrentar.

"É nosso dever, como instituição que zela por este tipo de situação, apoiar todas as pessoas vítimas de qualquer calamidade natural, no sentido de diminuir o seu sofrimento", disse. As chuvas, que caem um pouco em toda a província do Cuando Cubango, acompanhadas de fortes ventos, têm provocado graves danos humanos e materiais, situação que está a preocupar as autoridades e a população local.

Desde Janeiro último, as fortes' chuvas já provocaram a morte de quatro pessoas, o ferimento de três e danos materiais avultados. O soba da localidade de Canhongo, Adolfo Ndala, agradeceu o apoio da Administração Municipal de Menongue e sublinhou que ele vai suprir as principais dificuldades que as famílias sinistradas estão a enfrentar, sobretudo a falta de alimentação, roupas e chapas de zinco. Adolfo Ndala solicitou, ainda, o apoio solidários de outras instituições públicas e privadas.

4.2 Fortes chuvas no Cazengo deixam pessoas ao relento

Jornal de Angola
03 De Abril de 2014
Texto: André Brandão

Um total de 249 pessoas ficou sem abrigo no Cuanza Norte, em consequência das fortes chuvas que se abateram nos últimos três meses, revela um relatório dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, divulgado ontem, em Ndalatando.

As chuvas destruíram 49 casas, enquanto outras 112 correm o risco de desabar no município de Cazengo, onde também ruíram três escolas.

No município de Ambaca, ficaram destruídas 46 casas e uma sala de aula, enquanto no Dondo uma pessoa morreu, depois de um muro ter desabado sobre ela.

No município do Lucala, há 23 casas em risco de inundação, nos bairros CTT e Zona A, caso o rio transborde.

Para a assistência aos sinistrados, foram entregues 2.500 de chapas de zinco e nove atados de roupa usada.

No âmbito da comissão executiva provincial de Protecção Civil, foi realizada uma visita à empresa Hiper Máquinas Angola, Lda., com o objectivo de garantir a segurança das pessoas, principalmente no que se refere a afogamentos em represas, criadas pelas instituições de exploração de inertes.

Durante o mesmo período foram registados 30 incêndios de pequena e média proporções, que causaram danos materiais calculados em 1,791 milhões de kwanzas.

Os incêndios ocorreram no município de Cazengo, com 18 incêndios, Cambambe, com oito, Lucala (três) e Golungo Alto (um). Na origem dos sinistros estiveram curto-circuitos, fogo posto e causas acidentais, tendo sido afectadas residências, transportes e sistemas eléctricos, campos agrícolas e serviços de comunicação.

O corpo de bombeiro registou ainda 12 mortes por afogamento, sendo nove no Cazengo, dois em Cambambe e um no Lucala, com ocorrências registadas nos rios Cuanza e Lucala, nas represas e poços. As vítimas eram confeccionadores de adobes e pessoas que extraíam inertes.

No mesmo período, as chuvas provocaram ainda a queda de oito árvores, nos municípios de Cazengo e Cambambe, e registaram-se seis invasões de enxames de abelhas, um derrame de combustíveis, e um suicídio.

Os bombeiros intervieram ainda para socorrer vítimas de 23 acidentes de trânsito, nos municípios de Cazengo, Cambambe, Lucala Golungo alto, que provocaram a morte de 13 pessoas e 59 feridos. Houve também uma electrocussão, que resultou num morto, em' Cambambe, duas inundações, no Cazengo, e três desabamentos, no Dondo e Cazengo.

4.3 Esgotos deixam ruas da baixa alagadas

Jornal de Angola

08 De Abril de 2014

Texto: Nilsa Massango

Os problemas de saneamento básico na Baixa de Luanda persistem. Ruas alagadas com os esgotos que correm a céu aberto e rupturas de água são cenários que se verificam um pouco por toda a cidade de Luanda.

Em alguns casos, é bem visível que as águas que correm pelas ruas são provenientes de edifícios com o saneamento básico rebentado, águas que brotam, do asfalto e de esgotos saturados. É difícil identificar a origem de tanta água que corre pelas ruas e que vai provocando a abertura de buracos na via. É o saneamento básico em algumas ruas da Baixa a dar o último suspiro.

A Rua Cerveira Pereira, nos Coqueiros, tem dois esgotos que correm a céu aberto há quase dois meses, para o desagrado dos moradores e gerentes de lojas, por causa do mau cheiro que faz fugir os clientes. Graças a dois colectores no final da rua, água suja e malcheirosa não desagua na Rainha Ginga. Um morador da Rua Cerveira Pereira disse que até agora nunca tinha havido qualquer problema de esgotos e o saneamento básico estava

à altura. A rua esteve sempre asfaltada e desde que surgiu o problema dos esgotos, já se notam buracos.

Se continuar assim, o asfalto não resiste. Outro esgoto que continua a verter e desagua na Rainha Ginga, é o da Travessada Alfândega. Este é um problema antigo e que demora a ser resolvido. Aqui não há colectores para travar a água que corre até ao edifício da Sonangol e deixa parte da via alagada. Ainda na Rua da Rainha Ginga, à porta do Posto de Atendimento do Serviço de Migração e Estrangeiro (SME), existe uma ruptura de água. Desde o ano passado que a água brota do asfalto. É óbvio, disse um funcionário, que se trata de água desperdiçada. A Empresa Provincial de Água (EPAL) não põe fim ao rio caudaloso.

Outra conduta de água rebentada está na Rua Frederick Angels, logo à entrada do prédio 11, edifício onde funciona a livraria Mensagem. A moradora Noémia Palma disse que a EPAL já esteve no local várias vezes. Admitiu a ruptura, mas alegou falta de meios para solucionar o problema. Há quase um ano que a água verte. Por milagre, a água ainda jorra nas torneiras do prédio.

4.4 Mau estado dos acessos “entope” o trânsito de Luanda

Jornal De Angola

09 De Abril De 2014

*Texto: Rodrigues Cambaia e
Gabrie Lbunga*

As últimas chuvas em Luanda mostraram a incapacidade das principais vias suportarem a avalanche das viaturas, que evitam as ruas secundárias por estarem, na sua maioria, em estado avançado de degradação.

As vias alternativas estão intransitáveis. Algumas continuam com buracos e água parada das chuvas, ocupando toda a faixa de rodagem. Os engarrafamentos tiveram um aumento e, mais uma vez, os automobilistas são unânimes em apontar a necessidade da construção e reabilitação das estradas secundárias e terciárias. A Quinta Avenida liga a Deolinda Rodrigues e a Ngola Kiluanje. Esta via corta os bairros Vila da Mata, Tala Hady e Cazenga. Em quase toda a sua extensão está intransitável por causa das lagoas de águas paradas e dos

buracos. Nenhum carro passa e quem ousa avançar, corre o risco de ficar com a viatura fora de circulação.

Uma moradora antiga da Vila da Mata lamentou o estado da estrada construída há 14 anos, e revelou que os trabalhos de tapa buraco não tiveram o efeito desejado. As duas ruas da Estalagem, uma recentemente reabilitada, que ligam a Deolinda Rodrigues e a estrada do Calemba 2 a Viana, tomaram-se num caos para os automobilistas e moradores. O serviço de táxi desapareceu por causa das lagoas e buracos que se apoderaram da estrada. Alguns moto-táxis arriscam-se e transportam passageiros.

"As vezes a solução é viajar na carroçaria dos camiões que nos cobram o mesmo valor de um táxi normal. Os carros pequenos evitam passar nestes buracos", disse Adão Bacaio.

Antes da cadeia de Viana, os automobilistas são impedidos de virar à direita. A rua dá igualmente acesso à estrada do Calemba 2, mas as condições de circulação são precárias. Até o posto de combustível, localizado na rua, está sempre vazio em virtude do charco de água lamacenta. No momento da nossa reportagem, um camião com mercadoria estava preso na lama.

Acesso às centralidades

A Via Expresso tem registado mais trânsito nos últimos dias e parece pequena para resistir ao número de carros que circulam nas horas de ponta, após o surgimento das centralidades. Os engarrafamentos já são frequentes porque os caminhos alternativos existentes estão inoperantes neste período. Os moradores das centralidades do Kilamba, Cacuaco e Zango sofrem muito com o mau estado dos acessos a Luanda, onde ainda funcionam os principais serviços. A estrada que liga a Via Expresso a Camama é das mais difíceis para circular. Há longos engarrafamentos por causa dos buracos logo à entrada do Centro de Produção da TPA. Os buracos seguem até ao Shopping Angola-China, na antiga rotunda do Cemitério e a escassos metros do Hospital Geral de Luanda. As obras, nesta via, estão paralisadas. Se seguirem pelo Calemba 2, os automobilistas estão impossibilitados de chegar à Avenida Pedro Van-Dúnem. A via inacabada, que corta o bairro Sapú 1

ao Kimbangonã oferece condições para a circulação.

A estrada alternativa que passa pelos bairros do Capolo e Fofoca que dá a Estalagem está em estado lastimável em virtude de um charco que surgiu no meio do caminho por falta de um sistema de drenagem das águas pluviais.

Actualmente os moradores e automobilistas do Kilamba Kiaxi vivem dias de amargura, pois as ruas do Golf 1 e Rua a Machado Saldanha, no Neves Bendinha, estão com crateras intransponíveis. Nenhuma rua do antigo Bairro Popular tem asfalto. A estrada do Lar do Patriota ao Futungo tem sido um caos. Agora é das mais "engarrafadas". As filas atingem três quilómetros. Os auto-mobilistas defendem que seja construída mais uma via secundária que ligue à Via Expresso. Na Ponte Molhada, nos dias de chuva, os carros e os peões são expressamente proibidos de passar.

Transtornos dos charcos

Automobilistas e passageiros de táxis sentem todos os dias o peso dos engarrafamentos prolongados. João Mavinga, taxista e morador na Petrangol, disse à reportagem do Jornal de Angola que o trajecto de São Paulo até ao Bairro Ngoma está muito difícil. O troço entre São Paulo e o antigo mercado do Roque Santeiro está aos pedaços e nasceram novos buracos com a chuva.

As ruas no interior do Sambizanga, que antes da chuva serviam de alternativa, estão alagadas e ninguém quer arriscar passar por lá.

O táxi está difícil. Em São Paulo são visíveis multidões nas paragens. Logo que chega um carro, vê-se a luta entre os passageiros por um lugar. Para conseguir um espaço é preciso força e coragem. A tarifa do trajecto São Paulo /Petrangol subiu de 200 kwanzas para 400 kwanzas.

A via do Porto Comercial até à Rotunda da Boavista tornou-se ainda mais complicada com a chuva. O troço, além de buracos e água estagnada, registou deslizamentos de terra. As longas filas de camiões e atrelados impedem a circulação normal. "Aqui é preciso paciência e aguentar a fila", disse Miguel Paulo, condutor de um camião de combustíveis.

Como os táxis não vão às zonas com maus acessos, há cada vez mais gente a circular a pé. O estado das vias de acesso aos bairros São Pedro da Barra e Farol das Lagostas deixa os automobilistas e os moradores agastados.

No bairro Rangel o cenário é o mesmo. A Estrada da Brigada mantém os crónicos buracos e água estagnada, assim como as ruas que dão acesso ao Bairro Precol e Comissão do Rangel.

Outro transtorno tem sido a Estrada da Cuca, que continua com as crateras ao lado da linha férrea. A via alternativa que liga a subestação da Epal do Cazenga até à fábrica Cuca está inoperante. A via alternativa que liga o Beiral à Avenida Deolinda Rodrigues, tanto pela FTU como pelo Comando Provincial da Polícia, é inacessível aos carros ligeiros. O mau estado das vias fez com Baptista Massango deixasse o carro em casa para viajar de táxi. "Sempre que chovendo de táxi, evito ficar horas nos engarrafamentos e buracos que provocam grandes danos no carro", disse.

De Luanda ao Dondo

A estrada nacional que liga Luanda ao Dondo apresenta vários buracos que inquietam os automobilistas. A nossa reportagem constatou que, além de estar a causar acidentes e danos enormes a viaturas, o tempo de viagem é agora maior. Os automobilistas, que conduzem nesta via, pedem uma rápida intervenção de forma a acabar com os buracos no asfalto, provocados pelas enxurradas.

4.5 Ambiente. Exploração de inertes ameaça Centralidade de Cacucaco

Jornal Agora

11 De Abril de 2014

Texto: Miguel Daniel

A exploração de inertes na zona adjacente à Centralidade de Cacucaco pode perigar o projecto habitacional Além em danos ambientais, a falta de regras na comercialização é outro problema que tem por consequência a concorrência desleal entre os operadores.

A nossa reportagem passou por algumas zonas de exploração e constatou o quanto são enormes os

buracos que podem atingir até os 50 metros de profundidade, que não foram cobertos depois de retirado o material útil. Consta ainda da lista a danificação dos embondeiros e outras árvores, bem como o esgoto central da Centralidade de Cacucaco.

Nas jazidas visitadas, os preços de venda dos inertes variam de 1500 Kz, para o solo vermelho, seis mil para a areia, 18 mil para a pedra bruta, o mesmo valor para o burgau sujo e 28 mil para o limpo, em quantidades de inertes que rondam de 12 a 22 metros cúbicos.

Israel Capingala, segurança da jazida da LUMARCAT-LDA, empresa detentora do contribuinte n.º 5417159077, revelou à nossa reportagem que a empresa é angolana, mas a prospecção, a exploração e a comercialização são feitas por chineses.

"A empresa pertence a um angolano, mas as máquinas e os camiões são dos chineses; eles fazem prospecção, exploração e comercialização de areia, pedras e burgau", fez saber.

Israel disse, igualmente, que a deficiente fiscalização, pelo Ministério da Geologia e Minas, faz que a exploração de inertes seja feita sem o mínimo de observância dos princípios do Código Mineiro, em que cidadãos de nacionalidade chinesa e cubana comandam o 'império', que vai da exploração à comercialização.

"Os fiscais aparecem cá de vez em quando e não actuam como deviam porque recebem dinheiro. Se não fosse a corrupção, o cenário seria outro. Há muitos buracos abertos que não são aterrados, danificam embondeiros e colocam em perigo o esgoto da Centralidade", desvendou.

Lucas Gomes, um dos representantes da empresa MAELO-LDA, que, desde 2013, explora inertes na zona adjacente à Centralidade, revelou ao Agora a existência de um conflito entre os responsáveis da obra da Centralidade de Cacucaco, que também exploravam material no mesmo local.

Ao longo da reportagem, presenciámos a conversa entre chineses, acompanhados de um efectivo das Forças Armadas, afecto à Casa Militar, órgão que assegura o perímetro da Centralidade, que exigia a

paralisação das máquinas ou a presença do proprietário da empresa MELO-LDA.

"Antes, explorávamos a uns 400 metros daqui. Fechámos aquela jazida e viemos abrir aqui. Acontece que os chineses dizem que o buraco é deles e estão a tirar-nos desta zona, por isso exigem a presença do nosso patrão", salientou.

o nosso interlocutor disse que a prospecção é feita com recurso ao GPS, que permite identificar a existência de pedras e areia. Em contrapartida, antes de tudo, faz-se a desmatação, retiram-se o solo vermelho, as pedras, o burgau e, depois, a areia.

O Agora constatou ainda que alguns desses inertes são retirados com a ajuda de máquinas escavadoras e explosivos, para depois serem triturados, peneirados e separados; são também transportados para os estaleiros de algumas empresas de construção civil; outros são comercializados nalguns pontos da cidade, como é o caso do Quilómetro 14, em Viana e Calemba 2.

JAZILADOPANOLA. A exploração de areia no perímetro do Panguila está proibida, passando a ser feita na zona do Dande. Camionistas contactados pela nossa equipa afirmaram que, devido à escassez do material e à entrada em cena de muitos operadores, o negócio já não rende como anteriormente.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL O ambientalista Wladimir Russo defende a necessidade de se privilegiar um estudo sobre o impacto ambiental, antes do início do projecto da extracção de inertes, sendo também necessário preservar o bem-estar dos cidadãos.

De acordo com o especialista, este estudo deve conter medidas de mitigação adequadas sobre o ambiente e qualidade de vida das pessoas envolvidas no projecto e arredores. Isto ajuda o promotor a caracterizar a área e a definir o que deve ser preservado, para que a exploração de inertes seja feita de forma sustentável e com vista a atenuar os impactos sobre o ambiente.

"As empresas de exploração de inertes não devem ter o estudo de impacto ambiental apenas como obrigação da legislação, de acordo com o Decreto n.º 51/04, mas como ferramenta para o melhor desempenho dos seus projectos", frisou.

Wladimir Russo recomenda, ao mesmo tempo, que a planificação, a elaboração dos estudos de impacto ambiental e a recuperação paisagística devem fazer parte de um compromisso social e ambiental das empresas a operar no país; devem ter ainda um plano de recuperação paisagística, cujo objectivo é explicar os passos a serem dados na recuperação ambiental na zona intervencionada

"Qualquer actividade de extracção junto às áreas urbanas deverá ter em atenção estes aspectos", acautelou, referindo-se que o mesmo se aplica às empresas a exercerem esta actividade nas proximidades da Centralidade de Cacucaco, que está a resultar na aceleração de fenómenos erosivos ao ambiente e à paisagem.

LEGISLAÇÃO. A Constituição da República de Angola e o Código Mineiro determinam que os recursos minerais são propriedades do Estado, sendo este que define as regras da exploração dos mesmos. "Se são do Estado, existindo um privado a explorar, ele tem de pagar os impostos e as taxas ao mesmo e desenvolver a actividade com base na Lei".

A Legislação Ambiental obriga a que todos os autores de projectos apresentem a documentação referente ao estudo de impacto ambiental.

As normas para o exercício de exploração de inertes são fiscalizadas por uma Comissão Multisectorial, integrada pela Polícia Nacional, Forças Armadas Angolanas e pelo Ministério do Ambiente, sendo coordenada pelo Ministério da Geologia e Minas.

O novo Código Mineiro estabelece que cinco por cento do valor dos impostos arrecadados no sector beneficiam a população de onde é feita a exploração. O sistema estabelece ainda um regulamento de cobrança de taxas de superfície, com base no tempo de ocupação, que pode variar de dois a sete dólares por metro quadrado.

MEDIDAS. Com vista a disciplinar a actividade de exploração mineira e a minimizar o impacto ambiental negativo provocado por essa actividade, nos termos das disposições combinadas da alínea t) do artigo 112.º e do artigo 113.º, da alínea g) do n.º 2 do artigo 114.2, todos da Lei Constitucional, o Governo emite a seguinte resolução:

São aprovadas as medidas e as recomendações constantes no Memorando sobre a exploração de areia na orla costeira, que se anexa e que fazem parte integrante desta resolução. Recomenda-se aos Ministérios das Obras Públicas, da Geologia e Minas, do Urbanismo e Ambiente, do Interior e aos Governos Provinciais a criação de condições para a implementação das medidas aprovadas.

4.6 Paludismo, maiana e diarreias completam o caos na periferia

Jornal Agora

11 De Abril de 2014

Texto: Ana Margoso

Os luandenses apelidaram-na de 'fiscal', pois, quando chega, destapa todas as 'carecas' de uma cidade que, depois de tantos anos, ainda não se preparou para as cargas de água que, nesta altura do ano, caem em todo o país, com todas as consequências que daí advêm, como as doenças diarreicas agudas e o paludismo

Andar nesta altura do ano pelos vários bairros da capital pode-se tornar uma verdadeira odisseia. Charcos, lamas, ruas intransitáveis, engarrafamentos infundáveis e inundações são o cenário de uma urbe com mais de 438 anos que, apesar de velha, ainda não conseguiu resolver os problemas de saneamento básico. Tanto é assim que, ano após ano, os problemas são inúmeros, quando se chega aos meses de Março e Abril.

Na zona do Hoji-Ya-Henda, município do Cazenga, as últimas chuvas causaram os mesmos danos que no ano passado, com populares a verem as casas inundadas, a perderem os bens e a conviverem com charcos que se transformaram em viveiros de mosquitos e de moscas.

Paulo Dantas, morador neste bairro há mais de 20 anos, diz à reportagem do Agora ser frustrante viver todos os anos a mesma situação.

"É sempre a mesma coisa. Nada muda. Nós, por várias vezes, já nos organizámos em grupo, fomos à administração ver se conseguiríamos encontrar soluções em conjunto, mas o certo é que, até agora, o senhor Tany Narciso faz promessas e as coisas não avançam. Como pode ver, hoje temos os charcos, amanhã essa água insalubre trará o paludismo e outras doenças, como as diarreias,

porque, infelizmente, as nossas crianças vão brincar aí", desabafa o morador, visivelmente agastado.

Tany Narciso, administrador do município do Cazenga, em declarações à imprensa, apelou aos populares, no sentido de ajudarem na limpeza das valas de drenagem dos mais variados bairros que compõem o município, para que situações desta natureza sejam evitadas.

"Estas águas estagnadas podem provocar diarreia e vômitos, se não forem evacuadas a tempo, além do paludismo, que poderá surgir com a presença de mosquitos", diz Rosa Silva, moradora do bairro Tala-Hady, cuja casa foi invadida pelas águas.

Rosa Silva aponta, igualmente, o dedo acusador aos seus vizinhos, que, segundo a mesma, fazem das valas locais de depósito de lixo.

"As pessoas não sabem estar. Desde quando é que uma vala de drenagem é local para se atirar lixo?", questiona a moradora.

A escassez de valas de drenagem e de valetas, aliada ao facto de as existentes serem muitas vezes usadas pelos moradores como contentores de lixo, faz que as águas inundem as casas da população.

Com toda esta situação, o risco de a comunidade contrair doenças é mais frequente, tal como afirma Armando João, director-geral do Hospital dos Cajueiros, que apontou a malária como a principal causa de internamento no hospital que dirige.

No mercado do Kicolo, a situação não é tão dramática, mas os lodos e os charcos também fazem parte do dia-a-dia das vendedoras do local.

"Aqui, quando chove, é um problema sério.

Para chegarmos à nossa bancada, às vezes temos de subir às costas dos nossos filhos", diz Deolinda Kakunga, vendedeira do mercado.

Joana Gaspar vende kissangua e bolos à frente da casa do tio. A poucos metros, tem um charco que, segundo a jovem, se formou depois do último aguaceiro que se abateu sobre a capital.

"Estas águas paradas trazem muitos mosquitos, por isso muitos de nós estamos constantemente com paludismo. A febre tifóide também é frequente, principalmente porque muitas crianças

gostam de brincar nestes charcos", explica a jovem. Eduardo Júnior é enfermeiro do Centro Médico Kissela, do bairro da Boa Esperança 1, comuna do Kicolo, município de Cacuo.

Questionado sobre os tipos de patologia que mais observa por esta altura do ano, respondeu que a malária, a febre tifóide, assim como as diarreias agudas, estão no topo da lista.

"O paludismo é o 'pão nosso' de cada dia, e não tem como ser diferente, uma vez que o bairro da Boa Esperança 1, como outros em Cacuo, tem grandes dificuldades no escoamento das águas da chuva. Não temos esgotos, nem há sequer contentares para o lixo. Com este quadro, muito dificilmente não teremos doenças", explica Eduardo.

João Pedro (JP), 16 anos, é estudante e reside no distrito do Sambizanga com os pais. No ano passado, de acordo com o mesmo, por pouco não perdeu a vida.

"Todos os anos, por esta altura, não há como ... aqui há sempre muita água parada. Depois, como não há esgotos para evacuar a água, que se torna insalubre, vê as doenças. Eu fico preocupado porque, no passado, por pouco não faleci, vítima de malária cerebral", explica o jovem.

Morador no bairro da Dimuka, distrito do Sambizanga, mostra mestria a saltitar entre os charcos que se formaram diante da porta da sua casa, num exercício que diz ser diário neste período do ano.

"Sempre foi assim. Quando chove muito, temos de estar preocupados com as nossas residências", conta. "Se estivermos fora de casa, o melhor mesmo é correr para chegar a tempo de colocar as coisas por cima do muro ou de uma mesa, ou mesmo de pedras, para não molharem com a água da chuva".

4.7 Fiscais fazem diminuir abate de árvores

Jornal de Angola
16 De Abril de 2014

A devastação dos perímetros florestais da província do Huambo, que nos últimos sete anos

atingiu proporções alarmantes, está a ser travada graças ao aumento de acções de fiscalização.

De acordo com o chefe da brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província, Andrade Moreira Bahu, em Março o Ministério da Agricultura ofereceu uma viatura que, juntando-se à única que existia, veio dar mais capacidade de mobilidade aos fiscais florestais.

De acordo com o chefe da brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal outro factor que está a contribuir para reduzir o abate indiscriminado de árvores na província do Huambo é a colaboração da população e dos agentes da Polícia Nacional.

Andrade Moreira Bahu admitiu que a província do Huambo está entre as que apresentam elevadas taxas de desflorestação no país, facto que obriga a acções redobradas para conservar e proteger os perímetros florestais.

"Com a chegada de mais uma viatura, melhoramos a nossa capacidade de fiscalização. A desflorestação é preocupante, mas está controlada. Nota-se, nestes primeiros meses do ano, uma redução acentuada de devastação de recursos florestais", disse Andrade Moreira Bahu.

Um relatório divulgado em 2013, indicava que desde 2006 mais de 11.300 hectares de florestas tinham sido devastados na província do Huambo, como resultado da exploração ilegal de madeira, o que coloca em risco os principais perímetros florestais da região.

O perímetro florestal de Sanguengue, no município do Cachiungo, é o que mais área de plantação perdeu, seguindo-se o de Sandenda, no município da Caála. A exploração anárquica de recursos florestais, de acordo com o relatório do Instituto Florestal, afectou sete mil dos 18 mil hectares que o perímetro de Sanguengue possuía, enquanto o de Sandenda (cinco mil hectares) perdeu uma área de 2.650 hectares.

O perímetro florestal do Cuima (Caála) perdeu 850 hectares dos 17 mil que ocupa, ao passo que o do Mundundo, no município do Ucuma, sofreu uma destruição de 800 hectares de florestas dos oito mil que possui.

Plantação de árvores

O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Huambo afirmou que o pinheiro, cuja madeira é muito procurada para a confecção de mobiliário e construção civil, é a árvore mais abatida nas zonas florestais da província. A brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal da província do Huambo está preparada para apoiar a implementação da campanha nacional de plantação de árvores, lançada em Março, na região, pelo ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga.

Andrade Moreira Bahu afirmou que até Outubro vão ser produzidas nos viveiros do Instituto de Desenvolvimento Florestal 171 mil árvores de diversas espécies.

Desta quantidade, 56.400 vão ser plantadas na província, no quadro da estratégia nacional de povoação e repovoação florestal, e as restantes vão estar à disposição de outras províncias com falta de árvores para darem cumprimento ao programa de plantação.

Novo viveiro

A brigada local do Instituto de Desenvolvimento Florestal conta com um novo viveiro com sistema moderno de irrigação.

Andrade Moreira Bahu informou que o município do Londuimbali é prioridade, no quadro da execução da campanha nacional de plantação de árvores, por possuir já um plano local de repovoamento florestal.

A brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal da província do Huambo produziu, desde 2010, 120 mil árvores, entre eucaliptos, cedros, pinheiro e casuarinas, as mais conhecidas entre as espécies exóticas.

4.8 Ruas da Chicala e Camuxiba estão intransitáveis

Jornal de Angola

18 De Abril de 2014

Texto: Nilsa Massango

Os moradores da Chicala e da Camuxiba, Samba, vivem dias difíceis, por causa das chuvas que transformaram as ruas em lagoas. Sair de casa tornou-se praticamente impossível. Além das ruas, casas, quintais e becos estão inundados. E como

não existem valas para o escoamento nem rede de esgotos, a água permanece dias e dias nas ruas, tornando-as Intransitáveis.

Apesar de ser um bairro considerado ilegal, até porque vai ser demolido, os moradores enquanto lá estiverem precisam de atenção.

Um morador da "Chicala 2", Fernando Costa, disse que não há no bairro condições para circular. Teve de levar os filhos ao colo, da porta de casa à ponta da rua, para poderem ir à escola.

Várias reclamações foram feitas junto do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros e da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) para disponibilizarem pelo menos uma viatura (a popular sucua) para sugar a água que invade as ruas, quintais e casas. Até agora, nada de respostas.

Anteriormente, lembrou Fernando Costa, quando havia uma situação destas, nem era preciso que os moradores ligassem várias vezes aos bombeiros ou à Elisal: "eles apareciam logo para resolver o problema no mesmo dia".

No Bairro da Camuxiba, o cenário também é desolador. Casas, becos e ruas intransitáveis.

Saltar de pedra em pedra

As pessoas saem de casa com botas porque "os rios" correm logo à porta e por vezes dentro da residência. Para minimizar a situação, muitos dos moradores usam mangueiras e baldes para tirarem a água de casa.

"É o mínimo que se pode fazer para não dormirmos novamente a céu aberto", disse uma moradora, preocupada com a imensa água que tomou conta da sua casa.

A travessia de uma ponta à outra da rua faz-se com dificuldades. Os moradores apoiam-se nas paredes ou saltam de pedra em pedra.

Há quem salte o muro do vizinho para poder sair de casa. Os carros circulam com muita dificuldade e desconfiança por causa dos grandes buracos nas vias que podem danificar as suas viaturas.

Os que não têm opções, pagam aos jovens que cobram por uma travessia às costas. "Para ficarmos melhor, só precisamos de um carro sucua", disse um morador da Camuxiba, na

Samba. Para ele, viver nestas condições" é difícil, causa dificuldade para ir trabalhar e à escola.

4.9 Caop-A em Viana é zona crítico

Semanário Angolense

19 De Abril de 2014

Texto: João Silve

Os moradores do município de Viana, bem como de outras zonas da província de Luanda, estão preocupados com as enxurradas que caem intensamente nos últimos dias.

A vida da população complicou-se sobremaneira porque as áreas de residência e até de trabalho estão alaga das. Em grande parte de Luanda, as ruas estão intransitáveis e a população, os que podem, têm que usar as famosas moto-táxi ou «kupapatas» que, entre muitas dificuldades, vão dando um jeito em matéria de transporte a quem necessita. O uso de sacos de plástico amarrados aos pés para proteger o calçado ou as botas de borracha tornaram-se, para quem mora na periferia, uma moda indispensável nesta altura, protegendo-se assim das águas sujas e lamas.

Muita gente ficou ao relento por verem as suas residências desabarem, assim como houve quem ficou sem os electro-domésticos que se estragaram por causa das descargas eléctricas dos relâmpagos.

No bairro da Caop A, que tem constantes cortes de energia, haja chuva ou não, uma moradora, a senhora Manuela, viu quatro televisores de sua casa queimarem-se simultaneamente em virtude de um raio que caiu próximo e afectou o gerador que trabalhava na altura.

Os moradores, indignados, reclamam por melhores condições de vida e acusam a administração municipal de Viana de letargia e pouco interesse pela vida das populações. «Os funcionários da administração de Viana, começando pelo seu chefe, só estão preocupados em receber e vender terrenos. O resto não é com eles», disse dona Manuela agastada.

As ruas dos bairros da Caop e de outras áreas de Viana são uma autêntica lástima e, em alguns casos, verdadeiras lagoas de águas putrefactas a que se junta o lixo que não é recolhido e foi carregado

pela correnteza das águas e acumularam-se nesses charcos, num gritante atentado à saúde pública.

Sendo as ruas vias de comunicação mais utilizadas pela população, que passam diariamente por elas para se chegar ao local de trabalho, à escola, aos hospitais e para resolver todo e qualquer problema da vida, deviam as administrações zelar mais por elas e demonstrarem um pouco mais de respeito pelo povo.

Para alguns cidadãos que falaram ao *Semanário Angolense (SA)*, as administração deveriam criar comissões de fiscalização para verificar e dar a conhecer os problemas que alguns bairros vivem, desde a terraplanagem das ruas, limpeza, saneamento, entre outros.

O SA contactou algumas comissões de moradores que responderam não ser de sua alçada tais intervenções. Questionados se não devem zelar pelo bem-estar tâncias comunais ou municipais sobre os problemas que afectam os mesmos, simplesmente disseram que só lhes cabe falar de situações menos abrangentes como o caso de se necessitar criar uma escola, um posto-médico, etc. Nestes casos elaboram cartas dirigidas à administração. Quanto ao saneamento básico, disseram que já foram empresas responsáveis, mas nenhuma responde aos apelos feitos.

Para o senhor Jacinto, morador da Caop - A há cerca de 25 anos bairro, aquele bairro, nos anos 80, foi dos mais organizados e limpos do município, com ruas bem tratadas, sem problema de lixo, energia ou água. «Ainda não vai muito tempo, mesmo com grande normalmente, mas agora quando chove muitos são os cidadãos que não conseguem sair de casa por causa das águas paradas e da lar nas ruas. Também há pessoas se princípios que se aproveitam d chuvas para deitarem águas podr e lixo nas ruas, o que é uma atitu muito feia para quem vive em comunidade», alertou o cidadão.

4.10 Chuvas de Abril chegam furiosas

Semanário Angolense

19 De Abril de 2014

Texto: Kim Alves

Na presente época chuvosa, que geralmente começa em Setembro de cada ano e estende-se ao

fim de Abril ou meados de Maio do ano seguinte, por não ter ainda caído uma chuva digna desse nome, não fazia prever que, de repente, quando a estação quente e das chuvas está a terminar, trouxesse enxurradas 'tão violentas e consecutivas como aconteceu nesta semana. Em algumas áreas da província de Luanda, a chuva caiu brutalmente por cerca de três dias, com pequenos intervalos, causando todo tipo de transtornos aos luandenses.

O intenso calor e a poeira já estavam a causar problemas de saúde como irritação da garganta e tosse, sobretudo nas crianças. Neste caso, a chuva é benfazeja, mas para Luanda, quando chove, começam as desgraças.

Como já é habitual, as chuvadas deixaram diversos bairros e residências inundadas, para além das que desabaram ou perderam a cobertura, assim como ruas alagadas e estradas intransitáveis. Esta situação, que se repete todos anos, tem tendência em piorar, tendo em conta que uma boa parte das obras «ditas de reabilitação», sobretudo nas estradas, causam dissabores em outras zonas, por falta de um estudo antecipado das condições locais das áreas que sofrem as intervenções.

Assim, sempre que se está em época de chuvas, os luandenses, principalmente os das periferias, perdem o sossego e rogam à Deus para que o pior não aconteça. Nesta semana, muitos cidadãos sofreram pesados danos materiais com a destruição dos seus bens e, alguns, perderam entes queridos.

Este ano, a chuva tardou em cair e a situação deveria ter sido aproveitada para a melhoria de alguns casos sobejamente conhecidos, mas nada aconteceu. Foi preciso chover para haver o habitual corre-corre e as desculpas de sempre, não faltando no velho chavão de que «Luanda não está preparada para as chuvas».

É assim que, todos os anos, o cenário se repete e as coisas se vão agravando, cada vez um pouco mais, ante o olhar sereno das administrações locais que nada fazem.

As chuvas, apesar do atraso, chegaram de rompante, mas o saneamento e limpeza de Luanda e suas periferias continuam a espera de «milagres».

O mês de Abril, o tal das «chuvas-mil» está no fim e, diz a sabedoria popular, as enxurradas que caíram nestes dias foi para dar as boas vindas à próxima estação que começa em Maio, a estação do cacimbo ou época seca e de frio. Que a estação seca, ao contrário dos anos anteriores, sirva, ao menos, para as edilidades fazerem alguma coisa que beneficie a população.

Mortes a lamentar

A enxurrada que se abateu no fim da tarde de domingo e se prolongou pela noite, chegou violenta e carregada de relâmpagos e trovoadas. Os municípios do Cacucaco e de Viana foram os que mais sofreram neste aspecto. De acordo com alguns populares, os raios emitiam uma luz intensa e as trovoadas pareciam o rebentamento de obuses de grande calibre. A dada altura, na Caop de Viana, imediações da Boa-Fé, um casal que tentava impedir que a água penetrasse no interior da residência, morreram carbonizados por um raio que caiu no seu quintal e queimou ainda duas outras residências, felizmente sem vítimas mortais a assinalar.

O malogrado casal foi a enterrar na terça-feira (15) no cemitério municipal de Viana.

Ainda na terça-feira, duas crianças morreram, no chamado bairro Mayombe, município do Cacucaco, durante a chuvada que caiu nesse dia. Uma das crianças ficou soterrada quando o casebre em que viviam caiu e a outra foi arrastada pela correnteza das águas e ficou presa numa antena de telefonia móvel acabando por afogar-se. De acordo com as informações que chegaram ao Semanário Angolense (SA), no município do Sambízanga, uma outra criança desapareceu durante a chuva do mesmo dia e a família desconhecia o seu estado e paradeiro. Em Viana, os moradores dos bairros da Caop, principalmente da Caop A, um dos mais antigos de Viana e vizinho da vila-sede do município, reuniram e manifestaram-se em frente da administração comunal, porque o seu bairro é dos que mais sofrem em tempo de chuva. As ruas, os quintais e as residências ficam totalmente alagados e em alguns pontos devido aos enormes buracos nas ruas ninguém pode transitar; mesmo a pé é um perigo.

Os cidadãos exigem que a administração faça o seu trabalho que zele pelo saneamento dos bairros.

que terraplanem e tapem os buracos nas ruas e abram as antigas passagens de água que foram propositadamente fechadas por algumas obras. «As obras que fazem deviam ser para melhorar mas o que se nota aqui é que fazem-se obras para melhorar a vida de algumas pessoas e interesses pessoais em detrimento da população e dos bairros em que vive» desabafou um dos manifestantes identificado por Carlos. O mesmo disse ainda, à semelhança de muitos outros que nesse dia não fora trabalhar, nem os seus filhos tinham ido à escola para fazerem as provas porque não tinham como transitar de casa para os respectivos locais de emprego e estudo.

Com a chuva desapareceu, momentaneamente, a poeira. Em contrapartida, a malária e as doenças diarreicas tomaram os bairros de assalto e verificam-se grandes enchentes em tudo quanto seja posto-médico, hospital ou clínica.

4.11 Luanda acordou inundação

Folha 08

19 De Abril de 2014

O grupo do Serviço Nacional de Protecção e Bombeiros, não teve "baldes" a medir, de tal eram as solicitações de todos os cantos da cidade de Luanda, durante as fortes quedas pluviométricas. Os focos mais afectados localizaram-se nos distritos do Rangel, Cacucaco, Viana e o Cazenga, com alagamento de casa, vias de circulação, empreendimentos, causando por via disso, fortes congestionamentos no trânsito.

E como a ocasião faz o ladrão, logo os taxistas, trataram de diminuir as rotas e aumentar o preço da corrida. "Estou aqui desde às 6 h: 30' e não consigo transporte, pois o táxi está muito difícil devido ao engarrafamento provocado pelos buracos na estrada, na zona do "Nosso Super, no Zango 2", reclamou L. Pires, que pretendia sair do Zango III, para o Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola (ISIA), sito ao bairro Benfica. Com esta postura, os taxistas violaram o acordo celebrado entre a sua corporação de classe, a

Associação dos Taxistas de Luanda e o Ministério das Finanças, de não alteração aleatória do preço da corrida. "A tarifa de cada rota deveria permanecer em 100 Kz", disse um economista do

Ministério dos Transportes, considerando, "cobarde, oportunista e de aproveitadores, que só pensam no dinheiro fácil, violando todos os acordos estabelecidos: Penso que a sua própria Associação deveria pronunciar-se".

zola Nqueta, empreendedora com um ponto de venda de Macaiabo e gelados naturais, como o de mútua, "o mais vendido", no mercado de São Paulo, reconhecendo o trabalho dos taxistas, que sem condições, como a falta de paragens e de subvenção nas peças, transportam os trabalhadores, estudantes e não só, não podem, também, exagerar, quando vivemos situações imprevisíveis, como a das enchentes causadas pela chuva, de agora estarem a brincar com a desgraça alheia, subindo sem modos o preço da corrida".

Por seu turno Maura, com vivência no exterior, fez o seguinte comentário: "já vivi um tempinho na Inglaterra, já visitei Cabo Verde, pese embora pobre, mas é melhor do que aqui, pois nós andamos a brincar de país e de povo" rematou. Portanto, as chuvas que caíram sobre Luanda causaram ausências significantes de estudantes nas escolas e de trabalhadores nos locais de serviço, como Júlia Arnaldo, moradora do Sectorl A, zona 17, nas redondezas da Vala do Suroca ao Cazenga; "não consegui ir à escola porque, a minha zona está cheia de lamaçal, só se vive aqui porque já não temos para onde ir, a situação está péssima", concluiu.

4.12 Ruas inundadas, esgostos velhos

Semanário Angolense

19 De Abril de 2014

Texte: Edgar Nimi

Os populares que residem em alguns municípios e distritos da província de Luanda, continuam a viver com muitas dificuldades devido a falta de bacias de escoamento para as águas residuais.

Tal como tem sido norma, muitos bairros da capital estão inundados por causa das chuvas que se abateram recentemente. As zonas de Viana, Cazenga, Rangel e Sambizanga são as mais prejudicadas com este problema. As reparações nas bacias residuais têm sido constantes, mas não tem havido resolução porque as águas se mostram

mais fortes e ultrapassam as barreiras postas sem muitas dificuldades.

Na sua maioria, os esgotos precisam que se faça um trabalho profundo devido ao tempo de duração que levam, porque não conseguem suportar a força que as águas da chuva acarretam.

Sempre que chove em Luanda os populares ficam bastante preocupados e já não confiam nos esforços do governo no que concerne aos reparos que é feito quase todos os anos.

Chico Martins, morador do bairro Hoji-ya-Henda, é de opinião que se faça reparações concretas usando materiais de qualidade para que a população não volte a sofrer com estes problemas.

Tal como os seus vizinhos, o entrevistado disse que se sente agastado com a situação já que passaram-se muitos anos e lhes parece que a administração não liga para sofrimento deles.

«Quando chove tudo fica alagado e prejudica bastante a nossa circulação. Esses esgotos estão todos entupidos e não resolvem nada, apenas prejudicam», alertou.

Para o professor Marcos Lopes, Cazenga em si tem que ser pensado em aspectos de escoamento das águas paradas. «Quanto aos esgotos não adianta falar porque se existissem, as águas não ficariam várias semanas nas ruas chegando ao ponto de cheirarem mal», afirmou.

Marcos Lopes disse ainda que para escoarem as águas das chuvas no seu município é fácil, principalmente para a zona 17, porque está muito próxima do mar.

A rua Porto Santo é um exemplo de que a falta de escoamento das águas está a causar: sérios problemas. As pessoas que passam num dos pontos mais importantes da rua, onde diariamente muita gente circula, têm que pagar 50Kz para serem carregados às costas, ou então dar uma volta muito longa para chegarem aos seus destinos.

O Semanário Angolense fez uma ronda pelo bairro Hoji-ya -Henda para ver se existem esgotos mas, infelizmente, os poucos que existem nas diversas ruas daquela zona estão simplesmente entupidos. Em diversos pontos da cidade existem esgotos que não servem para grande coisa porque.

não conseguem absorver as águas residuais por estarem constantemente entupidos.

Em bairros como o Rangel, a situação é considerada pelos próprios moradores como pior, devido à grande quantidade de águas paradas nas diversas ruas do distrito. No distrito do mesmo nome, a maior parte dos bairros já nem têm asfalto porque as águas paradas corroem o mesmo. A falta de local para escoamento das águas constitui a principal dificuldade com que os moradores se deparam.

A vala de drenagem que praticamente divide o Rangel em duas partes parece não servir para sustentar todo distrito, porquanto em zonas tradicionais como as ruas da Lama e Dona Amália, há muito que carecem de esgotos porque a água não escorre e simplesmente seca depois de algumas semanas.

Um funcionário da administração do distrito do Rangel que, para precaver o seu ganha-pão preferiu não se identificar, afirmou que para solucionar o problema do Rangel haverá muitos constrangimentos como movimentação de pessoas, demolições de casas e outras situações. O funcionário disse ainda que o seu distrito tem o problema das ruas não serem muito largas tal como no Cazenga.

Manutenções continuam

A luta para conter as águas residuais continuam, por isso as unidades técnicas dos municípios e distritos estão a tomar algumas medidas para regularizarem a situação.

Município do Cazenga: Para contrapor os feitos negativos da chuva estão a fazer estudos com vista a proporcionar o mínimo de condições favoráveis a população no período chuvoso. Possuem ainda, camiões-cisterna e moto-bombas que trabalham na sucção da água em zonas consideradas críticas, assim como a abertura de valas de drenagem.

Distrito do Sambizanga: Constam das acções tendentes a minorar o impacto negativo das chuvas no distrito, a realização de actividades de limpeza das valas de drenagem, tapa-buracos e construção de fossas sépticas. A administração vai ainda intensificar a limpeza nas passagens de águas pluviais e residuais.

Município de Viana: Foi criada uma comissão municipal de protecção civil, encarregue de levar a cabo os trabalhos de contenção dos efeitos da chuva. A comissão criada está munida de equipamentos como viaturas para a sucção das águas e moto-bombas para intervir em casos de inundação em áreas consideradas críticas.

Distrito do Kilamba Kiaxi: Também estão a normalizar os problemas com campanhas de limpezas nas valas de drenagens, cacimbas, passagens hidráulicas e buracos nas estradas. Contudo, a população local diz-se abandonada, porque desde que foi nomeada a comissão de gestão para gerir o distrito, a mesma ainda não deu um ar da graça.

4.13 Autoridades da província apoiam vítimas da chuva

Jornal de Angola

21 De Abril de 2014

Texto: Vitorino Matias

As 138 famílias do Nzaji, Cambulo, afectadas pela chuva receberam do Governo Provincial e de empresários locais sacos de arroz, feijão, farinha de milho, óleo vegetal, detergentes, materiais de cozinha, roupa usada e chapas de zinco.

A vice-governadora para o sector político e social lembrou que foi recentemente criado na Lunda Norte um plano de contingência para socorrer as vítimas de calamidades naturais.

Angélica Ihungo disse que por a chuva ter desalojado várias famílias é preciso que haja mais empresários a colaborarem com as autoridades para a ajuda ser rápida. O administrador municipal do Cambulo afirmou que a chuva de Março e Abril também destruiu uma igreja, o que originou a morte de uma pessoa. Francisco Munana referiu que a Administração Municipal elaborou um programa de urbanização de todos os bairros para acabar com as construções clandestinas. Angélica Ihungo declarou que o Governo Provincial já garantiu o apoio aos moradores das mais de 130 casas do município de Lucapa destruídas pela chuva.

A vice-governadora pediu às Administrações Municipais que intensifiquem a fiscalização para

impedirem as construções clandestinas principalmente nas zonas de maior risco.

4.14 Desalojados pelas chuvas recebem apoio do Governo

Jornal de Angola

29 De Abril de 2014

Texto: Vitorino Matias

As famílias do município do Lucapa que perderam as casas em consequência das fortes chuvas dos meses de Fevereiro e Março receberam do Governo Provincial apoios em bens alimentares e material de construção.

Cada uma das 138 famílias beneficiou de 25 chapas de zinco, quatro sacos de cimento, sacos de arroz, feijão e fuba de milho, óleo alimentar, caixas de atum e de sardinha, barras de sabão, panelas e peças de roupa.

O governador provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangala, que fez a entrega do donativo, afirmou que os materiais de construção vão ajudar na edificação de novas casas em terrenos indicados pela área de fiscalização da Administração Municipal do Lucapa.

"O governador Ernesto Muangala apelou à população no sentido de evitar construções de moradias em zonas consideradas de risco, de forma a acautelar situações de calamidades naturais, provocadas, sobretudo, pelas intensas chuvas que caem na região.

Os mecanismos criados pelas autoridades para que as famílias não enfrentem dificuldades, devido aos danos provocados pelas chuvas, estão a surtir efeitos positivos. O Governo Provincial apoiou até agora famílias de oito municípios, faltando apenas 32 famílias de Capenda Camulemba, que são contempladas nos próximos meses.

Ernesto Muangala agradeceu o gesto do agentes económicos e da ENDIAMA, por meio da Fundação Brilhante, que se juntaram aos esforços do Governo Provincial para a aquisição de chapas de zinco, roupas, kits de cozinha e cobertores para os sinistrados da província.

A administradora municipal de Lucapa, Isabel Gregório Pascoal, informou que as chuvas dos dias 25 de Fevereiro e 1 de Março destruíram 256

residências, instalações de uma empresa chinesa (encarregue da reabilitação da captação de água do Luangando) e deixaram a circulação intransitável na estrada entre a localidade de Camutué e a sede do município.

As famílias sinistradas são na maioria dos bairros 11 de Novembro, Roque, Veiga e 10 Congresso e estão alojadas em casas arrendada e de familiares. As construções desordenadas constituem também em grande parte um dos motivos da destruição de residências, porque impedem o curso das águas. Para ultrapassar a situação, é necessário implementar trabalhos de urbanização.

.

5. MAIO

5.1 Chuva desalojou famílias em localidades do Bengo

Jornal de Angola
02 De Maio de 2014

Um relatório do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros na província do Bengo, divulgado na quarta-feira, revelou que 253 famílias do município do Dande ficaram desalojadas em consequência das chuvas que caíram nos dias 15 e 21 de Abril.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros distribuiu 2.500 chapas de zinco a 245 famílias do bairro de Mussenga, município do Dande, e bens alimentares e detergente às que estão alojadas no centro de acolhimento do Caboxa, em Caxito.

No mesmo período, a chuva destruiu 240 casas na localidade da Mussenga, comuna do Úcua, e provocou o desabamento de três moradias no bairro Riceno e duas no bairro Kixiquela, em Caxito.

Na comuna de Quiabo, foram destruídas oito casas e, no município do Ambriz, uma jovem de 20 anos morreu depois de ter sido atingida por um raio. Cerca de 30 casas, situadas no bairro Kinjanda, município do Dande, podem desabar devido à acumulação de grandes quantidades de água no interior do bairro.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros apelou, no relatório, à população para não construir casas em zonas de risco e fixar correctamente as chapas de zinco ao tecto com pregos, em vez de pedras, como acontece nas casas de adobe.

5.2 Famílias sem casa no Icolo e Bengo

Jornal de Angola
06 De Maio de 2014

A chuva que caiu na quarta-feira nas localidades de Caquengue, Salão e Gonçalves, comuna de Caculo Canhangó, município de Icolo e Bengo, província de Luanda, desalojou 63 famílias.

O administrador comunal, Armando da Costa, disse ontem à Angop que as autoridades administrativas do município de Icolo e Bengo já foram informadas e estão a ser tomadas medidas.

Os desalojados necessitam de chapas de zinco, barrotos e roupa usada. A maioria dos habitantes da comuna, integrada por 11 localidades, dedica-se à pesca, agricultura e caça.

5.3 Chuva desaloja famílias no município do Lucala

Jornal de Angola
09 De Abril de 2014
Texto: Kátia Ramos

Pelo menos 70 pessoas de diversos bairros do município de Lucala, no Cuanza Norte, perderam as suas casas, em consequência das fortes chuvas, acompanhadas de ventos, que se abateram no dia 22 de Abril, informou na quinta-feira o comando provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

O porta-voz da corporação, André Damião, disse que pelo menos 24 casas dos bairros suburbanos de Cacoso, Vila, Embondeiros, Cemitério, Camajile e Ngola Nhinhi ficaram sem tecto.

Para minimizar a situação dos sinistrados, a Protecção Civil do Cuanza Norte entregou mais de 400 folhas de chapas de zinco, roupa usada e bens alimentares de primeira necessidade. Foram ainda identificadas duas localidades na vila do Lucala com 23 casas construídas em lugares de risco de inundações, em caso de transbordo do rio.

Durante o primeiro trimestre deste ano, os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros registaram 65 desabamentos de casas em vários pontos da província, o que desalojou 249 pessoas.

Este ano, as chuvas provocaram a morte de uma criança, em consequência da queda de um muro de vedação, no município de Cambambe, e destruíram uma escola, em Ambaca. No Cazengo, houve três inundações que deixaram submersas 112 casas.

Neste momento, os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros têm disponíveis 2.500 folhas de chapas

de zinco e nove atados de roupa usada para assistir aos sinistrados.

5.4 Luandenses aplaudem chegada do cacimbo

Jornal Angolense
10 De Maio de 201499

Quando chega o cacimbo, muita gente suspira de alívio, porque há um interregno do tempo quente, em que as altas temperaturas incomodam, para além de que são acompanhadas de chuvas e, conseqüentemente, mosquitos e doenças próprias da época quente, como a malária e a cólera. Algumas pessoas, poucas, dizem que não gostam do tempo frio, porque ficam pouco à vontade, são friorentas e propensas a contrair doenças como enxaquecas, gripes, entre outras.

Entretanto, regra geral, as pessoas admitem que é no cacimbo que se veste melhor. Para os que gostam de alguma extravagância ou de formalidade, nesta época aproveitam para exibir tudo que não pode no tempo quente.

Também, é no cacimbo que as festas são mais «quentes», porque a temperatura permite maiores proezas, animação e há mais intimidade entre os casais. Por isso, o povo também diz que é nesta época que há mais «produção de bebês».

Embora o tempo de praia e de piqueniques também tenha um interregno no cacimbo, pessoas há que não temem a frescura do ar e da água e não dispensam um mergulho ou uma «kizombada» ao ar livre, «porque até é mais saudável», segundo dizem.

Dona Ana Santos, casada, mãe de seis filhos, residente em Viana, é de opinião que a melhor época do ano é a estação fria. Para si, «o cacimbo é um regalo, sinto-me bem e a minha saúde melhora bastante, porque não tenho problemas nenhuns com doenças e tenho mais gosto em me vestir, sair e cuidar dos meus filhos».

A senhora disse ainda que tem muito cuidado com as crianças porque «elas têm mais tendência a apanhar gripe, sendo preciso ter atenção para que não brinquem com água, nem tomem banho em horas impróprias ou com correntes de ar e nas horas mais frias. De manhã quando acordam e no

princípio da noite, devem estar bem agasalhadas e não andar descalças em chão húmido ou frio».

Francisco Inácio, funcionário público, morador no Cazenga, é um indivíduo que, regra geral, independentemente da época, anda formalmente vestido. Sempre em camisas de mangas compridas e abotoadas nos pulsos, geralmente com casaco e gravata.

«Tornou-se um hábito vestir-me assim por causa do trabalho que faço e mesmo com calor, indo trabalhar ou não, gosto de estar bem apresentado. No tempo quente sofro um bocado, embora eu não seja de transpirar muito como certas pessoas, se não passaria muito mal. De qualquer forma, o tempo de cacimbo é muito melhor e é confortável usar um bom casaco».

Bom para uns, nem tanto para outros Makiesse, estudante universitária, moradora na Maianga, gosta muito do cacimbo. A jovem diz que nesta época dorme bem, sem sobressaltos e não precisa de estar aflita por causa da energia. «No tempo de calor a pessoa fica sempre preocupada por causa da luz, se vai haver ou não. Como sabe, nós vivemos numa cidade em que nunca há energia constante, é sempre aos soluços e, geralmente, nas horas em que mais se precisa, como de noite, nunca há luz»

A cidadã afirma que os constantes cortes de energia faz com que não se possa ter as ventoinhas a trabalhar, ou o ar condicionado, para quem tem. «Então passa-se horas horríveis, com muita transpiração e mal se dorme. Agora no cacimbo a coisa é diferente, não sendo necessários esses acessórios, já que pão se transpira e dorme-se bem, as roupas de cama não cheiram a calor, devia haver sempre cacimbo», defendeu.

Para ela, as pessoas sentem-se melhor para vestir como quiserem e pode-se usar cremes e maquilhagem à vontade, sem medo de transpirar por causa do calor».

A opinião do jovem Adriano Pereira, técnico de informática e estudante universitário, morador no bairro Neves Bendinha, foi a seguinte: «Gosto muito do cacimbo, mas também gosto da época quente, porque as coisas têm de ter um equilíbrio. No cacimbo, andamos mais agasalhados, não se transpira tanto e é melhor para a prática do desporto e do amor; sabe melhor fazer amor e é

um tempo propício para intimidades. Mas também gosto do calor, porque o sangue corre mais veloz nas veias, há mais energia e é o melhor tempo para a praia ou para um passeio pelo campo».

Para os amantes de patuscadas, no tempo seco ou cacimbo, cai melhor um ambiente entre amigos, acompanhado de um bom copo. «No cacimbo, cai bem uma boa bebida espirituosa, um bom vinho, acompanhado de um petisco, em boa companhia e conversa agradável», disse João Marino, supervisor de segurança particular, morador no Sambizanga. Magui, solteira, mãe de duas crianças, vendedora de cerveja e pinchos num alpendre anexo à sua residência no Cazenga, afirma que gosta do cacimbo como tempo, por ser «bom e não faz tanto calor, mas para nós que vendemos cerveja e sobrevivemos disto, não é muito bom, porque no cacimbo bebe-se pouca cerveja, é mais barata e nós quase nunca vendemos e não temos lucros nenhuns».

Mais velhos preferem o calor apesar da época do cacimbo trazer as vantagens descritas pelos interlocutores, há quem não gosta do tempo frio, por várias questões. Dona Delfina, mulher sexagenária, moradora no Golf, diz que, no tempo de cacimbo, sente muitas dores no corpo. «Sinto muito reumatismo, os ossos doem-me no corpo todo por causa do frio e, de noite, mesmo com cobertores fortes, sinto as dores, o que não me acontece no tempo de calor».

Adão Diogo, aposentado, morador em Viana, é da mesma opinião. «Não gosto do cacimbo porque, talvez por causa da idade, sinto os músculos presos, dores nos ossos e dificuldade para andar. Quando fui jovem a coisa era outra, jogava futebol e gostava muito de ambientes, agora já não tenho idade para essas coisas e, para mim, é melhor o tempo quente».

Mudança de clima e protecção

Tendo em consideração a variação da temperatura e mudança de clima, aconselha-se a população a proteger-se com roupas adequadas, apelando para que se preste maior atenção às crianças e aos idosos, pessoas consideradas mais vulneráveis na época do cacimbo.

É muito importante o papel das famílias na protecção das crianças e os mais velhos, tendo em

conta que, pelo facto de o clima se tornar mais frio, surgem diversas doenças, para além de haver pessoas que não suportam temperaturas baixas.

Angola tem duas estações. A das chuvas e a do cacimbo. O cacimbo ou estação seca é a menos quente e dura, normalmente, de 15 de Maio a 15 de Agosto, estendendo-se até princípio de Setembro. A estação chuvosa é a mais quente, indo geralmente de Setembro a Abril. As chuvas e a variação anual das temperaturas são duas características comuns a todas as regiões. A localização de Angola na região inter-tropical e subtropical do hemisfério Sul, a proximidade do mar, a corrente fria do mar de Benguela e o relevo são factores que determinam e caracterizam duas regiões diferentes no que diz respeito ao clima.

A região costeira apresenta uma humidade relativa média acima dos 30%, uma pluviosidade média anual abaixo dos 600 milímetros, decrescente de Norte para Sul, sendo de 800 milímetros na zona costeira de Cabinda e no Sul, Namibe, de 50 milímetros. A temperatura média é superior a 23 graus.

A região interior está dividida em três áreas: zona Norte, com grande pluviosidade e altas temperaturas; zona Alta, formada pela região do planalto central, que se caracteriza por uma temperatura média anual perto dos 19 graus centígrados, com uma estação seca de temperaturas mínimas; zona Sudoeste, semidesértica, devido à proximidade do deserto do Calahari, apresentando baixas temperaturas na estação seca e altas na estação quente. Esta região sofre a influência de grandes massas de ar tropical.

Especialistas do Instituto Nacional de Meteorologia (Inamet) alertam, principalmente, os habitantes das cidades do Uíge, Huambo, Kuaô (Bié), Lubango (Huíla), Lwena (Moxico) e Menongue (Kuando Kubango), localidades que começaram já a apresentar temperaturas baixas, para as precauções que devem tomar para evitar moléstias.

A época que terminou foi considerada pelos meteorologistas do Inamet «bastante chuvosa» com variações de precipitações nas diversas regiões de Angola, situação que as pessoas devem igualmente ter em consideração, tendo em conta as impreviões surgidas no tempo em função das ditas mudanças climáticas.

O litoral do país teve uma precipitação de três mil milímetros cúbicos, acima da média normal, enquanto na região do interior as chuvas ultrapassaram os 18 mil milímetros cúbicos habituais, o que justifica as fortes chuvas na estação quente que terminou.

5.5 Os nossos candengucs das margens

Jornal de Angola
13 De Maio de 2014

Por força das contingências que atravessamos mesmo já depois dos Acordos de Paz e de terem passado despercebidos aos registos após o seu nascimento, muitos dos nossos monandengues ganharam, paradoxalmente, uma surda notoriedade. Quem diria, mas nada que lhes compare propriamente a canzurnbis ou aos seres que por estranha sorte, são expulsos pelas suas famílias acusados de feiticeiros.

O caso a que aqui me refiro merece melhor atenção até porque esses cidadãos inominados são mais de metade de todas as crianças angolanas com menos de cinco anos!

Eles não existem nos registos do país, revelam a UNICEF e a União Europeia, que se afirmam actualmente apostadas em ajudar a alterar este panorama que mancha o nosso tempo de incertezas, embora essas crianças sejam o sangue novo de que a Pátria esvaída na guerra necessita.

Não foram assim acolhidas, diz-se, porque os seus progenitores ou as mães que lhes pariram, ignoravam os procedimentos administrativos.

Não sou de makas e passo adiante, mas esses candengues, ao invés de constituírem uma dádiva dos céus, passaram a representar um manancial de problemas sérios. As políticas do Estado assentam essencialmente na existência da Família como principal suporte para a subsistência da criança. No caso dos candengues não registados, é de supor que as suas famílias se tivessem dissipado.

Não interessa aqui encontrar as razões para justificar a ausência dessa instituição social básica indispensável para cuidar dos seus filhos. Importa apenas assinalar que a grande maioria dessas crianças vive em grande desamparo, o que faz com

que se transforme num alvo fácil e apetecível de criminosos.

Ainda recentemente o Procurador-Geral da República deu a conhecer que os criminosos se permitem a transaccioná-las na "bagagem" como pseudo país de ocasião, à semelhança das que foram surpreendidas na fronteira pelas autoridades portuguesas.

No entanto, se a sociedade ignora esses candengues, por sua vez, eles não lhe perdem de vista. Estou convencido que é mesmo o motivo principal da sua existência e isso faz deles, observadores muito argutos. E até cruéis. Nada lhes parece motivar mais do que ter, possuir. Creio mesmo que a percepção que têm de não serem vistos ou evocados, lhes confere uma perigosa quanto falsa ideia de liberdade. Plena. Aparentemente desconhecem restrições morais e a diferença entre o Bem e o Mal, para além das regras estritas do seu próprio meio.

A sua conduta tem chamado a atenção da sociedade e também do Ministério da Família, que após o seu último Conselho Nacional, decidiu mesmo criar uma comissão, perdão, um grupo multisectorial para estudo da sua "conduta desviante", formulação quanto a mim precipitada, porque parte da presunção que candengues conhecem a diferença entre o Bem e o Mal.

Era o mínimo que o MINF ANU podia fazer.

As pessoas vivem alarmadas perante a fria raiva com que essas crianças actuam. Não lhes basta o produto do roubo. Matam. É muito mais do que um comportamento desviante. Talvez uma forma de ser tomado a sério, ou de contrariar a sua existência inominada. Neste momento, o país mobilizou-se em toda a sua extensão para se reencontrar através de nosso Censo Geral 2014. Ele não será a panaceia para todas as nossas malambas, mas vai permitir que esses candengues sem registo, regressem das margens onde tentam sobreviver.

5.6 Destruição de árvores: Província do Bengo ameaçada pela erosão

Novo Jornal
16 De Maio de 2014
Texto: David Filipe

À semelhança de outras províncias, algumas regiões do Bengo poderão transformar-se em deserto, caso as autoridades não tomem medidas para conter a distribuição anárquica de árvores para a produção artesanal de carvão e lenha. Em Quicabo, adoptou a fórmula “uma árvore derrubada, uma árvore plantada” para travar a erosão dos solos. Mas é preciso um plano e fiscalização eficazes.

O velho Sandombo José, de 64 anos, ofereceu um Toyota Dina ao filho Domingos José, que casou no mês passado.

Residente nos arredores da comuna do Úcua, 61 quilómetros a leste do município de Dande, província do Bengo, Sandombo é etiquetado como campeão na produção artesanal de carvão e lenha.

Natural do Huambo, Sandombo abandonou a terra natal devido à guerra.

Encontrei uma nova terra, onde vivo há 25 anos", conta ele, destacando o comportamento carinhoso dos habitantes da comuna.

É maravilhoso quando encontramos uma pessoa que é hospitaleira sem nenhum interesse pessoal. Ela simplesmente tem prazer em suprir todas as necessidades daquele momento e não mede esforços para isso, não passa dos limites, e sempre surpreende com alguma coisa que você está a precisar", diz ao Novo Jornal o filho do velho Sandombo, Domingos José, fazendo referência à calorosa recepção que a família teve nesta região.

Com nove rebentos (filhos), o ancião controla 15 trabalhadores, que nas matas do Úcua se dedicam ao fabrico do carvão e lenha.

"Estes jovens eram desempregados em Luanda. Convenci-os, agora ganham aqui qualquer coisa para sustentarem as suas vidas", revela Sandombo.

"Quem fabrica 20 sacos de carvão recebe 5.000.00 kwanzas", esclarece o homem, que tem obrigado os jovens a continuarem os seus estudos:

A produção do carvão inicia-se cedo, tendo em vista as chuvas que assolam a região.

"Eles começam a produzir a partir das 6h00 e às 15h00 descansam. No período da tarde, os que não sabem escrever vão às aulas de alfabetização",

refere. Com a exploração de carvão, Sandombo é hoje um mini-empresário narequião.

Construiu um prédio de dois andares na comuna de Kikolo, município de Cacaco. É também proprietário de oito moagens de fuba e de bombo, localizadas em vários bairros da capital.

Consta ainda da pequena fortuna do velho, dois camiões Volvo e dois Toyota hilux. Tudo isto fruto da exploração de carvão e lenha.

De 1998 a 2004, Sandombo não tinha dificuldades para produzir a lenha e o carvão. Face ao aumento de muita gente envolvida no negócio, a lenha e o carvão passaram a ser escassos.

"Neste momento há uma disputa enorme para encontrar árvores para a fábrica de carvão e lenha", reconhece o empresário, salientando que "tendo em vista o rendimento do negócio, actualmente aparecem muitos empresários a demarcarem as áreas".

NOVOS OPERADORES

Mesmo sabendo os efeitos negativos que o negócio da lenha e carvão vem causando à região, novos proprietários de terras estão envolvidos nesta actividade. É gente bem posicionada no país, que nos últimos tempos tomou de assalto as vastas terras que ligam o Caxito e a comuna do Úcua.

"De Caxito ao Úcua as duas bermas da estrada estão ocupadas. Já não temos sucesso na nossa actividade", lamenta.

O vizinho de Sandombo, Armando Ouibebe, também explorador de carvão e lenha, já está "anexado" numa propriedade que pertence "a um tubarão" (gente pesada).

"Nunca vimos o tipo aqui desde 1998. Mas, no mês passado, o homem apresentou documentos dizendo que a propriedade é dele", queixa-se Quihele, de 56 anos.

Segundo a fonte, são os novos donos que estão a contratar pessoas em Luanda para dar continuidade à actividade deles.

"Sabendo que o desmatamento é uma actividade que prejudica o meio ambiente, os novos donos das terras estão a aderir ao mesmo negócio", lamenta Ouibebe.

Um proprietário que não quis identificar-se disse à nossa reportagem que não fazia actividade na sua propriedade, porque não tinha meios financeiros para iniciar a tarefa agropecuária.

"Eu apresentei os documentos que confirmam que pago impostos destas terras. Não há motivos para reclamarem", justifica a mesma fonte.

A perda de grandes áreas de floresta na comuna do Úcua é, cada vez mais, foco de preocupação na província.

"As mudanças climáticas trarão desastres ambientais com maior frequência. Podemos ganhar secas ou outras irregularidades climáticas, cujos impactos serão acentuados", diz uma fonte da Administração Municipal de Dande.

Nesse sentido, acrescenta que os problemas associados ao derrube anárquico das árvores, ao mesmo tempo, causa e consequência das mudanças climáticas, ganharam contornos mais sólidos, chamando a atenção da opinião pública e do governo.

Além de questões ambientais, outro fenómeno desperta grande preocupação em relação ao processo de ocupação da região:

A grande frequência de conflitos violentos associados à ocupação do território.

"Esses conflitos tão pouco são novos e a opinião pública já não se surpreende com a sequência de tristes acontecimentos notórios", afirma o professor primário da região do Úcua, Santos Cafuenia.

Estes relatos mostram a forma desenfreada como algumas regiões arborizadas da província do Bengo estão a ser destruídas por populares. O impacto será tremendo e começa a ser visível.

"De Caxito ao Úcua as duas bermas da estrada estão ocupadas. Já não temos sucesso na nossa actividade"

5.7 Consequências das chuvas: Luanda com os problemas de sempre

Jornal Manchete

16 De Maio de 2014

Texto: Moreira Mário

O problema das chuvas em Luanda, o que pode querer dizer que não é de fácil solução

As constantes quedas pluviais que se abateram a província de Luanda, entre Abril e princípio de Maio, agravaram as já precárias condições de vida dos cidadãos. Os habituais problemas de saneamento básico são agora mais graves, pois a difícil drenagem das águas das chuvas tornaram num verdadeiro caos à circulação automóvel, nas ruas e principais vias de acesso da cidade. Finalmente a época chuvosa está chegar ao fim e, entretanto, o Cacimbo começa a partir do dia 15 desta semana. Para trás fica o pesado rasto de destruição provocado pelas enxurradas, sobretudo nas zonas suburbanas como Sambizanga, Rangel e Cazenga, onde o cenário é ainda dominado por grandes quantidades de água, lamaçais e buracos nas ruas.

No entanto, é com base na chegada da estação seca que as autoridades competentes devem começar já, a pensar na elaboração de um plano de obras de recuperação das vias então ficaram danificadas com as chuvas.

Os problemas estão devidamente identificados. Importa apenas atacá-los em profundidade, de modo que as operações não sejam meros paliativos. Isso, sem esquecer os trabalhos de limpeza nas valas de drenagem, já que muitos moradores depositam toda espécie de lixo doméstico nessas vias de escoamento das águas pluviais ou residuais, num claro atentado à saúde pública. Como se não bastasse, há pessoas que depositam, sem qualquer respeito pelo meio ambiente, carcaças de automóveis, geleiras e demais electrodomésticos, pneus e latas. Tais resíduos sólidos acumulados em grande quantidade travam o avanço da água, fazendo subir o seu caudal a medida que a chuva se avoluma. Uma das consequências desse mau comportamento, é a falta de escoamento das águas pluviais e residuais, o que por vezes provoca o transbordo das valas de drenagem e o consequente alagamento das casas e ruas mais próximas.

É aqui que, às vezes, as empresas operadoras de lixo justificam a insuficiência dos seus serviços de limpeza, alegando o mau estado das vias de acesso por estas encontrarem-se intransitáveis. Mas, tal fundamento não convence os cidadãos visto que

inclusive nas vias em que as chuvas não foram incisivas, as operadoras tardam igualmente remover o lixo dos contentores.

Por outro lado, os responsáveis das operadoras admitem encontrar dificuldades de adaptação se adaptar à nova versão do novo modelo de limpeza, bem como às zonas de intervenção actualmente indicadas. Esta situação, segundo os mesmos, está também a contribuir para acumulação do lixo em muitas artérias da cidade.

Recorde-se que em princípios deste ano, o governador, Bento Francisco Bento, se mostrou desapontado ante a metodologia de recolha de lixo pouco eficaz utilizada pelas operadoras.

Razão porque as empresas são pagas agora, por áreas limpas, ao contrário do volume de lixo entregue ao aterro sanitário. Isto obrigou as mesmas a ajustar o pessoal de limpeza em virtude do emagrecimento dos orçamentos.

Também não se pode descurar, o facto segundo o qual a acumulação de lixo nas ruas tem sido um autêntico viveiro de mosquitos, para além dos charcos e outros locais húmidos. O Manchete constatou que a maioria dos hospitais e centro médicos situados nas zonas suburbanas continuam a receber muitos doentes atacados pelo paludismo.

Tal como nos informou a chefe de enfermagem do Centro de Saúde da Paz, situado no bairro 11 de Novembro, no Cazenga, nas áreas de pediatria, medicina interna e externa, são atendidos diariamente um total de 100 casos, entre crianças e adultos. E os números não deixam de se preocupantes. O que não se percebe contudo, é o facto das unidades de saúde terem deixado de distribuíres mosquiteiros impregnados à população.

Dada à procura gritante desses meios de prevenção à malária pelos populares, nesta altura em que os mosquitos reinam dentro das suas casas, alguns armazéns passaram a comercializar mosquiteiros. E, conseqüentemente, as zungueiras compram para revende-los nas ruas por 1.500 a 2 mil kwanzas, o que não fica ao alcance de todos os cidadãos com estes preços.

E que dizer dos candongueiros? Estes bens essenciais de transporte urbano de passageiros, ultimamente têm estado bastante difícil de

apanhar, em alguns pontos de paragem. Realmente se pode imaginar os transtornos que está a causar às pessoas soas que diariamente dependem dos mesmos para as suas deslocações.

Tal ocorrência se deve em virtude do mau estado das vias, agravada pelas conseqüências das chuvas. O que leva os taxistas a fazerem " festa " das rotas curtas ou cobrar mais por distâncias mais curtas". Nas paragens, os passageiros acabam por ficar mais de trinta minutos à espera, tudo, porque os homens de azul e branco nem sempre aceitar chegar a determinados locais, disseram alguns passageiros interpelados pela nossa reportagem na zona do São Paulo.

5.8 Devastação da floresta preocupa ambientalista

Jornal de Angola

29 De Maio de 2014

O ambientalista César Pakissi denunciou a devastação da floresta do Sacaála, nos arredores da cidade do Huambo, para fins habitacionais, um fenómeno que pode originar desequilíbrios ambientais.

César Pakissi, que fez a denúncia à Angop, disse que parte da floresta já foi invadida por indivíduos que construíram casas, pelo que teme o alastramento da urbanização caso não sejam tomadas medidas, e desapareça o perímetro florestal do Sacaála.

Com a destruição da floresta, de acordo com o ambientalista, a cidade do Huambo, que concorre para ser capital ecológica de Angola, pode sofrer com a força dos ventos, já que uma das funções do Sacaála é proteger a cidade da acção dos ventos.

Por esse motivo, o ambientalista pediu à Administração Municipal do Huambo, ao Instituto de Investigação Agronómica, ao Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas e à Direcção do Território, Urbanismo e Ambiente para realizarem actividades que contribuam para a preservação e conservação da floresta em causa.

Sobre a denúncia, a Angop ouviu o administrador municipal da província do Huambo, José Marcelino, que também se mostrou preocupado

com a situação, tendo informado que estão a ser criadas medidas, em parceria com as direcções da Agricultura, Território, Urbanismo e Ambiente, para se pôr fim à devastação da floresta do Sacaála.

"A invasão do Sacaála pela população é cada vez mais preocupante, tendo em conta a falta de terrenos para a construção de habitações nos arredores da cidade, daí que também seja necessária a

colaboração da população para conter este fenómeno", realçou o ambientalista César Pakissi.

5.9 Lixo foi recolhido no Kilamba Kiaxi

Jornal de Angola
29 De Maio de 2014

A chefe de secção de Saneamento Básico do distrito do Kilamba Kiaxi informou que foram recolhidas seis toneladas e 800 quilos de lixo e capim ao longo da Rua Pedro de Castro Van-Dúnen (Loy), durante a campanha de limpeza realizada no "sábado pela Administração local.

Francisca Augusto, que falava à Angop, disse que a campanha registou o envolvimento de mais de 500 moradores, entre religiosos, membros das comissões de moradores e da JMPLA, organização juvenil do MPLA.

A responsável anunciou que está agendado para o próximo fim-de-semana outra campanha, numa outra localidade do distrito urbano do Kilamba Kiaxi. As campanhas de limpeza visam sanear o meio e melhorar a circulação de viaturas e pessoas nas vias terciárias e secundárias, salientou Francisca Augusto.

5.10 Chuvas deixam ruas intransitáveis

Jornal A República
30 De Maio de 2014 Texto:
Adriano Sobrinho

Sempre que as chuvas caem, neste período chuvoso, muitos bairros de Luanda e não só, ficam completamente intransitáveis para receberem visitantes ou, mesmo, os seus frequentadores que, às vezes, são obrigados a

traçarem outras rotas para se movimentarem eficientemente, atingindo os seus destinos. Muitas das vezes, são forçados a pararem e reflectirem sobre os transtornos e consequências causadas pelas quedas fluviométricas que vêm da abóbada celeste, inesperadamente. Os moradores destes bairros em calamidade vêem-se a braços com a situação, porque as ruas, casas, incluindo muitos tectos das mesmas, não apresentam condições para suportarem o período chuvoso. A falta de saneamento básico e outros atributos indispensáveis a uma condição mínima não existem, pondo os moradores totalmente preocupados e, completamente, em estado de aflição. A baixa renda também é um grande calcanhar de Aquiles.

No entanto, para se apurar esse estado de coisas calamitosas, causadas por esse fenómeno natural, este Jornal desceu até ao bairro Kalawenda, que se encontra afecto ao município do Cazenga, para ouvir alguns dos seus moradores que aceitaram, com disposição, falar à nossa reportagem, sem reticências. Arnando Bambuila de 46 anos de idade e habitante desta circunscrição há mais de vinte e um anos, disse que a situação já vinha de há muito tempo, porque aquela área nunca fora contemplada com obras de terraplanagem e de saneamento básico. "Quando chove, nós passamos muito mal e, às vezes, no mesmo dia não conseguimos sair de casa. As águas evadem as nossas casas, nossas casas, quintais e ruas. Se houver grande preocupação como, por exemplo, ir a um funeral ou, ao serviço saímos de botas ou chinelas até determinado sítio descalçamos e calçamos os sapatos, levando aqueles artigos num saco preto.

De regresso, voltamos a calçá-la até à casa." Afirmou o nosso entrevistado já com um, certa tristeza no rosto. Em seguida, ouvimos com atenção margarida João Manuel de 36 anos de idade, e moradora deste bairro há mais de dezasseis anos, que assegurou a este Semanário de que a área da Conduta - pracinha tem ficado sempre alagado, intransitável e cheia de lama, desencorajando os camionistas, automobilistas e motociclistas, devido ao seu estado lastimável, agravando-se sempre que chova. E o buraco cavado junto ou próximo da Conduta, tem estado cheio de água. Pois, certa empresa, ao tentarem realizar trabalhos de terraplanagem da rua, não concluíram a empreitada deixando aquela via em

condições desastrosa e desajustada. "Eu moro, aqui, perto da pracinha da Conduta.

Quando chove não consigo ir ao serviço nem os meus filhos de oito, dez e treze anos, irem à escola, que fica no Sucupira"(Bairro próximo, a sensivelmente quatrocentos metros, também afecto ao município do Cazenga) Procurando ganhar tempo, a nossa reportagem dirigiu-se à rua do novo Hospital municipal para entrevistar mais moradores daquela circunscrição do município do Cazenga. Joana Mutala Hebo de 61 anos de idade, camponesa de profissão, desde aos 16 anos como nos confidenciou, disse a este Jornal que o bairro estava cheio de casas e de gente. Pois quando fora para aí morar os imbondeiros dominavam completamente o sítio e, naquela altura, ali vivia fazendo com o seu marido, agricultura de subsistência.

Havia também alguns currais de gados bovinos, suíno e caprino. A área já fora verdejante e vantajosa. Hoje nada ou pouco se vê, do que era antes."A situação é muito preocupante quando chove, e para sairmos de casa temos de fazer muito esforço para pensarmos onde vamos pisar. Às vezes, usamos a estrada asfaltada que pisem frente do novo Hospital para ir onde pretendemos. Mas volto cedo, ainda de dia, para ver bem no o caminho pro onde voltamos a passar. Dia seguinte os noite, os mosquitos tomarão conta de nós. É preciso usarmos o mosquiteiro para não apanharmos paludismo ou outra doença que afecta a pele ou, os olhos. Temos que ter muito cuidado para não ficarmos doentes". Perguntada ainda sobre a situação da água canalizada e da energia eléctrica, a nossa entrevistada afirmou que muitas casas tinham torneiras e, o precioso líquido, indispensável, jorrava já, e que, em relação a luz os soluços continuavam por causa do mau serviço que lhes era prestado pela entidade de direito, vocacionada para o efeito.

Sebastião Alfredo Buta de 52 anos de idade, e também morador deste bairro há mais de vinte e dois anos, afirmou a nossa reportagem que esse espaço geográfico do município do Cazenga foi-se danificando, cada dia que passava, por nunca ter havido uma intervenção de fundo por parte das entidades responsáveis e de direito, para que houvesse saneamento básico e esgotos para o escoamento das águas, no intento de melhorar a sua imagem, facilitando, seguramente, o

andamento nas suas ruas principais, de pessoas e de viaturas. As travessas das ruas secundárias e terciárias, também encontram-se em péssimas condições de transitabilidade, preocupando mesmo os seus moradores.

"Vivemos numa situação difícil. Sempre que chove, já sabemos que vamos ter muitos embaraços e aflições. Temos que escolher os caminhos por onde havemos de passar. Aqui no Kalawenda a chuva nos prejudica muito porque vivemos a desenrascar. Nesse tempo os carros ou táxis já não chegam até aqui" - disse ele. De facto, a rua que passa em frente do ex-bar Rei Pelé, moagem Bento Roma e vai desembocar na estrada que vai à Bananeira e Gamek, encontra-se em estado degradante. Sendo a mesma de terra batida, devia no aproximar das chuvas receber sempre reparação e recuperação de terraplanagem por parte das entidades de direito, assim como as estradas da Conduta, a que liga a Sonef e outras, para melhor facilitar a vida dos seus moradores. Não havendo nenhuma intervenção neste sentido, de modo a tomar aquela área mais agradável, para se viver, os seus moradores continuarão ainda a sofrer, sempre que chegar o tempo chuvoso, lançando para um ambiente infernal com pequenos focos de lixo a espalhar o cheio nauseabundo em várias partes desta circunscrição do município do Cazenga. Outros bairros como o Kalawenda existem por esta Luanda adentro, mas a recuperação e reabilitação tardará em chegar, por não haver prioridade no melhoramento das condições que as mesmas apresentam, para que possam espelhar um ambiente ameno e pitoresco de vivência nos domínios social, económico e de salubridade.

5.11 Tempo chuvoso

Jornal República

30 De Maio de 2014

É muita chuva mesmo, é muita chuva a dar no osso; as quedas pluviométricas não estavam para brincadeiras nesta fase do ano com o cacimbo à espreita, para que as pessoas desfavorecidas deixem de ficar muito aflitas com a situação; os tectos dos sem tectos não têm aguentado as águas que vêm do céu ferindo as estradas, as ruas e as casas, incluindo as cubatas, Corações aflitos e apavorados lançando para o abismo aqueles que vivem sem braços para conter a situação. Os

mosquitos e outros insectos nocivos vêm participar da festa inóspita para os homens, que não sabem o que fazer. Tia Lemba ficou muito preocupada com a chuva que caiu no outro dia, por sorte não perdeu os seus haveres, porque estava em casa a fazer algum trabalho doméstico; os filhos tinham ido à escola e, o marido, à procura de emprego.

Tia Lemba ainda acredita nele, desde que vivem juntos há mais de 30 anos, e não se deixa enganar por quem quer que seja, só porque tem dinheiro; a dignidade faz muito bem à tia Lemba que não se vende, nunca. Tia Lemba não troca o tio Kanunda por nada deste mundo. Dinheiro é o que ela viu e ganhou quando trabalhava como costureira numa fábrica de tecidos múltiplos, que dava e trazia muita inveja em várias pessoas daquele tempo.

Qual empresa de hoje se aproximando daquela. Não havia igual! O tempo passa e não deixa rastros porque alguns indivíduos perderam-se completamente no espaço. Tio Kanunda pensava naquele tempo, onde a fatura enchia os seus ombros de trabalho, pois o que fazia era reconhecido pelos seus patrões. Marceneiro de profissão, sempre foi excelente no que sabia fazer com mestria, com maturidade, com perfeição dentro das regras da sua indispensável arte. Os patrões valorizavam-no e lhe prestavam o devido respeito e mérito." Senhor Kanunda, hoje pretendo que dê acabamento destas mobílias, este mês," apontando para os artigos dava recomendações com a devida propriedade.

Foram nos tempos em que os profissionais eram admirados e reconhecidos por muitos crescendo-se os seus patrões e chefes, onde a história dos incompetentes não tinha lugar. Hoje, mesmo, tudo mudou, tudo se esvaziou num saco roto, que vai levar tempo para se concertar, para juntar o útil ao agradável. Tudo isso será feito um dia, um dia diferente em que as competências terão de falar mais alto, para haja valorização da pessoa humana para que, de mãos dadas, se possa construir um ambiente melhor e maior para todos; sonhou assim uma criança amante do bem estar, da harmonia e da vontade de ter pão, leite, carne e ovos todos os dias na escola para todos. Pensar positivo para que nasça uma atmosfera mais salutar, mais amiga, mais enriquecida para que todos tenham tecto de verdade onde a água da chuva não caia, para pôr as pessoas desesperadas

com o seu futuro. Mas tia Lemba diz ainda, com certeza, que bons dias virão para atender a maioria. Custe o que custar, meus senhores.

6. JUNHO

6.1 Calemas causam três mortos e criam pânico em todo o litoral

Jornal O PAÍS
06 De Junho de 2014

Estrada invadida pela água e enormes quantidades de lixo arrastadas pela areia, bem como residências e restaurantes danificados pelas calemas, foi o cenário que a equipa de reportagem de O PAÍS encontrou na manhã da passada sexta-feira na Ilha de Luanda.

Vários moradores desta parcela insular pertencente ao distrito urbano da Ingombota foram afectados pela força das águas do mar. O pescador Horácio Simão encontrou as suas redes de pesca destruídas e os barcos à deriva.

"Hoje não consegui pescar devido às calemas, por isso amarramos as chatas para não estragar o que nos dá sustento", contou o pescador, explicando que o que estava a acontecer podia ser consequência das 'dragas que são colocadas no mar e a areia que é retirada dela".

Às supostas causas acima mencionadas' o pescador Horácio Simão acresce igualmente um outro factor muito importante para os ilhéus, que são os rituais tradicionais que há não acontecem.

"Algumas casas foram invadidas pelas águas e não é a primeira vez que acontece, para nós moradores da Ilha a calema é normal, tem acontecido nos finais de Maio e princípio de Junho. Só não estamos a mergulhar porque os bombeiros estão a circular aqui", explicou por seu lado Artur Francisco.

Areia e a água que vinha do mar provocaram a interdição de uma das faixas da estrada, no sentido Ponto Final - Chicala.

Os restaurantes que às sextas-feiras habitualmente encontravam-se cheios de clientes e turistas mostram uma imagem contrária, assim como as praias que mesmo nos dias de semana albergavam centenas de banhistas.

Os artesãos, que normalmente são encontrados no Ponto Final, emigraram para lugares seguros para que os seus produtos não estragassem.

'A ilha conhecida por acarretar pessoas de vários pontos da cidade capital estava quase que despovoada, estando apenas sobre o olhar atento dos pescadores sentados em seus barcos', segundo uma jornalista.

'Fenómeno é causa pela variação dos ventos'

O subcomissário do Corpo de Bombeiros, João Ambrósio, explicou que o fenómeno das calemas ocorre devido às avaliações de ventos fortes, sendo que no sentido de sua direcção atingiu toda a zona costeira angolana.

"Luanda foram danificadas oito residências e dois restaurantes, no Namibe morreram duas pessoas e uma está desaparecida vítimas de naufrágio' no Zaire as calemas provocaram a morte de um pescador fazendo no total 3 vítimas mortais" disse João Ambrósio. Naufragaram no total duas embarcações de pequeno porte, e no Bengo quatrocentas pessoas ficaram desabrigadas, numa área considerada como zona de risco.

Segundo o subcomissário, a previsão do nível das ondas de quinta-feira a Domingo será de 1,50 metros quinta-feira e muda de sexta - feira ao sábado para 2,40 metros, com uma possível descida no domingo para 2 metros.

"O fenómeno calemas continua, embora se constate uma relativa calma. Por isso, aconselho à população a estar atenta às informações sobre a posição do mar, que o corpo de bombeiros tem transmitido através dos diferentes órgãos de comunicação de modos a preservarmos a vida humana" rematou o responsável dos bombeiros.

6.2 Isabel dos Santos assina declaração de morte aos pescadores

Jornal Manchete
06 De Junho de 2014

Os pescadores da Ilha das "Conchas" no litoral sul de Luanda romperam as "cortinas de ferro" impostas pela primogénita do presidente do país José Eduardo dos Santos, na manhã do dia 26 do

corrente mês, através de uma denúncia de Abuso de Poder e Nepotismo.

Ano e meio depois de serem escorraçados da Ilha, uma descrição feita pelos pescadores, ainda não conclusiva, acusa a cidadã angolana Isabel dos Santos e sua mãe, soviética de nacionalidade, de terem tomado de assalto a Ilhota com pretexto de ser pertença de ambas, sem que exibissem qualquer documento fundado, pode esbarrar num processo Administrativo, conforme confissão dos lesados.

Os pescadores confessaram que Isabel ancorou as respectivas famílias num auto negócio em que ela mesma decidiu contemplar cada uma das cerca de quarenta (40) famílias com um barquito de fibra e um motor a cavalo de potência mínima, sem oferecer-lhes qualquer hipótese de discussão ou de opção aos parceiros da declaração negocial.

"Nos dias das deserções, Isabel requisitou um arsenal policial ido da esquadra da Camuxiba e outras forças não identificadas, para reprimir qualquer resistência dos pescadores, argumentando que havia chegado a hora de abandonarem a Ilha, pois, no local iria nascer uma "cadeia" de hotéis e um "Condomínio de Luxo", disseram os queixosos.

Os pescadores contaram que, no local, ninguém podia reivindicar nem muito menos fazer qualquer proposta que viesse a inviabilizar a pretensa ambição da empresária cuja disposição tinha homens armados dos pés à cabeça, com ordens tácitas para deter ou atirar sobre os insurrectos, não admitindo assim qualquer revolta. E assim, entre murmúrios de insatisfação, Isabel indicou a Ilha dos Pássaros como novo destino dos pescadores. Porém tal Ilha está proibida desde então de ser habitada, por estar consagrada como um santuário das aves migratórias, discerniu um outro pescador.

De acordo com o desabafo de um grupo de novos pescadores, a negociação unilateral da Isabel pôs a prova a larga tradição dos ancestrais que diante da arrogância da filha do chefe, os mais velhos foram os primeiros a abandonar a Ilha convencidos da tese popular segundo a qual ;'filha de chefe é chefe".

Dessa teoria infundada, o velho pescador Agostinho Paulino, de 78 anos de idade natural do

Mussulo, discorda pelo facto de segundo ele, um pescador sem Mar ou Rio é declarado morto por nada corresponder a sua expectativa e esperança social. "Ti" Augusto, como é carinhosamente tratado nos meios piscatórios, disse mesmo que anda indignado com essa atitude irreflectida da "menina" Isabel e a mãe, pois, no meio da sua cólera, desabafou que elas desconhecem a realidade e a tradição dos povos ilhéus. A Ilha está aí, entregue aos guardas que permanentemente fazem ameaças a qualquer pescador que por aí passa, depois de terem destruído todas as nossas humildes casotas, recomeçou "Ti" Augusto. Vejam só que, desde que fomos escorraçados, o único avanço registado na Ilha, foi o de entulho feito pela Draga de protecção Costeira, mas cuja acção contemplou apenas a parte dela e nada mais. "As nossas chatas, depois de a nossa hospitalidade ser reprovada por factores naturais na Ilha dos pássaros, atracamos nesta praia por detrás da casa do exministro do Interior camarada Leal Monteiro "Ngongo" e de outros que não correm connosco, talvez por pena", disse.

Tal como "Ti" Augusto, outros pescadores denunciaram um caso de desumanidade e de extrema arrogância da Isabel que na altura negou que a família de um antigo pescador morto naquele vendaval se manifestasse material e psicologicamente sobre os direitos do seu ente, enviando esse recado ao seu representante: "Quem morreu, morreu", não tem direito a nada e ponto final. E a família, por desespero, simplesmente desapareceu.

O grupo conta também que durante os dias de humilhação, a senhora soviética havia determinado 'que não se acendesse qualquer fogueira , sob pena de serem castigados.

A senhora enganou-se. Com tantos anos a viver em Angola, ainda não aprendeu que o pescador faz fogueiras nas areias e não em fogões. Assim como, ao nos enviarem para o

território dos pássaros, vamos concorrer para a sua automática extinção, o que não deixa de ser um crime, concluíram.

A concorrente aos "males sociais" Isabel dos Santos e a crimes de desumanidade ligados ao Abuso do Poder, assim como a dispersão dos pescadores no Santuário dos pássaros ligado ao crime Ambiental, os marginalizados da Ilha

pedem justiça imediata, argumentando que na Ilha tinham as suas vidas controladas assim como sentem saudades das permutas que faziam com as outras comunidades, como aconteciam nos casos da mandioca, do coco, do peixe e de outras iguarias trazidas por alguns turistas que cruzavam o local, não querendo mais a experiência "vadia" de andarem de Ilha em Ilha de toda costa marítima luandense, o que os conduziria involuntariamente a foz do Rio Kwanza na busca de alimentos para sustentar as famílias. Mas, relatam, "na nossa Ilha", até água para o uso doméstico tirávamos da Cacimba deixada pelo colono, o que não acontece em terra onde diariamente temos de mendigar porque nem sempre temos dinheiro para a comprar, desabafaram.

Os pescadores dizem-se limitados no acesso aos seus bens naturais, vendo-se excluídos dos Impostos de rendimentos de trabalho (IRT) e de outras Taxas, tal como acontece nesta época das vacas "magras", em que as suas classes artesanais não compensam, mas a Capitania de Luanda que não assiste os seus eventos nem fiscaliza nada, e não quer saber houve safra ou não, cobra um Imposto Anual de 35 mil K wanzas enquanto a Taxa de pesca cobrada, rondar os 6 mil K wanzas bimensais por cada pescador.

Depois de ouvir o relato dos pescadores, este Jornal foi ao enalço da cidadã Isabel dos Santos num dos seus escritórios da Unitel, mas, as dificuldades impostas pelos guardas, inviabilizaram o acesso a sua versão relativamente ao assunto, ao que prometemos voltar em tempos muito próximos.

6.3 Mar revoltado contra má gestão urbana

Novo Jornal

06 De Junho de 2014

Texto: Sandra Kiala

"NÃO HÁ SORTE em que o azar não se intrometa", disse Emanuel, 46 anos, um dos pescadores da zona. É descendente dos antigos Caluandas. Vive na Camuxiba desde os anos noventa.

"Quando construí a minha casa, estava a longos metros da areia. Agora, antes das calemas, eu já

estava bem na beira. A costa, a cada dia que passa, aproxima-se mais de nós", revelou.

Acompanhado pelo ditado "um azar nunca vem só", Emanuel viu a casa destruída pelas calemas.

"Estava na pesca no alto mar quando chegaram as calemas. Voltei rápido para casa. Mas não cheguei a tempo e tive a desagradável surpresa. Tudo estava já destruído. Quase perdi a perna. Perdi também toda a documentação. A solução foi beber muito para afogar as mágoas", contou.

Muitos foram os moradores que sofreram danos e alguns já abandonaram o bairro. Aquando das calemas, outros com sorte conseguiram salvar alguma coisa das casas, mas outros nem por isso.

"As ondas batiam tipo granadas. O mar destruiu chatas a muitos pescadores. E a casa já não era refúgio", disse Emanuel.

Já Xana Baptista mantém-se na esperança de que o Governo fará qualquer coisa por ela.

"Tenho muitas crianças em casa e foi perigoso. Já pedimos favores na administração municipal da Samba, mas nunca fomos atendidos. Não tenho para onde ir, por enquanto continuo mesmo aqui. À espera", revelou.

Questionados sobre o porquê de continuarem a viver à beira-mar, quase todos alegaram que são pescadores e desde sempre ali viveram. "Já houve calemas, mas estas foram demais", asseguraram.

"As calemas não vieram sós. Trouxeram consigo muito lixo e provocaram doenças a alguns moradores. Quando há calemas, o mar traz de volta todo lixo que é atirado para lá. Até o dos esgotos. Agora estou a viver neste lixo", apontou Inocência Baptista.

O bairro é servido por uma vala que despeja todo o género de detritos para o mar. Quando as calemas coincidem com as maré cheia como foi o caso, a água do mar não só impede a vala de descarregar, como ainda empurra todo o lixo para terra, explicaram.

Para os populares, na base da destruição pelo mar e da perda de protecção natural do bairro estão também as dragagens que ocorrem na zona. São retiradas muitas e muitas toneladas de areia desta zona. Isso enfraquece a defesa natural do litoral.

"A dificuldade recai sempre para os mais pobres? O mar não está a respirar. Fecham tudo e nunca pensam nos outros", lamentou Inocêncio Baptista.

EAGORA?

Para os moradores afectados, não há um plano director que funcione, tampouco uma política ambiental única para estas zonas.

"É muito difícil chegar aos culpados, ou às soluções. Porquê chorar, ao invés de dar uma solução? A direcção que o vento vai ninguém pode mudar", disse um dos pescadores, perante o abanar de cabeça, como sinal de concordância, da parte de quem o ouvia.

Os moradores mostraram-se também agastados com aquilo que classificaram como o abandono pelas autoridades.

"Por exemplo disse outro na ilha de Luanda, também ela afectada pelas calemas, começaram logo as obras de recuperação e limpeza. É um local para turistas e muitos luandenses. Aqui nada. Nem cuidado com a limpeza das valas, nem fiscalização sobre as construções clandestinas. Nada".

Quem o rodeava murmurou palavras de apoio.

O NJ pediu ao arquitecto Victor Leonel, bastonário desta ordem profissional, um comentário acerca da destruição causada pelas calemas no litoral de Luanda, tomando como exemplo o que acabou de acontecer na Camuxiba. A natureza está aí, nós é que temos de saber lidar com ela. As construções à beira-mar não podem ser feitas no limite do mar. Há um espaço de segurança que deve ser preservado", defendeu.

O arquitecto apontou o aquecimento global como factor responsável por algumas perturbações do ponto de vista ambiental.

"O nível das águas do mar está a subir. Se o nível do mar sobe, aquilo que nós considerávamos antes de nível zero, fica mais em cima. Então é normal que as calemas, que iam até um determinado ponto, agora cheguem mais à frente. Isso é um fenómeno natural", assegurou.

Os espaços de lazer erguidos à beira-mar não têm problemas, até porque as calemas são previsíveis.

Já a construção de moradias deve obedecer certas regras, defendeu.

Enquanto arquitecto, Victor Leonel disse aconselhar à não construção de casas assentes no chão em zonas onde o mar as possa atingir directamente.

"o ideal é estarem assentes em pilares e de preferência em madeira, por forma a não invadir o espaço da areia e respeitar a distância em relação ao nível da água. Se respeitarmos isso, mesmo que cheguem as calemas as casas não serão afectadas porque estarão num nível

elevado. A madeira dá-se melhor com a água", concluiu.

6.4 Huambo sofre de elevada devastação florestal

Jornal de Angola

07 De Junho de 2014

A província do Huambo apresenta um elevado nível de devastação dos polígonos florestais e matas nativas, com a exploração de madeira e a produção de carvão apontadas como as práticas que mais contribuem para a desmatagem, considera o director local do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

Andrade Baú disse que apenas duas empresas estão licenciadas para a exploração de madeira na província do Huambo, mas são detectados muitos casos de exploradores ilegais.

O director admitiu que o IDF tem conhecimento da existência de várias serrações móveis, instaladas nos polígonos sem autorização legal. Apenas duas empresas, a Micro Serviço e a Redson Internacional, têm licença para o corte de árvores.

A Micro Service tem a licença de exploração no município do Ucuma, no polígono florestal do Mundundo, cujo contrato assinado entre a empresa e o Ministério da Indústria, através do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA), foi homologado pelo Ministério da Agricultura. A mesma possui um viveiro no local, onde após a devastação faz a reposição das plantas.

A Redson Internacional tem contrato com o Ministério da Agricultura para explorar o polígono florestal da comuna do Cuima, no município da Caála, e, em contrapartida, deve limpar o perímetro, de modos a evitar possíveis queimadas no tempo seco.

"Eles retiram todo o material lenhoso e defeituoso para evitar que durante a época seca crie incêndios. Na retirada desse material, o que eles acharem que devem aproveitar aproveitam para as suas serrações", disse Andrade Bau.

O director do 10 F disse que as demais serrações, instaladas principalmente no Alto Chiumbo, Sanguengue e outras, dentro da cidade do Huambo, na sua maioria não têm contratos de exploração. Muitas das autorizações vêm a partir do Ministério da Indústria, através do IDIA, não cabendo directamente ao IDF anular um contrato ou uma autorização feita a nível superior.

Andrade Baú é de opinião que, nas autorizações para o corte de árvores devia constar o compromisso do repovoamento florestal, porque o IDF não tem condições humanas para fiscalizar todos os polígonos.

Existem na província quatro grandes polígonos florestais, designadamente Sanguengue e Alto Chiumbo (no município do Catchiungo), Cuima (na Caála) e Mundundo (no Ucuma), além dos outros pequenos, espalhados por várias outras localidades, com destaque para as fazendas de Chinguri, Bonga e Pelisa, e os que se estendem ao longo do Caminho-de-Ferro de Benguela,

Alguns destes polígonos são controlados pelo IDF e os outros, que integram um perímetro de 80 mil hectares de eucalipto, pertenciam à antiga Companhia de Celulose e Papel de Angola, agora sob responsabilidade do IOIA do Ministério da Indústria. Andrade Baú deu estas informações no final de uma visita que a ministra da Indústria, Bernarda Martins, efectuou ao Huambo, para constatar a situação do espaço onde funcionava a antiga Fábrica de Celulose e Papel de Angola, destruída em tempos, e avaliar o grau de exploração, transformação e exportação de madeira de eucalipto, através das empresas contratadas para o efeito.

Antigos funcionários

O director provincial do IDF acusou os antigos trabalhadores da Companhia de Celulose e Papel de Angola de estarem a passar autorizações para cortes de árvores e instalação de máquinas de serração no polígono florestal de Sanguengue.

Os antigos trabalhadores ficaram fora do controlo estatal, após a destruição da referida fábrica, razão pela qual justificam a venda de árvores para se sustentarem, vivem na comuna de Alto Catumbela, nos escombros da antiga fábrica e, no Huambo, estão representados dentro do polígono florestal do Sanguengue. Várias autorizações de exploração passadas por eles têm chegado à direcção do IOF com timbre da companhia e com os dizeres Ministério da Indústria e Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola, referiu o responsável.

Indústria sem controlo

A director provincial da Indústria, Augusto Filipe, afirmou que esta instituição não tem o controlo da empresas licenciadas para a exploração de madeira nos polígonos florestais administrados pelo IOIA. A direcção provincial não tem participado no processo de licenciamento de exploração de madeira, embora Augusto Filipe defenda que devia ser ao contrário, para se poder fiscalizar a actividade, mas "os contratos vêm já assinados a partir de Luanda".

Augusto Filipe disse que as comunidades onde se encontram os polígonos e muitas famílias têm à sua subsistência com base nesses recursos. Além das questões económicas, o corte de árvores está a gerar problemas ambientais. "É preciso que o Governo assuma a responsabilidade e o controlo desses polígonos, para que se possa fazer melhor gestão deles, porque se isto continuar, daqui a pouco não temos polígonos florestais", frisou.

Reposição de espécies

A reposição das plantas devastadas é, de acordo com especialistas em matéria ambiental, a melhor forma de gestão florestal, por contribuir para uma amenização do ambiente, reduzir a quantidade de radiação que atinge o solo, além de funcionar como purificador.

A coordenador da Associação Provincial dos Ecologistas e Ambientalistas de Angola, António

Teixeira, disse que, para isso, são necessárias regras simples, que e resumem a criar viveiros nas zonas de abate e transplante das árvores.

A ambientalista disse que esteve na localidade do Mundundu, município do Ucuma, e encontrou um viveiro grande, tendo reconhecido haver sinais de que a empresa que explora a madeira está a assumir o processo com responsabilidade.

Manuel Teixeira disse haver pouca sensibilidade e falta de conhecimento sobre as implicações que a destruição das florestas pode causar ao ambiente.

Do seu ponto de vista, a gestão descoordenada, irresponsável e irracional das florestas faz com que uma parte importante da terra fique descoberta do mecanismo de protecção contra a radiação solar, sem a qual este processo é devolvido para a atmosfera, contribuindo para um maior aquecimento.

Com a redução da cobertura florestal, a quantidade de água das chuvas ao atingir a superfície do solo não se infiltra. A água escorre pela superfície, arrastando consigo a parte mais fértil do solo e, deste modo, não oferece o alimento necessário para a cadeia alimentar, nem habitat para os seres vivos, incluindo o próprio homem.

6.5 Chineses exploram madeira e outros recursos em grande e à francesa em Nambuanguo

Semanario Angolense

28 De Junho de 2014

Texto: Kim Alves

A população da região de Nambuanguo, província do Bengo, está preocupada com a exploração desenfreada de madeira, situação que está a provocar desmatamento de áreas virgens, que, a não ser contida, pode evoluir para o empobrecimento das terras, já que nem as lavras de onde os populares retiram o sustento do dia-a-dia estão a ser respeitadas.

Estas informações foram prestadas ao Semanário Angolense (SA) por alguns cidadãos provenientes daquela zona do país, que se situa para lá da cidade de Caxito, capital da província do Bengo, a cerca de 200 quilómetros a norte de Luanda.

Para confirmar a situação «in loco», uma equipa de reportagem do SA deslocou-se à comuna de Kana-Kassala, no referido município. Até Caxito, o trânsito é intenso e há um grande movimento de pessoas. Praticamente, de um lado e outro da estrada, já não existem espaços livres.

Caxito movimentado

São diversas as infraestruturas em construção, muitas já concluídas, mas, para uma zona como aquela, nem todas se adequam ao meio e à grandeza social e económica que se pretende e que, pelas potencialidades, a área merece.

Caxito, apesar de certas infra-estruturas novas, alguns bairros de criação recente, quase nada mudou, embora tenha crescido o movimento humano. O aumento do fluxo humano deve-se, talvez, à maior oferta de serviços de educação, de saúde e comerciais que estão a disposição da população e faz com que as comunidades próximas já não tenham tanta necessidade de recorrer a Luanda.

A rua principal, que começa no desvio da Barra do Dande, passa pela antiga «Fazenda Tentativa» e o que restou da açucareira e atravessa a vila (embora a chamem já de cidade), avançando pelo Sassa Povoação até à bifurcação que divide a estrada que vai para a província do Uíge, à direita, e para o município de Nambuanguo, à esquerda, não tem grandes novidades, o que ainda faz de Caxito a mais pobre capital de província em Angola.

Forte inquietação

A caminho de Nambuanguo, por uma estrada recentemente reabilitada, mas que já precisa de manutenção em alguns troços, na antiga área militar das Mabubas, local em que se previa construir a nova cidade, pode-se ver vários estaleiros de um lado e do outro da estrada, alguns edifícios não acabados, Grande parte dos estaleiros, senão todos, pertence a empresas chinesas. Ao longo da estrada e em alguns descampados, vêem-se operários chineses a caminhar ou sentados de baixo de árvores. Muitos desvios foram abertos para a mata, locais onde se está a explorar os inertes, como rochas, burgau e areia para a construção civil. Pelo que se pode ver

pelas tabuletas que anunciam a existência dessas empreitadas, tudo é chinês, não havendo qualquer preocupação em se traduzir o que elas indicam. O que mais chama a atenção são as fábricas de blocos. A palavra «bloco», entre caracteres chineses, é a que mais existe ao longo de todo o trajecto, chegando-se ao cúmulo de várias delas se agruparem num mesmo espaço.

No entanto, as pequenas actividades industriais e comerciais não deviam ser exclusivas para os angolanos? Não deveriam ser os nacionais a explorá-las como já aconteceu num passado recente, numa altura que se fala muito de desemprego e de valorizar o angolano? estas e outras questões foram constantemente colocadas pelos populares abordados pelo SA.

Nas picadas descritas, há grande movimento de camiões que transportam os produtos explorados: madeira e inertes.

Como resultado da paz, várias aldeias estão a surgir ao longo da estrada, passando pelo rio Lifune até Kicabo e dali até ao antigo quartel militar, hoje povoação de Balacende, prosseguindo até Kissacala.

A zona de Kicabo foi apontada como uma das que estão a sofrer uma desenfreada exploração florestal, mas, em conversa com moradores locais, soube-se que, na área, os interesses vão mais para os inertes, já que a região é rica nesses recursos.

Conforme alegaram, os inertes são explorados essencialmente por estrangeiros, principalmente chineses, acreditando que estejam autorizados pelas autoridades provinciais para tal, mas ninguém ali sabe qual o fim dado ao que é extraído.

Os naturais de Kicabo vivem da agricultura de subsistência, da caça e, sobretudo, do fabrico de carvão, que é uma actividade quase que tradicional.

Já na área de Kissacala, cuja povoação estava em óbito quando o SA por lá passou, tem havido exploração de madeira, mas não em quantidades avultadas. Conforme explicou o mais velho Pinto, filho da terra, sempre se explorou madeira na zona, numa actividade que era completada com uma serração, hoje já desaparecida.

Com a guerra tudo parou, mas depois da paz, algumas pessoas, alegadamente mandatadas' oficialmente para continuar o mesmo trabalho, voltaram e com eles os chineses.

«Na nossa região, há o costume de se informar os 'makotas' (mais velhos e/ ou autoridades tradicionais) quando se pretende fazer qualquer coisa, a quem se pede autorização para se desenvolver a actividade requerida. O que se está a passar agora é que nós não sabemos de nada: chegam, começam a destruir tudo, não respeitam os terrenos de agricultura, nem as nossas reservas de caça e a população fica apreensiva, porque, com isso, em breve vamos viver uma situação de carência e passar fome», alertou o ancião. Em acréscimo, reivindicou: «Sabemos que o Estado é quem manda, mas o governo tem que respeitar o povo, tem que respeitar a tradição de cada região, não pode só chegar, fazer e desfazer, sem que a população local saiba o que está a acontecer».

No mesmo sentido, falou a senhora Juliana, no alto dos seus 85 anos de vida e sabedoria: «Aqui, nesta região, nós aguentamos a guerra contra o colono e a

guerra que veio depois da independência, sempre vivendo nestas matas a fugir de um lado para o outro. Hoje, que estamos em paz, queremos trabalhar para o nosso sustento, queremos também viver bem e aproveitar o que o nosso país tem. Sofremos muito e o governo tem que olhar por nós e não mandar aqui pessoas estranhas para nos criar mais dificuldades; afinal para que é que lutamos pela independência?», questionou a avó Juliana, que aproveitou pedir aos repórteres ta uma ajuda em chapas de zinco, alegando o seguinte: «A minha casa está toda rota, quando chove é um problema, por favor, me arranjam só pelo menos cinco chapas».

6.6 o «local do crime»

Semanário Angolense

28 De Junho de 2014

Região histórica da Luta de Libertação Nacional, por causa da floresta densa e das montanhas que muito valeram à guerrilha dos movimentos de libertação nacional, devido às dificuldades de movimentação causadas ao exército colonial português, o agora município de Nambuanguo

é uma região muito vasta da província do Bengo, com sede na vila de Muxaluando.

Tem uma extensão de 5.604 km² e cerca de 111 mil habitantes. É limitado a norte pelo município de Ambuíla, a este pelo município de Quitexe, a sul pelo município dos Dembos

e a oeste pelos municípios de Ambriz e Dande. Apesar de alguns sinais, débeis, de evolução, continua à espera do desenvolvimento.

Quando a reportagem do SA passava por aquelas paragens, pode constatar dezenas de crianças de bata branca a caminho da escola ou de regresso à casa depois das aulas. Há já a realçar a construção de algumas escolas de raiz em várias das suas povoações, mas algumas crianças percorrem a pé, todos dias, entre 15 e 20 quilómetros para assistir às aulas.

Às vezes, apanham boleia de carros que passam. No entanto, essa situação é compreensível, já que é possível colocar-se um autocarro escolar para apoiá-las, principalmente as que percorrem maiores distâncias.

6.7 « Tem de haver estudos prévios!»

Semanário Angoense
28 De Junho de 2014

Especialistas ouvidos pelo SA alertam que qualquer exploração de matéria-prima, como a madeira ou como os inertes, deve obedecer a estudos prévios da região a ser intervencionada, devendo-se, a posterior, estabelecer metas para tais empreitadas, o que parece não estar a acontecer em Nambuango e em outras regiões do país.

Vão mais longe, afirmando que o governo tem estado descurar algo muito importante, que é

o acompanhamento e a fiscalização do que fazem realmente as empresas estrangeiras. «Não se pode admitir que uma empresa estrangeira, seja de que nacionalidade for, faça o que lhe der na gana e leve para o seu país coisas que os próprios angolanos nunca beneficiaram. Hoje levam o mármore e grandes blocos de rocha que podem conter outras matérias e até os animais raros não escapam à cobiça dessas pessoas», sublinha uma das nossas fontes.

E acrescenta: «O nosso governo vai buscar empréstimos que são pagos conforme com o estabelecido nos acordos bilaterais e com os respectivos juros.

Geralmente é o petróleo que tem servido de moeda de pagamento, então qualquer intervenção de empresas ou de cidadãos desses países que queiram trabalhar em Angola têm que sujeitar-se às leis nacionais e só operar lá onde o Estado autorize. Neste caso, as populações locais devem ter conhecimento de causa, assim como a região explorada deve beneficiar dos rendimentos dessa exploração».

«Ambiente» preocupado

Para o Director Nacional de Gestão Ambiental, Vladimir Russo, a exploração de inertes no país deve contemplar medidas de rearboração e aterros, para evitar a degradação do meio ambiente, tornando a actividade sustentada.

Ele considera ser necessária a requalificação das zonas pelas instituições exploradoras, para não se comprometer a vida e o bem-estar das gerações futuras.

«O problema da exploração de inertes resulta do crescimento habitacional do país, mas ela deve ser feita de forma regrada, para não danificar o meio ambiente. As empresas que exploram devem realizar um trabalho com vista a recuperação das suas zonas de trabalho, uma vez que consta do estudo de impacto ambiental do Ministério do Ambiente», referiu.

Embora haja no país algumas empresas que não respeitam as leis angolanas e têm estado sujeitas a uma fiscalização deficiente, fazendo o que lhes apetece, existem instituições de exploração de inertes que estão a fazer estudos de impacto ambiental para avaliar os efeitos do trabalho que realizam.

Porém, segundo Vlaldimiro Russo, existem algumas instituições que fazem auditorias, sem antes terem efectuado estudos de impacto ambiental, para reduzir os efeitos da sua actividade ao meio ambiente.

Os desmatamento para exploração de madeira e das escavações que estão a ser efectuadas por todo o lado, sem respeitar povoações ou terrenos de lavoura, para além da actividade de carvoeiros,

causam o empobrecimento das terras e a destruição das lavras, deixando as populações mais dependentes, empobrecidas e famintas.

Paralelamente, vai-se assistindo à erosão das terras, que resultam no surgimento de ravinas, algumas das quais de proporções alarmantes, que estão a deixar algumas comunidades em situação de grande risco.

Se há algum tempo o fenómeno das ravinas era alarmante em regiões do Leste do país, como Moxico e Lundas, actualmente estão a espalhar-se: Kuando Kubango, Bengo e mesmo Luanda (Cacuaco e Viana) já se deparam com situações preocupantes, a exigirem cautelas urgentes, segundo alerta das autoridades ambientais.

6.8 Angola melhora governação ambiental

Jornal de Angola
29 De Junho de 2014

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, afirmou, em Nairobi, Quénla, que no quadro macro da governação ambiental, Angola tem procurado integrar os principais compromissos e preocupações ambientais globais.

A ministra, que discursava na primeira sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente, realçou que no quadro das políticas e programas ambientais em curso, os resultados são visíveis em diversos sectores como o dos petróleos, indústria, turismo e planeamento.

"Estes resultados caminham agora para o processo de descentralização local, onde estamos a dar uma resposta aos problemas ambientais locais, mas também a relançar o processo de auscultação e consulta às comunidades, de modo a integrá-los nos programas de governação", referiu.

Perante representantes dos diversos países membros da convenção, Fátima Jardim reafirmou os compromissos de Angola em continuar a melhorar a governação ambiental, reforçando ao mesmo tempo a necessidade de maior atenção através da cooperação internacional.

Um dos pontos realçados pela ministra foi o desenvolvimento sustentável, que requer um pensamento não apenas das gerações actuais, mas

também das necessidades das gerações futuras, destacando ser este um dos princípios e objectivos da governação em Angola.

Tendo em vista a importância da sustentabilidade ambiental para o país, disse que estão a ser incrementados projectos e programas e apontou o Plano Estratégico da Gestão de Resíduos, o Projecto Angola Contente, Programa de Saneamento, das Comunidades, Programa Água para Todos, entre outros, que são articulados com o de combate à fome e à pobreza em Angola.

Fátima Jardim afirmou que o Governo de Angola vê a preservação ambiental como um pré e pós requisitos para a agenda de desenvolvimento 2015.

"O desafio é muito grande, pois o país continua a crescer e deve reduzir as assimetrias, gerar emprego e melhorar as condições de educação, saneamento e utilidades públicas, ao mesmo tempo que procura preservar o ambiente", explicou.

O rápido crescimento urbano e agrícola, o avanço da indústria e das infra-estruturas tem provocado alterações importantes nos ecossistemas, que podem trazer problemas para o futuro, o que é um desafio para todos os países que devem procurar modelos sustentáveis de desenvolvimento económico e Angola não é uma excepção. Apesar da melhoria da saúde e educação, Fátima Jardim sublinhou a necessidade de maior integração entre os sectores da saúde e do ambiente, para se dar a resposta adequada aos grandes problemas do sector.

Mencionou, também, a instalação da primeira aldeia solar, o que constituiu uma resposta concreta ao problema actual das alterações climáticas com a redução das emissões.

Até agora, foram instalados 124 sistemas distribuídos pelas províncias do Bié, Malanje, Cuando Cubango, Moxico, Lunda Norte, Cunene, Huíla e Zaire. Os aproveitamentos hidroeléctricos, notou, continuam a dominar a tensão e orientação do sector correspondente com pequenos, médios e grandes aproveitamentos, na perspectiva de um investimento superior a 1,6 triliões de kwanzas até 2017.

Outros aproveitamentos a nível solar, eólico e até mesmo nuclear fazem parte da estratégia.

O aproveitamento energético com origem hídrica continua a ser a grande aposta do Governo, representando cerca de 78 por cento do total projectado.

A melhoria da legislação ambiental nos últimos cinco anos e a realização do primeiro censo populacional foram, entre outros pontos, destacados pela ministra do Ambiente, durante a sua intervenção nesta Assembleia que terminou na sexta-feira, com a participação de mais de cem delegações de Estados-membros e 90 ministros de Ambiente.

6.9 Ondjiva tem novo método de recolha do lixo

Jornal de Angola

20 De Junho de 2014

Texto: Domingos Calucipa

A administração municipal do Cuanhama está a efectuar mudanças nos métodos de recolha do lixo e a construir um aterro sanitário na cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, disse ao *Jornal de Angola* o administrador local, Gonçalves Namweia.

Nos últimos tempos, notam-se amontoados de lixo em vários pontos dos bairros de Ondjiva, um mal atribuído à fraca capacidade de recolha das empresas responsáveis pela actividade face ao rápido crescimento populacional.

Faltam contentores nas zonas habitacionais de maior produção de lixo, com realce para os bairros Kaxila, Naipalala, Kafitu e Castilhos, o que obriga os moradores a depositarem os resíduos no chão.

O administrador municipal afirmou que à medida que a cidade cresce, aumenta a produção dos resíduos sólidos, o que requer mais meios e melhores métodos de recolha do lixo.

"Continuamos a ter duas empresas a trabalhar no saneamento básico com um meio de transporte cada e a outra com dois camiões e um tractor. Não estamos a fazer nada. Temos um défice na manutenção da limpeza da cidade", reconheceu.

Gonçalves Namweia referiu ainda o aumento do número de estabelecimentos comerciais na cidade que produzem muito lixo e depositam-no nos

contentores destinados aos resíduos domésticos. Para o responsável municipal, é necessário definir com as empresas a gestão do lixo resultante da sua actividade.

Novos métodos de recolha

Um novo sistema de recolha de resíduos sólidos está a ser introduzido em Ondjiva, com a criação de oito pontos de transferência de lixo, a aquisição de cinco motorizadas de carga de três rodas, bem como a distribuição de sacos de lixo a moradores.

O administrador municipal disse que o novo mecanismo de recolha de lixo vai permitir às famílias carenciadas obterem alguns rendimentos e sensibilizar os moradores para a importância do saneamento do meio.

A estratégia, disse, consiste na distribuição de sacos plásticos a moradores, de preferência idosos e adultos desocupados, que passem a recolher o lixo, a seleccioná-lo e colocá-lo no caminho das motorizadas ou em pontos indicados pela Administração Municipal.

Gonçalves Namweia salientou que nos locais de concentração, a Administração vai recompensar com 50 kwanzas por cada saco de lixo recolhido, o que garante a essas pessoas um pequeno sustento por dia. No total, vão ser criados oito pontos para a recepção dos resíduos provenientes do interior dos bairros, de onde vai ser recolhido por camiões para o aterro sanitário.

O recurso a motorizadas de carga é uma alternativa encontrada para a remoção de lixo nas zonas periféricas de difícil acesso para os camiões. "Nessas zonas, o lixo vai ser recolhido pelos próprios moradores e o saco que cada cidadão carregar vai ter um custo. Outra medida adoptada é usar as motorizadas onde o camião não consegue chegar", disse o administrador do município.

Aterro em conclusão

Um aterro sanitário com grande capacidade está em construção com recursos da província, a 20 quilómetros da cidade, na via que liga ao município do Cuvelai.

O administrador municipal assegurou que a estrutura está em fase de conclusão e deve começar a ser utilizada antes do fim de Julho. Ondjiva produz perto de 95 metros cúbicos de lixo por dia

e há muito que clama por um depósito apropriado.

Gonçalves Namweia afirmou haver necessidade de se elevar a capacidade de recolha das operadoras e anunciou, ainda para este ano, a aquisição de pequenos cestos acoplados aos postos de iluminação pública e de contentores de 200 e de 1.100 litros.

Os contentores de 200 litros vão ser distribuídos em pontos de pouca produção de lixo e os de 1.100 nos locais de transferência.

Reordenamento dos bairros

Os bairros da Kaxila, Castilhos e Kafitu I e II, em Ondjiva, vão ser requalificados a partir deste ano, de modo a adequá-los aos modelos de organização de cidades sustentáveis.

O administrador acrescentou que o plano de reordenamento da cidade já começou com o desalojamento de habitantes de uma zona do bairro Kaxila, defronte à direcção do Instituto Nacional de Estradas, definida pelo Governo Provincial para a edificação da praça dos soberanos.

Os moradores dessa área estão a ser realojados ou a receber terrenos na zona de Omuongo, arredores da cidade, onde foram desmatados e loteados perto de 500 hectares, que recebem agora a construção dos arruamentos.

O administrador esclareceu que as famílias que possuíam casas receberam habitações no projecto social do bairro Onahumba e estão a ser atribuídos terrenos aos que viviam em cubatas de chapa.

Gonçalves Namweia afirmou que a população ocupa terrenos de forma ilegal, constrói sem consultar as autoridades municipais e só depois procura legalizar. Perante este facto, o responsável convidou os interessados em adquirir espaços para a construção a dirigirem-se à Administração Municipal e efectuarem a solicitação. O responsável municipal disse que outro passo dado foro desalojamento das pessoas que tinham ocupado de forma ilegal o terreno defronte ao aeroporto de Ondjiva e adiantou que o mesmo se vai fazer com aqueles que ocuparam o espaço que acolhia os sinistrados das inundações, no bairro

Kakuluvale, e os que se encontram por detrás do recinto da feira.

A Administração Municipal inclui ainda no seu plano de desalojamento os ocupantes da parte traseira dos edifícios da empresa AAA, no Kakuluvale, onde nasceram vários casebres de chapa.

Nesse espaço vai ser construída uma escola do ensino primário de 26 salas.

No bairro dos Castilhos, abrangido pelo plano de requalificação, vão ser demolidas as casas erguidas junto ao dique de protecção da cidade contra as inundações. A Administração defende a manutenção de uma faixa de 50 metros ao longo do dique livre de habitações.

"Notamos que algumas pessoas voltaram ou alugaram as suas casas nas áreas das inundações. Precisamos de ruas espaçosas, com passeios, iluminação, água, comunicações e tantos outros serviços sociais", justificou o administrador municipal do Cuanbama.

7. JULHO

7.1 Governo quer a inserção de vulneráveis

Jornal de Angola

11 De Julho de 2014

Texto: Dionísio David

O Governo do Cunene vai dedicar-se seriamente à inserção na sociedade dos grupos sociais mais vulneráveis, como os khoisan e ovatuas, para melhorar as suas condições de vida e para que também possam dar o seu contributo no desenvolvimento socioeconómico do país.

A intenção foi comunicada em Ondjiva pelo governador António Didalelwa, que disse tratem-se de grupos minoritários que vivem nos seis municípios da província. Os khoisan, acrescentou, habitam nos municípios de Cuanhama, Namacunde, Ombadja e Cuvelai e os mutuas ou ovatua no Curoca e Cahama.

O governador da província do Cunene sublinhou que já há projectos para a sua efectiva participação na sociedade e explicou que a preocupação do Governo deve-se ao facto de se ter constatado que, de há um tempo a esta parte, pouca tem sido a atenção dada àqueles grupos, sobretudo no que respeita às suas condições alimentares e de habitabilidade, que considerou ainda precárias, comparadas com as dos outros grupos de origem bantu.

O grupo khoisan, por exemplo, para se alimentar recorre a frutos silvestres, pesca artesanal e caça, quando na condição de nómada, o que na opinião de António Didalelwa é uma situação que lhes cria sérios problemas, devido à escassez de meios de sobrevivência, situação que deve ser resolvida com a aplicação de projectos e acções concretas.

O governador informou que, no âmbito do plano de desenvolvimento do Governo Provincial para o período 2012/2017, estão contemplados projectos concretos que têm como objectivo enquadrar os referidos grupos no processo produtivo, através de associações e cooperativas agrícolas e de pesca.

No município do Curoca, a comunidade ovatua tem à sua disposição, desde 2013, uma lavra comunitária, onde produz vários produtos

alimentares para o seu sustento. Em relação às péssimas condições que o grupo ainda enfrenta, nos domínios da assistência sanitária, ensino e habitação, dada a condição de serem grupos nómadas, o governador António Didalelwa informou estar na forja um conjunto de acções destinadas a melhorar as condições de vida e permitir que as comunidades possam também participar no processo de desenvolvimento da província, nas instituições estatais e nas escolas, sem discriminação; nem estigma. Estes projectos enquadram-se no programa de combate à pobreza dos grupos sociais desfavorecidas e vulneráveis, para uma melhoria sustentável do seu nível de vida.

Os referidos projectos, acrescentou, visam também incentivar e apoiar, de forma directa, a construção de moradias. Os projectos abrangem o acesso ao ensino obrigatório para as crianças.

7.2 Seca no Sul do país reduz produção em 40%

Jornal O País

11 De Julho de 2014

A província do Kuando Kubango registou um prejuízo de mais de 40% na produção agrícola do ano 2013-2014 devido à persistente seca que afecta aquela região há quase três anos.

A informação foi avançada pelo responsável provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), Domingos Gongga, que adianta que das 200 toneladas de produtos diversos previstos foram colhidos, naquele período, apenas 125,5 toneladas devido à seca (quebra de 40%).

O sul e leste de Angola enfrentam desde finais de 2011 uma estiagem. (seca), que tem afectado seis das 18 províncias de Angola, em particular o Cunene, Namibe, Cuando Cubango, Huíla, Benguela e Cuanza Sul.

Segundo Domingos Gongga, citado pelo Jornal de Angola, a produção do milho é a mais afectada a sul, por necessitar de chuvas para a sua rega.

Congratulou-se, contudo, com o registo de uma boa safra de mandioca e batata-doce, que podem suprir o défice de outros produtos.

"A pesar da estiagem, houve um aumento substancial na produção de mandioca, que nos últimos tempos tem sido o nosso principal recurso e vamos aumentar o seu cultivo nos municípios fronteiriços, como o Cuangar, Calai e Dirico, onde a seca é maior", disse o técnico do IDA.

Domingos Gongga reconheceu ainda a situação difícil vivida pelos camponeses daqueles municípios, onde há já registo de famílias em condição de risco alimentar devido à estiagem.

Para fazer frente à situação, os camponeses têm sido aconselhados pelo IDA a praticar a agricultura de regadio, sobretudo aqueles das regiões ribeirinhas.

No entanto, acrescentou, a maioria dos camponeses ignoraram a orientação e os que acataram os conselhos viram destruídas a sua produção por elefantes e hipopótamos.

7.3 Ministério do Ambiente quer aterros sanitários em todo país

Semanário Angolense
19 De Julho de 2014

A chefe de departamento de resíduos sólidos e saneamento do Ministério do Ambiente, Joana Bernardo, informou que está contido no plano estratégico daquela instituição a implementação de aterros a nível de todo o país até 2015.

Segundo a responsável, durante a campanha «sábado verde», que decorreu no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, pela Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), o Ministério vai construir estruturas para aterros nas 18 províncias até 2015, estando em vias a escolha dos espaços apropriados para os resíduos.

A responsável disse que algumas provinciais podem ter mais de um, tendo em conta a sua característica e necessidades, para dar vazão a todas as lixeiras a céu aberto e as não controladas.

Joana Bernardo explicou que o trabalho está a ser coordenado pela ministra do pelouro, Fátima Jardim, tendo já criado subcomissões para em conjunto com os governadores provinciais identificarem locais para a implementação do projecto.

Quanto aos espaços que estão a beneficiar de recolha de lixo, a responsável é ainda de opinião que é preciso fazer-se um estudo do impacto ambiental e ver-se qual o tipo de infra-estrutura que se pode colocar na área.

7.4 Soyo, Para além do gás e do petróleo, a outra realidade também é demasiado cruel

Jornal Agora
25 De Julho de 2014

Soube-se que o incêndio ocorrido recentemente na fábrica de gás liquefeito terá causado pânico entre a população, em virtude das altas temperaturas que se fizeram sentir, bem como do clarão provocado pela chama.

Manuel Kumbo Ngoma recorda que, desde o arranque da fábrica, a pesca e o cultivo ficaram gravemente afectados, obrigando-os a percorrer por mais de quatro milhas, até porque é proibida a circulação nas imediações da fábrica.

"Hoje, para pescar, temos de ir mais distante, porque aqui na costa não há peixe. O mesmo acontece no campo; as camponesas são obrigadas a irem cultivar nas ilhas ao longo do rio, áreas mais distantes, porque a batata e o feijão já não reproduzem como antes", frisou.

Manuel Ngoma recordou que, no dia em que ocorreu o incêndio, vários automobilistas abandonaram as suas casas em direcção à com uma mais próxima. A sorte, contou, é que foi de madrugada, enquanto muitos dormiam.

Um dos pescadores residentes na ilha do Zola levou-nos para a sua chata e contou a sua história. Disse que cerca de 30% dos moradores da referida ilha são cidadãos de nacionalidade congoleza, algo confirmado pelo soba Manuel Ngoma.

"Temos uma população estimada em cerca de 725 habitantes, mas destes, 70% são zairenses que se dedicam ao comércio de bebidas, de peixe e de combustível. Aqui na ilha, o litro de gasolina custa 150 Kwanzas e, para suportar a pesca de quatro dias, levamos 20 bidões de 30 litros cada. Também temos geradores", disse o soba Manuel Ngoma.

A autoridade tradicional escusou-se em dizer se parte do combustível transportado pelos

pescadores chega ao Congo, mas o certo é que os barcos o gastam muito, sobretudo na pesca que dura cinco ou mais dias.

"Faço cinco a 10 mil Kwanzas, na safra de uma pesca diária e, para adquirir uma chata, gasto 45 mil. Fizemos a pesca rápida que denominamos de 'picasso', revelando que "nas ilhas não existem escolas, postos médicos, nem água potável, para não falar da energia eléctrica", queixou-se.

"Temos feito tudo para impedir a entrada de estrangeiros, mas eles instem, tanto é que, na semana passada, expulsámos cerca de seis congolezes. Temos população congoleza que foi registada no Censo e que já vive cá há mais de cinco anos, e são estes que facilitam a entrada quando vão à pesca nas zonas limítrofes", sustentou.

PORTO DE QUIMBOMA Um terminal artesanal localizado no bairro com o mesmo nome revela o quanto os congolezes invadem o território nacional, cada um a seu jeito, praticando comércio Km kwanzas, que são de imediato cambiados em dólares e transferidos para a RDC.

Daniel Massampu, proprietário do quintalão transformado em terminal de cargas e em mercado, disse à nossa reportagem que a viagem do Soyo à localidade do Muanda custa 2.500 Kz, enquanto, para quem deseja chegar ao Boma, ambas localidades da RDC, deve desembolsar 5.500 Kz.

Indagado sobre a legalidade dos congolezes que trabalham na descarga e carregamento dos barcos, bem como dos comerciantes que partilham o local, o ancião justificou ao dizer não ser da sua competência, pois, para isso, existe a Polícia de Guarda-Fronteira e os Serviços de Migração e Estrangeiros (SME).

"A cobrança da bagagem é feita mediante o volume e depende também do gerente do barco ou do fretador. As pessoas, às vezes, dizem que aqui se faz tráfico de gasolina, mas não é verdade, porque as autoridades sabem que existem populações a viverem nas Ilhas e que usam combustível", fundamentou.

Daniel Massampo declarou ainda que Angola e Congo estão unidos pela mesma história e laços

inseparáveis, o que dificulta, no seu entender, o combate à imigração

O uso de drogas e bebidas alcoólicas caracterizam o dia-a-dia dos congolezes, nas terras do caju, do coco e do 'mbibídi' (um suco feito à base de caju), mas que, pouco a pouco, as iguarias que caracterizam a região estão a desaparecer.

"Tenho a lamentar o facto de que os congolezes, quando bebem e fumam liamba, são propensos à confusão, brigam entre si e chegam mesmo a assaltar residências só para conseguir algum dinheiro para sustentar os seus vícios", revelou.

PROSTITUIÇÃO. O facto de a Vila ser o ponto de partida e chegada de elevado número de trabalhadores das companhias petrolíferas faz que mulheres de diversas idades deixem os seus países ou províncias e se instalem no Soyo, terra que se tornou fértil em prostituição.

Susana é o nome fictício de uma jovem que aparentava ter 26 anos, diz ser natural de Cabinda, mas que, por ironia do destino, perdeu os pais e viu-se obrigada pela sua guardiã a prostituir-se desde os 14 anos.

Hoje, com uma filha de sete anos, pensa em sair desta vida, mas teme a discriminação.

"Tenho uma filha e vivo com um senhor que me maltrata muito ao ponto de exigir parte do meu salário, porque, além de me prostituir, trabalho num restaurante, onde consigo atrair os meus clientes e creio que ele não sabe que faço vida, mas não sei como deixar", confidenciou-nos com um semblante carregado de frustração.

Mamy é outra jovem que se predispôs a falar ao Agora. Como a sua predecessora, revelou, igualmente, que, ao longo do dia, trabalha como balconista numa das esplanadas localizadas à beira-mar, na 'praia dos pobres', local que também serve para atrair as suas 'presas' que, depois de algumas 'bitolas' (cervejas), querem uma companhia.

"Vivo no bairro da Paróquia com umas amigas, trabalho aqui há cerca de dois anos, mas é só para não ficar parada durante o dia e, às noites, saímos com os clientes para as boates. Quando o cliente não tem valor suficiente ou não é capaz de me pagar e custear a pensão, fazemos à beira da praia", revelou.

Este retrato da Vila do Soyo mostra algum fechar de olhos das autoridades locais e dos órgãos afins, colocando a nu o outro lado de uma realidade nacional profundamente degradada, 'sem rei nem roque'.

8. AGOSTO

8.1 Aeroportos com vigilância meteorológica

Jornal de Angola

01 De Agosto de 2014

Texto: Manuela Gomes

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) vai, dentro em breve, instalar serviços de vigilância em todos os aeroportos nacionais, anunciou na quarta-feira o director da instituição.

O director Domingos do Nascimento, que apresentava o balanço das actividades de parceria realizadas entre o INAMET e a TAAG, reconheceu, em declarações à comunicação social, que esta relação permitiu melhorar a qualidade dos produtos e serviços destinados ao sector aeronáutico, tornar mais fiéis as previsões e mais fiável o serviço de alerta de mau tempo aos operadores nacionais e estrangeiros.

Antes da parceria com a TAAG, salientou Domingos Nascimento, pouca informação circulava no sistema internacional, pelo que não se podia ter conhecimento da situação meteorológica de Angola nas diversas plataformas de estudo prévio.

"A informação meteorológica é vital para a segurança das operações aéreas e o estabelecimento de rotas mais rápidas, económicas e de voos regulares", sublinhou o director do INAMET, que realçou o facto de a parceria com a TAAG também ter permitido manter a vigilância meteorológica a nível do Centro Nacional de Previsão 24 horas e a introdução das "previsões de aeródromo" para as estações provinciais certificadas.

Ao reconhecer o "notável trabalho feito pela TAAG", acrescentou que ele também viabilizou a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo INAMET, através do Sistema de Gestão de Qualidade, que culminou coma certificação internacional de qualidade ISO 9001:2008, em Junho de 2013, dos aeroportos de Luanda, Cabinda, Benguela, Huambo, Lubango, Luena e Ondjiva.

Segurança dos voos

O INAMET prevê, a curto prazo, passar à segunda fase desta certificação de qualidade, com a conclusão do processo, que vai permitir a instalação de serviços de vigilância em mais nove aeroportos, incluindo o novo Aeroporto Internacional de Luanda.

O director do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica Domingos do Nascimento referiu que, recentemente, o INAMET foi alvo de uma auditoria, destinada a conferir funcionalidade aos serviços, que "detectou pequenas dificuldades a nível dos equipamentos".

O acordo que liga o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica à TAAGvisa, sobretudo, o apoio às actividades aeronáuticas em Angola, com a disponibilização de informações meteorológicas ajustada às condições locais, para uma permanente melhoria da segurança das operações da aviação.

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) tem actualmente um grupo de 11 estudantes bolseiros no Brasil.

8.2 Sobe o nível de extracção de rochas

Jornal de Angola

01 De Agosto de 2014

As empresas de exploração de rochas ornamentais na Huíla produziram, em seis meses, 17.176 metros cúbicos de granito negro, mais 3.320 que no período anterior, informou ontem a directora da Indústria, Geologia e Minas da província.

Paula Joaquim disse à Angop que 12.900 metros cúbicos foram produzidos no Primeiro trimestre e 5.166 no segundo, o que permitiu exportar 13.915 metros cúbicos de granito negro neste semestre, por pouco mais que 3.671 milhões de kwanzas.

As rochas produzidas na província foram exportadas para Portugal, China, Espanha, Alemanha, Itália e Índia, onde o interesse é grande, devido à qualidade do produto.

Algumas companhias já abriram empresas de transformação de granito, para permitir que a maior parte da produção seja fornecida a empresas de construção nacionais.

Além destas empresas, existem outras que se dedicam à transformação de granito em brita, assim como à extracção de areia, argila e calcário.

Na Huíla existem 40 empresas que exploram granito negro e inertes que aumentam a produção à luz do Plano de Acção da Geologia e Minas, o qual preconiza a diversificação dos rendimentos.

8.3 Ordenamento da costa protege biodiversidade

Jornal de Angola

06 De Agosto de 2014

O biólogo Filipe Kodo defendeu ontem em Luanda, a adopção de um plano de ordenamento da zona costeira de Luanda, regulamentando a pesca não licenciada e a construção de espaços turísticos sem a observância das exigências ambientais.

Em declarações à Angop, o biólogo disse que parte da zona costeira se confronta com uma "poluição estética", o que torna a área vulnerável a impactos negativos na sua biodiversidade.

A valorização e protecção da zona costeira deve ser feita com um plano especial de ordenamento, que deve definir e regular as actividades das salinas, zonas para uso balnear, desportos e lazer, zona de protecção marinha e para navegação e ancoragem. No que toca às calemas e suas consequências, Filipe Kodo disse que o problema deve ser entendido num contexto global ligado às alterações climáticas, que estão relacionadas com a subida do nível do mar.

"Se continuarmos a destruir os mangais, conforme se verifica em todas as cidades costeiras, de certeza que vamos continuar vulneráveis ao processo erosivo, para além da desflorestação costeira", alertou o biólogo.

"A exploração não sustentável de inertes em Luanda também põe em perigo a biodiversidade nestas áreas", referiu. A ocupação desordenada da zona costeira de Luanda e a falta de harmonização nas edificações construídas nesta área põe em perigo a biodiversidade existente e pode causar

danos ambientais irreversíveis, advertiu o biólogo Filipe Kodo.

O biólogo Felipe Kodo disse que em Luanda as maiores extensões de mangais estão na Barra do Cuanza, uma zona que regista grande movimento humano nos últimos tempos:

"Tudo isso tem impacto negativo sobre a biodiversidade porque as zonas costeiras são consideradas húmidas e áreas importantes para aves migratórias, que utilizam essas áreas para reprodução e repouso".

O biólogo disse que a protecção ambiental da zona costeira está comprometida devido a impactos negativos.

8.4 Asiáticos assaltam pedreiras da Namibe com explosivos

Novo Jornal

08 De Agosto de 2014

Texto: Esmael Pena

A POLÍCIA Económica do Namibe prendeu, quarta-feira, quatro canrionistas estrangeiros, apanhados a transportar cubos de granito Rosa-Lucira, extraídos ilegalmente da localidade de Maungo, comuna do Bentiaba.

Segundo o director provincial da Geologia e Minas, Armando Valente, a mercadoria interceptada tinha como destino a província de Benguela, onde há suspeitas da existência de uma rede clandestina de polimento de rochas ornamentais.

Sem revelar a nacionalidade dos detidos, o responsável adianta apenas que são asiáticos, e garante que já estão a contas com a justiça local.

"Tínhamos a informação de que, na área entre a povoação do Maungo e Bentiaba, existia uma pedreira de proprietário desconhecido, com 124 cubos de granito Rosa, onde, neste momento, sobram apenas 30", revela Armando Valente.

o director explica que, após várias diligências, as autoridades aperceberam-se da presença, na zona do município de Quilengues, província da Huíla, de "quatro camiões carregados de granito".

"Com a pronta intervenção da Policia Económica, foi possível detectá-los e trazê-los para o Namibe", avança a fonte, acrescentando que "para extrair os minerais, os garimpeiros utilizaram explosivos", e actuaram "aos fins-de-semana e na calada da noite".

Armando Valente admite também que há indícios da existência de mais garimpeiros de inertes.

"Temos conhecimento do garimpo de pedras, de areia e de barro", afirma, assegurando que "nos próximos dias, o sector de Geologia e Minas vai definir as concessionárias de exploração de inertes".

8.5 Cidadãos namibianos abatem árvores no país

Jornal de Angola
09 De Agosto de 2014

Cidadãos namibianos atravessam a fronteira para a obtenção, em Angola, de lenha para fabricar carvão, sem a autorização legal dos serviços que tutelam os recursos florestais, denunciou o chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal na província do Cunene.

Alcino Abel Zamba manifestou a sua preocupação com o índice de "abate indiscriminado" de árvores, que se regista, nos últimos tempos, ao longo da fronteira com a Namíbia e salientou que cidadãos namibianos estão entre os principais autores do crime ambiental.

Do lado do território angolano, disse, também há pessoas que transportam lenha e carvão para o território namibiano, com fins comerciais. As autoridades dos dois países já trabalham para pôr cobro à situação, acentuou o responsável do IDF, acrescentando que as árvores abatidas são transformadas em lenha e carvão, na maioria dos casos, para fins comerciais.

Lei rígida

"A lei florestal da Namíbia é tão rígida que faz com que os cidadãos locais não danifiquem as árvores e o nosso país, por apresentar fragilidades nessa matéria, tem sido o recurso para os namibianos, com ajuda de algumas autoridades tradicionais saqueiam os nossos recursos, vegetais", salientou. O funcionário do Instituto de

Desenvolvimento Florestal disse que a instituição tem poucos fiscais florestais mas conta com o apoio da Polícia de Guarda Fronteira, que tem jogado um papel preponderante e frustrado várias tentativas ' abate de árvores.

Alcino Abel Zamba disse que a instituição está a trabalhar no sentido de persuadir as administrações municipais a incluírem fiscais florestais no seu quadro de pessoal.

Neste momento, a província do Cunene conta apenas com 14 fiscais, número exíguo tendo em conta a sua extensão territorial.

8.6 Ruas esburacadas estão à espera de obras

Jornal de Angola
10 De Agosto de 2014
Texto: Alexa Sonhi

A principal rua do bairro Neves Bendinha, a Machado Saldanha, continua à espera de obras dignas deste nome, para travar a degradação acentuada, mesmo depois de terem sido feitos trabalhos de recuperação.

Em quase toda a extensão da rua, excepto à entrada da via, para quem vem do Laboratório de Criminalística, o cenário é desolado r, um sentimento que é exteriorizado sobretudo pelos moradores e por motoristas que fazem diariamente uso da via, bastante movimentada.

Em alguns períodos do dia, os engarrafamentos são grandes, devido ao facto da faixa de rodagem ter grandes buracos. A degradação da Rua Machado Saldanha arrasta-se até à Rua do Andulo, onde está o Instituto Médio de Economia (IMEC). Cátia Lemos, aluna da 11^a classe, disse que caiu na lama escura e, por isso, teve de voltar para casa, em Viana, para trocar de roupa. Resultado: acabou por perder uma prova.

Janeth Mingas também estudante da 11^a classe, contou que tem tido muitas dificuldade para chegar ao instituto porque as águas paradas não permitem que as pessoas circulem à vontade. Quase sempre chega à escola com os pés sujos. "Já reclamámos mas ninguém diz nada e, .com o aproximar das chuvas, estamos mal, porque até

dentro da escola fica tudo alagado", sublinhou a estudante. a .

A moradora Josefa Domingos, que reside no bairro há 30 anos, lamenta a triste imagem que as ruas Machado Saldanha e d Andulo apresentam. "Este já foi um bairro de verdade, onde só existiam ruas devidamente asfaltadas e casas bem feitas. Mas agora posso dizer que é uma autêntica lixeira, onde cada um faz o que quer e ninguém diz nada", lamentou a moradora. Questionada sobre as razões do surgimento de águas paradas neste período de Cacimbo, Josefa Domingos disse que os esgotos estão todos entupidos com lixo e lama e muitos moradores deitam água nas ruas.

Como consequência, acrescentou, o asfalto estragou-se e os buracos nascem devido à presença constante de águas paradas que deitam mau cheiro, tornando-se numa fonte de doenças. No bairro um tractor da Elisal fazia limpeza da valeta da Rua Machado Saldanha. Manuel Feliciano, administrador do bairro Neves Bendinha, disse que, por intermédio da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, têm sido feitas algumas obras, embora paliativas, para tentar minimizar as dificuldades dos utentes das duas vias, que "já estiveram bem piores". Manuel Feliciano informou que, anualmente, a Rua do Andulo, onde se encontra o Instituto Médio de Economia, recebe intervenção para facilitar a vida dos estudantes. Está a trabalhar na zona uma equipa da unidade técnica da administração do distrito urbano do Kilamba Kiayi para cuidar do saneamento básico. O administrador do bairro salientou que as águas paradas nas ruas Machado Saldanha e do Andulo não têm nada a ver com a chuva: "São águas de esgotos e causadas por rupturas nas canalizações".

8.7 Águas salobras aumentam degradação da vida

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2014

Texto: Gabriel Bunga

Águas salobras invadem as casas do Bairro São Pedro da Barra, na zona do Susso, mesmo durante o tempo seco. Construídas numa encosta, estão por cima de um lençol de água, que sai do subsolo e invade as habitações. Depois, segue em direcção

à estrada, onde entre buracos e lama os condutores tentam seguir o seu destino.

A força das águas está marcada nas paredes húmidas e esverdeadas da casa de Catarina Vicente que, a exemplo dos vizinhos, abriu uma cacimba no quintal para as escoar.

No quintal de Esperança de Almeida a situação é a mesma. De 16 anos, disse que para conservar a casa por muitos anos, os pais construíram um alicerce de um metro acima do solo. Para evitar que a água transborde, a família oferece água aos vizinhos. "Fizemos uma pequena canalização através da qual as águas escorrem para fora do quintal", conta. A água é limpa, mas salgada. Serve para usar nas casas de banho e regar plantas.

Afonso Santos, outro morador do bairro, explica que a única solução que os habitantes encontraram para evitar o problema foi criar pequenas valetas, um assunto que é do domínio das autoridades administrativas da zona.

Em tempo de chuva a situação piora. Quando a cacimba enche, as águas escorrem para o interior do bairro. O relevo facilita o curso das águas. Os moradores abriram pequenas valetas por onde as águas salobras e de uso doméstico escorrem.

Vários riachos saem do interior do bairro e desaguam na estrada principal de São Pedro da Barra, nas imediações do caminho-de-ferro. As águas salobras e de esgotos ganham força em direcção ao mar e aumentam o estado de degradação da Estrada de São Pedro da Barra. As intensas chuvas que caíram em Abril deixaram a via com buracos, que aumentam dia após dia.

Um calvário quotidiano

Buracos e a lama impedem a circulação normal de carros. O taxista Pascoal Nicolau considera a via de São Pedro da Barra uma fonte de rendimento. O percurso São Paulo – São Pedro da Barra permite-lhe completar a conta do patrão mais cedo.

"Aqui há mais passageiros", realça, acrescentando que pelo percurso cobra 200 kwanzas. O suor no rosto indica o esforço necessário para enfrentar o percurso. "Hoje, o dia está difícil", lamenta. O carro está soterrado Há mais de cinco horas. A vontade do jovem não traduz a força necessária

para remover o carro. As botas improvisadas de sacos pretos ajudam a pisar com segurança a lama.

Pascoal Nicolau conta que não é a primeira vez que o carro fica soterrado. O sol abrasador e o estado lastimável da via aumentam a secura dos lábios de quem vive da estrada. Os ânimos do taxista estão calmos porque o patrão já tomou conhecimento do assunto, mas o dia está perdido.

A força das águas salobras e residuais não poupou o quintal da Refinaria. Os camionistas de combustível encontram várias dificuldades para estacionar e entrar nas instalações da empresa. Eurico da Costa é camionista e trabalha numa empresa que transporta combustível de Luanda para a Lunda Norte e Lunda Sul. O cabelo branco denuncia os seus 62 anos. Os músculos dos braços garantem a segurança no volante, mas o mau estado da via desafia a sua experiência de 39 anos.

Eurico da Costa diz que é um tormento trabalhar numa via como a de São Pedro da Barra e considera ser preciso que as autoridades resolvam o problema o mais depressa possível. "É daqui que sai o combustível que abastece o país. É inconcebível a estrada continuar num estado como este", lamenta.

A entrada dos tanques de combustível é visível o estrago que as águas estão a fazer. O mau cheiro indica a insegurança da saúde pública para os peões que por ali passam. As águas lamacentas combinam com o estado de degradação do meio ambiente, com o foco de lixo ao longo da via. Os buracos estão mais acentuados nas imediações da Igreja Católica de Santo André.

As águas dos esgotos do Bairro dos Anteiros e da ENCIB estão a invadir a estrada e aprofundam os buracos. André Simões, professor na escola Margarita da igreja Católica de Santo André, garante que a situação cria vários embaraços a quem passa naquela via.

"Não consigo passar com o carro", conta, acrescentado que a situação piora em tempo de chuva.

Obras em Janeiro

Filipe Manuel, taxista, usa esta rua porque não tem alternativa. A conta disso, o carro já teve várias avarias, desde furos no cárter até problemas nos amortecedores e terminais. O sofrimento dos

automobilistas e da população parece ter fim à vista. O director provincial das Obras Públicas de Luanda, Torres Bunga, reconhece que a estrada está num estado lastimável, mas garante que ela vai ser reparada, numa primeira fase com obras de terraplanagem.

O trabalho paliativo foi feito sob a orientação da Empresa Nacional de Construção de Infra-estruturas Básicas (ENCIB), com a sucção das águas e tapa buracos. "Já contactámos a ENCIB para o fazer e estamos à espera da proposta", disse.

O Jornal de Angola tentou contactar a direcção da ENCIB, nas suas instalações, durante dois dias, mas sem sucesso. Depois de insistência telefónica, a secretária Catarina Mutamba disse que o director informou que "não vai receber jornalistas".

Torres Bunga explicou que a estrada de São Pedro da Barra ainda não foi intervencionada porque não consta no Programa de Investimentos Públicos. As únicas vias terciárias secundárias que estão a ser reabilitadas são aquelas que dispõem de orçamento. Muitas obras iniciadas em 2012 pararam por não constarem do actual modelo de execução das obras públicas.

A estrada de São Pedro da Barra, disse, vai entrar no Programa de Investimentos Públicos no orçamento do próximo ano.

O Orçamento Geral do Estado para este ano inscreve verbas para o Ministério da Construção fazer a manutenção das valas de drenagem de Luanda no valor de 81 milhões, 228 mil, 192 kwanzas.

O OGE prevê ainda para o mesmo departamento ministerial uma verba para reabilitar as ruas secundárias e terciárias de Luanda, no valor de 31.673 milhões, 881 mil e 54 kwanzas. Ainda no mesmo Ministério está prevista uma verba para fundos rodoviários estipulada em 480 milhões, 336 mil e 691 kwanzas.

O OGE de 2014 atribui à província de Luanda uma verba para o programa de reabilitação e construção de infra-estruturas de transportes rodoviários no valor de 10.474 milhões, 395 mil e 823 Kwanzas.

O director provincial das Obras Públicas de Luanda garantiu que a partir do mês de Janeiro do

próximo ano a estrada de São Pedro da Barra vai ser reabilitada definitivamente.

Torres Bunga afirmou que as direcções provinciais de Reinserção Social e das Obras Públicas estão a trabalhar no processo de realojamento das populações que vivem naquela zona."

Com um cenário assim, a qualidade de vida de quem vive nos arredores, fica comprometida.

8.8 Atenção às doenças da época

Semanário Angonse

16 De Agosto de 2014

Texto: Maria Kiluanji

O médico especialista em Saúde Pública, Salvador Correia, disse, ao *Semanário Angolense*, que, nas regiões tropicais, há mais doenças na época do calor, porque as bactérias escondidas nos lixos e na terra se sentem melhor nesse período, em que se libertam e procuram um hospedeiro que são o homem ou animal.

Salvador Correia, que está ligado à Repartição de Saúde do distrito urbano de Luanda, disse que na época chuvosa há muita verduras e esses alimentos são muito melindrosos, porque vêm da terra e devem ser bem lavados antes de se consumir por causa das bactérias que transmitem doenças como a salmonela ou febre tifóide.

O médico explica que a própria água, se não for bem tratada, pode conter amebas que causam a amebíase intestinal (diarreia acompanhada de sangue). De acordo com o especialista em Saúde Pública, esta é uma fase muito delicada por causa da cólera.

«A falta de saneamento básico do meio, principalmente nesta época em que as ruas ficam totalmente alaga das, com águas paradas, muitas vezes por falta de esgotos, a aglomeração de gente, sobretudo nas zonas periféricas onde as casas estão coladas umas às outras e as pessoas quase respiram o mesmo ar, lixos e outros males, tudo isso contribui para o aumento das doenças nesta época de calor», avisou...

Em relação à instabilidade do tempo nessa fase de transição (ora frio, ora calor), o médico aconselha as mães a agasalharem bem as crianças por causa da alteração no organismo para a sua nova

adaptação. Maiores cuidados devem ter por causa das doenças oportunistas do clima.

Por isso, segundo Salvador Correia, os cuidados individuais e colectivos são muito importantes para preservar e cuidar da saúde do homem, mantendo sempre o meio que nos rodeia limpo para evitar que a demanda de pacientes nos centros e hospitais cresça.

Ele aconselha a população a ter mais responsabilidade ao comprar os alimentos na rua, porque o indivíduo não sabe como eles foram confeccionados, afirmando que «quem compra alimentos na rua compra doença».

«Nesta época chuvosa, vamos todos colaborar para melhorar o saneamento básico das nossas comunidades. Se todos se prevenirem, a qualidade de atendimento nos hospitais e centros vai melhorar, mas com a demanda a qualidade baixa», alertou.

8.9 E em Luanda (quase) nada de novo

16 De Agosto de 2014

Semanário Angolense

Texto: Kim Alves e Hélder

A estação quente e a inevitável época das chuvas estão já de regresso. A estação seca (sem

chuvas e com frio) ou cacimbo; como a denominamos, chegou ao fim nesta sexta-feira, 15 de Agosto.

Infelizmente, com as chuvas, a história de grandes charcos (com o seu cotejo de mosquitos e outros bichos causadores de doenças), ruas intransitáveis, mais engarrafamentos, casas destruídas e até mesmo mortes vai-se repetir. Assim faz adivinhar o que se pode constatar na maior parte dos bairros de Luanda, porque as edilidades nada fizeram durante o cacimbo, no sentido de virem a minimizar os problemas que as chuvas provocam, com as intervenções que se impunham. Está tudo na mesma. Onde se esboçaram obras, está tudo paralisado e nos lugares que já se reclamava por alguma intervenção, com um entulho, uma simples terraplanagem ou a abertura de valas para escoamento das águas pluviais, só há «deserto».

Mas, no tempo das chuvas, diante de alguma calamidade, lá vêm os edis a manifestarem preocupação (fingida), em meio a promessas de que, quando elas pararem, obras serão feitas para inverter o quadro, blá, blá, blá, algo que nunca cumprem, sai ano, entra ano.

Para decepção da população, mesmo os dirigentes administrativos tidos como incapazes não são substituídos, sendo que alguns até já parecem vitalícios nos cargos que mal ocupam. E talvez seja por isso que muito deles, sentindo-se intocáveis, só fazem o verbo encher, à espera dalgum milagre do governo central, quando deviam, a nível local, fazerem alguma coisa pelo bem-estar das populações que administram directamente.

O mesmo do mesmo

É assim que, todos os anos, o cenário se repete e as coisas se vão agravando, cada vez um pouco mais, ante o olhar sereno de quem promete tanto, mas nada faz. As chuvas vão começar, mas as ruas esburacadas, o saneamento e a limpeza de Luanda e das suas periferias continuam à espera de milagres.

Estupefacta, a população não percebe o que fazem as unidades técnicas afectas às administrações municipais e distritais, nem para onde vão as máquinas e demais equipamentos colocados à sua disposição. Igualmente, questiona o que se faz com as verbas que são alocadas a essas edilidades, se nada se vê que concorra para os benefícios dos seus bairros e localidades.

Os moradores de Luanda há muito que reclamam dos responsáveis administrativos que, mesmo indolentes, ao invés de serem sancionados, chegam a ascender a cargos superiores ou recebem voto de confiança para continuar a dirigir os destinos das localidades. Quando assim acontece, para demonstrar que fazem alguma coisa, mandam realizar empreitadas que nunca mais acabam ou efectuam obras e reparações apressadas e mal feitas.

Sabe-se que há condições para melhorar, para fazer-se algo mais, mas falta é empenho de que está à frente dessas administrações.

Por isso é que em quase todos os bairros, sobretudo os da periferia da cidade, as estradas, ruas e ruelas são autênticos «caminhos para

elefantes» ou mesmo pior, talo estado caótico em que se encontram na sua maioria.

Não se compreende que obras que custaram milhões de dólares aos cofres do Estado tenham vida muito efémera, carecendo quase sempre de requalificações e mais requalificações, num círculo vicioso que nunca mais tem fim. Parece até que é feito de propósito, já que se transformam em autênticos sorvedouros de verbas que poderiam ser canalizadas para acudir a outras necessidades das municipalidades.

Não há uma só estrada a nível de Luanda que dure ao menos um ano sem qualquer tipo de intervenção. A título de exemplo, veja-se o (mau) estado da avenida Ngola Kiluanji, vulgarmente chamada de Estrada da Cuca, cujas obras de requalificação levaram cerca de dez anos, com intervenções de várias empresas. Pouco tempo depois, cerca de dois anos, diversos troços da estrada já estão totalmente danificados, principalmente o que vai da antiga «Vilares» à rotunda da Cuca. Ali pode-se constatar que o material usado na reparação e mesmo na construção de novas estradas é do piorio.

8.10 Promessas, promessas e mais promessas

Semanário Angolense
16 De Agosto de 2014

Em resposta a essas velhas preocupações que o *Semanário Angolense* lhe colocara já há uns tempos, o chefe de repartição dos Serviços Comunitários da Administração Municipal de Viana, Bunga Filipe, afirmou no fim da época chuvosa anterior, que a sua edilidade haveria de aproveitar o cacimbo para concluir os projectos de saneamento básico e requalificação das vias que estavam em execução" assim como entulhar e terraplanar as vias dos bairros da municipalidade.

Para Bunga Filipe, o cacimbo seria propício porque permite que os camiões cheguem até às zonas mais difíceis para o trabalho de limpeza das sarjetas e valas, locais onde as vias se tornam intransitáveis durante o tempo de chuvas.

«Nesta época (cacimbo), existe a possibilidade de as máquinas pesadas e camiões conseguirem entrar no interior dos bairros para o trabalho de recolha

dos resíduos sólidos e deposição de material necessário para as obras», dizia ele.

Na altura, o responsável dos Serviços Comunitários de Viana explicara que, em relação aos projectos para escoamento das águas pluviais, havia trabalhos avançados estrada Hoji-ya-Henda, que vai dos Bombeiros à Igreja Católica e a 11 de Novembro, que inicia na estrada 230 e desemboca na via do Camama, junto à Universidade Utanga, onde estava a ser feito um trabalho completo para a drenagem das águas que vão parar à bacia da Vila Nova.

Quanto ao trabalho de tapa-buracos, afirmara que existia um programa da administração para intervenção nas áreas que se encontram em estado degradado.

Porém, Bunga Filipe não se referira à situação de precariedade dos circunvizinhos bairros da Caop, sobretudo da rua Brasileira, nem às constantes rupturas da canalização de água potável das ruas adjacentes, que então causavam grandes transtornos aos populares e utilizadores da via pública. Essas ruas, como é do conhecimento oficial, acumulam charcos que demoram meses a secar, exalando um mau cheiro e propiciando o surgimento de verdadeiras pragas de mosquitos.

Contudo, o tempo seco foi-se, as promessas esfumaram-se e nada foi feito. Tudo continua como as chuvas deixaram e voltarão a encontrar. Alguns moradores tentam minimizar o problema com uma carrada de entulho aqui, outra de terra ali, mas ao invés de melhorarem, só estão a piorar o estado das ruas, que já parecem troços da superfície lunar.

8.11 Sem pulmão

Jornal Acapital

16 De Agosto de 2014

Outro problema com que Luanda se debate é a questão ambiental. E, olhando para este item, Ângela Mingas adiantou mesmo que, a cidade está em colapso. Socorrendo-se de indicadores internacionais avançou que cada cidade deve ter 10 metros quadrados de área verde por habitante.

"Se fizermos as contas vamos ver que a cidade de Luanda não tem tamanho, não tem uma cintura verde. Todas as áreas verdes que deveríamos ter,

(aproximadamente 21 mil campos de futebol), temos muito pouco", averiguou, ao criticar que as áreas verdes da cidade de Luanda foram todas alienadas, numa alusão ao que considerou "o grande pulmão da cidade que estava em fase de implementação nos anos 70, na encosta da cidade.

"Entre a cidade baixa e a cidade alta, existia um plano de irrigação permanente para construção de uma mata artificial, como foi construída na zona da Ilha de Luanda, para poder oxigenar a cidade. Até esta área foi alienada para se construírem mais prédios", apontou.

"Luanda, neste momento, está em colapso ambiental, e para se obterem espaços para ajudar a oxigenar os luandenses, vai ser preciso destruir a cidade. Chegamos a um ponto em que o canteiro de obras já está a fazer mal", desabafou a arquitecta, para quem a maioria dos edifícios que se estão a construir em Luanda não são para os luandenses.

Ângela Branco Lima

Mingas é formada em pedagogia arquitectónica e antropologia, é, também, directora do Centro de Estudos de Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola, especialista em património arquitectónico e activista social.

8.12 Só se o cacimbo durasse 12 meses

Semanário Angolense

16 De Agosto de 2014

Texto: João Silva

Os populares que residem em alguns municípios e distritos da província de Luanda

continuam a viver com muitas dificuldades, devido, sobretudo, ao mau estado das ruas e vias de acesso aos bairros e comunas que, assim que chover, serão piores por falta de meios adequados para escoamento das águas residuais e saneamento.

Tal como acontece sempre, muitas ruas em bairros da capital já estão inundadas ainda sem chover, por falta de arranjos e manutenção.

Algumas zonas de Viana, Cazenga, Rangel e Sambizanga são as mais prejudicadas.

As chuvas estão à porta, mas nem simples reparações e limpeza foram efectuadas às valas de drenagem ou às bacias residuais, sendo que algumas estão completamente cheias de lixo. Na sua maioria, os esgotos precisam de um trabalho profundo, porque não conseguem suportar a força que as águas da chuva acarretam.

Em vários bairros, a falta de escoamento das águas causa sérios problemas. As pessoas têm que pagar 50Kz para serem carregados às costas ou em um «kangulo» (carro de mão). Se não quiser passar por semelhante humilhação, tem que atravessar as águas ou então dar uma volta muito longa para chegar ao seu destino.

Em diversos pontos da cidade existem esgotos que não servem para grande coisa porque não conseguem absorver as águas residuais por estarem constantemente entupidos.

Em bairros como o Rangel, a situação é considerada pelos próprios moradores como pior, devido à grande quantidade de águas paradas nas diversas ruas da circunscricção, tanto no tempo seco como na época das chuvas.

Sempre que chove em Luanda, os populares descabelam-se, fartos das promessas feitas a cada ano, sem que algo melhore realmente na sua sofrida vida.

«Para nós acreditarmos nas promessas dos governantes de melhorar as coisas no tempo seco, como fazem todos anos, o cacimbo tem que durar doze meses ao menos.

Senão nada vai melhorar; até pode-se fazer obras, mas, como temos visto, não passam de estruturas descartáveis. Inaugura-se hoje uma obra que levou muito tempo e dinheiro a fazer e amanhã já começam a surgir fissuras, para em poucos dias não haver mais nada. Até parece uma brincadeira: ninguém fiscaliza, ninguém pune e as coisas vão piorando», queixa-se a senhora Domingas Filipe, moradora do Cazenga.

Chico Martins, morador do bairro Hoji-ya-Henda, é de opinião que se façam reparações concretas usando materiais de qualidade para que a população não volte a sofrer com estes problemas.

Tal como outros luandenses, o cidadão disse que se sente agastado com a situação, já que passaram-se muitos anos e lhes parece que a administração não liga para o sofrimento deles. «Quando chove tudo fica alagado e prejudica bastante a nossa circulação. Esses esgotos estão todos entupidos e não resolvem nada, apenas prejudicam», alertou.

Para o professor Marcos Lopes, Cazenga em si tem que ser pensado em aspectos de escoamento das águas pluviais. «Quanto aos esgotos, não adianta falar, porque, se existissem, as águas não ficariam várias semanas nas ruas, chegando ao ponto de cheirarem mal», afirmou.

8.13 Plano regional para proteger ecossistema

Jornal Angola

22 De Agosto de 2014

Vladimir Prata

As chefes das delegações de Angola, Namíbia e Africa do Sul à conferência ministerial da Comissão da Corrente de Benguela aprovaram ontem, na cidade do Namibe, um Plano de Acção Estratégico para o período 2015-2019 para promover a gestão regional integrada do ecossistema marinho de Benguela.

As ministras das Pescas de Angola, Vitória de Barros Neto, e da Africa do Sul, Edna Motewa, e a secretária permanente do Ministério das Pescas e Recursos Marinhos da Namíbia, Ulitalah Híveluah, reunidas na quarta reunião, foram unânimes quanto ao facto de a assinatura e ratificação da Convenção da Comissão da Corrente de Benguela ser um garante para a protecção deste importante ecossistema partilhado pelos três países.

Vitória de Barros Neto lembrou que um dos grandes desafios do século XXI tem a ver com

a produção de alimentos para cerca de nove mil milhões de pessoas até 2050, perante um quadro agravado pelas mudanças climáticas, pelas incertezas económicas e financeiras, e pela crescente competição para a exploração dos recursos naturais.

"Estamos convictos de que os múltiplos desafios que temos de enfrentar requerem o

estabelecimento de instrumentos e acções integradas, e, nesse sentido, a 1.ª Comissão da Corrente de Benguela é a contribuição sustentável do ecossistema de Benguela para a segurança alimentar e para o desenvolvimento socioeconómico dos países que partilham o referido ecossistema", disse.

A ministra das Pescas de Angola referiu que muitos projectos de âmbito transfronteiriço têm sido incrementados desde a constituição da comissão e que se enquadram fundamentalmente em campanhas de investigação científica, monitorização ambiental, avaliação das possíveis acções de poluição e o impacto ambiental da actividade humana.

Angola e África do Sul

A ministra das Pescas da África do Sul, Edna Motewa, indicou que o seu país está a dar passos importantes para a consolidação das estratégias adoptadas pela comissão conjunta. O entendimento entre os três países, segundo a ministra, vai permitir "criar sinergias" para o uso sustentável dos recursos marinhos do ecossistema partilhado, visando o crescimento das economias e apoiando as populações mais carentes dos três países.

A chefe da delegação sul-africana defendeu maior policiamento para a protecção do ecossistema regional e investimento nos transportes marítimos. Na abertura do encontro, o governador do Namibe, Rui Falcão, referiu que o desenvolvimento da província assenta em quatro sectores fundamentais, que são as pescas, os minerais, o turismo e a actividade agro-pecuária.

No domínio das pescas estão a ser criadas as condições para o relançamento da indústria de transformação e aumento dos índices de captura de pescado. "O Executivo está a fazer aqui no Namibe um forte investimento na área das ciências do mar, com o Instituto Médio Hélder Neto e a Academia de Pescas, com quatro unidades de formação superior", disse.

8.14 Medidas contra a chuva

Jornal de Angola

29 De Agosto de 2014

O vice-governador de Luanda para os serviços técnicos e infra-estruturas, Agostinho da Silva, garantiu o empenho da Comissão Provincial de Protecção Civil para evitar perdas humanas e bens materiais durante a época da chuva.

Falando à Angop no distrito urbano da Ingombota, em Luanda, Agostinho da Silva disse que está a ser criado um programa eficaz em coordenação com os centros operacionais a nível dos municípios e distritos, para prevenir e acudir as comunidades sinistradas.

As acções de prevenção, prosseguiu, passam pela limpeza das principais valas de drenagem de águas pluviais e residuais e a retirada das famílias residentes em zonas de risco.

Municípios do distrito urbano da Ingombota defendem a adopção de um plano de contingência para evitar situações catastróficas, na época das chuvas. O plano devia consistir principalmente na retirada das famílias que vivem em zonas de risco, limpeza de valas de drenagem e reabilitação das vias.

Para o presidente da Comissão de Moradores da Ilha do Cabo, Manuel Afonso, as famílias residentes em áreas críticas deveriam ser retiradas e colocadas em zonas mais seguras.

Para Manuel Vicente de Almeida, da Boavista, a limpeza das valas de drenagem, terraplenagem das vias, sobretudo na periferia da cidade e operações "tapa buracos", devem igualmente fazer parte do plano antes do início das chuvas. Acrescentou que caso estas tarefas não sejam efectuadas, os estragos causados pelas calamidades vão ser as mesmas de sempre ou piores.

"A retirada voluntária da população residente em zonas de risco, principalmente em encostas, leito de rios e ao longo das valas de drenagem é primordial", sugeriu a estudante universitária da comuna da Kinanga, Manuela dos Prazeres. O funcionário público da comuna do Maculusso, José Carlos, pediu a tomada de medidas por parte do Governo Provincial para com as famílias que teimam em construir nas áreas proibidas, colocando as suas vidas em risco.

Defendeu ainda o apetrechamento das administrações distritais e municipais com meios técnicos como moto-bombas e outros equipamentos de apoio para fazer fase às inundações.

Em relação ao receio do surgimento do surto de doenças provocadas pelas chuvas, os cidadãos sugerem a tomada de medidas para a prevenção de enfermidades, com a realização de campanhas de sensibilização em todos os municípios sobre os cuidados a ter para evitar possíveis epidemias, distribuição de água potável e a recolha de lixo, principalmente em áreas periféricas.

8.15 Ambiente. Abate de árvores na orla fronteiriça com a Namíbia

Jornal Agora

08 De Agosto de 2014

O chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), na província do Cunene, afirmou quarta-feira, em Ondjiva, estar preocupado com o índice de "abate indiscriminado" de árvores, que se regista nos últimos tempos na orla fronteiriça com a Namíbia.

De acordo com Alcino Zamba, uma das razões que motiva a prática, por parte de namibianos, tem a ver com a recolha de material lenhoso e fabrico de carvão, acabando por destruir a flora e fauna na região.

A lei florestal da Namíbia impede o abate de árvores, havendo fragilidades da parte angolana.

9. SETEMBRO

9.1 Moradores do Wenge Maki fazem críticas às autoridades

Jornal de Angola
02 De Setembro de 2014

A população que vive junto à vala do bairro Wenge Maka, distrito do Kilamba Kiaxi, em Luanda, está preocupada por as autoridades não terem feito nada no Cacimbo para prevenir desastres na época da chuva.

A preocupação dos moradores foi manifestada à Angop pelo coordenador do bairro, que lamentou não ter sido feito nada além da retirada do amontoado de lixo que obstruía a passagem das águas da chuva.

Joaquim Marreta referiu a importância de demolir as casas que foram construídas no interior das valas de drenagem por muitas delas constituírem um perigo para a vida humana.

Em Abril, recordou, morreram duas crianças e um ancião naquele local devido à chuva que caiu na província de Luanda.

O coordenador do bairro Wenge Maka criticou os moradores por não darem importância às campanhas de sensibilização durante as quais são alertados para os perigos da construção de casas em áreas de risco.

"Constroem casas à noite ou aos fins-de-semana, quando as autoridades não trabalham", disse.

Uma fonte da Unidade Técnico distrito urbano do Kilamba Kiaxi informou à Angop que aquele órgão da Administração Distrital não dispõe de meios técnicos para desassorear as valas existentes na circunscrição.

Durante a época da chuva pesada, 113 casas ficaram inundadas no bairro Golfe, entre os meses de Outubro e Abril.

9.2 Japão apoia vítimas da seca

Jornal de Angola
09 De Setembro de 2014

As províncias do Cunene e da Huila, as mais afetadas pela seca que entre 2012 e 2013 assolou dez províncias, beneficiam de ações de intervenção no âmbito do reforço da reposta integrada contra o fenómeno natural. As ações são desenvolvidas na sequência de um apoio do Governo japonês que disponibilizou em Março 1,2 milhão de dólares destinados ao reforço da resposta integrada contra a seca que afeta em Angola cerca de 1,8 milhões de pessoas.

Um documento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), chegado ontem ao Jornal de Angola, revela que as ações de intervenção são desenvolvidas nas áreas da nutrição, saúde, proteção da criança, acesso a água tratada e a melhoria das condições de higiene e saneamento. As ações consistem na promoção de práticas de alimentação saudável, rastreio e tratamento da malnutrição severa, administração de suplementos de vitamina A, promoção de conhecimentos sobre práticas seguras de saneamento e higiene para a prevenção de doenças transmitidas pelo consumo de água imprópria e o fortalecimento das capacidades dos atores locais envolvidos na proteção da criança,

A seca, que atingiu no Cunene cerca de 543 mil pessoas e na Huila 583 mil, causou nas duas províncias perdas de produção de cereais e leguminosas na ordem dos 100 por cento e, conseqüentemente escassez de alimentos, originando problemas de saúde e nutrição na população.

Além disso, os pecos, construídos ou reabilitados no âmbito dos programas nacionais, secaram devido a redução da precipitação, forçando as pessoas a consumirem água imprópria, causadora de doenças diarreicas e outras de transmissão oral.

9.3 Governo japonês disponibiliza verbas para mitigação da seca no Sul do país

Jornal Agora
12 De Setembro de 2014
Texto: Graça Paulo

Uma delegação governamental, incluindo a representante do UNICEF e a embaixadora do Japão em Angola, esteve, recentemente, na Huila para se inteirar sobre as ações de resposta contra a

seca, bem como da situação das populações afetadas.

A equipa de trabalho testemunhou a abertura do primeiro seminário sobre 'Proteção da Criança em Situações de Emergências' e visitou os projetos de abastecimento de água tratada as populações afetadas do município dos Gambos, bem como a Unidade Especial de Nutrição do Lubango.

Olívio Gambo, oficial de informação da UNICEF, disse ao Agora que, com o apoio japonês, o Executivo Angolano está a implementar ações de intervenção na área da nutrição, saúde, proteção da criança, acesso a água tratada e melhoria das condições de higiene e saneamento nas províncias do Cunene e da Huila, as mais afetadas pelas consequências da seca que assolou 10 regiões do país em 2012 e 2013.

Acrescentou que as ações em curso consistem na promoção de práticas de alimentação saudável, rastreio e tratamento da desnutrição severa, administração de suplementos de vitamina A, promoção de conhecimentos sobre práticas seguras de saneamento e higiene para a prevenção de doenças transmitidas pelo consumo de água imprópria e o fortalecimento das capacidades dos atores locais envolvidos na proteção da criança, para a prevenção e resposta a riscos de violação dos seus direitos, como, por exemplo, o trabalho infantil, o absentismo escolar, a negligência e a violência física.

No Cunene e na Huila, cerca de 543.000 e 583.000 pessoas, respetivamente, encontram-se afetadas pela seca que causou perdas de produção de cereais e leguminosas na ordem dos 100 por cento e consequente escassez de alimentos, originando problemas de saúde e nutrição na população. Além disso, a água da superfície foi evaporando, e os pecos construídos ou reabilitados por meio de programas nacionais secaram, devido a redução da precipitação, forçando as pessoas a consumirem água imprópria, causadora de doenças diarreicas e outras de infecto-transmissão oral.

A visita da Embaixada do Japão e da UNICEF a Huila, encabeçada pela diplomata Yoshiko Miura, foi realizada nos dias 8 e 9 do mês corrente.

9.4 Previsão de chuva acima do normal

Jornal: Jornal de Angola

18 De Setembro de 2014

Texto: Manuela José

Angola vai observar, no período de Outubro de 2014 a Março de 2015, chuvas acima do normal, anunciou em Luanda o técnico do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica Domingos Cuaia Quenda.

Domingos Quenda, que fez a apresentação das conclusões saídas da reunião de peritos sobre a previsão sazonal da Comunidade dos Países de Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizada na Namíbia de 18 a 29 de Agosto, informou que "a previsão para Angola e de maior ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal em todo o território nacional". O apresentador disse que há maior probabilidade de ocorrência de chuvas com tendência para acima do normal nas províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Malanje, Cuanza Norte, Huambo, Bié e Cuando Cubango.

Para as províncias do Namibe, Benguela, Luanda e Cunene a tendência e de chuvas normais para abaixo do normal. Segundo Domingos Quenda, a previsão foi elaborada com Segundo Domingos Quenda, a previsão foi elaborada com base nas condições das temperaturas da superfície do mar ocorridas durante o mês de Julho, onde foram observadas que o grau de precisão tende a ser maior a medida que se aproxima do período da sua validade (chuvas).

A antevisão climática de Outubro a Dezembro de 2014 para a região da SADC e de uma ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal em quase toda a sua extensão. De Janeiro a Março de 2015, a maior parte da região da SADC vai registar chuvas normais com tendência para acima do normal, com excepção da zona I, que cobre o norte de Angola e a República Democrática do Congo.

A par da apresentação feita sobre a previsão das chuvas no período que se avizinha, O director geral adjunto para a área técnica do Instituto Nacional de Meteorologia, Francisco Osvaldo, apelou a população para acompanhar as actualizações que vão ser feitas mensalmente, de Outubro a Fevereiro, sendo este o período das plantações de algumas culturas em Angola.

Base de dados

Na ocasião, o chefe do departamento de riscos dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Carmo Montenegro, disse que com base nos dados apresentados, a direcção nacional vai trabalhar no plano de contingência para as zonas de riscos das cheias e inundações. O levantamento das zonas de riscos já foi feito em todo o país. Carmo Montenegro referiu que apesar das provisões apresentadas para Janeiro a Marco de 2015 (chuvas acima do normal), os serviços de Protecção Civil e Bombeiros também estão preparados para casos de estiagem. "Temos já preparados os meios humanos e técnicos em caso de surgimento de estiagem", reforçou.

9.5 Cada vez mais gente em zonas de risco

Jornal A Capital

20 De Setembro de 2014

O bairro Catinton, distrito urbano da Maianga, em Luanda, encontra-se o famoso riacho Catinton,

Entretanto, abarrotado de lixo, fazendo com que a água que nele circula se apresente esverdeada, De igual modo, as ravinas e valas que serpenteiam o mesmo bairro, encontram-se encharcadas e apresentam larvas, sinal de insanidade total.

Por este triste retrato, há muitas residências abandonadas pelos proprietários, algumas delas reduzidas a escombros pelas chuvas anteriores. Conceição Pedro, natural do Kwanza-Suí, mora no Catito há mais de oito anos, como outros moradores, tem a casa nas bermas do riacho mesmo sabendo da insegurança a que esta exposta. Ao descrever o drama que vive quando chove, aquela moradora adiantou que as casas inundam, ao ponto de as pessoas terem de levar filhos e haveres para as residências dos familiares noutros pontos da cidade.

O que sobrar, segundo ela, e arrastado pelas águas. Algumas acabam desabadas, não raras vezes provocando mortes.

"Tem sido uma verdadeira catástrofe. Repete-se ano apos ano. Pior e que o nosso grito de socorro não e ouvido", lamentou a moradora.

Outro morador do Catinton com quem o A Capital falou e Eliazar NahoIe. A cas a dele situa-se a cerca de 40 metros do riacho pútrido. Contou que nesta altura, a sua família assim como os restantes moradores, já estão preparados para o que der e vier, pois, todos os gritos de socorro lançados as autoridades no sentido de, pelo menos, alargarem o riacho em causa, não resultaram.

"Assim que se aproxima a chuva muitas pessoas já Tem as malas feitas, porque aqui a chuva mata eleva tudo", informou.

Por sua vez, Norberto Miranda, um professor que também vive naquela circunscrição, considerou que vive naquela zona e como ser refugiado na própria terra. Norberto criticou a inação das autoridades que não aproveitam o tempo seco para fazerem obras de melhorias nos esgotos e valas de drenagem, o que em sua opinião esta na base das cheias catastróficas que desgraçam moradores da zona no tempo de chuva. "As autoridades sempre dizem que Luanda não esta preparada para receber chuvas, quando são elas que de vem prepara-la", ironizou.

No município de Viana o cenário e semelhante. A chamada lagoa do porto seco que fica defronte ao mercado I outro monstro que ameaça a segurança dos moradores do bairro Apalanca, cujas casas se encontram proximal a mesma.

La, tal como no Catinton, a população esta preocupada com o chegar das chuvas, uma vez que quando a chuva inunda, as águas invadem as moradia e matam pessoas.

Alfredo Sabino e João Ferreira residentes nas proximidades do lago.

Firmara que perante o silêncio do Governo, por si mesma, a população tinha aberto uma vala que desviasse as aguas, porem, infelizmente a mesma entupiu-se, o que nesta altura de chuvas, aumenta a insegurança dos moradores.

Encontramos na Boavista dona Domingas Pedro a evacuar a água de dentro de casa para fora, apesar de não ter chovido ainda. Abriu-nos as portas para mostrar a realidade em que vive.

Na verdade, o quadro é lastimável. A água brota do chão sem parar e a chuva vem apenas para piorar. Mosquitos, girinos, vermes e cheiro nauseabundo, foram os que nos receberam. Para diminuir a quantidade da água ela usa uma motobomba.

E este não era um caso isolado. Nas mesmas condições estão Rosalina Kosi e João Laurindo. Ambos descortinaram as cortinas e mostraram a nossa reportagem como vivem. Águas escuras, larvas e mosquitos, partilham, igualmente, o mesmo espaço com as pessoas.

De acordo com os nossos entrevistados, a situação é antiga, mas recordam que há quase um ano, uma equipa composta por membros da Administração local, visitou a zona e enumerou as casas para posterior transferência. Porém, de lá para cá a situação mantém-se.

No Golfe II, mais concretamente junto a escola Angola e Cuba, município do Kilamba-Queixai, a situação é igualmente caótica. As paredes das residências escondem cenas de suster a respiração,

E que, ao que podemos constatar, algumas famílias partilham o mesmo teto com girinos, várias espécies de vermes, mosquitos, envolvidos por mau cheiro devido às águas paradas, inclusive dentro das casas.

Maria Joaquim e Cristina Pedro, que vendem na pracinha frente a escola Angola e Cuba, disseram a este jornal que, mesmo sem chuva, as vezes é preciso evacuar a água do interior das residências com baldes. Outras vezes, sustentam, são obrigados a mudar de quartos durante a noite, pois, acreditam que naquela zona há um lençol de água.

"Viver aqui é um sofrimento", lamentaram, em concordância, acrescentando que as inundações, na maioria das vezes, são causadas pelos aglomerados de lixo que obstruem a passagem de água. Como com sequência destas situações todas descritas, um fenómeno surgiu. O nomadismo. Os moradores destas zonas vivem num vai e vem que

consiste em abandonar as residências no tempo de chuva e voltam no tempo seco. Há quem já tenha, mesmo, abandonado definitivamente a casa e encontrado outras formas de vida.

Um exemplo do facto é Fernando Faisca. Ele avançou que foi obrigado a sair do Catinton e mudar-se para o Mundial, uma vez que já não suportava a desgraça, "Era demais", atestou.

Perante este quadro que ainda ameaça várias famílias, muitos moradores propuseram soluções. Alguns acreditam que uma boa drenagem das valas, resolveria o problema, outros, defendem que uma limpeza dos esgotos e o alargamento dos riachos, por exemplo no Catinton, seria a saída.

Outrossim, a transferência das pessoas das zonas de risco para outras mais seguras, seria a solução ainda melhor. O problema é que nem todos pensam assim até mesmo os que deviam pensar.

9.6 INAMET apela para cuidados redobrados nas chuvas

Semanário Folha 08

20 De Setembro de 2014

Entre Outubro de 2014 e Março de 2015 irá observar-se chuvas acima do normal em grande parte do País, segundo anúncio do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) com base nas conclusões da reunião de peritos sobre a previsão sazonal da Comunidade dos Países de Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizada na Namíbia de 18 a 29 de Agosto.

Segundo o director geral adjunto, Domingos Cuaia Quenda "a previsão para Angola é de maior ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal em todo o território nacional".

No entanto, acrescentou, há maior probabilidade de ocorrência de chuvas com tendência para acima do normal nas províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Malanje, Cuanza Norte, Huambo, Bié e Cuando Cubango. Para as províncias do Namibe, Benguela, Luanda e Cunene a tendência é de chuvas normais para abaixo do normal. A referida previsão, segundo o técnico, foi elaborada com base nas condições das temperaturas da superfície do mar ocorridas durante o mês de Julho, onde foram observadas que o grau de precisão tende a

ser maior à medida que se aproxima do período da sua validade (chuvas). Diante a referida estimativa, o INAMET recomenda a adopção de precauções necessárias e cuidados básicos, desaconselha as pessoas a estarem debaixo de postos eléctricos e árvores, manterem cuidado com as áreas de riscos quando ocorrerem chuvas acompanhadas de trovoadas.

Por outro lado, a antevisão climática de Outubro a Dezembro de 2014 para a região da SADC é de uma ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal em quase toda a sua extensão.

De Janeiro a Março de 2015, a maior parte da região da SADC vai registar chuvas normais com tendência para acima do normal, com excepção da zona I, que cobre o norte de Angola e a República Democrática do Congo.

A par da apresentação feita sobre a previsão das chuvas no período que se avizinha, o para a área técnica do Instituto Nacional de Meteorologia, Francisco Osvaldo, apelou à população para acompanhar as actualizações que vão ser feitas mensalmente, de Outubro a Fevereiro, sendo este o período das plantações de algumas culturas em Angola.

Por ocasião da apresentação dos dados o chefe do departamento de riscos dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Carmo Montenegro, garantiu que se irá trabalhar no plano de contingência para as zonas de riscos das cheias e inundações.

9.7 Buracos e charcos em estradas de Luanda antes das chuvas

Jornal O País

29 De Setembro de 2014

Texto: Suzete Paulo

O estado de uma parte das estradas na cidade de Luanda pode ser caracterizado pela falta de manutenção, o que se nota com a degradação do asfalto. E o caso da via que vai do Calemba 2 ate ao local da antiga rotunda do Camama, no distrito do Kilamba Kiaxi. A circulação nesta via e precária e os buracos no piso podem provocar destruição dos automóveis. Os engarrafamentos e a poeira estão, segundo utentes ouvidos por o

País, na origem de doenças como o stress, problemas pulmonares, e tosse.

A degradação da via e causada por um conjunto de factores, como a retenha da águas das chuvas, as mas condições de saneamento básico e a acumulação do lixo resultante da actividade das vendeiras que fazem os seus negócios a margem da estrada.

Entretanto, numa ronda feita esta semana, o País apurou que em alguns municípios e distritos de Luanda a preocupação com a melhoria das vias e generalizada.

9.8 Transtorno

Jornal O País

29 De Setembro de 2014

O caso do troço que liga o antigo mercado Roque Santeiro ao porto de Luanda é dos que mais preocupam.

Aos os buracos e águas paradas juntam-se, alguns automóveis pesados avariados. Tem sido um transtorno para quem em que circular por esta via todos os dias. Ali as regras de transito não se fazem sentir totalmente, com os automobilistas a realizar manobras perigosas, acabando muitas delas em acidentes.

Adelina Cassinda (19 anos), moradora do distrito, lamenta a triste imagem a zona que a viu crescer. questiona-se sobre o surgimento de buracos e águas paradas. "Os esgotos estão todos entupidos com lama e lixo, é por isso que há sempre presença de águas paradas nas estradas, O que tem se tornado fonte de algumas doenças como o paludismo e as diarreias, principalmente em crianças". Ela também aponta o dedo aos contributos" dos moradores que deitam água para o asfalto. Adelina apela ao Estado para reparar a estrada e colocar novos esgotos, porque os moradores já se encontram preocupados com as chuvas.

Durante a nossa reportagem as queixas repetiam-se. "Para que pagar as taxas de circulação"? Questionavam os automobilistas. Alguns populares por seu lado exclamavam um "já perdemos a paciência."

10. OUTUBRO

10.1 Lagoa artificial “engole” camada

Jornal A Capital

04 De Outubro de 2014

A Capital deslocou uma equipa de reportagem ao município de Belas para averiguar a realidade de que muitos munícipes, entre motoristas e moradores da zona vinham-se queixando há vários meses.

Deparamo-nos com um panorama verdadeiramente calamitoso. E que a ex-rotunda, deu lugar a uma lagoa circundada por enormes buracos que encharcam a zona, tornando-a imprópria para a circulação de viaturas, sobretudo de pequeno porte.

As viaturas que se aventuravam a usar a via em referência, pareciam canoas a flutuar sobre a água turva.

João Pedro, e um dos taxistas que circula pelo troço ex-rotunda-Calemba2. A este jornal descreu como se tomou difícil a sua actividade, desde que a situação piorou.

"Levamos muito tempo, por haver muito engarrafamento. As vezes temos que entrar nos becos para fugir da lagoa", explicou, acrescenta que, por via disso, os carros estão a apresentar muitos problemas.

Segundo aquele cidadão, os usuários daquela estrada e moradores próximos, terão já notificado as autoridades administrativas, bem como a EPAL, no sentido de resolverem a inundação, isto e, logo no principio do problema, porem não houve reacção,

"A administração deva ouvir o povo logo que isso começou. Seria mais fácil resolver o problema logo no inicio do que agora", criticou João Pedro que disse mais tarde esperar que haja uma intervenção rápida das autoridades e pede o novo elenco governativo de Luanda que de conta do assunto.

Por sua vez, a cidadã Gisela de Nascimento, considerou a realidade de feia, por estar a macular a imagem da capital do país, particularmente a do município com o nome de

Belas. ' Aquela cidadã, que vive próximo da zona em causa, disse igualmente que, a intervenção das entidades, nomeadamente, o Instituto Nacional de Estradas de Angola, a EPAL e a Administração local, devia ser imediata. "Por favor. Que esse elenco governe bem", suplicou Gisela Nascimento.

Ao comentar sobre mesmo problema da via, Ndongala Matos limitou-se a falar das consequências do mesmo nas viaturas que segundo ele, estão sujeitas a avarias de varia ordem principalmente ao nível de radiadores.

"Os carros têm entalado, estamos a gastar dinheiro como se não pagássemos a taxa de circulação", desabafou.

Já Arthur Simão Kimbango, encontrado a vender numa loja de acessórios de viaturas próximo ao local em causa, disse que desde que a zona inundou, muita coisa mudou para pior. No caso dele, ate perdeu a clientela, porque não há espaço para estacionarem os carros. " Tem sido difícil para nos", lamentou, Kimbango para quem o acesso dos caros que vem, sobretudo do Calemba2,ao cemitério do Camama, esta condicionado. já que, como contou, enquanto alguns carros com maior potencia tentam a aventura, desafiando a água e os buracos, outros são obrigados a esquivar, procurando vias alternativas.

De consequências não e tudo. Kimbango afirmou que, desde há um mes, as suas residências foram invadidas por mosquitos, e de lá para cá as febres e paludismo principalmente em crianças tem sido frequentes.

Neidi Daniel vende, também, numa loja próxima do pantanal, e é moradora da comuna do Camama. Para ela e urgente que se tomem medidas.

10.2 Milhares de habitantes estão em zonas de risco

Jornal de Angola

10 De Outubro de 2014

Andre Brandão

Mais de 150 mil pessoas ainda vivem ainda em zonas de risco na província do Cuanza Norte,

revelou ontem, em Ndalatando, o delegado provincial do Ministério do Interior e comandante da Polícia Nacional, Alexandre Canelas.

Em declarações à imprensa, no final da terceira sessão ordinária do Governo do Cuanza Norte, na qual foi aprovado o Plano de Contingência de Calamidades e Desastres Naturais para o período entre Outubro deste ano e O de 2015, Alexandre Canelas explicou que se trata de um instrumento de suporte ao sistema de Protecção Civil (SPC) destinado à gestão operacional, no quadro de ocorrências de sinistros a nível do Cuanza Norte. O documento foi elaborado para dar resposta institucional a situações de desastre e calamidades naturais, e minimizar o impacto socioeconómico delas decorrentes em Ndalatando.

Alexandre Canelas destacou a necessidade de se mobilizar a população para a prevenção de desastres naturais. O Estado está a providenciar condições e meios para minimizar os efeitos de eventuais catástrofes, garantiu, o delegado do Cuanza Norte e uma zona que nos últimos tempos tem sido muito afectada por desastres naturais, como inundações, ventos fortes e enxurradas.

Os municípios do Cazengo, Lucala, Golungo Alto e Cambambe são os que tem mais probabilidades de ocorrerem quedas de chuva com um volume acima do normal. Para acudir os eventuais sinistrados, estão mobilizadas todas as forças humanas ligadas ao Ministério do Interior, meios, recursos financeiros e empresas de construção.

10.3 Chuvas destroem escolas e deixam famílias ao relento

Jornal de Angola
14 De Outubro de 2014
Texto: Jose Chaves

As fortes chuvas acompanhadas de ventos e relâmpagos que se fazem sentir no município de Caculama, em Malanje, destruíram no último fim-de-semana três escolas, igreja e um posto médico e também deixaram mais de 96 famílias desalojadas.

Os bairros mais afectados são os do Xissa, Safa, Muhamo, Camalenda, Muati, Ngombe Ya Holo e na comuna do Caxinga.

A administradora adjunta de Caculama, Anicia Correia, disse que as chuvas, acompanhadas de fortes ventos e relâmpagos, trazem quase sempre consequências graves, principalmente para as casas construídas de pau-a-pique. A responsável lamentou o sucedido e disse que a chuva causou grandes consequências, destruindo bens, e deixou várias famílias desalojadas.

Para acudir as vítimas, foi criada uma comissão que se encontra a trabalhar para posteriormente ser feito um diagnóstico e ser enviado às direcções provinciais de Protecção Civil e Bombeiro e Reinserção Social, para disponibilizarem meios para ajudar as pessoas afectadas.

Neste momento as famílias desalojadas estão a receber alguns meios, como cobertores, medicamentos, detergentes, arroz, cobertores, massa alimentar, farinha de milho, óleo, feijão, sabão, sal e chapas de zinco para atenuar as necessidades. Anicia Correia garantiu que a Administração vai ceder material para a construção em áreas mais seguras.

10.4 Lixo mata praia mundial

Jornal o PAÍS
17 De Outubro de 2014
Texto: Suzeth Paulo

A praia do Mundial não é somente frequentada pelos munícipes mais também por turistas. O local existe há décadas, e que tem servido como sustento para muitas famílias daquele município.

Logo a entrada o lixo e a presença mais visível no local, resultante da acumulação das entranhas e escamas no processo da amanha do peixe a beira-mar. Segundo as peixeiras, elas são obrigadas a deixar o lixo ao mar e no areal da praia porque por lá não existe um único contentor.

As comerciantes vendem o peixe no mesmo local, no meio do lixo que produzem. A falta de higiene tem levado muitos compradores a desistir de adquirir o seu peixe naquela praia, onde até se podem ver, com facilidade, larvas a rondar as "bancadas" de peixe improvisadas no chão.

Mas a Praia do Mundial não serve apenas para a comercialização do peixe, há pessoas que a frequentam como banhistas, que também se preocupam com a presença do lixo.

"A situação que preocupa os banhistas e compradores e a inexistência de depósitos para o lixo, e isso faz com que as peixeiras e pescadores, deitem o lixo a beira-mar, o que tem provocado mau cheiro, e bichos no local". Disse Sebastião Zua, comprador.

Juary, pescador há mais de três anos, de nacionalidade santomense diz "que o estado da higiene da praia tem deixado os pescadores preocupados, porque a existência de lixo e o mau cheiro são prejudiciais para a saúde". Mas ele faz uma mea-culpa:

"Não tem havido uma concordância entre as peixeiras e os pescadores para colocar o lixo que nos produzimos no saco".

Peixeiras

Dona Helena Bernardo, vendedora de peixe há mais de 15 anos, moradora do município de Viana, solteira e nem de seis filhos, disse a O PAÍS que a falta de contentores na praia tem as preocupado, "e por isso que a praia encontra-se nesse estado, porque não temos um local adequado para deitar o lixo, há muitas moscas e algumas pessoas fazem as suas necessidades junto ao local de venda". Ela afirma que as vendedoras já contactaram a administração local, mais sem êxito.

Teresa Domingos, de 48 anos, peixeira há mais de 20 anos, comercializa todo o tipo de peixe, trabalhando em parceria com o seu marido que é pescador.

Teresa sente-se feliz por ter uma actividade de onde tirar o sustento da sua família e com que pagar a formação dos seus filhos. "Antigamente tínhamos muitos clientes de vários pontos de Luanda, porque o preço do peixe na Praia do Mundial é mais acessível, em relação as outras praias, mas, por falta de higiene na praia temos perdido muitos clientes", afirmou,

Os dias com mais clientes são o sábado e o Domingo. Estando lá, encontra-se muitas espécies de peixe a venda, como o carapau, o cachucho, a espada, a sardinha, o quibumbo, linguado e outros frutos do mar. Segundo os pescadores, a espécie mais capturada é a sardinha.

Para os clientes, os preços variam entre os 500 a 8 mil kwanzas, dependendo da época, do tamanho e

da espécie. Na Praia do Mundial também a pesca é um encontro de culturas, aqui convivem pescadores angolanos santomenses e guineenses.

Ocupação na praia para muitas crianças e jovens O PAÍS pode constatar que muitas crianças e jovens do município de Cacucaco ganham a vida ajudando os pescadores a puxar as redes e transportando o peixe das vendedoras e compradores.

Marcos, de 14 anos, natural de Benguela, faz o serviço com o auxílio do seu carro de mão, transportando as mercadorias das peixeiras e de alguns compradores.

Dada de 21 anos, natural do Kwanza Sul tem como actividade diária ajudar os pescadores a puxar as redes todas as manhãs, a partir das 4 horas. "Sinto-me orgulhoso porque tenho uma forma de ganhar o meu pão", disse.

Também natural do Kwanza Sul, Bruno António, um jovem de 22 anos de idade, trabalha na Praia do Mundial. E escalando peixe que ganha a sua vida: Sente-se feliz com o que faz, acha que é melhor que seguir outros rumos como, por exemplo, roubar. Começa a trabalhar às 5 horas da manhã e por dia pode escalar seis reservatórios de peixe. O preço do seu trabalho variava, dependendo da negociação com a dona do peixe, mas o seu rendimento diário pode chegar aos 8 mil kwanzas.

10.5 Chuvas desalojam famílias

Jornal de Angola

21 De Outubro De 2014

Texto: Justino Vitorino

A forte chuva que caiu no fim-de-semana no município do Londuimbali, no Huambo, destruiu várias casas, o que deixou 66 famílias desalojadas.

O chefe de comunicação e imagem dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros disse ontem, ao *Jornal de Angola*, que em toda a província a chuva tem destruído centenas de casas, escolas, centros e postos de saúde, postos de iluminação pública, pontes, igrejas e campos agrícolas.

Abel Kangombe afirmou que Bailundo, Mungo, Londuimbali, Ekunha, Cachiungo, Longonjo, Chinjenje e Chikala Cholohanga são os

municípios mais atingidos pelo mau tempo. Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, referiu, continua a prevenir a população para o perigo de se procurar abrigo da chuva perto de cabos eléctricos e debaixo de árvores e das crianças se aproximarem das valas de drenagem.

O oficial dos bombeiros declarou que as puxadas anárquicas de cabos de energia eléctrica e a construção de casas em zonas consideradas de risco, a beira dos rios e em terrenos inclinados são outras causas de morte. Abel Kangombe sugeriu a população que plante árvores em zonas consideradas de risco para combater as ravinas.

10.6 Angola possui dez estações meteorológicas

Jornal de Angola

22 De Outubro 2014

Texto: Manuel Gomes

A ministra da Ciência e Tecnologia, Maria Cândida Teixeira, disse ontem, em Luanda, que o Executivo tem privilegiado a cooperação científica e tecnológica do Conselho de Administração do Centro da Africa Austral para Ciência e Serviços para Adaptação as Alterações Climáticas e Gestão Sustentável de Solos (SASSCAL), na estratégia de desenvolvimento de Angola ate 2025, visando a inserção de investigadores científicos angolanos em equipas regionais e internacionais.

A informação foi prestada no discurso de abertura da Quarta Reunião Ordinária do SASSCAL, por iniciativa de cinco países da Africa Austral, nomeadamente, Angola, Africa do Sul, Botswana, Namíbia e Zâmbia, Maria Cândida Teixeira disse que o Executivo continua a trabalhar para que os projectos científicos do SASSCAL ajudem a mitigar os problemas relacionados com questões ambientais.

A reunião do SASSCAL prossegue hoje, na cidade do Dondo, com as Primeiras Jornadas de Portas Abertas, enquadradas nas celebrações do Dia do SASSCAL, onde vão ser apresentados os resultados preliminares das investigações científicas realizadas durante cerca de um ano e que vão ser entregues oficialmente as Estações Meteorológicas Automáticas.

A ministra da Ciência e Tecnologia, Maria de Cândida Teixeira, salientou que o Executivo tem acompanhado com atenção as tarefas que se desenvolvem no âmbito dos 13 projectos angolanos que estão a ser financiados nesta primeira fase pelo SASSCAL, como também a instalação das dez estações meteorológicas automáticas que foram instaladas nas províncias do Uíge, Malanje, Huambo, Lunda Sul, Moxico, Cuando Cubango, Benguela, Huambo, Cuanza Sul e Cuanza Norte.

Clima em tempo real

As estações, acrescentou Maria Cândida Teixeira, estão inseridas na rede meteorológica nacional e emitem dados dos principais parâmetros do clima em tempo real, nomeadamente precipitação, temperatura do ar e do solo, humidade relativa, direcção dos ventos, pressão atmosférica, Acrescentou que desde a sua Criação a região tem registado progressos significativos. O Centro da Africa Austral para a Ciência e Serviços para a Adaptação a Alteração Climática e Gestão Sustentável dos Solos (SASSCAL) foi criado pelo Governo da Republica Federal da Alemanha, em 2009.

A iniciativa está presente em Angola desde 2013, com programas voltados para a agricultura, clima, aguas, florestas, biodiversidade e formação, o SASSCAL tem a sua sede na província do Huambo. O objectivo principal da organização e unir cientistas dos diferentes países para estudarem fenómenos relacionados com as alterações climáticas e proporcionar informações que ajudem no aconselhamento e tomada de decisões.

Com cerca de 150 instituições de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação em países africanos, a SASSCAL tem estado a apoiar financeiramente, desde o final do ano passado, 13 projectos de investigação científica.

Estações meteorológicas

O director do Centro Tecnológico Nacional (CTN), Gabriel Miguel, disse que em termos de investigação científica Angola esta a "melhorar a cada ano". Referiu que a estação meteorológica no

país e gerida pelo Instituto Meteorológico de Angola (INAMET) e foi construída no âmbito do SASSCAL. Gabriel Miguel afirmou que o ministério da Ciência e Tecnologia tem criado mecanismos de coordenação que tem como objectivo principal fiscalizar e criar indicadores positivos no âmbito da ciência e tecnologia de informação.

Investigação científica

Os membros do SASSCAL discutiram assuntos relacionados com a investigação científica, a funcionalidade e a questão financeira. Segundo o director para Angola, a iniciativa representa um ganho na investigação de soluções relacionadas com os problemas das alterações climáticas e gestão dos solos.

"Só para apontar um exemplo, a união de cerca de 150 instituições africanas em investigação científica já constitui um ganho porque os investigadores estão unidos numa única plataforma", realçou, Com sede na Namíbia, a iniciativa SASSCAL possui um "no nacional". O "no" de Angola funciona na província do Huambo e tem a Universidade José Eduardo dos Santos como agência executora.

Em Marco de 2010, realizou-se em Lusaka, a reunião do comité interino para a criação do SASSCAL. Dois anos depois, em 2012, os Governos de Angola, Botswana, África do Sul, Namíbia e Zâmbia, assinaram, em Windhoek (Namíbia), uma declaração conjunta para a implementação do Centro da África Austral para Ciências e Serviços para a Adaptação as Alterações Climáticas e Gestão Sustentável dos Solos. Com o objectivo de melhorar o impacto do ambiente e as alterações climáticas dos países inserido nesta iniciativa.

10.7 Exploração de Inertes prejudica ambiente

Jornal de Angola
22 De Outubro 2014

O chefe da divisão de florestas do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província do Bié alertou para as consequências nocivas para o meio ambiente que a exploração anárquica de inertes e as queimadas acarretam.

Júlio da Costa explicou que o comportamento negativo do homem para com a Natureza, tem implicações nas alterações climáticas e, consequentemente, a morte de diversas espécies de animais.

Por essa razão, considerou preocupante o abate indiscriminado de animais e árvores na província, sobretudo nas zonas rurais, por parte de caçadores e carvoeiros ilegais, e realçou que a acção compromete a reprodução animal e o crescimento das plantas.

Para evitar a progressão desta situação, aconselhou as autoridades tradicionais e a população em geral a colaborarem com aquela instituição, através de denúncia de todas as práticas prejudiciais, para desencorajar os caçadores e os homens que praticam as queimadas.

Divisão florestal

A divisão de florestas do IDF tem realizado palestras, com objectivo de esclarecer as comunidades sobre a importância da biodiversidade e alertar para os problemas que lhe estão associados, com as alterações climáticas, as rápidas mudanças de diferentes habitats e as consequentes modificações nas taxas de reprodução animal e no crescimento das plantas.

Biodiversidade

A biodiversidade é o termo utilizado para definir a variabilidade de organismos vivos, flora, fauna, fungos macroscópicos e micro-organismos, abrangendo a diversidade de populações de uma espécie e a diversidade de interacções entre espécies e a diversidade de ecossistemas.

Biodiversidade inclui, assim, a totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e dos recursos genéticos e seus componentes, tendo em conta que a espécie humana depende da biodiversidade para a sua sobrevivência.

10.8 Dondo tem estação meteorológica

Jornal de Angola
24 De Outubro de 2014
Texto: Marcelo Manuel

A cidade do Dondo, município de Cambambe, província do Cuanza Norte, tem desde quarta-feira, a primeira estação meteorológica automática.

Erguida na zona do Alto Dondo, num espaço de 20 metros quadrados, a estação permite a recolha de dados relacionados com a precipitação, temperatura do ar, solo, humidade relativa, direcção de ventos e pressão atmosférica, o raio de acção e de 50 quilómetros.

Durante a inauguração, o vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas, Ernesto Lidador, frisou que a abertura da estação meteorológica vai ajudar o Governo na prevenção de calamidades naturais, permitindo a criação de condições para acautelar eventuais estragos causados por calamidades naturais.

Expansão de serviços

O director técnico do Instituto Nacional de Meteorologia, Francisco Osvaldo, disse que a monitorização do equipamento é feita a partir da (Alemanha), em função das informações a serem prestadas pela internet, em tempo real. As informações também podem contribuir para a melhoria dos serviços de medicina e agricultura.

Com a expansão de centros de meteorologia, o país pretende dinamizar e acompanhar da melhor maneira as alterações climáticas. Angola tem uma rede nacional de meteorologia constituída por 38 estações instaladas nas capitais das 18 províncias, incluindo

alguns municípios. A par da inauguração da estação meteorológica, a cidade do Dondo acolheu as

primeiras Jornadas Científicas do Centro da África Austral para Adaptação às Alterações Climáticas em Angola (SASSCAL).

Objectivo fundamental

O encontro decorreu por iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Embaixada da Alemanha em Angola. Realizado numa das unidades hoteleiras de Cambambe, o encontro contou com a participação de 150 membros de instituições de investigação científica da África Austral, como Angola, África do Sul, Botswana,

Namíbia e Zâmbia, além da Alemanha, todas ligadas ao SASSCAL.

O director do Centro Tecnológico Nacional, Gabriel Luis Miguel, disse que o objectivo fundamental do evento foi a reunião de cientistas de vários países, para o estudo de fenómenos relacionados com as alterações climáticas e proporcionar informações que ajudem na tomada de decisões dos governos. Segundo apurou o Jornal de Angola, o Centro da África Austral para Adaptação às Alterações Climáticas financia, desde o ano passado, 13 projectos no ramo da investigação científica, nas áreas do clima, água, agricultura, floresta, biodiversidade, recursos humanos, entre outras.

Numa primeira fase, foram beneficiadas algumas instituições de ensino, como as universidades Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos, institutos superiores de Educação e Politécnico da Huíla e Tundavala e o Centro Nacional de Investigação Científica.

10.9 Planalto central Chuvas causa mortes e destruição

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2014

Texto: Adolfo Mundombe

As fortes chuvas dos últimos dias no Mungo, Longonjo e Bailunda causaram a morte de duas pessoas e a destruição de 14 casas, afirmou o chefe de repartição dos serviços técnicos primeiro daqueles municípios. Tito Satumba disse que as duas pessoas morreram atingidas por uma faísca, quando regressavam das lavras, nos arredores da vila.

A vila do Mungo, lamentou, tem apenas dois para-raios, insuficientes para todo o território. As faíscas provocaram desde 15 de Setembro sete mortes na província do Huambo.

Por outro lado, a via que liga a localidade do Lepi ao Dumbo está intransitável devido ao desabamento da ponte sobre o rio Apupa.

II. NOVEMBRO

II.1 Angola preve reduzir mortes por malária

Jornal de Angola

04 De Novembro de 2014

Texto: Manuela Gomes

Filomeno Fortes, que falava por ocasião do seminário sobre Conferência Nacional de Diálogo Inclusivo, disse que se pretende atingir este propósito com componentes estratégicos, como maior controlo integrado do vector e protecção individual, gestão do programa e desenvolvimento de sistemas, diagnóstico, tratamento e abastecimento em medicamento. Para alcançar o objectivo, os especialistas defenderam ainda a promoção da saúde, advocacia, mobilização comunitária, prevenção, detecção e controlo de epidemias, monitoria, avaliação epidemiológica e pesquisa.

Em relação à cobertura universal, referiu que o Ministério da Saúde está a realizar uma campanha nacional de distribuição integrada de mosquiteiros tratados com insecticida de longa duração, pulverização intradomiciliar residual, controlo larvar, saneamento e a pulverização extradomiciliar.

De acordo com o especialista, o controlo da malária em Angola passa por inúmeros desafios, como medidas preventivas sustentáveis, diagnóstico precoce de qualidade e tratamento adequado.

Reconheceu existir alguns pontos críticos, como a cobertura insuficiente das redes mosquiteiras, baixa cobertura do tratamento intermitente preventivo, deficiente implementação do protocolo de tratamento, inexistência de sistemas de diagnóstico e de tratamento a nível comunitário, deficiente articulação com o sector privado e a gestão do sistema de informação. O Plano Estratégico Nacional de Controlo da Malária em Angola tem definido como prioridades a continuação da distribuição de mosquiteiros tratados com insecticida de longa duração para a cobertura universal, iniciativas comunitárias de prevenção e controlo da malária pelos agentes de

desenvolvimento comunitário e sanitário, iniciativas privadas de prevenção e controlo da malária, com realce para a comercialização de redes mosquiteiras, e reforço da capacidade institucional do Programa Nacional de Combate à Malária em prol da municipalização do Sistema Nacional de Saúde.

Estratificação epidemiológica

O coordenador do Programa Nacional de Combate à Malária disse que as províncias de Cabinda, Uíge, Cuanza Norte, Lunda Norte, Lunda Sul e Malanje são áreas hiperendémicas, no que toca à transmissão da malária, enquanto que Namibe, Cunene, Huíla e Cuando Cubango são as áreas endémicas instáveis. Quanto às áreas de Risco Epidémico da Malária em Angola, as regiões de Luanda, Cunene, Huíla e Namibe são apontadas como as mais críticas. Angola é um dos países com elevado número de casos de malária, sendo a primeira causa de morte no país.

II.2 Famílias afectadas pela seca receberam bens alimentares

Jornal de Angola

04 De Novembro 2014

Texto: Carlos Paulino/ Tumbica

Mais de seiscentas pessoas afectadas pela seca na aldeia de Tumbica, a cerca de 45 quilómetros da cidade de Menongue, no Cuando Cubango, receberam bens de primeira necessidade, entregues pela Administração Municipal, no quadro do Programa de Combate à Pobreza.

Entre os bens entregues constam arroz, fuba de milho, sal, óleo vegetal, sabão, roupa, instrumentos agrícolas e de pesca, bem como material didáctico.

A administradora municipal adjunta de Menongue, Felisance Armando, garantiu que a Administração, em colaboração com a Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social, vai evidenciar esforços no sentido de apoiar mensalmente a população de Tumbica, com bens de primeira necessidade, devido à situação que se atravessa.

"É nossa obrigação, como instituições do Estado, acudir às dificuldades das populações, sobretudo

aquelas que vivem nas aldeias e nos quimbos, que carecem de uma atenção especial para a melhoria das suas condições de vida". Esta prevista a construção de uma escola, furos de água e um posto de saúde, tendo em conta que a população é obrigada a percorrer longas distâncias em busca de assistência médica.

11.3 Existem projectos sem estudos ambientais

Jornal de Angola

12 De Novembro de 2014

O ambientalista Vladimir Russo disse que o Estudo de Impactes Ambientais (EIA) no sector da construção e habitação tem aumentado em Angola, como resultado da execução de projectos e programas de desenvolvimento mobiliário, entre os quais condomínios, prédios e obras públicas.

Vladimir Russo revelou que cem empresas sob controlo do Ministério do Ambiente se dedicam à consultoria ambiental que inclui "estudos de impactes ambientais muito bons" e auditorias ambientais.

Tendo em conta esta situação, o ambientalista alertou que a inexistência desses estudos pode resultar na degradação do Ambiente, incluindo a flora, fauna, qualidade de vida das populações e construções em áreas impróprias.

Os estudos de impactes ambientais existem não para proibir o desenvolvimento, mas para definir medidas e mecanismos que permitam atenuar e mitigar os potenciais impactes negativos e maximizar os positivos.

Vladimir Russo lamentou que existem ainda projectos desenvolvidos sem que sejam sujeitos a estes estudos, particularmente em províncias onde a prática da sua avaliação não está bem implantada em consequência, também, de uma fiscalização deficiente. "Em algumas províncias como Luanda, existe já um entrosamento entre o Ministério do Ambiente e o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana que exigem e fiscalizam o cumprimento da lei".

Com o evoluir da legislação, começam a surgir outros instrumentos legais que vão obrigar a desenvolver outros procedimentos, como os planos de gestão de resíduos, os planos de

recuperação paisagística ou ainda os planos de monitorização ambiental.

"Os estudos mais complicados que envolvem técnicas de modelação, estudos de especialidade específicos ou que abrangem a adopção de linhas de orientação da Corporação Financeira Internacional são geralmente feitos em parceria entre empresas nacionais e estrangeiras" disse o ambientalista.

O mercado vai ajudar a criar regras mais claras para a qualidade dos trabalhos e a servir como modelo de avaliação da capacidade nacional de dar respostas aos projectos mais complexos, disse o ambientalista. E lembrou que os estudos de impactes ambientais servem para ajudar a definir um equilíbrio entre as necessidades de desenvolvimento e a protecção do Ambiente: "Apesar de haver um aumento na elaboração desses estudos nos últimos quatro anos, há ainda um entendimento de que são apenas feitos para a obtenção de uma licença ambiental".

Fiscalização do Governo

Vladimir Russo defendeu que cabe às autoridades governamentais, nomeadamente ao Ministério do Ambiente e aos Governos Provinciais, fiscalizarem a execução das medidas de mitigação, garantindo o cumprimento da legislação e a protecção do Ambiente e da qualidade de vida das pessoas.

"A sociedade civil e as partes interessadas e afectadas pelos projectos têm também que ser mais interventivas e acompanhar a aplicação das medidas de mitigação", defendeu.

"Há cada vez mais interesse e compreensão por parte de algumas empresas que actuam em Angola na necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental, antes da execução de qualquer projecto", concluiu.

11.4 Moradores do povoado gritam por socorro

Jornal: Semanário Angolense

15 De Novembro de 2014

Texto: João Silva

A população do bairro denominado «Povoado», no distrito urbano da Samba, reclama por mais

atenção de quem de direito por causa das condições em que vivem. Segundo os moradores várias cartas já foram dirigidas a administração local, mas nunca obtiveram resposta, nem um pequeno sinal por parte das autoridades que demonstre alguma vontade em ajudar aquela gente.

Os moradores dizem-se abandonados pela administração e as condições lastimáveis em que vive aquela população esta a preocupar sobremaneira alguns pais e chefes de família, por causa dos filhos, uma vez que estes são os que mais sofrem, em época chuvosa, porque o bairro encontra-se rodeado por grandes amontoados de lixo, que se vai espalhando por tudo quanto e canto, considerando que a maioria das casas são feitas de material precário como pedaços de madeiras, lonas e chapas de zinco.

O saneamento básico naquele bairro não existe e outro facto caricato registado pelo Semanário Angolense (SA) e a falta de casas de banho nas residências. Os moradores, para se desfazerem das necessidades biológicas têm que deposita-las em sacos de plástico ou mesmo em latas, que posteriormente deitam nos montes de lixo ou nas valas, esperando que a água arraste os resíduos.

O «Povoado», e muito conhecido pela administração local. Segundo o senhor Dionísio José Manuel, morador do bairro. O cidadão afirma que várias vezes os funcionários da administração do distrito da Samba estiveram no local, fizeram os registos das residências e, neste ano por três vezes os homens da administração estiveram no bairro, que também é apelidado por «favela», mas «não dizem nada e até parece que o sofrimento vai aumentando cada vez mais», frisou o Sr., Dionísio agastado.

Uma das situações mais preocupantes é a falta de água potável. Para a obterem, os moradores têm que recorrer a algumas cacimbas que se encontram no interior do bairro mas, segundo os moradores, tal água não é boa para o consumo, facto que tem provocado algumas doenças em crianças e adultos.

Algumas pessoas entrevistadas pelo SA afirmam que gostariam de ver alguns deputados e membros do Governo a visitarem o «Povoado»: para constatarem de perto a realidade de vida destas pessoas, que nem nas suas teorias conseguem

imaginar. «Há quem pensa que isto é um kimbo da Somália ou coisa parecida, mas é Angola, com todo o potencial que se alardeia» disse um jovem

11.5 Grupo empresarial investe nos móveis

Jornal de Angola

17 De Novembro de 2014

Texto De: Nilza Massango

O governador de Malange, Norberto dos Santos, salientou sábado, em Luanda, a importância de se investir na exploração, produção e transformação da madeira no país.

Norberto dos Santos, que falava na inauguração da sede do Cipro Group pela Primeira-Dama, Ana Paula dos Santos, recordou que a província de Malange tem muita madeira e que a sua exploração é oportuna, pois o Governo gasta avultadas somas na aquisição de carteiras escolares.

O governador referiu que a produção de carteiras escolares é uma prioridade na província e que por isso é importante investir na produção e transformação da madeira e pensar na formação de quadros e criação de empregos.

"A província avança, a fábrica de açúcar já arrancou e em termos agrícolas, existem grandes empresas", afirmou.

O país, prosseguiu, continua a crescer e é hora de pensar na instalação de fábricas de móveis, o que é importante por permitir deixar de importar.

O presidente do Cipro Group disse que grande parte do mobiliário da empresa já é produzida em Angola e que a empresa tem já uma fábrica de serração, na qual trabalham mais de 150 angolanos.

Rui Ribeiro revelou que a intenção do grupo é produzir no país com a matéria-prima nacional e criar emprego. É que há quadros nacionais que em Portugal frequentam acções de formação.

Na cerimónia de inauguração da sede do Cipro Group, no Pólo Industrial de Viana, estiveram presentes os ministros da Construção, Waldemar Pires, do Ambiente, Fátima Jardim, e das Pescas Vitória De Barros Neto.

Segundo dados a que o Jornal de Angolaveve acesso junto de associações económicas, o país chega a gastar anualmente centenas de milhões de dólares na importação de mobiliário de países como a China, Dubai, Itália e Portugal. Com o potencial madeireiro existente, o país devia produzir para abastecer o mercado e exportar móveis de grande qualidade, disseram as fontes do Jornal de Angola.

Os artesãos nacionais são constantemente ameaçados e sufocados pela obra proveniente da indústria estrangeira.

11.6 Chuva cria caos no trânsito automóvel

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2014

Texto: Domingos Dos Santos

Desespero, stress e impaciência estiveram ontem em evidência no rosto de muitos automobilistas em Luanda, que tiveram de enfrentar longas filas de engarrafamentos, estradas interditadas e esburacadas devido à chuva que caiu na noite de terça-feira e princípio da manhã de quarta-feira. A chuva, acompanhada de fortes ventos e trovoadas, destruiu casas de chapas de zinco, tapumes de obras de construção civil e derrubou galhos de árvores.

A reportagem do Jornal de Angola saiu à rua e constatou que, numa cidade onde o trânsito sem chuva já é de si complicado, ontem ficou ainda mais caótico no período da manhã, com congestionamento em quase toda a extensão da via expresso, das Avenidas 21 de Janeiro, Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", Deolinda Rodrigues e Hoji ya Henda, estradas da Samba, do Lar do Patriota, do Benfica, ruas dos Comandos, no Cazenga, Cónego Manuel das Neves, no bairro São Paulo, Revolução de Outubro, Ho Chi Minh, Comandante Gika, entre outras.

O acesso para quem sai da via expresso, passando pelo Lar do Patriota, em direcção ao Talatona, estava muito complicado. Os carros ficaram mais de uma hora parados e isto causou longas filas, que se prolongavam desde a estrada do Futungo até à saída da via expresso, provocadas pela interdição da via alternativa à Ponte Molhada, que ficou totalmente obstruída pela água e pelo lixo. Até à

altura em que a reportagem do Jornal de Angola esteve no local, a empresa responsável pela construção de uma nova ponte definitiva no local estava a fazer trabalhos de desobstrução da via.

"Infelizmente, não consegui sair mais cedo de casa e estou consciente de que só chego à faculdade por volta das 9h00", dizia Priscila de Fátima, estudante numa universidade localizada no Talatona.

Na Avenida 21 de Janeiro, no troço entre Benfica e Futungo de Belas, a reportagem constatou cerca de dez quilómetros de congestionamento. Da mesma forma, o trânsito era muito lento no troço entre o Morro Bento e o Rocha Pinto, assim como na Avenida 21 de Janeiro, com a fila de viaturas a sair do viaduto do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro até à antiga rotunda do Gamek.

O camionista João António, 50 anos, lamentou o triste cenário que se repete todos os anos, apesar dos investimentos realizados no sentido de melhorar o saneamento básico e a circulação rodoviária e Luanda. "É preciso haver maior melhor fiscalização sobre as obras em curso em Luanda para que não se voltem a registar situações do 'género", desabafou.

Miguel Neto é da mesma opinião, para quem o crescimento do parque automóvel de Luanda não tem sido acompanhado de um eficaz ampliação da infra-estrutura viária que permita uma maior fluidez no tráfego rodoviário.

11.7 Centenas de famílias desalojadas no Zaire

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2014

Texto: Kayila silvina

Um universo de 1.278 famílias ficou ao relento nos municípios de Nóqui, Nzeto, Soyo e Cuimba, na província do Zaire, em consequência das fortes chuvas que se abateram nos últimos dias sobre a região, informou ontem o director dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

O comissário Mankenda Lukengani avançou que as chuvas, acompanhadas de raios e ventos, inundaram completamente 45 casas no bairro Quimpangi e destruíram a capela da Igreja

Kimbanguista na sede municipal do Nzeto, além de outras residências em Quimbumba e 1 "de Maio, deixando sem abrigo 270 pessoas.

No município do Soyo, a chuva destruiu 42 casas do complexo residencial "Dânia", dez outras no Cuimba e quatro em Tomboco.

A escola "28 de Agosto", na sede municipal da primeira municipalidade, também ficou sem tecto, em consequência das chuvas.

Mankenda Lukengani adiantou que 154 residências e três armazéns de viveres da 42ª brigada das Forças Armadas Angolanas (FAA), destacada na comuna do Mpala, também foram afectadas. Em Mbanza Congo, uma viatura ficou danificada, em consequência da queda de uma árvore.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do Zaire procede ao levantamento dos prejuízos causados pelas chuvas, para tomar posteriormente medidas de reparo dos danos. No início da época chuvosa, centenas de famílias da comuna da Serra de Canda, no município do Cuimba, tinham perdido as suas casas e outros haveres. Houve uma pronta intervenção das autoridades.

11.8 Erosão faz perder milhões de toneladas de solos

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2014

Texto:João Upale

Paulo Vicente falou na abertura do seminário sobre o lançamento do projecto denominado "Reabilitação de Terras e Gestão das Áreas de Pastagem nos Sistemas Agro-pastoris dos Pequenos Produtores no Sudoeste de Angola" (RETESA), encontro que constitui o ponto de partida para o desenvolvimento das actividades enquadradas no projecto.

o projecto é financiado pelo Fundo Global do Ambiente (GEF), com apoio técnico e metodológico da FAO e com participação directa dos Ministérios do Ambiente, da Agricultura e do Comércio e dos governos das províncias abrangidas, Benguela, Huila e Namibe.

Paulo Vicente adiantou que o projecto RETESA foi identificado e formulado mediante um

exaustivo processo de consulta dos vários parceiros durante o ano de 2013 e parte de 2014, iniciando agora as actividades orientadas para os seus objectivos ambientais e de desenvolvimento.

Esses objectivos, segundo o assessor da FAO, reforçam os programas do Executivo de luta contra o avanço da desertificação e visam a melhoria das condições de vida das comunidades agro-pecuárias das províncias de Benguela, Huila e Namibe. "A implementação do projecto representa uma abordagem clara de apoio à agricultura familiar, o que constitui a base para um desenvolvimento equilibrado e sustentável da nação, como foi indicado nas conclusões da Conferência sobre a Agricultura Familiar realizada pelo Ministério da Agricultura", frisou.

Paulo Vicente assegurou que a FAO continua comprometida em dar apoio técnico e metodológico ao Executivo, através de projectos e programas como o RETESA. "A experiência internacional da FAO e os seus recursos técnicos e metodológicos estão à disposição do Executivo angolano, para fortalecer o caminho para o desenvolvimento sustentável", frisou a funcionário sénior daquela agência das Nações Unidas lembrou que em Janeiro de 2013 foi assinado entre Angola e a FAO o Programa Quadro Angola FAO 2013/2017, alinhado com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 de Angola e os principais programas nacionais coincidentes com as áreas de experiência da FAO.

A FAO, disse o assessor, tem três áreas prioritárias de acção e o projecto RETESA vem directamente reforçar a segunda prioridade, que é "O fortalecimento da gestão sustentável dos recursos naturais". O problema da desertificação, ligada à degradação das terras, e hoje uma questão prioritária na agenda não só do Executivo angolano mas também das organizações internacionais, realçou Paulo Vicente, que espera ver os resultados deste seminário galvanizarem todas as partes interessadas em conferir uma nova dinâmica às actividades do projecto.

Sector agro-pecuário

A vice-governador do Namibe para o Sector Económico, Alcides Gomes Cabral, em representação do governador provincial, lembrou que o Plano de Desenvolvimento da Província do Namibe tem como um dos principais objectivos o

desenvolvimento do sector agro-pecuário, visando a satisfação das necessidades desta população em produtos alimentares, abastecimento de matérias-primas a indústria e diversificação da produção.

Alcides Gomes Cabral anunciou que a Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou, recentemente, o Programa de Apoio Directo à Produção Camponesa, avaliado em mil milhões de kwanzas, para o reforço da capacidade produtiva, tendo em vista a sedentarização da população ao longo das rotas da transumância, prestação de mais e melhores serviços de assistência social e, por esta via, a melhoria das condições de vida da população rural.

Este programa foi lançado ontem na cidade do Namibe com a entrega de meios essenciais ao incremento da produção agrícola nas 15 novas áreas de produção identificadas nos cinco municípios da província. O projecto RETESA está estruturado em quatro componentes, sendo o planeamento e gestão das áreas de pastagem, reabilitação das áreas de pastagens através da melhoria da gestão dos pastos e manadas, integração da gestão sustentável de terra e a monitorização do projecto e difusão de boas práticas, o projecto visa a melhoria das capacidades das comunidades agro-pastoris do Sudoeste de Angola para a redução do impacto dos processos de degradação da terra e a sua reabilitação, através da integração da gestão sustentável da terra nas iniciativas de desenvolvimento agrícola, pastoril e silvícola.

11.9 Fortes chuvas provocam danos materiais e humanos

Semanário A Republica

07 De Novembro de 2014

O jornal "A Republica" soube no local que a circunscrição foi assolada por chuvas fortes, acompanhadas de vento e trovoadas, que ainda provocaram o incêndio de três casas construídas de pau a pique e com cobertura de capim. Segundo o administrador comunal, Roque Maquina Tchamba, três residências ficaram completamente queimadas, sendo duas nas aldeias do Kalia e Cardoso, na localidade de Bumba, a nove quilómetros da sede comunal do Chiconkho, e uma outra na povoação de Nongole. "Estamos preocupados com este fenómeno por não serem a

primeira vez, só no passado tivemos seis pessoas mortas, assim como gado bovino, e neste ano mal começaram as chuvas já temos três casas queimadas, três feridos e um morto. Gostaríamos que se fizesse algo para aquisição de pára-raios".

E a primeira vez, na época chuvosa do presente ano, que desta dimensão na Comuna de Chiconkho.

O município de Quipungo dista a 120 quilómetros a leste da sede provincial da Huila, Lubango, e possui uma população de 146 mil 914 habitantes para uma extensão de cinco mil 675 quilómetros quadrados.

11.10 Huambo: a 'cortina' verde da cidade já era

Semanário A Capital

07 De Novembro de 2014

No Huambo, o ambiente parece estar cada vez mais a ser 'agredido'. Depois do derrube do polígono florestal da Sakahala, implantado na época colonial para proteger a cidade dos fortes ventos do Leste, comenta-se agora que os eucaliptos das imediações dos prédios do CFB tendem a desaparecer também para dar lugar à instalação de um empreendimento comercial. A concretização deste projecto pode ser mais uma 'triste' vitória do betão sobre o ambiente.

Portanto, tal como em Luanda, onde os embondeiros não têm resistido à fúria do homem, na busca incessante de projectos imobiliários, no Planalto Central as coisas tendem a tomar o mesmo rumo com o corte das florestas artificiais de eucalipto, cedro e pinheiro, que serviam também de combustível para as antigas locomotivas a vapor, além de matéria-prima para a indústria de papel.

'No tempo da outra senhora', a estratégia consistia no abate criterioso das árvores, colocando outras no seu lugar. E o equilíbrio era de tal ordem que, praticamente, não 'morria' o verde. Assim, a cidade e os arredores apresentavam-se sempre verdes. Era então a 'vida da urbe'. E terá sido por essa razão que o Huambo ganhou epíteto de 'cidade-vida', numa região onde as chuvas caem com muita intensidade, as árvores servem também para proteger os solos da erosão.

A destruição das florestas artificiais da antiga Nova Lisboa já levou um 'velho' habitante da urbe a 'apertar os dentes' de raiva pelo facto de as autoridades terem implantado, no Parque Infantil, na 'cabeceira' da Estufa-Fria, infra-estruturas como o Pavilhão Multiusos e a Casa da Cultura, reduzindo o espaço para as árvores.

Os erros, que já se cometeram em Luanda com a implantação de 'pesados' edifícios no velho casco urbano, são os mesmos que estão a ser repetidos no Huambo. Por exemplo, um dia quando se pensa em alargar as ruas, não se sabe por onde começar primeiro, por estar tudo ocupado.

Os erros da capital repetem-se aqui, sem olhar para o futuro. Mais grave é que as infra-estruturas por onde vão sendo implantados os novos edifícios são, em grande medida, antigas. A continuar este cenário, não tardará a 'cidade-vida' transformar-se numa confusão igual ou superior à da metrópole.

E, depois quando tudo piorar, dirão que não houve avfso? "Há uma enorme aversão à verdura", dizem uns. "Não estamos a aprender com os erros dos outros e gostamos muito de sofrer. E por isso que estamos a destruir a 'cortina' da cidade", dizem outros.

A tempo progrediu muito e, com ele, mudou também, desgracadamente, a atitude dos homens perante o ambiente. No meio disso, se um dia o português Norton de Matos, que fundou em 1912 este centro urbano no 'coração de Angola', ressuscitasse, voltaria a morrer desta vez fulminado por desgosto ao ver um projecto arquitectónico bem concebido a 'caminhar' progressivamente para a desorganização.

Nos últimos anos, houve um governador que ainda tentou fazer do Huambo a capital ecológica de Angola. Pelos vistos, o seu projecto também morreu, por falta de sensibilidade dos que ficam.

12. DEZEMBRO

12.1 Chuva desaloja famílias no Huambo e no Uíge

Jornal de Angola

04 De Dezembro de 2014

Marcelino Dumbo e Filipe Botelho

O mau tempo causou também a morte de 41 cabeças de gado bovino e as fortes chuvas desalojaram 855 famílias, na sequência da destruição de 1.269 casas, informou a comandante em exercício do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

A sub-inspectora Fernanda Nalivombo informou que no mesmo período o comando do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou a destruição de 26 infra-estruturas sociais, entre as quais 13 escolas, cinco igrejas e postes de iluminação pública em várias localidades.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou ainda 101 afogamentos, 277 serviços de ambulância, seis de salvamento em cacimbas, 714 trabalhos de segurança em actividades desportivas, culturais e políticas, 15 de desencarceramento em acidentes de viação, que resultaram em 32 óbitos e 54 feridos, além de danos materiais. O delegado provincial do Ministério do Interior e comandante do Huambo da Polícia Nacional, comissário Elias Dumbo Livulo, defende a colocação de mais meios técnicos ao serviço dos bombeiros, para que possam acudir com eficácia as ocorrências de calamidades e outros fenómenos naturais que se registam, principalmente na época da chuva.

O comandante Livulo reafirmou ser império a adopção de técnicas adequadas para extinguir incêndios e desencarcerar cidadãos em acidentes de viação.

A remoção de cadáveres na via pública, lagoas, cacimbas e a protecção dos bens patrimoniais do Estado e da população, disse o comissário, são outras missões que obrigam o Governo a equipar estes serviços.

O delegado do Ministério do Interior do Huambo apontou entre outros desafios o aumento do efectivo, a formação técnica e profissional, no sentido de expandir os serviços de bombeiros aos

municípios onde ainda não existem e a redução da carga horária.

Elias Dumbo Livulo aconselhou os bombeiros a terem maior atenção aos sinistros, a realizarem campanhas de sensibilização nas comunidades sobre os cuidados a observar no manejo de fontes de incêndio, construções de residências, cacimbas, lagos e lagoas, As chuvas no Uíge causaram desde Novembro de 2013 seis mortes, 13 feridos e a destruição de 1.007 casas, 14 igrejas, oito escolas e 73 postos de iluminação pública, disse o comandante provincial da Protecção Civil e Bombeiros.

Manuel Queta afirmou que no mesmo período 4.783 pessoas ficaram sem os haveres e que os municípios do Uíge, Negage, Puri, Quitexe, Milunga, Sanza Pombo, Alto Cauale, Maquela do Zombo, Mucaba, Bembe, Songo e Bungo são os mais afectados. O comandante que revelou os números na cerimónia comemorativa de mais um aniversário da corporação, referiu também o registo de 156 incêndios que provocaram 18 mortes e oito feridos, além da destruição de 189 casas e 16 viaturas. Curto-circuitos, negligência no manuseamento de fontes de calor e fuga de gás foram as principais causas dos incêndios. Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros notificaram também 12 afogamentos e 27 acidentes de viação e realizaram 149 actividades profilácticas, o comandante defendeu a expansão dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros a todos os municípios da província, que por enquanto estão instalados nos do Uíge e Negage.

12.2 Chuva em Luanda

Jornal de Angola

05 De Dezembro de 2014

Texto: Amélia Correia

Como se previa, a chuva persistente que caiu esta semana em Luanda causou estragos e atrapalhou a vida de muita gente, sem contar os vários problemas de circulação rodoviária, que afectaram as pessoas que se dirigiam para os locais de transporte, com meios próprios ou de táxi colectivo. Infelizmente, não é a primeira vez que uma chuva contínua provoca prejuízos e constrangimentos aos habitantes. Isso acontece porque a maioria dos bairros da cidade não dispõem de sistemas de drenagem eficazes.

As poucas valas de escoamento existentes são insuficientes para deixar escapar toda a água da chuva que corre pelas ruas e estradas. Faltam as sarjetas que desapareceram com o passar do tempo e as sucessivas reparações com a colocação de asfalto.

Os luandenses estão habituados a estas chuvadas e preparam-se, como podem, para proteger os seus bens dos efeitos das intempéries. Mas, infelizmente, muitas pessoas ainda vivem em condições precárias, por construírem em terrenos não urbanizados. Como se não bastasse, a qualidade e o tipo de construção deixa a desejar. É por isso, também, que os telhados voam quando chove com intensidade e os danos até podem ser mais graves.

Por estes e outros problemas que também têm a ver com o crescimento da população de Luanda a cidade precisa urgentemente de um Plano Director que regule a urbanização. É que a construção anárquica e a ocupação de terrenos do Estado e privados, além de ser ilegal, criou e desenvolveu bairros em espaços desabitados sem qualquer infra-estrutura.

Hoje vemos as consequências nefastas dessas ocupações anárquicas e das construções ilegais, como aconteceu antes da Independência Nacional, no bairro da Coreia e na Camuxiba, só para mencionar alguns.

Os ocupantes de terrenos que não lhes pertencem, onde ergueram casas de chapa e adobe, esperam que, por mero oportunismo, que o Governo lhes dêem uma habitação num bairro de realojamento, algures nos arredores da Luanda.

Julgo que esse comportamento não é correcto e, como tal, espero que as nossas autoridades tomem as medidas necessárias para debelar este problema, que tem consequências a nível da urbanização e do Ambiente. Na minha opinião, os Governos Provinciais podiam e deviam criar condições de vida e trabalho para que as populações não sejam tentadas a migrar para Luanda, uma cidade superlotada.

Voltando ao princípio, o excesso de população, a construção anárquica, as insuficiências a nível do saneamento básico, o trânsito caótico e outros problemas, transformaram Luanda numa cidade quase insuportável.

12.3 Pouca Chuva preocupa agricultores

Jornal de Angola

06 De Dezembro de 2014

Texto: Victor Pedro

A escassez de chuva na comuna de Quicombo, Cuanza Sul, pode comprometer a presente campanha agrícola, lançada em Outubro no município do Seles, admitiram os camponeses locais.

Na zona não chove desde a segunda quinzena de Novembro, situação que os camponeses consideram preocupante e temem que as culturas sejam afectadas, comprometendo todo um processo que pode contribuir para a fome em muitas famílias que dependem essencialmente dos produtos do campo.

A camponesa Imaculada José disse que a falta de chuva tem tirado o sono dos homens do campo, urna vez ter sido já preparado as terras e lançadas as sementes.

Alem da falta de chuva que pode por em causa a presente época agrícola, os camponeses da comuna debatem-se com a falta de materiais de irrigação, como electrobombas para tirar água do rio para os campos, mangueiras e combustível para abastecer as máquinas.

A outra preocupação manifestada por Imaculada José tem a ver com as constantes falhas na aquisição dos produtos do campo, através do PAPAGRO. Assim desce o rendimento económico das famílias, porque não conseguem escoar os excedentes. Apesar dos constrangimentos, a camponesa reconheceu o empenho do Executivo na materialização de programas de incentivo a agricultura, criados para reforçar e desenvolver a economia no mundo rural, como forma de combater a pobreza.

Os programas têm contribuído, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário na entrega de sementes e ferramentas agrícolas aos camponeses organizados em cooperativas.

Angelina Martins, camponesa, quer mais celeridade na aquisição dos produtos por parte do PAPAGRO para evitar as dificuldades. Domingas de Carvalho, vendedora de produtos agrícolas há

quatro anos, esta satisfeita pelo facto da administração comunal ter construído um mercado rural destinado a comercialização de produtos: "Penso que desta forma o Governo esta a ajudar a população a ganhar o habito de comercializar os produtos em locais seguros e limpos.

12.4 Ruas do bairro Sambizanga vão de mal a pior

Jornal de Angola
08 De Dezembro de 2014
Texto: Nilza Massango

Muitas ruas do Sambizanga continuam inundadas depois da última chuva que caiu em Luanda. Os moradores do bairro Mota pedem a ajuda da Administração Distrital para disponibilizar carros "sucula" para chuparem a água que invade ruas, becos e casas do bairro.

Os passeios não existem. As botas de chuva têm sido a solução para muitos moradores.

Quem não tem botas acaba por molhar os pés, o que representa um perigo para a saúde das pessoas. São vários os esgotos entupidos, que produzem água suja e deixam mau cheiro no ar. "A Rua 12 de Julho é um caso perdido", disse um morador, irritado com estado degradado da via que há muito deixa a desejar.

O saneamento básico continua. "Rebentado" e os esgotos correm a céu aberto. O mau cheiro é insuportável. O trânsito automóvel está sempre lento por causa dos enormes buracos na via. As promessas de reabilitação da rua foram vãs e os trabalhos paliativos não resolveram nada.

A Rua 12 de Julho é uma das principais vias do Sambizanga e continua esburacada, sem passeios, com esgotos entupidos e sem iluminação pública. Das ruas degradadas, a 12 de Julho é a mais afectada e onde a saúde pública está em causa. O saneamento básico está cada vez mais distante. Um morador disse que a sua reabilitação deve ser urgente e prioridade da Administração Distrital.

A Rua da Capela também está inundada. A água corre à porta das casas. Transitar nela é impossível. Os que têm botas acabam por carregar os outros às costas. É caricato, mas acontece em

dias de chuva. Os moradores minimizam a situação recorrendo a motobombas para sugarem a água que acaba por desaguar na Rua 12 de Julho.

Na rua existe um centro de acolhimento de crianças que foi remodelado pelo programa "Cubido Novo", com o apoio da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda. O centro de acolhimento está localizado entre "rios" de águas paradas e esgotos.

12.5 Ravinas e valas ameaçam bairros periféricos da capital

Jornal Agora
12 De Dezembro de 2014
Texto: Miguel Daniel

Em Janeiro de 2007, o deslizamento de terras provocou o desalojamento de numerosas famílias da Boavista, do Cazenga, do Rio Seco e do Morro da Samba. Este ano, voltaram a cair as chuvas cuja intensidade chama atenção para a tomada de medidas inerentes a reduzir os riscos de desabamento de casas. Além das valas do Sorooca, do Paraíso, da rua da Funda, em Viana, o perigo esta na vala do Catinton e da Samba que precisam de intervenções urgentes, o Agora saiu a rua e constatou, também, a necessidade da construção de pontes para a travessia de viaturas e peões nas zonas afectadas.

Em 2010, por Despacho Presidencial, foi criada a Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL). A ela, foi incumbida a empreitada da construção da macrodrenagem que começaria nas imediações do Cazenga, com ramificações de Viana, que desembocam em Cacucaco e do Catinton ao Benfica em direcção ao Oceano.

Ao que parece, há muito a UTGSL não anda nem desata. Pelo menos, as obras estão paralisadas. A nossa reportagem começou pelo município de Viana, no bairro da Caop (A), sector (5), zona 8, rua da Funda, onde a corrente das águas pluviais forçou a abertura de uma ravina com 26m) 12 Dezembro 2014 mais de cinco metros de profundidade e três de largura além de embaraçar o tráfego automóvel e de peões, a ravina tem provocado danos incalculáveis, como a queda de árvores, muros de vedação ou mesmo de casas.

Venâncio Sebastião, morador do bairro há 14 anos, disse ao Agora que, na medida em que foi crescendo, o que parecia ser uma simples passagem de água, se transformou em ravina, ao ponto de danificar alguns morros de vedação e colocar em risco a vida e os bens da população.

"Tive de abrir outro portão do lado da travessa, por causa da ravina, só para chegar com o carro a casa, enquanto outros são obrigados a deixá-los no parque, a 400 metros", sustentou. E acrescentou que, se nada for feito, quatro postos de baixa tensão e o de transformação (PT) de energia eléctrica podem desabar.

Venâncio condena a apatia das autoridades para evitar situações destas que, no seu entender, não há razão para que se agravem. Recorda que um dos seus vizinhos, que dizem ser general, terá feito um muro de contenção em betão num perímetro de 30 ou 40 metros.

"Porque e que tem de ser um general a fazer isso? Onde está o Governo Provincial?", questiona o morador, para quem "O cidadão não deve substituir o Estado naquilo que apenas cabe a este, como garante da melhoria da qualidade de vida da população".

Maria Gaspar, de 36 anos, mãe de seis filhos, e outra moradora da mesma rua. Diz que, da ravina, paira um cheiro nauseabundo, por causa do lixo e das águas estagnadas. O lixo é depositado no recinto pela população, na perspectiva de impedir o seu alastramento, porém, a olho nu, uma medida paliativa. "Quando chove ficamos com o 'coração nas mãos', sobretudo se for de noite.

Apenas resta cerca de um metro para a ravina atingir a parede da casa, uma parte do morro de vedação já foi engolida", lamenta a senhora que tinha o semblante carregado de desespero. Olhando para o céu cinzento atira: "Isso ocorre numa altura em que as chuvas ainda estão no início. Se não forem tomadas medidas para travar o avanço das fendas, estaremos tramados".

Comissão de moradores "imbombavel". Maria acusa a comissão de moradores de ser cúmplice na construção desordenada, o que contribuiu para o estreitamento das linhas de passagem de água. Aponta que, caso venha a chover torrencialmente, uma das antenas da rede novel de comunicações pode vir abaixo.

O coordenador da comissão de moradores do bairro, Gonçalves Diogo Ribeiro, abordado pelo Agora, disse que, no âmbito do programa 'sábado azul', foi realizada recentemente uma campanha de recolha de resíduos, durante a qual responsáveis do GPL prometeram intervir na ravina, no próximo ano. "Nos nossos relatórios mensais, informamos sempre a administração sobre as questões ligadas a água, energia, lixo e constatamos, também, a evolução desta ravina; mas fomos informados que a intervenção só decorrerá em Janeiro, depois de serem alocadas as verbas de 2015", acentuou, concluindo que seria bom que a intervenção fosse antes das grandes enxurradas do mês de Abril.

E no Capalanga?

O outro ponto crítico é a zona do Capalanga, por onde começa a maior vala de drenagem posicionada no sentido Este e Norte de Luanda, o Rio Seco. Algumas pessoas e empresas construíram no leito da mesma e, em tempos não muito recuados, as inundações terão provocado desalojamento e morte por afogamento.

Outra questão que ressaltou a vista, ao longo da nossa reportagem, é o facto de se estarem a entulhar as sarjetas na via expressa, no troço adjacente ao destacamento do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

Paulo Maingui, jovem que se dedica a venda de burgau e pedra rachado nas proximidades da via, esclareceu que os camionistas têm vários pontos de carregamento, o que os obriga a criar acessos, colocando, juntamente com os donos das minas, manilhas e entulhos nas valas.

"Compramos o material aos camionistas e peneiramos, para depois revender aos clientes que necessitam de pequenas quantidades. Um carregamento de seis toneladas custa 8.000 Kwanzas, enquanto a descarga fica por 1.500 Kz", notou. Em contrapartida, o valor do frete sobe mediante a distância, mas começa por 4.000 Kz.

Mais crateras e charcos

Seguimos enfrentando crateras e charcos da rua que liga a via expressa ao Mulenvos de Baixo, por onde passa, igualmente, a vala do rio seco que parte de Viana. A 'febre' da construção, que tomou de assalto as zonas que antes eram de

cultivo, não poupa espaços de manobra, incluindo o das águas pluviais.

De acordo com o coordenador do bairro, João Diogo, o crescimento de moradias aumentou o volume de água e de lixo, sendo urgente a colocação de uma ponte entre o bairro Malueka e o Mulenvo, algures na comuna do Kikolo.

"Quando chove, a vala fica cheia ao ponto de não se conseguir atravessar de um lado para o outro. Para evitar o risco de sermos arrastados pela corrente das águas, e aconselhável parar onde estivermos. Ficamos em estado de sítio", brinca a fonte, sugerindo que "as valas deviam ser devidamente construídas e não deixa-las como nos tempos em que só havia lavras e a terra absorvia a água das chuvas", Domingas João, mãe de cinco filhos, há 10 anos que vive as peripécias provocadas pelas chuvas no bairro Paraíso. Ela também entende que a melhor forma para lidar com o problema seria a construção de mais pontes. Em sua opinião, precisam-se de mais pontes, para além das duas existentes ao longo da vala, sendo uma que interliga o bairro da Pólvora ao Malueka e outra localizada na zona do antigo Cemitério Clandestino.

"Aqui na zona do 'Tio Cabeça', devia haver, também outra ponte para facilitar a travessia dos moradores do bairro Bom Pastor para o Paraíso e vice-versa. Existem crianças que estudam do outro lado da vala e, quando chovem, não vão à escola até baixarem os níveis da água", frisou.

Dona Domingas recorda, como se fosse hoje, o triste episódio de duas crianças que quase perdiam a vida, em consequência da última enxurrada do passado dia 2 de Dezembro e que, só por intervenção de um jovem foram salvas. Desgraçadamente, conta, a roupa do 'salvador' das crianças foi levada pela água.

A nossa interlocutora lembrou que, em tempos, um turismo terá entrado na vala quando este tentava efectuar a manobra nas proximidades e que o pior não aconteceu porque já tinha descarregado os passageiros, tendo sido retirado com recurso a um camião.

"A minha residência esta em perigo e, a qualquer momento, pode cair, sobretudo do lado da casa de banho. Temos medo que a terra ceda com o peso. Por isso, para fazermos as necessidades fisiológicas

temos recorrido a casa de banho do vizinho ou a vala", observou, tendo concluído que a falta de água potável e outra questão que apoquentam os moradores.

Por este motivo, percorrem longas distâncias à procura do precioso líquido, mas, nesta época, a situação torna-se mesmo difícil.

o Agora falou, inclusive, com Osvaldo José, morador do bairro Balumuca, cuja população, como outras, precisa de ser transferida para as zonas mais seguras. Osvaldo teme pelas paredes da sua casa. Ela está a ceder por causa do deslocamento de terras. "Estou muito preocupado e, se a casa for 'engolida', não sei onde vou morar", lamenta.

"Alguns dos nossos vizinhos já foram transferidos no ano antepassado, tendo-lhes sido entregues terrenos. Nos, que estivemos ausentes, ficamos e sempre que vamos à administração, mandamos esperar. E o mesmo acrescenta que não há terrenos por enquanto", queixa-se.

Planos de intervenção

Recorde-se de que a UTGSL, criada em Marco de 2010 com a missão de construir a macrodrenagem da província, com vista a melhorar a circulação das águas pluviais, há muito 'fugiu' das suas atribuições. No sentido de saber as razões, o Agora tentou contactar por telefone o administrador municipal de Cacucaco, Carlos Cavuquila, para, entre outras questões, saber se existe algum plano de contingência, visando combater as ravinas, a construção da drenagem e a colocação de pontes nalgumas travessias.

Este, por seu turno, pediu que contactássemos a sua assessora de imprensa, no caso, a jornalista Joana Tomas, que, por sua vez, nos remeteu para a próxima segunda-feira, uma vez que o administrador estaria em visita de campo e que havia outra pessoa encarregada de responder ao assunto.

O mesmo sucedeu com o administrador de Viana, Manuel Caterça, que terá indicado o seu adjunto para a área técnica que, segundo ele, estaria mais bem informado sobre a matéria em causa.

Falta 'kumbu'

Contactado via telemóvel, Crisóstomo Martins adiantou que a intervenção nas ravinas e a macrodrenagem requerem maior capacidade técnica e financeira, pelo que passa a ser uma responsabilidade da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda.

"Ternos ravinas com varias ramificações, o que requer intervenção mais concertada e profunda. Por isso, não posso assegurar que no próximo ano sejam mesmo intervencionadas", referiu. E acrescentou: "a nível local, vão sendo feitas algumas intervenções pontuais", a guisa do desassoreamento de algumas valas.

O Governo Provincial de Luanda (GPL) enfrenta um desafio difícil para convencer a população a não construir em locais de risco. E uma 'batalha' que não esta a ser fácil vencer. Proíbe-se aqui, mas, logo a seguir, surgem moradas noutros locais interditados. E o caso recente do 'Paraíso' onde, quando chove, praticamente ninguém circula.

Recorde-se de que o GPL tem desenvolvido um programa de realojamento da população que vive em zonas de risco ou que construiu ao longo das linhas de passagem das águas pluviais.

Em Abril do ano passado, a UTGSL terá realojado pelo menos 120 famílias que viviam ao longo do vale do Soroca, no município do Cazenga e teria transferido para o Zango III, algures no município de Viana, com o propósito de dar seguimento a construção da macrodrenagem.

Balanço das últimas enxurradas

De acordo com dados dos Serviços Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), as chuvas, que tiveram inicio por volta do passado dia 2, terão provocado deslizamentos de terras e a morte a duas crianças, uma de sete e outra de 12 anos.

Segundo o porta-voz dos SNPCB, Faustino Minguenje, as mortes ocorreram no distrito urbano do Sambizanga, quando as crianças tomavam banho num charco provocado pelas chuvas.

Minguenje adiantou, igualmente que, das 944 casas inundadas, 78 correm o risco de ruir, sublinhando que ficaram também alagadas uma escola, uma creche, dois centros de saúde e varias ruas. O porta-voz da SNPCB esclareceu que continuam os

trabalhos de sucção das águas em varies municípios de Luanda, mas que a realização desta acção tem sido dificultada nalguns locais, devido a localização de algumas casas.

o Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros lamenta que haja enormes quantidades de lixo nalgumas valas de drenagem, que impedem a circulação das aguas.

12.6 Chuvas aumentam volume de águas estagnadas e arrastam doenças

Jornal A capital

12 De Dezembro de 2014

Text: Júlio Gomes

Por esta altura, quando em Luanda começaram a cair chuvas com muita intensidade, eleva-se também a preocupação das pessoas, sobretudo com a saúde. E tem sido assim todos os anos, por causa do aumento do volume de águas estagnadas, que provocam o mosquito do paludismo.

Terá sido por isso que, nesta Terça-feira, o ministro da Sande apelou para o reforço das medidas de prevenção contra doenças infecciosas que se acentuam nesta época chuvosa, como a cólera, o paludismo, a dengue e a chikungunya.

José Van-Dúnem entende que a profilaxia passa pela eliminação dos charcos de água, ter em atenção os pneus e garrafas vazias, porque podem ser criadores tanto do mosquito que provoca o paludismo como os que provocam a dengue e chikungunya.

o ministro acrescentou que a responsabilidade para com o saneamento tem de ser um problema primeiro de cada um, da família e depois colectiva, para que não haja assimetria nos esforços.

Onde estão os medicamentos nos hospitais? Tern sido muitas as reclamações sobre o mau atendimento nos hospitais. Uns arriscam mesmo que estes, grosso modo, apenas servem para a obtenção de receita, enquanto os fármacos tern de ser adquiridos nas farmácias ou no mercado informal.

A esta inquietação, o ministro José Van-Dúnem, que era abordado pela Angop, deixou escapar que

as autoridades sanitárias vão trabalhar no sentido de garantir que, a nível das unidades hospitalares, haja medicamentos e constante treinamento do pessoal, para se poder responder em tempo oportuno as doenças transmitidas por este tipo de vectores e esperar que, no próximo ano, a mortalidade por malária continue a descer como acontece nos últimos dois anos.

"O Próximo ano será melhor, devido as intervenções que serão implementadas a nível do saneamento e da oferta de água", disse o governante.

"Hoje, temos a oportunidade de ouvir que a Empresa de Distribuição de Água de Luanda (Epal) vai fazer mais 700 ligações domiciliárias, o que quer dizer que 700 famílias vão deixar de ter reservatórios com água, porque terão água corrente. Isto vai diminuir o número de criadores de mosquitos e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida das populações", notou esperançado o titular da Saúde.

Mas, estas ligações domiciliárias a que se referiu devem ser extensivas não só na cidade capital, onde o universo de habitantes é enorme, como também no resto do país. E preciso abarcar um número cada vez maior de pessoas no acesso a este bem público, como disse ao Agora o professor universitário António Pedro.

Comissão para o natal e ano novo. Para garantir assistência nas unidades sanitárias durante a quadra festiva, o Ministério da Saúde criou uma comissão, a semelhança do ano passado.

O ministro da Saúde entende que esta comissão foi criada para melhorar a articulação entre os níveis provincial e nacional.

De acordo com José Van-Dúnem, este ano, haverá o envolvimento dos hospitais municipais, a luz do Programa de Municipalização da Saúde em curso no país, onde estes têm a responsabilidade e os recursos necessários para exercer, plenamente, as funções de coordenação, negociação, planeamento, acompanhamento, controlo, avaliação e auditoria da saúde local, controlando os recursos financeiros, as acções dos serviços prestados em cada área de jurisdição.

Os mecanismos de comunicação de referencia e contra-referencia estão a ser reforçados, e está-se a

fazer tudo para que, do ponto de vista da logística, recursos humanos e material. Esteja tudo na ordem e para que o próximo ano seja tranquilo, com poucos acidentes, ferimentos por arma branca e de fogo.

A crer no ministro, muito tem sido feito a todos os níveis para o melhoramento da vida dos cidadãos, mas, infelizmente, os acidentes rodoviários continuam a ser uma tragédia no país.

Uma tragédia nacional. Segundo o ministro da Saúde, o número de acidentes rodoviários continua a crescer, apesar dos esforços da sociedade, da Polícia Nacional e dos órgãos de Comunicação Social, aliado as doenças hipertensivas que também fazem as suas vítimas, principalmente na quadra festiva.

Por este motivo, José Van-Dúnem apela a população para ter cuidado durante as festas de Natal e de Fim de Ano, com a alimentação e consumo de bebidas alcoólicas, na medida em que "O exagero pode ser fatal". Alias, estão sempre a espreita doenças como as diabetes e hipertensão, bem como os acidentes rodoviários e ferimentos com armas branca e de fogo.

" Vem aí o Natal, onde a mesa será mais farta, com mais bebidas e comidas gordas. Isso aumenta os casos de hipertensão e diabetes. E, se não tivermos preocupações, estas doenças vão continuar a aumentar o seu peso", advertiu, agradecendo ao empenho dos órgãos de comunicação social que, este ano, ajudaram muito na resposta aos desafios do vírus do ebola que, infelizmente, continua a fazer vítimas mortais em quatro países da África Central e Ocidental. A comunicação social, disse, foi fundamental para fazer passar a mensagem de prevenção.

12.7 Ruas dos municípios de Luanda estão intransitáveis

Jornal A República

12 De Dezembro de 2014

Texto: Inácio Cândido e Rita

Fernando

Na ronda, feita pelo Jornal "A REPUBLICA", constatou-se que as ruas de Cacucaco do Bairro Cardoso, Polícia de Interesse Estratégico do Estado e um Posto Policial e a Escola 4002

Instituto Médio e uma escola católica estão inundadas e, na mesma situação, encontram-se as vias do distrito do Sambizanga. o cenário é idêntico: escolas inundadas, ruas intransitáveis.

Morais Bernardo, morador da referida zona, conta que esta via nunca foi reabilitada pela Administração. Por isso, a mesma vai degradando a cada dia que passa. A realidade da rua 12 de Julho assemelha-se a das demais, por exemplo, a Lueji A Nkonda, que sai do São Paulo ao antigo Roque Santeiro (e vice-versa) também está em mau estado.

No São Pedro da Barra, a rua que sai dos tanques da SONANGOL para dar acesso ao Instituto Médio Politécnico do Sambizanga o asfalto há muito que deixou de ser alvo de reabilitação e os buracos vão tornando cada vez mais difícil a circulação de viaturas. Por sua vez, Maria de Castro, afirmou a este jornal que a população da zona do São Pedro da Barra e do bairro Uíge que passa pelas ruas em referência está agastada com o comportamento da administradora do distrito urbano do Sambizanga que, segundo ela, não tem sabido distribuir as receitas como convinha. "Pedimos que a administradora passe a visitar os bairros para conhecer os problemas, o que se verifica e que ela fica mais no gabinete", disse.

Por outro lado, a dona Antónia, disse que vive no bairro do Cardoso há mais de 10 anos próximo da via que, sempre que chove, as águas inundam as casas. E preciso ligar uma motobomba com urgência para tirar as águas residuais para diminuir águas, facto que causa muitos transtornos aos moradores na mesma condição. "Nós, os munícipes deste bairro, pedimos que as autoridades resolvem os problemas que nos afligem. Porque só vem nos prometer, e não resolvem nada", disse

Já a outra moradora, Josefa da Gloria, disse que as vias do município de Cacuaco estão intransitáveis, principalmente os bairros que compõem a comuna do Kicolo. O Bairro Cardoso, por exemplo, por causa das chuvas deixou muitas ruas inundadas: a via que dá acesso as Escolas 4002, Puniv do Kicolo e a 4077, mais conhecida por Padre Roberto, ficou intransitável. "Nos estamos preocupados por causa das salas onde vamos estudar (estamos em fazer das provas) ficarem inundadas", disse.

12.8 Chuvas destruíram casas na cidade de Menongue

Jornal de Angola

27 De Dezembro de 2014

Mais de cem moradias ficaram parcialmente destruídas na cidade de Menongue, em consequência da chuva torrencial, intercalada com fortes ventos, que caiu sobre a capital do Cuando Cubango.

A chuva não impediu que os cristãos festejassem de forma efusiva o Natal, celebração que simboliza o nascimento de Jesus Cristo. Para a garantia de uma quadra festiva segura, e visível a presença de agentes da Polícia Nacional em toda cidade capital da província do Cuando Cubango.

Alguns habitantes da cidade Menongue aplaudiram o trabalho do Comando Provincial do Cuando Cubango pelo reforço da segurança pública. "Que remos que a Polícia Nacional desempenhe o seu papel de manter a tranquilidade pública não só neste dia, mas também durante a passagem do ano' disse Augusta Quissanga.

12.9 Malaria. Índice de mortalidade reduz pela metade no mundo

Jornal A Capital

12 De Dezembro de 2014

O número de mortes causadas pela malaria caiu 47 por cento em todo o mundo, desde 2000.

Entre crianças, a queda é de 53 por cento. Apenas em África, onde 90 por cento das mortes por malaria ocorrem, a queda foi de 54 por cento.

Os dados são da Organização Mundial da Saúde (OMS) que divulgou, nesta terça-feira, seu relatório anual sobre a doença. De acordo com a OMS, a queda foi causada pela melhoria nas condições de diagnóstico e tratamento, além do aumento do uso de mosquiteiros.

"Estes dados não têm precedentes e são uma notícia fenomenal em termos de saúde pública mundial", afirmou o director do programa de malaria da OMS, Pedro Alonso.

O responsável atribui o progresso conquistado no aumento do financiamento de acções de combate a

doença, bem como o com prometimento político dos países afectados.

A OMS alerta para o facto de muitas políticas de combate a doença terem sido afectadas pela epidemia de ebola. Além disso, um retorno da malária nos países onde o surto do ebola se manifestou (Guiné-Conacri, Libéria e Serra Leoa, principal mente) pode provocar problemas na luta contra o vírus, já que as doenças têm sintomas parecidos, e o diagnóstico pode ser dificultado.

Outro problema enfrentado no combate à malária é o surgimento de resistência a insecticidas por parte do mosquito transmissor, situação reportada em 49 países desde 2010.

Em 2013, 84 mil pessoas morreram de malária em todo o mundo, das quais 43 mil eram crianças abaixo dos cinco anos. Estima-se que estejam disponíveis hoje apenas metade dos 5,1 mil milhões de dólares necessários para o combate à doença.

Em Angola a malária continua a ser a principal causa de morte, e a capital, Luanda, com 1,1 milhões de casos registados, concentra cerca de 35 por cento do total de casos no país.

A directora provincial de Saúde de Luanda, Rosa Bessa, adiantou, no ano passado, que a capital angolana concentra também cerca de 40 por cento das mortes de fetos e de bebés com menos de uma semana de vida e 25 por cento da mortalidade materna.

A responsável indicou, igualmente, que, em 2013, na maior urbe do país, sessenta por cento das vítimas mortais foram crianças menores de cinco anos e que as mortes provocadas pela malária em doentes até aos 14 anos totalizaram 83 por cento do total.

Soube-se, em contrapartida, que o quadro tem melhorado de ano para ano, tanto na capital, como no resto do país.

